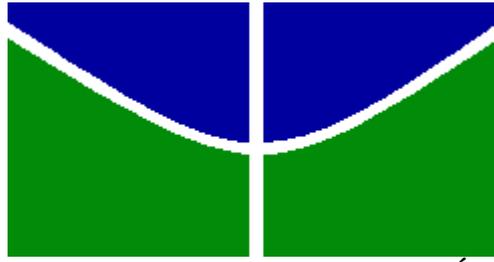


UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

SER OU ESTAR BANCÁRIO?
A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SUAS CONSEQUÊNCIAS
PARA OS BANCÁRIOS E O MOVIMENTO SINDICAL BANCÁRIO.

MARCELO SIQUEIRA GUILHERME

Brasília, Junho de 2013.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

SER OU ESTAR BANCÁRIO?
A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA OS
BANCÁRIOS E O MOVIMENTO SINDICAL BANCÁRIO.

MARCELO SIQUEIRA GUILHERME

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Política Social, como requisito
parcial à obtenção do título de
Mestre em Política Social.

Orientador: Prof. Dr. Evilasio da Silva Salvador
Brasília (DF), junho de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Evilasio da Silva Salvador

Presidente da Banca Examinadora
Programa de Pós-Graduação em Política Social – Universidade de Brasília

Professora Dra. Silvia Cristina Yannoulas

Examinadora
Programa de Pós-Graduação em Política Social – Universidade de Brasília

Professor Dr. André Matias Nepomuceno

Membro externo não vinculado ao Programa – Sindicato dos Bancários de Brasília – DF

Professora Dra. Sandra Oliveira Teixeira

Suplente Programa de Pós Graduação em Política Social – Universidade de Brasília

Deixar o “mundo” significa, portanto, em primeiro lugar, deixar-se a si mesmo e começar a viver pelos outros. Aquele que vive “no mundo, mas não é do mundo”, é o que, em plena vida, com todas as crises que lhe são próprias, se esquece de si a fim de viver para os que ama.

Thomas Merton

Para Claris,
Com todo amor e carinho daquela
que partilha comigo os sonhos, a
alegria, as dores e os projetos.
Metade de mim, metade mais amada
de mim.

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado àqueles que, por lutarem por dignidade, trabalho, pão para todos, justiça, igualdade, promoção da alteridade, foram perseguidos, agredidos, negligenciados, taxados, envergonhados, mas, de forma alguma, desistiram de serem fiéis aos seus princípios.

Dedico essa pesquisa aos que se comprometeram com a verdade, quer sejam dirigentes sindicais, quer sejam bancários, mas cidadãos e seres comprometidos com um mundo novo e uma sociedade menos injusta.

De certo essa luta não acabará enquanto houver quem se comprometa com a causa do outro, que busque e acredita ser possível transformar pequenos gestos em grandes causas ainda que seja ignorado por muitos.

Dedico aos promotores da justiça social, quer sejam conhecidos, quer sejam anônimos e, em especial, ao irmão Virgínio Lopes que contribuiu para um mundo melhor para os jovens em situação de risco social.

AGRADECIMENTOS

À Santíssima Trindade pela força da vida e por Nossa Mãe Santíssima por acolher minhas súplicas.

A meus pais Djalma e Gilza, meus irmãos Márcio e Gilmar, minhas cunhadas Marcela e Larissa e meus sobrinhos Lorenzo, Michel e Leonardo por serem a minha família, presentes de Deus em minha vida.

À minha amada esposa Claris pelo incentivo, cobrança, partilha de sonhos e por concretizarmos nossos projetos. Ainda teremos muitos outros a compartilhar. E ainda aos meus sogros Lourenço e Júlia, aos meus cunhados José Leocir e Joelci, cunhadas Jacinta e Fabiane além de Deniam e Tiago Antônio pelo estoque de alegrias e piadas.

Ao meu orientador e amigo prof. Dr. Evilasio pelo incentivo, cobrança, estímulo e profunda amizade e carinho e por tão maravilhosas pessoas que compõem o seu núcleo particular – Ana Paula e Ana Luíza.

Ao amigo e professor Gilberto Leite, pernambucano conselheiro, piadista e incentivador de minha carreira acadêmica e Karine, Rogério e Corina, Inácio pelo conhecimento musical e por todo o carinho e amizade.

Aos meus diletos amigos Gustavo Chamoun, Kléber Matheus e Sophie, Artur e Dayane, Margareth Selmi, Norberto Mazai e Raquel, Ana Bárbara e Olavo Filho, Felipe, André, Agailma e Carlos, Natércia e Danilo, Francisco e família, professora Márcia Ferreira, profa. Aparecida (Cida), Cristina, Jane, Denyse, Danielle Mena, Carla, Raquel, Dayane, Thalys Perez, Isaac Marra, Reinhold, Beatriz Fontoura (Bia), Luciano Gallo, Gerlaine, Tatiana Silva, Domingos e família, Adriana e família, colegas da pós-graduação em HCA (UnB), Marcello Ferreira, Licerós Alves, Jovânio e família, à família Silva Lipinsky: Sérgio e Dalva, padre Emerson, Denis e Denise (PR), aos milhares de amigos no Espírito Santo (dos quais, por falta de espaço, ficam na memória e no coração), de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Canadá. Meus ex-alunos em todos os anos de minha vida docente que me acrescentaram em maior ou menor grau na minha vocação para o ensino.

Aos meus professores no mestrado – Rosa Stein, Debora Diniz, Maria Lúcia “Baiana”, Silvia Yannoulas e ao apoio via Programa Observatório de Educação (OBEDUC) – pelo incentivo, desafio e cobrança. Aos meus colegas de mestrado e doutorado, em particular, aos amigos Robert, Jurilza, Juliana Schmidt, Cristiane, Paola,

Débora, Marluce, Alan, Thais Imperatori, Ieda, Maria do Socorro, Jurilza, entre tantos outros pelos sorrisos, conhecimento, alegria e auxílio nos momentos mais difíceis e à Domingas, secretariando e auxiliando por todo o mestrado: meu carinho, apreço e lembrança dos momentos de alegria.

Ao SEEB Brasília, nas pessoas do diretor Eduardo Araújo e de Josefa (SEDOC) pelo fornecimento dos materiais possíveis a esta dissertação e a prestimosidade em oferecer toda a assistência possível.

Aos meus ex-colegas de trabalho nas mais variadas experiências profissionais que vivi e que me cresceram como pessoa. Aos meus alunos e amigos Helton Fontenelle, Thayanne e Thatyanne Delmonico, Arthur e Mariana Lugon (Vitória) pela amizade e carinho e àqueles que cresceram em minha caminhada.

A minha amada CEB São Geraldo, em Bento Ferreira, onde cresci na fé e partilhei de momentos ricos à minha formação religiosa.

À Luzia Merçon Vieira e família, Abdo Chequer e Terezinha, Abdo Filho, Lucas e Miguel minha segunda família pelo amor e carinho nessa longa jornada.

À Neuza Solange, Júlio Antônio e família, Álvaro e João Pedro, Braz Padovani e Penha Colodetti, Andréa e Júlio, Carla e Matheus, Michelle pela amizade de longa data que nos faz ser família também.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Histórico de reajustes salariais bancários BB-CEF 94/2003
Tabela 2	Filiações e desfiliações SEEB Brasília – 1990-1999
Tabela 3	Motivos de greve entre os bancários – Brasil – 1993-1999
Tabela 4	Histórico de reajustes salariais – FEBRABAN – 1994-2003
Tabela 5	Estoque de empregos no setor financeiro – Brasil – 1986-2000

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** Reivindicações da categoria Brasil – CCT 1997/1998
- Quadro 2** Cláusulas de remuneração minuta da Campanha 1997/1998
- Quadro 3** Convenção coletiva dos bancários – Brasil - 1997/1998
- Quadro 4** Cláusulas sociais e trabalhistas/proteção ao emprego – CCT 1997/1998 – Brasil
- Quadro 5** CID 10 – causas de afastamento com maior incidência sobre os bancários – Brasil
- Quadro 6** Conquistas sociais dos bancários sobre as CCT – 1994-1999

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Causas de afastamento entre os bancários – Brasil 1991-1998 (em %)

LISTA DE SIGLAS

AFUBESP – Associação dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo

AFAL – Agência de Fomento do Estado de Alagoas S/A

AFAM – Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A

AFAP – Agência de Fomento do Estado do Amapá S/A

AFBA – Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A

AFGO – Agência de Fomento do Estado de Goiás S/A

AFMT – Agência de Fomento do Estado do Mato Grosso S/A

AFPR – Agência de Fomento do Estado do Paraná S/A

AFRN – Agência de Fomento do Estado do Rio Grande do Norte S/A

AFRO – Agência de Fomento do Estado de Rondônia S/A

AFRR – Agência de Fomento do Estado de Roraima S/A

AFRS – Agência de Fomento do Estado do Rio Grande do Sul S/A

AFTO – Agência de Fomento do Estado de Tocantins S/A

ANL – Aliança Nacional Libertadora

BC/BCB/BACEN – Banco Central do Brasil S/A

BADECE – Banco de Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A

BADEP – Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná S/A

BADESC – Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A

BADESP – Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo S/A

BAMERINDUS – Banco Mercantil e Industrial do Paraná S/A

BANACRE – Banco do Estado do Acre S/A

BANAP – Banco do Estado do Amapá S/A

BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A

BANDEPE – Banco do Estado de Pernambuco S/A

BANDERN – Banco do Estado do Rio Grande do Norte S/A

BANDESUL – Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul S/A

BANEB – Banco do Estado da Bahia S/A

BANERJ – Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A

BANESPA – Banco do Estado de São Paulo S/A

BANESTADO – Banco do Estado do Paraná S/A
BANESTES – Banco do Estado do Espírito Santo S/A
BANRISUL – Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A
BANRORAIMA – Banco do Estado de Roraima S/A
BB – Banco do Brasil S/A
BDGOIÁS – Banco de Desenvolvimento do Estado de Goiás S/A
BDM – Banco de Desenvolvimento do Estado do Maranhão S/A
BD-RIO – Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro S/A
BDRN – Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte Roraima S/A
BEA – Banco do Estado do Amazonas S/A
BEM – Banco do Estado do Maranhão S/A
BEG – Banco do Estado de Goiás S/A
BEMAT – Banco do Estado de Mato Grosso S/A
BEMGE – Banco do Estado de Minas Gerais S/A
BESC – Banco do Estado de Santa Catarina S/A
BRB – Banco de Brasília S/A
BERON – Banco do Estado de Rondônia S/A
BOZANO SIMONSEN – Banco Bozano Simonsen S/A
CCQ – Círculos de controle de qualidade
CEF / CAIXA – Caixa Econômica Federal S/A
CAIXEGO – Caixa Econômica do Estado de Goiás S/A
CEERS – Caixa Econômica do Estado do Rio Grande do Sul S/A
CEESC – Caixa Econômica do Estado de Santa Catarina S/A
CF – Constituição Federal
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CONTEC - Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito
CONTRAF – Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro
CREDIREAL – Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CSUB – Confederação Sindical Unitária do Brasil

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce S/A

DESENBANCO – Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A

DIIESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DORT – Distúrbios osteomusculares relacionadas ao trabalho

FHC – Fernando Henrique Cardoso (governo)

FMI – Fundo Monetário Internacional

FS – Força Sindical

FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos

FENABAN – Federação Nacional dos Bancos

FUS – Frente Única Sindical

HSBC – Hong Kong and Shanghai Banking Corporation

JIT – Just in time

LER – Lesão por esforço repetitivo

MERIDIONAL – Banco Meridional do Brasil S/A

MINASCAIXA – Caixa Econômica de Minas Gerais S/A

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MTE/MTB – Ministério de Trabalho e Emprego/ Ministério do Trabalho

MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

NOSSA CAIXA – Caixa Econômica do Estado de São Paulo S/A

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PARAIBAN – Banco do Estado da Paraíba S/A

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDI – Programa de demissão incentivada

PDV – Programa de demissão voluntária

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PRODUBAN – Banco do Estado de Alagoas S/A

PROER – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional

PROES – Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária

RAET - Regime Especial de Administração Temporária

SANTANDER – Banco Santander Brasil S/A

SEEB Brasília – Sindicato dos Empregados dos Estabelecimentos Bancários de Brasília

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

RESUMO

O estudo examinou os efeitos da reestruturação produtiva no Brasil na década de 1990, tendo particular recorte nos anos 1997-1998 sobre a categoria bancária e seu sindicato, bem como as consequências advindas desse processo sobre a gestão do trabalho bancário e sindical, no próprio sindicalismo bancário e na saúde dos bancários.

Fez-se uma abordagem histórica do processo da reestruturação produtiva, sua constituição e implantação no Brasil de acordo com o Consenso de Washington, o processo de desestatização com a venda de empresas públicas, redução da presença do Estado na economia e a profundidade desse processo no governo de Fernando Henrique Cardoso. O processo de privatização dos bancos estaduais - via PROES -, e o saneamento das instituições particulares - via PROER -, a instituição do Plano Real e a perda de *floating* das instituições bancárias, são vetores para um processo que eliminou postos de trabalho, acentuou o processo de automação nos bancos, promoveu a terceirização de serviços dentro das agências e gradativamente se implantou um processo de intensificação da atividade bancária que, por sua vez, promoveu um largo processo de degradação das relações e da solidariedade entre os bancários, uma incidência maior de afastamentos derivados por lesões nervosas promovidas pelo esforço intenso no trabalho (LER) e as oriundas de distúrbios osteo-musculares (DORT), como aquelas derivadas de cunho psíquico relacionadas com o aspecto moral.

A pesquisa verificou a identidade bancária subsumida nesse novo processo que, por sua vez, levou ao questionamento do bancário em seu próprio fazer e o produto de seu trabalho, verificado como um “fazer vazio” tendo em vista a dinâmica de dinheiro gerando dinheiro. Essa identidade passou por uma profunda reflexão quando é percebido que o ambiente de convívio não se pauta mais pela solidariedade, mas, pela competição, pelo cumprimento de metas e pelo mascaramento do sofrimento dentro do trabalho. Uma rotina vazia, sem um horizonte de perspectiva que o leva a negar o sofrimento alheio e que cria o isolamento social e o desenvolvimento de doenças psíquicas.

Embora o objetivo não fosse detalhar casos particulares - por uma questão ética -, foi-se possível verificar que a intensificação do trabalho entre os bancários acentuou o número de ocorrências de afastamentos, ora dados por esforço excessivo, ora dados pela própria pressão por resultados. Quanto ao aspecto sindical, verificou-se uma mudança

de perspectiva necessária para uma nova forma de ação em face à mutabilidade do capital que, por sua vez, buscou eliminar todas as formas de organização e cooperação entre os trabalhadores utilizando de armas e circunstâncias propícias para seu intento. Os sindicatos dos bancários e, em particular, o Sindicato dos Empregados dos Estabelecimentos Bancários – Brasília precisou reformular-se para enfrentar as novas armas do capital contra os trabalhadores bancários ainda que na promoção de uma forte reestruturação em suas organização, modos de ação e iniciativas de luta conjunta. Essa transformação, por sua vez, produziu uma nova forma de entender-se sindicato, da mesma forma que abriu-se à outras frentes de luta que, não somente aprofundada, em parte, para dinâmica da reestruturação produtiva e dos efeitos sobre o sindicalismo como um todo. Assim, muito além de um sindicalismo de resultados, destacou-se como um dos sindicatos a cerrarem fileiras contra a exploração do trabalhador, pela promoção e dignidade do trabalho e, principalmente, pela construção da cidadania como um direito universal estendido aos trabalhadores bancários.

Palavras-chave: reestruturação produtiva, sindicalismo, bancos brasileiros, automação, bancários.

ABSTRACT

The study examined the effects of restructuring of production in Brazil in the 1990s, with particular crop in the years 1997-1998 on the banking category and their union, as well as the consequences resulting from this process on the management of bank work and labor, on-unionism banking and health of the bank.

There was a historical process of productive restructuring, its constitution and deployment in Brazil according to the Washington Consensus, the privatization process by selling public enterprises, reduction of state presence in the economy and the depth of this process in government Fernando Henrique Cardoso. The process of privatization of state banks - via PROES -, and sanitation of private institutions - via PROER - the institution of the Real Plan and the loss of floating banking institutions are vectors for a process that has eliminated jobs, accentuated the process automation in banks, promoted the outsourcing of services within agencies and is gradually implemented a process of intensification of banking which, in turn, promoted a large degradation of relations and solidarity between the bank, a higher incidence of absenteeism derivatives by nerve damage promoted by intense stress at work (RSI) and those from osteo-muscular disorders (MSDs), such as those derived from psychic imprint related to the moral aspect.

The research analyzes the banking identity subsumed in this new process which, in turn, led to the questioning of the bank in his own doing and the product of their work, scanned as a "make void" in view of the dynamics of money generating money. This identity has undergone a profound reflection when it is realized that the convivial and not more towards the solidarity, but the competition for achieving targets and the disguise of suffering within the work. An empty routine, without a horizon perspective that leads to denying the suffering of others and establishing social isolation and the development of psychological disorders.

Although the goal was not to detail particular cases - in an ethical question - was it possible to verify that the intensification of labor between the bank emphasized the number of occurrences of absences, sometimes given by overexertion, sometimes data due to pressure for results. As for the trade union aspect, there was a shift in perspective required for a new form of action against the mutability of capital which, in turn, sought to eliminate all forms of organization and cooperation among workers using weapons and circumstances conducive to their intent. The unions of the bank and, in particular, the Union of Bank Employees of Establishments - Brasilia needed redesign itself to face the new weapons of capital against bank employees even in promoting a strong restructuring in their organization, modes of action and initiatives of joint struggle. This transformation, in turn, produced a new form of union understood in the same way that opened up to the other fronts of struggle, not only thorough, in part, to the dynamic restructuring of production and the effects on trade unionism as a whole. Thus far beyond a unionism results, stood out as one of the unions united front against the exploitation of workers by promoting and dignity of work, and especially for the construction of citizenship as a universal right extended to bank employees.

Keywords: productive restructuring, unions, Brazilian banks, automation, banking.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
LISTA DE TABELAS	9
LISTA DE QUADROS	10
LISTA DE GRÁFICOS	10
LISTA DE SIGLAS	10
RESUMO	16
ABSTRACT	18
INTRODUÇÃO	21
Problematização do objeto	22
Percurso metodológico	24
Capítulo 1 – A nova ordem do capital na globalização	35
1- A reestruturação produtiva nas décadas de 1980-1990 e o avanço do neoliberalismo	35
1.1.- O capitalismo em mutação: o neoliberalismo, a globalização e o trabalho	42
1.2.- O neoliberalismo no Brasil e as transformações operadas no trabalho	50
1.3.- A reestruturação produtiva nos bancos brasileiros na década de 1990	57
1.4.- O PROES e o processo de privatização dos bancos públicos.	62
1.5.- O trabalho bancário em uma nova configuração	67
Capítulo 2: O sindicalismo bancário e o painel dos anos 90	72
2.- Breve histórico do sindicalismo brasileiro	73
2.1. O sindicalismo na era Vargas (1930-1945)	78
2.2.- O sindicalismo pós 1950	83
2.3.- A ação sindical bancária no neoliberalismo	95
2.4.- A construção da identidade bancária no neoliberalismo.	100
Capítulo 3 - O SEEB Brasília em cena	112
3.- A história do SEEB Brasília	115

3.1.- O sindicalismo em tempos neoliberais	120
3.2 O sindicalismo contra a ofensiva neoliberal: os anos de 1990-1994.....	125
3.3. O sindicalismo contra a ofensiva neoliberal: os anos 1995-1999.....	131
3.4 A campanha salarial 1997-1998.....	136
3.5 As reivindicações da categoria para a convenção coletiva de 1997-1998.....	141
3.6 As mudanças operadas no trabalho bancário e no SEEB Brasília.....	162
3.7.- Novos horizontes para o SEEB Brasília: participação, conscientização e mobilização.....	172
Capítulo 4: Ser ou estar bancário?	178
4.1- Os efeitos da reestruturação produtiva sobre os bancários brasileiros	181
4.1. O <i>sofrimento</i> entre os bancários.....	186
4.2.- A tipologia de sofrimentos	192
4.3.- Trabalho sobre pressão	202
4.4.- O trabalho sujo em nome da produção	206
4.5.- Resistência bancária	212
Considerações finais	217
Referências	222
ANEXOS	229

INTRODUÇÃO

O século XX foi propício em apresentar um painel de transformações graduais e, por conseguinte, cruciais e determinantes para o século XXI: a ascensão de uma potência mundial, o cenário de duas guerras de contexto global e outras em contextos locais, a criação de mundos contrastantes entre si: os desenvolvidos, os socialistas e os em desenvolvimento, pejorativamente tratados com “Terceiro Mundo”, a força do capital sobre as esferas sociais e do mundo humano, a ascensão da era tecnológica, da informática, da Economia e de todas as suas aplicações práticas no mundo humano, da defesa incondicional do ecossistema, da biosfera e dos movimentos pró-natureza, de enviar o homem à lua e, também, de ultrapassar as barreiras do Universo conhecido. Enfim, foi um século de transformações e, em alguns casos, de um vasto campo de experiências antes, teoricamente pensadas, nesse século postas em prática.

O homem, na mesma medida, também se vira transformado: era não mais somente um sujeito de e para o conhecimento como, também, foi transformado em objeto do conhecimento, da aplicação de sistemas que, em sua prática, o transformariam num autômato. Viu o seu espaço de transformação operada pelo e através do trabalho lhe ser transformado, em muitos casos, de forma sucinta e brutal, retirando-o de seu espaço de transformação e socialização. Da transformação do modo taylorista-fordista de produção, de produção seriada agora possui o seu espaço reduzido a poucas pessoas, muitos sistemas e um sem número de comandos e operações em terminais automatizados, formatados para – de forma lógica – atender a comandos que possam consentir (“sim”) ou negar (“não”). Transformações claras que passaram da laboriosa cooperação no trabalho para uma forma de trabalho alienado, tornado outro em suas relações para com o seu produto. Categorias laborais foram transformadas, outras tenderam ao ostracismo e outras foram desaparecendo a esteira dos avanços tecnológicos.

O sindicalismo também foi pego na corrente das mudanças e transformações o que levava muitos a uma guinada em suas ideologia e modo de atuação quando não ao desaparecimento ou unificadas a outros sindicatos visto poderem estar marcados seriamente pela “morte”. Havia muitos intelectuais que propunham o fim do trabalho e do sindicalismo dada a dinâmica dos eventos dessa nova face do capitalismo: a globalização e o neoliberalismo.

Não obstante, o sistema bancário foi o mais sintomático dentro do universo do trabalho a sofrer as transformações mais intensas. A redução nos postos de trabalho, a automação em larga escala, a intensificação do trabalho, a busca por captação de clientela, oferta de produtos, sutil cooptação para os interesses dos banqueiros e o adoecimento físico-psíquico dos bancários foram a tônica dos anos 1990, particularmente quando tratados na perspectiva do Brasil que, no mesmo período, sofreu transformações políticas, gozou da estabilidade econômica promovida pelo Plano Real mas aplicou o neoliberalismo atendendo à determinações assumidas pelo Consenso de Washington. Dessa forma o mercado financeiro brasileiro passa a constar no cenário mundial globalizado, participante das grandes mudanças operativas desse novo contexto à qual, basicamente todas as nações se encontram pareadas. A redução do papel do Estado e a redefinição dos papéis a ele conferido, o livre fluxo do mercado, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto foram algumas das formas pelas quais a ideologia neoliberal se estruturou em nossa sociedade. A redução do Estado acarretou mudanças, também, na sociedade brasileira: a eliminação de postos de trabalho e a substituição e alta rotatividade na mão de obra, exigência da qualificação constante e a acirrada competitividade entre as empresas. O espaço da atividade sindical, também o foi significativamente reduzido.

Sendo assim, a alteração no mundo do trabalho – principalmente entre os bancários – sofreu acentuadamente com a implantação da automação, do sistema de redes, capacitação constante do trabalhador, acentuada visão mercadológica e a competitividade entre os grandes bancos passando por cima dos direitos e conquistas dos trabalhadores, aviltando o trabalho bancário e substituindo bancários resistentes a essa nova concepção além de reduzirem a participação sindical muito embora não a conseguissem eliminar de todo.

Problematização do objeto

A década de 1990 promoveu mudanças significativas no aspecto econômico e social na sociedade brasileira, mas, em outros aspectos, promoveu mudanças no trabalho, nos hábitos de consumo, na ação sindical cujas marcas dificilmente são curadas. O próprio trabalho bancário sofre uma drástica redução quantitativa no aspecto qualitativo: a reestruturação produtiva criou outro perfil de bancário: ao mesmo tempo em que exige uma maior qualificação (o crescimento de bancários com nível superior),

também exige a polivalência na atividade do bancário que, ao mesmo tempo, presta um serviço é, também, incentivado a vender produtos dos bancos para, desse modo, poder cumprir para com as metas estabelecidas pelas superintendências. No entanto, não é uma garantia de que seja preservado o seu emprego e, tão pouco, seja a garantia de promoções dentro da hierarquia bancária. Em seu aspecto geral, continua a desempenhar as mesmas funções – de forma plural – e intensificada.

Alheio a isso, o aspecto de solidariedade entre os bancários, aos poucos, cede espaço para a competição aberta, o jogo de interesses em prol da autopromoção e estimulada pela competitividade *inter equipes* pelos próprios bancos. O reflexo é constatado que, na ausência de um funcionário, a equipe se sobrecarrega e passa a isolar o companheiro e vê-lo como um estranho. Esse isolamento contribui para a incidência de doenças de fundo físico-psíquico minando a capacidade de um bom desenvolvimento do próprio bancário. A pressão, desse modo, torna-se uma das tônicas do trabalho bancário na reestruturação produtiva.

Em face disso, podem-se analisar as consequências advindas da reestruturação produtiva na sociedade brasileira e, especificamente no mercado de trabalho brasileiro. Analisando ser uma experiência – a princípio – política, oriunda de determinações de organismos econômicos internacionais (BID, BM, FMI), mediados pelo Consenso de Washington e aplicados em larga escala nos países latino-americanos. A aplicação política no Brasil se dá nos três governos democraticamente eleitos – Collor e FHC sendo Itamar Franco assumindo os dois anos restantes do mandato de Collor – com o desmantelamento do Estado seguindo a orientação neoliberal de manter o mínimo controle estatal permitindo o livre curso da própria economia. O processo de desestatização permitiu o encolhimento dos cargos, o sucateamento do parque industrial brasileiro (principalmente o estatal), a venda das empresas estatais ao capital privado com valor abaixo dos valores de mercado.

Procuramos problematizar os efeitos da reestruturação produtiva na atividade bancário e seus reflexos na atividade sindical embora se tenham verificados poucas desfiliações entre os bancários. No aspecto da atividade sindical, entretanto, pode-se verificar a mudança de concepção na ação sindical em face à nova dinâmica operada na estrutura das instituições com a reestruturação produtiva. Um sindicalismo mais abrangente, inserido nas questões sociais, ciente do seu papel transformador e social surgiu das ruínas do velho sindicalismo, mais coeso e determinado na defesa dos

trabalhadores, na preservação dos direitos e na construção do processo democrático e cidadão. Abriu-se à comunidade, convidou-a a cerrar fileiras com os mais diversos movimentos sociais e alinou-se diretamente na promoção de justiça social. O aspecto político não tendeu ao partidarismo, mas, na pró-atividade.

A análise da reestruturação produtiva no trabalho bancário levou-nos a elementos instigantes: o aumento da qualificação entre os bancários salta como elemento preponderante embora não se reflita num melhor retorno financeiro. Mas, a análise do aspecto da saúde do bancário, verificou-se marcas profundas do sentimento do trabalho vazio (CODO; SAMPAIO, 1995) resultado da intensificação do trabalho, promovendo a suspensão dos valores morais (SENNETT, 1995) e a promoção da banalização da injustiça dentro do seu ambiente de trabalho (DEJOURS, 1998) práticas que se acentuaram e resultaram na degradação do trabalho e trabalhador bancário no curso da década de 1990 (REGO, 2010).

A fragmentação do trabalho, a intensificação, a o automatismo, o processo de alienação do trabalho resultado da dinâmica de produção do dinheiro – dinheiro, a assunção das modernas técnicas de assimilação de comandos, a produção intensificada por ritmos ditados pela automação, a polivalência, a competição inter pares, a insensibilidade ao sofrimento, à perda do horizonte na profissão, a incidência de doenças causadas pelo esforço intenso (LER/DORT), às doenças de fundo psíquico intensificadas no curso da década de 1990 foram algumas das hipóteses levantadas e que se mostraram evidenciadas no marco teórico dessa pesquisa da mesma forma que, em face desses elementos, a capacidade de mobilização significou pequena perda, insignificante para o estudo realizado.

Percurso metodológico

O estudo realizado se situa na área de Política Social, na linha de Trabalho e Relações Sociais. Ao situar a pesquisa dentro da área de Política Social, verificou-se abordar a temática do trabalho e do emprego bancário como, também do sindicalismo, também fez-se adentrar na área das Ciências Sociais, da História e em parte da Filosofia. A metodologia aplicada foi a da análise documental e que teve o intuito de analisar as causas, eventos e fenômenos decorrentes do processo histórico da década de 1990 sobre os bancários e a atividade sindical bancária. Fez-se a análise de farta documentação obtida junto ao Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos

Bancários – Brasília (SEEB), da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF) e farta bibliografia referencial.

Foram analisados 119 documentos oficiais (minutas, convenções coletivas, aditivos, textos específicos), executada a leitura de toda a bibliografia referencial (mais de 50 títulos), dispendo de 6 horas diárias para a leitura, seleção temática para a confecção dos capítulos compondo um tempo total de 8 meses para a produção do trabalho final. A análise passou pelo critério da análise crítica, selecionando o material para a composição de cada capítulo, pesquisando artigos mais recentes que fizessem reporte à época - a qual -, se propôs abordar o objeto da pesquisa. No percurso, foram encontrados muitos obstáculos quanto à obtenção de dados mais concisos (como no caso dos suicídios entre os bancários) mesmo tendo seguido os procedimentos-base para a obtenção dos mesmos e na burocracia estatal embora se tratasse de um assunto relevante.

Na formulação das hipóteses, verificou-se que as mudanças promovidas na estrutura física das agências, a ideia de espaço de confinamento (em baias) e da vigilância onisciente do trabalho, a capacidade holística e sistêmica do funcionamento de uma agência – ou, do início, meio e fim do processo -, a exigência da qualificação constante e a capacidade de dominar as múltiplas linguagens do *sistema*, a sua operacionalidade e marcação do ritmo mecânico em sua produção permitiu a perda da sua autonomia (criou um trabalhador dependente dos comandos, ou seja, um autômato), a pressão por resultados que, por sua vez, leva à uma gradativa degradação de sua saúde e sanidade psíquico-mental, a presença de métodos de apropriação do trabalho por meio da impostura autoritária e da subordinação silenciosa aos vários métodos de pressão exercida no trabalho cotidiano (SENNET, 1995; DEJOURS, 1998; REGO, 2011) em busca de metas que, em muitos casos, são inalcançáveis. Isso, por sua vez, levou-nos à hipótese secundária que, em muitos aspectos, o trabalho bancário é desinteressante pela falta de perspectivas no horizonte de mudanças, a exigência de mais “sangue novo”, jovens universitários, a ideia de um sindicalismo como uma estrutura arcaica, espaço de politização e empecilho para sua progressão na estrutura bancária. Contudo – e num cenário desfavorável para o trabalhador bancário – a reestruturação produtiva na década de 1990 acentuou o conflito das classes ao mesmo tempo em que concentrou poderes no mercado financeiro que, por sua vez, articulou-se em desestruturar as estruturas de

amparo e de resistência dos trabalhadores – os sindicatos – em cenários que, em certos momentos, foram propícios para a sua vitória: a fragilização dos trabalhadores dada a alta rotatividade nos bancos, a perda de *floating* promovida pela estabilidade econômica, o embate direto do governo federal em esvaziar o movimento bancário nas instituições financeiras públicas e que passaram por, em muitos casos, aumento zero para as duas grandes instituições financeiras – Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal -, o desestímulo de funcionários de carreira e a intensificação do trabalho bancário e a contratação – via concurso público – de novos bancários com piso salarial defasado e na perspectiva vazia da estabilidade no emprego. Por sua vez, também nos mostraria a fragilização desse mesmo trabalhador num ambiente desfavorável ao desenvolvimento de seu trabalho e da solidariedade, motivo o qual, em muitos momentos, nos deparamos com autores e pesquisas que abordavam o declínio da sanidade física e mental e, em muito, aos casos de suicídios entre os bancários.

Por sua vez, registra-se a dificuldade da obtenção de dados seguros junto aos órgãos públicos federais como o Ministério do Trabalho (MTb), Ministério da Previdência Social (MPS) e do Ministério da Saúde (MS) no que pese à falta de organização e extrema burocracia, não obstante o direito assegurado à informações públicas se aplicar, em tese, e pouco se dar, no prático.

A pesquisa teórica foi basilar para a compreensão histórica dos eventos que culminavam com a sintomática queda na qualidade dos serviços bancários, na redução dos postos de trabalho e na deteriorização da qualidade de vida dos bancários. Entretanto e, por se tratar em sua grande parte de uma pesquisa teórica, compreendeu-se em quatro grandes etapas de compreensão do processo obedecendo à ordem dos capítulos e temáticas produzidas.

No primeiro capítulo procurou-se compreender o fenômeno da reestruturação produtiva tendo, em seu fundo histórico, a construção do ideário neoliberal pela Escola de Chicago e seus testes o Chile (1973) e a cidade de Nova Iorque (1975) e, na Grã-Bretanha (1980) e os Estados Unidos da América (1981). Para tanto, fez-se referência à leitura de David Harvey por conter, de forma específica, os levantamentos e a compreensão histórica desse período. No que se refere ao Brasil, tem-se como marco inicial a aplicação das diretrizes do Consenso de Washington assumidas pelo governo de Fernando Collor de Mello e, aos quais, previam a abertura do mercado nacional, o processo de desestatização que levou à redução da presença do Estado no setor

financeiro (do qual, também os bancos estatais faziam parte), o curso de uma economia recessiva (BOITO JR, 1996), a ofensiva contra os sindicatos e o surgimento de uma nova organização sindical (a Força Sindical) de tendência neoliberal, o enxugamento da máquina pública em prol do avanço da livre iniciativa do capital. A desvalorização do trabalho bancário fez-se notar com a redução nos postos de trabalho, muitos programas de incentivo à desvinculação com a instituição – os Planos de Demissão Motivada (PDVs) –, a repressão por parte do Estado em negociar – ou não – a reposição salarial abaixo dos índices inflacionários e exigir qualificação, aprimoramento constante e da desmobilização da categoria.

O segundo capítulo procurou abordar um breve histórico do sindicalismo brasileiro – em suas origens –, a sua construção e, em particular, o próprio sindicalismo bancário na fase inicial do neoliberalismo no Brasil estritamente tendo o foco dos anos 1990 marco da ressignificação das lutas sindicais bancárias após a vitoriosa greve de 1985 (BLASS, 1992) e o processo de substituição do trabalho alavancado pelas novas tecnologias aplicadas aos bancos, o largo processo de automação e territorialização como o novo rearranjo funcional das agências bancárias, a horizontalização da hierarquia, intensificação do trabalho e a “perda” da identidade bancária que, por sua vez, encontrará reflexos mais graves a partir da segunda metade da década de 1990. Aqui buscou-se referências específicas em Antunes (1993), Dal Rosso (2011), Alves (2011), Jinkings (1995) entre outros.

No terceiro capítulo se teve a história do Sindicato dos Empregados dos Estabelecimentos Bancários de Brasília (SEEB) que, mesmo no fluxo dos acontecimentos da década de 1990, promoveu reformas em sua forma de ação e atuação que permitiram-lhe projetar e avançar na luta sindical bancária usando de novos instrumentos de mobilização, abertura aos anseios da sociedade civil e estabelecendo linhas de frente na luta dos trabalhadores em geral. Ao se abrirem, permitiram a visibilidade das ações, cerrando fileiras nas causas sociais e na promoção da cidadania e da cultura brasiliense. Não obstante, essa abertura permitiu a mudança de concepção – ao mesmo tempo que causou estranhamento dentro de sua estrutura – para um sindicato atuante, alinhando com as causas sociais e partícipe da luta e dignidade no trabalho. Essa mudança também beneficiou olhar com maior acuidade ao bancário em suas particularidades vivenciadas à época tais como a pressão por resultados, a saúde físico-psíquica de seus afiliados (como também os não afiliados), levantamentos acerca dos

afastamentos entre os bancários e suas causas além da promoção de atividades culturais que puderam afastar a intensa pressão dos ambientes de trabalho aos quais, os bancários se encontravam submetidos. O material para pesquisa deste capítulo resume aos cedidos pelo próprio Sindicato tendo, inclusive, obra a ser publicada, além de bibliografia específica sobre o sindicalismo bancário brasileiro em que se pese o destaque ao SEEB Brasília.

No quarto capítulo, detalhou-se o título dessa pesquisa, abordando a questão identitária em tempos neoliberais, o peso da intensificação do trabalho e suas consequências no processo de perda da solidariedade, da saúde física e psíquica, do sentido do trabalho e, em parte, de sua própria subjetividade além do acarretamento de doenças oriundas do esforço repetitivo e da própria ergometria. A pressão psicológica por rendimento, por maximizar os lucros das entidades bancárias, a mudança de perfil do bancário (passa, também, à ser um vendedor varejista dos produtos bancários), a constante qualificação, o processo de competição entre as equipes, a discriminação por gênero e opção sexual – muito embora não abordada com profundidade nessa pesquisa mas, indissociável quanto ao processo excludente ocorrido dentro das agências e postos de trabalho – foram marcantes – como ainda o são – no universo cotidiano do trabalho bancário. Em que se pese o aspecto da qualificação, os bancários constituíram uma classe de trabalho com mais tempo de estudos e tempo nos bancos escolares constituindo um critério para ingresso para trabalho nos bancos mesmo que não se revelasse como um elemento para melhor remuneração.

Em vista da não qualificação às entrevistas, o acesso à teses, dissertações e obras abrangendo o sofrimento oriundo da exposição a um trabalho estressante, aos comandos automáticos pré-determinados dos “sistemas”, à pressão dos encarregados e gerentes pelo cumprimento das metas o que acarretou ao bancário – principalmente ao contingente maior do sexo feminino – à sérios problemas de saúde, perda do lócus da vida, casos de depressão, doenças psicossomáticas e, em casos mais graves, ao alcoolismo, drogas e ao suicídio. Há de se destacar a questão das mulheres sofrerem mais do que os homens a exposição ao sofrimento dentro das agências o que levou ao maior número de afastamentos justificados em seu trabalho. As marcas psíquicas, no entanto, levaram muitos a abandonar a carreira; outros, no entanto, preferiram o sofrimento por não verem outras alternativas fora dos bancos. Foram importantes as leituras de Machado (2012), Segnini (1998), Dejourns (1998), Rego (2011), Minella

(2007), Laranjeira (1997), Hirigoyen (2002), Garcia (1999), Santos (2009), Ferreira (2007) além de pesquisa nas plataformas do DIEESE (2005).

No campo da atividade sindical, percebeu-se que, no campo específico do SEEEB, as perdas no número de sindicalizados foi pequena embora não possa ser abrangente à todo o universo de empregados atuais nos bancos/agências. Mas, com o advento do neoliberalismo, percebeu-se que a mudança tática e de postura quanto às lutas sofrera revezes em sua forma de ação e organização. Fora preciso reinventar-se, mudar a concepção ideológica da luta, não mais pelo confronto direto (ou no jargão de ir no “peito e na raça”), fato observado após a metade da década de 1990 principalmente pela abertura à novos tempos. Com isso, o sindicalismo bancário – no campo de atuação de Brasília – aplicou outros mecanismos de atuação, captação de novos sindicalizados além de fazer coro às questões sociais, estando presente e marcando espaço de luta conjunta com outros segmentos sociais. Destarte a condição da sua própria sobrevivência econômica, a aquisição de patrimônio próprio e utilização do espaço destinado a atividades culturais e sociais permitiu-lhe manter-se evidente na sociedade brasiliense.

Já a categoria dos bancários – em tempos idos, uma das mais fortes, organizada e articulada – sentiu o impacto das mudanças operadas na década de 1990 e que, em parte, apeou-os do seu poder decisório dentro do trabalho. A ampla e incisiva automação do trabalho fez desaparecer postos de trabalho à medida em que se pregavam os feitos da moderna tecnologia na otimização do tempo, da simultaneidade das informações, da operação remota sem o uso da agência, de filas, de inconvenientes com funcionários. Na mesma medida em que se aplicava a automação reduzia-se o contingente de bancários em suas funções e nas agências, postos, subcentros e câmaras de compensação. A novidade mostrou-se temerária a classe como a intensificação do trabalho expôs o outro lado: as doenças ocupacionais e os afastamentos provocados por essa intensificação.

Do mesmo modo, com a competitividade entre as instituições bancárias, os bancos agiram como balcões de ofertas de produtos aos clientes e usuários. Estimulou-se a competição entre os pares, o estabelecimento de metas e a pressão por produção, o assédio moral e o vale-tudo para se alcançar as metas. Assim, a aplicação da teoria darwinista da evolução das espécies se deu localmente nas agências e postos bancários expondo os bancários à face cruel da competitividade capitalista e endógena bem como

agravando o quadro de saúde dos remanescentes bancários. Isso levou bancários à uma luta solitária e silenciosa contra a dor (REGO, 2011), à submissão voluntária à pressão acabando por pôr, em suspenso, valores ético-morais (SENNETT, 1995; DEJOURS, 1998). Nos referidos autores se o viés da doença psíquica se apresenta escalonado, há a afirmação da “síndrome do trabalho vazio” (CODO; SAMPAIO, 1995, p. 317) ou seja:

Mas, se o modo como o trabalho é executado (a atividade) e o que resulta desse trabalho (o produto) são importantes na construção da identidade humana, por que estudos que envolvam a relação entre produto do trabalho e saúde mental são tão raros? (,,) Mais precisamente, a ausência de produto no trabalho dos bancários.

Há pesquisadores e autores que afirmam a outra face dessa intensificação com a interrupção do processo vital, ou seja, casos de suicídio entre bancários que apontam para um suicídio para cada 20 dias (SANTOS, 2009). Dado o sigilo e implicações éticas pode-se, somente, trazer à luz esse dado resultado de um processo de gradativa desumanização que ocorreu nas instituições bancárias.

Assim, respondendo aos questionamentos sobre os efeitos da reestruturação produtiva na atividade e identidade do bancário para essa pesquisa e estudo, percebeu-se que a condição da identidade bancária (*o ser bancário*) sofreu significativa perda com o aviltamento do fazer no trabalho exercido – em tempos idos – para o subsumido em tempos atuais (*o estar bancário*), fator positivo exercido pela qualificação constante exigido pelas instituições bancárias além do cabedal de conhecimento e operacionalização de rotinas permitirem ao bancário vislumbrar outros horizontes de progressão profissional o que o faz *estar bancário*. Já no que se refere ao *ser bancário* a questão identitária passa pelo reconhecimento e sua importância e ter no trabalho a transformação de si e das relações ao seu redor, nesse caso, um universo infimamente menor ainda que existente.

Quando analisando a questão sindical notou-se a capacidade de reorganização, resignificação e adaptação – bem como a abertura – do SEEB Brasília quanto às mudanças ocorridas no curso da década de 1990. A capacidade de promover mudanças em sua própria estrutura, ter uma visão holística dos eventos, fenômenos e consequências à própria sobrevivência do sindicato, “expurgar” antigos elementos do confronto imediatista, pensar passos adiante do próprio tempo e, literalmente, sair da zona de conforto e ouvir os movimentos sociais além de cerrar fileiras em busca da

causa do trabalhador, da defesa de seus direitos e na luta incansável pela promoção do trabalho e da dignidade do trabalhador. Essa dinâmica permitiu, não somente um sindicato bancário, mas um sindicato que também lute pelos trabalhadores, que possa abrir-se à comunidade promovendo espaço para discussões e promoção da cidadania, sem que isso significasse ter se cooptado ou travestido-se de uma roupagem moderna; pelo contrário, um sindicato combativo e aberto à todos os trabalhadores, operativo na busca e consolidação dos direitos além de fazer eco junto aos movimentos sociais.

Como objetivo geral, analisaram-se as consequências advindas da reestruturação produtiva na categoria dos bancários e, em um primeiro momento, reflexo sobre o pouco interesse dos bancários às atividades sindicais cujo resultado é abordado como a capacidade coercitiva das instituições bancárias como o impedimento à possibilidade de ascensão na carreira bem como a do cumprimento de metas abusivas que estendiam o expediente bancário para além das horas na agência (REGO, 2011), à gradual perda da identidade no trabalho e a produção “soma zero” (CODO; SAMPAIO, 1995), a incidência de doenças advindas do processo de intensificação no trabalho (REGO, 2011; SANTOS, 2009; JINKINGS, 1995; DAL ROSSO, 2011) muitas catalogadas no Catálogo Identificador de Doenças (CID), do Ministério da Saúde. Com a intensificação, a frequência de afastamentos oriundos por lesão dos tendões (Lesão por Esforço Repetitivo - LER) motivada por toques excessivos ao teclado, como também da postura incorreta/ergonomia (Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho - DORT) possuíam estrita relação com o cumprimento das metas estabelecidas pelos bancos às agências. E, numa outra relação subjacente, o assédio moral causava outras doenças que variam da insônia, insociabilidade e isolamento, síndromes (como a do pânico), alcoolismo e, em casos extremos, suicídios.

A redução dos postos de trabalho exigiu um perfil de bancário completamente novo como, também, se refletiu na exigência de escolaridade superior, em geral, a demandas específicas das instituições bancárias perfil etário mais jovem, competitivo, dinâmico. Em vista desse perfil, muitos buscavam a progressão na carreira e viam a atividade sindical como um aspecto de politização. Visto por esta ótica, o pouco acesso à atividade sindical por bancários nesse perfil era nítida.

A perda da subjetividade possui agravantes bem específicos: a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto (ANTUNES, 1993) dado pelo processo de automação das agências atendendo a uma nova configuração econômica mundial (HARVEY,

2005), agravada pelo fechamento de postos de trabalho e pela concentração bancária (COSTA, 2012), pelo Plano Real que reduzirá os ganhos em floating dos bancos (COSTA, 2012; JUNCKES, 2004) oriundos dos ganhos inflacionários pré-Real fazendo com que o governo federal crie dois planos de saneamento para os bancos privados (PROER) e para os bancos estatais (PROES) sendo que, nesse último, preparando as instituições para serem assumidas pelo capital privado. As instituições estatais, por sua vez, incentivam ao desligamento do excedente bancário por meio de PDVs, oferecendo vantagens para os que se desligam. Para o sindicalismo, entretanto, a perda de bancários identificados com o sindicalismo adiantaria o processo de mudanças operadas no seio dos próprios sindicatos.

Essa perda de subjetividade tirou do bancário o espaço da autonomia (capacidade de decisão) para o estado de autômatos (ato de cumprir ordens sem a capacidade de decisão) submetendo-o à própria necessidade de sobrevivência no trabalho, ou seja, não oferece resistências – ainda que silenciosa – o que acarreta num sofrimento psíquico e físico, afastamento do trabalho e a falta de perspectivas quanto aos seus futuro e papel no trabalho. Fato esse que também ocorre entre os bancários estatais ainda que pouco disso venha a público.

Outra consequência é a perda da solidariedade no trabalho e consequente estado de competição aberta o que leva à suspensão dos valores ético-morais (SENNETT, 1995), à flagrantes situações de injustiça e banalidade do mal (DEJOURS, 1998; CODO;SAMPAIO, 1995; REGO, 2011) e opressão para a obtenção de resultados pré-determinados. Visto por essa ótica, em muitos casos, tornou-se lugar comum suportar as ofensas, a pressão em nome da preservação do emprego e do trabalho em equipe, o que vale dizer, no intuito de preservar a imagem da instituição.

Ainda a reestruturação produtiva modificou o espaço físico do trabalho; se antes os espaços largos das agências e a capacidade de identificação setor por setor dada a especificidade de cada funcionário em atender – e entender – especificamente àquela rotina de trabalho, uma nova configuração no layout das agências (espaços limpos ou *clean*) compartilhando com estandes (baias) e atendimento – em muitos casos – personalizados a uma determinada clientela. Também tem-se a horizontalização nas funções e a primazia pela polivalência do bancário em atender às situações e cobrir colegas quando na falta temporária de algum ou alguém. Desde o atendimento ao caixa passando por outras funções, o bancário passa a ter uma visão holística de todo o

funcionamento da agência e da rotina decorrente da atividade. Além disso, o domínio das novas tecnologias tornou-se salutar para a sua sobrevivência e possível progressão na carreira muito embora não seja acrescido nada a mais em seus vencimentos.

Em vista dessa nova configuração, cabe ao bancário atender às metas propostas oferecendo os produtos da instituição dentro e fora de seu horário de trabalho, mascarado, novamente, dentro das metas propostas pela instituição. O apartamento da vida social e o ritmo de trabalho *full time* será um dos vetores para o adoecimento físico e psíquico dentro da categoria. A sua capacidade de resistência é medida pela capacidade de resistir, cada vez mais, ao sofrimento o que, em muitos casos, não lhe é condição para sua promoção. Como afirmado por Rego (2011, p. 63)

Com o aumento das responsabilidades, a perda de autoridade (pela redução dos níveis hierárquicos e pela fusão de postos) e a degradação do *status*, o trabalhador passou a se sentir substituível e inútil; o sofrimento no trabalho, que por vezes culminava em adoecimento, passou a se configurar como vivência subjetiva predominante.

Em vista dessas configurações, o cenário que se descortinou foi o de maior tremor e uma perspectiva nebulosa quanto ao futuro do trabalho bancário e, por conseguinte, da própria atividade sindical. Não há um consenso sobre isso e, tão pouco, a pesquisa aponta para esse desfecho, porém, há o aspecto da resistência aberta contra a pressão e opressão no trabalho. São nos momentos de maior pressão que os trabalhadores percebem a sua capacidade de organização e resistência contra o elemento opressor caso evidente na nova configuração dos sindicatos e, ainda que de forma salutar, estão a par e são conhecedores do processo massivo que se instalou com a reestruturação produtiva. Uma condição leva à outra: não existem bancos sem que haja bancários e, em tempos atuais, mesmo com a facilidade operada pelo sensoriamento remoto (internet) e a operacionalização dos serviços fora das agências físicas, é difícil não associar a imagem da agência estruturada no imaginário coletivo sem a presença de pessoas aptas ao atendimento do público.

Por outro lado, a resistência não se dá de forma isolada, mas, organizada entre os bancários que se unem – em busca de objetivos comuns – em seus sindicatos para lutarem por seus direitos e pela dignidade oriunda do seu fazer cotidiano no trabalho.

A abordagem feita nesta dissertação de mestrado remonta a estrutura do trabalho com a aplicação da reestruturação produtiva no curso das décadas de 1980-1990, o avanço do neoliberalismo sobre a organização do trabalho e as consequências

decorrentes aos trabalhadores no contexto mundial numa perspectiva de análise histórica.

Num segundo momento, tem-se por objetivo analisar as consequências da reestruturação produtiva e da ascensão neoliberal aos trabalhadores brasileiros, principalmente aos bancários no curso da década de 1990 e aos sindicatos bancários. Nesse momento, também se faz uma pequena análise histórica do início desse processo no Brasil no curso dos anos 1990 em consonância com o momento político.

Analisando a perspectiva de que uma nova ordem mundial trouxera mudanças nas sociedades e no próprio trabalho, as consequências mostraram perdas e ganhos ainda que no caso específico dos bancários brasileiros tenha deixado marcas profundas sem que tenham abandonado a luta contra as insídias do capital.

No terceiro momento, avaliamos a questão sindical fazendo um constructo histórico sobre o sindicalismo brasileiro, sobre a constituição de um sindicalismo livre no Brasil e, em particular, o sindicalismo bancário brasileiro e, especialmente, o sindicato dos empregados em estabelecimentos bancários de Brasília (SEEB). A dinâmica das lutas históricas e, preponderantemente, a queda e a ascensão do movimento sindical na reestruturação produtiva. Os sindicatos – notavelmente o bancário – olha para si mesmo, redireciona seus objetos e forma de ação, reestrutura-se e abre-se à defesa da cidadania e defesa dos direitos sociais. Desse modo, também passará por mudanças em sua forma de ser sindicato, não mais por um sindicalismo de resultados, mas, um sindicalismo promotor de cidadania, defesa dos direitos e luta e manutenção das conquistas dos trabalhadores e da sociedade.

O quarto momento aborda a questão da saúde dos bancários e a transformação ocorrida no trabalho bancário. A intensificação, automação, mecanização, o processo de alienação, a cobrança por cumprimento de metas, terceirização, a alta rotatividade nos bancos entre outros permite que o bancário seja submetido à incidência maior de casos relativos à saúde física e psíquica. Dos muitos casos decorrentes de LER e DORT, figuram casos que vão além do esforço físico exaustivo visto que a prática da tortura psicológica ser o divisor entre os mais aptos e os menos aptos, levando – em muitos casos – a casos de depressão, esquizofrenia, psicoses, alcoolismo, dependências químicas de psicotrópicos e alucinógenos (cocaína, maconha entre outros) e, em casos extremos, ao suicídio.

Capítulo 1 – A nova ordem do capital na globalização

*"Nosso dia vai chegar/Teremos nossa vez
Não é pedir demais/Quero justiça.
Quero trabalhar em paz/Não é muito
O que lhe peço/Eu quero trabalho honesto
Em vez de escravidão."
Fábrica (Legião Urbana)*

1- A reestruturação produtiva nas décadas de 1980-1990 e o avanço do neoliberalismo.

O trabalho humano sempre se apresentou essencial para a transformação da sociedade e da história. Além desse aspecto de transformação, recai sobre o homem a condição de dignidade que lhe é conferida por meio do seu exercício.

Desde os tempos mais remotos, o trabalho foi salutar para que o homem pudesse transformar a natureza ao seu redor e, desse modo, avançar sobre as intempéries e sobre o próprio tempo.

Desde a Revolução Industrial, o homem passou a dominar a natureza e criou formas mais avançadas de técnicas que pudessem dar uma nova constituição à sociedade. Descobertas, pesquisas e avanços tecnológicos tomaram forma e se reverteram em benefícios às sociedades. Com elas, também surge o aproveitamento de mão de obra que alimenta o progresso e permite a consolidação do capitalismo.

No entanto, também é significativo que os movimentos de trabalhadores lutaram, visando garantir seus direitos, e, aos poucos, ganharam espaço na luta por melhores condições de trabalho, salário e a dignidade conferida através do trabalho.

O século XX desponta como o século das contradições e de descobertas, um campo vasto de experimentação do qual nem mesmo o trabalho e o trabalhador estão imunes. Sai-se de um modo de produção calcado na cientificidade do trabalho e da produção em série (taylorismo-fordismo) para um modelo que propicie mais produção em menor tempo, com menos custos e sem estoques (por demanda).

O toyotismo foi a ideologia que veio transformar a sociedade de trabalho na década de 1970 de forma gradual. Nos países capitalistas (outrora chamados de Primeiro Mundo), a sua inserção atendia a um quadro de crises durante a década de 1970, principalmente aquelas referentes ao petróleo.

Surgido no Japão, o toyotismo carrega em sua gênese o processo originado na fábrica de automóveis Toyota, tendo por criador um engenheiro mecânico chamado Taiichi Ohno. O sistema caracteriza-se por atendimento de produtos por demanda, evitando a produção em série e a estocagem em depósitos e galpões, elementos característicos do taylorismo-fordismo. Ohno, ao observar esses elementos, buscou fazer com que houvesse alta rotatividade de produtos, obedecendo às necessidades do mercado. Desse modo, propôs a flexibilização da produção, inculcando nos funcionários da empresa a necessidade de se adaptarem ao novo sistema. Para tanto, foi criado o método *just in time*, elemento principal do toyotismo, gerenciado num modelo de organização na produção, obtendo maior qualidade em pouco tempo de produção (ALVES, 2011, ANTUNES, 1995).

Para tanto, fez-se necessário que o trabalhador tivesse em mente todo o processo de produção do bem, sendo capaz de fazer e cobrir eventuais falhas que houvesse no processo como um todo. Aliou-se, desse modo, a disciplina e a organização do trabalhador japonês à exatidão, precisão e gestão do processo.

Primou-se pela gestão e qualidade total, flexibilização, alta produtividade, descentralização produtiva, personalização de produtos, automação e especialização flexível do trabalhador. Em decorrência disso, a chamada “cultura empresarial” da economia do menor custo, maiores ganhos em menor quantidade de pessoas com uma orientação para a conservação, equilíbrio financeiro e ambiental se implantou nas empresas.

Assim, surge o chamado 5 “S” que foram conceitos aplicados à produção e que visam dar um novo sentido à execução do trabalho: senso de utilização (*seiri*), senso de ordenação (*seiton*), senso de limpeza (*seiso*), senso de normalização (*seiketsu*), senso de autodisciplina (*shitsuke*). Com esses princípios, o trabalho seguiu o modelo nipônico de produção aliado à uma forte disciplina com o objetivo de obter “mais por menos”.

Harvey (2003) identifica o toyotismo em um cenário de composição de forças do capital no qual os eventos políticos estão concomitantemente aliados com a força do capital. Nesse cenário de mudanças, o próprio capitalismo se diversificou promovendo a larga escala do emprego da automação, da informática, de sistemas autômatos dispendendo de menos mão de obra e, diretamente, aumentando o desemprego e enfraquecendo a força dos sindicatos. Desse modo, há uma nova fase do capitalismo calcado no que se assegura ser a da acumulação flexível (ANTUNES, 1999).

O toyotismo se caracteriza com a criação do sistema de produção *just in time* (JIT), a flexibilização da produção, a otimização do tempo, o *kanban*, o controle de qualidade total, a verticalização, a instituição do sindicato da fábrica (ou comissão de trabalhadores que negociava diretamente com os patrões, eliminando a intermediação sindical), a aplicação dos 5 “S”, o pagamento por remuneração flexível, a produtividade, a eliminação de grandes estoques físicos, a terceirização, entre outros, como forma de uma nova organização do trabalho; há também a aplicação em larga escala nos países industrializados para, posteriormente ao advento da globalização, ser utilizada nos países periféricos (ou denominados anteriormente de Terceiro Mundo) ou em processo de industrialização nos anos 1990.

Por outro lado, a redução expressiva da atividade sindical foi capaz de transformar os sindicatos em entidades enfraquecidas e esvaziadas de sentido e ação. Coube ao trabalhador adequar-se à polivalência para manter o seu espaço no mundo do trabalho e, mesmo isso, não lhe garantia posto em um mercado altamente qualificado e competitivo.

Antunes (1999) mostra que uma das características do toyotismo foi criar a capacidade de uma empresa enxuta oriunda da liofilização organizativa e da reorganização do espaço de trabalho aliado com o avanço tecnológico. Por outro lado, a intensificação do trabalho, a pressão por resultados e a descontinuidade do trabalho minaram a capacidade de organização dos trabalhadores ao mesmo tempo em que lhes tirava a autonomia da produção. Sobre isso, assevera:

(...) é possível dizer que o padrão de acumulação flexível articula um conjunto de elementos de continuidade e de descontinuidade que acabam por conformar algo relativamente distinto do padrão taylorista/fordista de acumulação. Ele se fundamenta num padrão de produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços (ANTUNES, 1999, p. 52)

Assim, o toyotismo – configurado na fase da acumulação flexível – inaugura uma nova fase na qual o trabalho vivo é gradativamente substituído pelo trabalho morto, o espaço da interação e solidariedade no trabalho dá espaço para a automação e a mecanização da produção, as empresas se abrem com o objetivo de se adequar ao novo mercado, plantas industriais são deslocadas e há a eliminação de postos de trabalho. Abre-se espaço para a terceirização da mão de obra, insta-se à qualificação constante e à

polivalência do trabalhador sem a garantia de emprego. Antunes (1999) entende que o modelo japonês se sobrepôs não por meio de um modelo antiquado de produção (taylorismo-fordismo), mas em decorrência das próprias “transformações decorrentes da própria concorrência intercapitalista” (ANTUNES, 1999, p. 47). O mesmo autor reconhece que o toyotismo permitiu avanços ao trabalhador em relação ao modelo taylorista-fordista, pois reconhece o advento do trabalho “qualificado, participativo e multifuncional” (ANTUNES, 1999, p. 48).

Chesnais (1996) vê que o toyotismo constitui-se numa das pontas de lança não somente da industrialização e da comercialização, adaptadas aos novos passos do capitalismo, mas também abriu espaço para a mundialização do capital. Esse aspecto corresponde ao novo direcionamento para os aspectos da economia especulativa, financeira, especificamente voltada para amealhar lucros rápidos por meio dos mercados globais. Desse modo, é um capital que não produz investimento, não gera empregos, não é aplicado no desenvolvimento dos Estados e se preocupa em gerar mais dinheiro.

Viana (2009) observa no toyotismo o chamado marco histórico para o regime de acumulação integral do capital, principalmente, no mundo do trabalho. O autor o percebe inserido na capacidade de mutação do capital em reinventar-se mesmo em momentos cíclicos de crise. Segundo o autor, o toyotismo é uma forma mais lapidada do fordismo, embora mantenha a mesma lógica do taylorismo, ainda que em alguns aspectos secundários se distancie de ambos os sistemas. Dentre esses aspectos, a questão da flexibilização da produção em que se volta diretamente a demanda do mercado, significando um rompante com a produção em massa do taylorismo-fordismo. O mesmo autor ainda enfatiza que o termo flexibilização pode significar a “capacidade de aptidão a várias coisas ou aplicação” ou “submissão e docilidade” (VIANA, 2009, p. 69). Por outro lado,

O duplo significado da palavra revela sua ambiguidade e também a ambiguidade que reside em falar de “especialização flexível”, “acumulação flexível” e “flexibilização dos trabalhadores”. A flexibilização se refere, na maioria dos casos, a aptidão múltipla. A nosso ver é preciso apresentar uma linguagem mais próxima do fenômeno que ela representa. Na verdade, não existe “flexibilização” do aparato produtivo e muito menos dos trabalhadores, o que existe é uma “inflexibilidade”, pois tanto o aparato produtivo quanto os trabalhadores são submetidos “inexoravelmente” e “implacavelmente” ao objetivo de aumentar a extração de mais-valor relativo. (VIANA, 2009, p. 69-70)

Flexibilizar-se, desse modo, reflete a capacidade do trabalhador em adaptar-se às demandas do capital em todas as suas formas mesmo que isso não signifique, de imediato, a capacidade de ocupar-se no mercado. As relações de produção são modificadas a fim de atender a essa nova mutação capitalista. As empresas passam a trabalhar com estoques mínimos, terceirização da produção, redução no quadro funcional, especialização flexível, automação. Antunes (2008) ainda apresenta outras características do toyotismo no mundo do trabalho como a instalação dos círculos de controle de qualidade (CCQ), os modelos de desconcentração industrial, propalou-se as ideias de gestão participativa, qualidade total, comissões de trabalhadores. Por outro lado, a aplicação do ideário japonês consegue amplitude global, sepultando as velhas estruturas do fordismo, suplantando a administração cientificista do taylorismo e ampliando-se em todas as formas de trabalho.

Contudo, não bastou somente avançar em campos dominados pelo modelo taylorista-fordista: precisou-se dominar em todos os aspectos o mundo do trabalho, não só no cotidiano da fábrica, mas alterando os próprios direitos trabalhistas. Antunes alardeia que

O toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. (ANTUNES, 2008, p. 24)

Desse modo, o capitalismo avança sobre as conquistas sociais dos trabalhadores ao mesmo tempo que procura minar a atividade sindical e, por extensão, os sindicatos. Com a criação de comissões de trabalhadores para negociações dentro das próprias fábricas, a capacidade de articulação dos sindicatos se vê diminuída.

A flexibilidade não pode ser percebida somente como um fenômeno específico do toyotismo, mas ocultou outros conceitos que se afirmam nessa nova face do capitalismo e que, segundo Viana (2009, p. 72), foram desde “a acumulação (integral), ferramenta (autorregulável), trabalho (superexplorado), especialização (ampliada), direitos (restringidos), automação (autorregulável)” (p. 72) e que alcançam toda a esfera produtiva do trabalho. Assim, não há espaço para pessoas que possam pensar e decidir o trabalho, mas sistemas capazes de fazê-lo automaticamente e de pessoas que possam

produzi-lo de forma exígua e no mesmo ritmo da produção exigida. O espaço de autonomia é restringido, muito embora seja apregoada a gestão participativa no processo de produção.

Plantas industriais foram transferidas para locais onde a mão de obra fosse mais barata, onde fosse aplicado, em larga escala, o uso do aparato tecnológico, os incentivos pudessem ser favoráveis à empresa gerando, dessa forma, vultosos lucros e onde as empresas pudessem produzir, de forma idêntica e num espaço de tempo menor, produtos obedecendo aos padrões estabelecidos por suas matrizes (ANTUNES, 2008).

Segundo essa lógica, o toyotismo configurou-se como um sistema que permite um avanço maior das empresas na conquista de espaços no mercado global, alardado com a ideia de gestão “enxuta” da produção, adentrar mercados que disponham de mão de obra barata – tal como a exigência de uma polivalência do trabalhador capaz de operar em outros espaços da produção-, o amplo uso de mão de obra terceirizada, o uso em larga escala da automação e de sistemas *on-line*, capazes de agilizar pedidos e, desse modo, dispô-los em tempo menor para a entrega e a ausência de estoques visto atender a produção por demanda.

Assim, conferiu-se mais autonomia às empresas para buscar mercados e mudança de plantas industriais para locais que ofereçam melhores condições – senão mais vantajosas – para as próprias empresas. Por sua vez, ocorreu a gradativa abolição da participação dos trabalhadores na atividade sindical, ignorou-se a ação dos sindicatos locais e houve a cooptação de trabalhadores para participação direta nas comissões das fábricas tirando a própria solidariedade entre os trabalhadores.

Sem a presença dos sindicatos na defesa dos direitos trabalhistas adquiridos e uma estrutura sindical fragilizada, bastaria pouco para consolidar o processo de flexibilização das leis trabalhistas, que geraria consequências imediatas no universo do trabalho, na organização solidária dos trabalhadores e nos sindicatos.

Antunes (2008, p. 30) irá explicitar da seguinte forma:

A consequência dessa processualidade, quando remetida ao mundo do trabalho, foi também indicada pelo autor [Harvey]: o trabalho organizado foi solapado. Ocorreram altos níveis de desemprego estrutural e houve retrocesso da ação sindical. O individualismo exacerbado encontrou, também, condições sociais favoráveis, entre tantas outras consequências negativas.

Harvey (2005) demonstra que uma das consequências do toyotismo e da acumulação flexível (como também no neoliberalismo) se deu ao transformar o trabalho coletivo em individualizado e, por extensão, a toda sociedade. “Todas as formas de solidariedade social tinham de ser dissolvidas em favor do individualismo, da propriedade privada, da responsabilidade individual e dos valores familiares” (HARVEY, 2005, p. 32), sendo que o espaço de solidariedade dá espaço à individualização e, um pouco mais, à competitividade entre os trabalhadores no próprio trabalho. Tem-se no trabalho o espaço de realização individual sem a preocupação de como alcançar os seus objetivos, pessoas são somente degraus através das quais se pode chegar ao topo da escada.

Nessas condições, a competição se acirra a ponto de o indivíduo abandonar sua família, eventos sociais e centrar-se somente em alcançar suas metas. Mais adiante, a abordagem sobre as consequências dessa competitividade se refletiram no corpo e na saúde mental dos trabalhadores, principalmente nos bancários.

O próprio Harvey (2005) recorre a uma declaração feita pelo publicitário britânico Keith Joseph – marqueteiro e conselheiro de Margareth Thatcher – acerca do advento do neoliberalismo que lançava suas bases na sociedade britânica: “a sociedade não existe, apenas homens e mulheres individuais” (p. 32).

Não obstante, o trabalho sentiu duros golpes com o aspecto de “domesticação” aurido pelo toyotismo e por todo o seu cabedal teórico e prático que se apropria dos trabalhadores, sepultando a antiga forma de trabalho calcada nos moldes da produção taylorista-fordista. Com o surgimento do neoliberalismo, potencializa-se, em larga escala, o processo de expropriação máxima do trabalho e do trabalhador, consequências nas economias dos países periféricos e uma redefinição do papel do Estado na gestão do bem público, a desregulamentação da economia e, por conseguinte, na privatização de setores outrora controlados pelo Estado.

Se para o capitalismo a palavra crise significa reinventar-se, no trabalho adquire um sentido mais restrito e temeroso e sua faceta mais conhecida ronda assombrosamente o trabalhador: o desemprego.

Mas cabe aqui uma reflexão: o toyotismo e o neoliberalismo foram capazes de não só transformar o trabalhador em um polivalente, mas também puderam diminuí-lo como ser de ação ao aliená-lo, transformando-o num autômato, além de apartá-lo – em

grande parte – da atividade sindical. Que armas este trabalhador possuiu para mudar a situação?

1.1.- O capitalismo em mutação: o neoliberalismo, a globalização e o trabalho.

O capitalismo é um sistema capaz de proporcionar elementos distintos no ciclo histórico da humanidade; ao mesmo tempo em que propiciou avanços e benefícios aos detentores do capital, estendendo partes às sociedades, também gerou crises e foi capaz de metamorfosear-se no curso dessas crises. Crises que possuem duração, ainda que nem sempre específicas, embora o pensamento marxista as tenha como algo permanente.

A capacidade de mutabilidade do capitalismo foge a qualquer lógica possível aos seres humanos, mas é bem compreendida por aqueles que se tornam aptos a observá-lo em suas nuances e são perspicazes em observar a sua circularidade.

É bem sabido que há tempos cíclicos de esgotamento de um sistema ou modelo, em outros tende a ser rompido por não corresponder mais às expectativas ou elementos do próprio jogo. Esse jogo é, no entanto, percebido numa entidade amorfa, sem rosto, muito embora seja portadora de uma identidade: chama-se mercado.

O neoliberalismo veio na corrente da globalização. Não é somente uma mutação do próprio capitalismo, mas um amplo sistema que conseguiu abarcar todas as esferas da atuação humana.

Friedrich Von Hayek, Ludwig Von Mises, Leopold Von Wiese, economistas austríacos, juntamente com a Sociedade Mont Pelèrin, propõem uma contra-alternativa à política keynesiana de benefícios ao demonstrar que a função do Estado não era a de intervir nos mercados, uma vez que o mercado deveria ter vida própria, autorregulando-se. Por outro lado, procura-se incentivar a amplitude do capital privado e a questão de um Estado mínimo, deixando o próprio curso do mercado ditar o ritmo social e, desse modo, propor o próprio desenvolvimento econômico sem a interferência estatal, a desregulamentação econômica e a quebra do protecionismo trabalhista.

De certo, essas ideias fizeram eco nos anos pós-guerra, mas não se estabeleceram devidamente em face da política keynesiana e pela reconstrução das economias abaladas com o conflito da 2ª Guerra Mundial. Embora seja certo que o próprio capitalismo passa por períodos históricos cíclicos, convivendo com a dicotomia de períodos de progresso e de crise, a própria política keynesiana começou a apresentar

falhas ainda no curso da década de 1960 e durante todo o curso da década seguinte o que levou Harvey (2005, p. 22) a apresentar:

Perto do final dos anos 1960, o liberalismo embutido começou a ruir, internacionalmente e no nível das economias domésticas. Os sinais de uma grave crise de acumulação eram em toda parte aparentes. O desemprego e a inflação se ampliavam em toda parte, desencadeando a fase global de “estagflação” que duraria por boa parte dos anos 1970. Surgiram crises fiscais de vários Estados (a Grã-Bretanha, por exemplo, teve de ser salva com recursos do FMI em 1975-76), enquanto as receitas de impostos caíam acentuadamente e os gastos sociais disparavam. As políticas keynesianas já não funcionavam.

Desse modo, um cenário de colapso econômico já se apresentava e se acentuou por dois importantes conflitos no curso da década de 1970: o conflito árabe-israelense e a crise do petróleo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em 1973 (HARVEY, 2005). Com as economias combalidas e uma política cambial com fixação de taxas de câmbio em total declínio, o abandono das diretrizes da conferência de Bretton Woods deu a tônica para o livre acesso da economia, sem a interferência estatal.

Ainda na década de 1960, na escola monetarista da Universidade de Chicago, o economista Milton Friedman – em concomitância com os pensadores da escola austríaca – propõe a criação de um modelo econômico capaz de propiciar a retomada do crescimento sem os marcos econômicos que levaram quase ao colapso financeiro das economias ocidentais.

Propõe-se uma política de privatização por parte do Estado de empresas estatais, desregulamentação da economia, estabilização monetária, desburocratização por parte do Estado, livre acesso de capitais na economia, flexibilização das leis trabalhistas, adoção de medidas antiprotecionistas no aspecto econômico, menor inserção do Estado na economia, com conseqüente diminuição do Estado, dando-lhe características de agilidade e eficiência, entre outros. Friedman e sua equipe usaram como país laboratório o Chile, especificamente no período entre a derrocada do governo Allende (de teor socialista) e a ascensão da ditadura Pinochet. Harvey (2005) também explicita como laboratório a cidade de Nova Iorque e o seu colapso financeiro no ano de 1975.

Desse modo, o primeiro estado-laboratório para os estudos e aplicações dos princípios neoliberais foi o Chile, não obstante, um país sul-americano localizado no que era conhecido por Terceiro Mundo.

Viana (2009, p. 78) apresenta o neoliberalismo como uma “apropriação do liberalismo clássico e adaptado às novas condições sociais e históricas a partir dos anos 80”, atendendo às demandas econômicas e sociais que ocorriam no final da década de 1970 e início dos anos 1980. Já não poderia ser aplicado o receituário keynesiano em vista da crescente inflação e a estagnação econômico-social que consumia as economias ocidentais. Nitidamente, o mercado de trabalho sofreu forte retração, os índices de desemprego cresciam ao passo que a seguridade social também sofreu com a retração na arrecadação de impostos.

Porém, o mesmo Viana (2009) apresentou uma diferenciação entre a ideologia neoliberal do Estado neoliberal. Entende que a ideologia neoliberal antecede a “emergência do Estado neoliberal” (VIANNA, 2009, p. 79), surgida no pós-guerra e sem muita ressonância, pois é reconhecida como uma política fora de época. Já o Estado neoliberal surgiu algumas décadas após, em meio a um cenário de colapso e incerteza quanto aos rumos econômicos e políticos que as próprias sociedades experimentavam. Desse modo, as políticas neoliberais, aplicadas como uma forma de contornar a situação de colapso da política econômica keynesiana surgiram antes do próprio estabelecimento do Estado neoliberal. Como dito, ocorreu o “laboratório” (a cidade de Nova Iorque e o Chile) para, enfim, ser aplicado em doses consistentes nos Estados que experimentavam situação econômica desfavorável.

Assim sendo, os EUA durante o governo de Ronald Reagan, a Grã-Bretanha (Margareth Thatcher), a Alemanha Ocidental (Helmut Kohl), todos no início da década serão os Estados neoliberais (VIANA, 2009, p. 80).

Harvey (2005) destaca que após 1973 foi preciso reinventar as formas de acumulação do próprio capital não como uma forma mera de sobrevivência temporária, mas de necessidade. Assim, implantou-se um novo modelo dentro do capitalismo capaz de substituir o Estado-providência por um modelo de mercado capaz de autogerir-se, autorregular-se, promovendo uma redução gradativa da presença do Estado na economia, priorizando-se a autorregulação e o livre curso da economia. Isso levou ao avanço de setores que passariam a dominar o mercado até os dias atuais, como o setor financeiro.

Desde a década de 1970 até os dias atuais, tem-se a primazia da financeirização da economia, da produção atrelada às intempéries da economia e dos volumes de recursos para financiá-la, criando uma linha tênue entre o desenvolvimento e as crises

que ocorreram em maior quantidade. Em vista de uma menor interferência do Estado na economia, deu-se vazão àquilo que seria um dos pilares da ideologia neoliberal: o mercado regulando a si próprio. Vakaloulis (2003) enfatiza que a nova forma da ofensiva do capital resultaria num desmonte ostensivo do Estado social keynesiano, no enfraquecimento das atividades sindicais do operariado, na centralização econômica desvinculada da presença do Estado, no redirecionamento das relações de classe nos aparelhos estatais, no recurso às novas tecnologias e, por fim, num forte reordenamento das funções e missões da administração pública, competências e gestão administrativa nos moldes de uma grande empresa, ou seja, o Estado deveria ser gerido como uma empresa com objetivos claros com resultados a curto ou médio prazo.

Anderson (2008), ao abordar os elementos da pré-ideologia neoliberal, acentua pontos comuns a outros autores (HARVEY, 2005; ANTUNES, 1995) e vai além ao apontar como uma proposta do neoliberalismo o enfraquecimento da atividade sindical, visto que sua organização minava o livre fluxo do mercado ao reivindicar e pressionar o Estado a conceder aumentos salariais, contribuindo cada vez mais para onerar o Estado com o aumento de gastos sociais. Essa pressão por reposição salarial gerava um efeito em cascata sobre os tributos sociais recolhidos pelas empresas para a manutenção de benefícios sociais, promovendo o engessamento do Estado em investimentos e desenvolvimento. Assim,

Esses dois processos destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada da economia. O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. (ANDERSON, 2008, p. 10-11)

Como a atividade sindical – em sua organização e forma de combate – representava um dos entraves ao neoliberalismo, necessitou-se atacá-lo em suas raízes. Anderson (2008) ressalta que a política econômica keynesiana, combinada com as políticas sociais de orientação beveridgiana, tendeu a aprofundar a recessão econômica ao passo que os Estados tomariam a drástica medida de aumentar a carga tributária, resultando num colapso social sem precedentes. Gradativamente, as nações europeias seguiriam a Grã-Bretanha, a Alemanha Ocidental, a Dinamarca e os países da Europa Ocidental (exceto Suécia e Áustria num primeiro momento), promovendo as reformas

capitulares do receituário neoliberal. Anderson (2008, p. 12) apresenta a diferenciação entre o modelo europeu e o modelo norte-americano:

A variante norte-americana era bem distinta. Nos Estados Unidos, onde quase não existia um Estado de Bem-Estar do tipo europeu, a prioridade neoliberal era mais a competição militar com a União Soviética, concebida como uma estratégia para quebrar a economia soviética e, por esta via, derrubar o regime comunista na Rússia. Deve-se ressaltar que, na política interna, Reagan também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria de sua gestão.

Logo, o ideário neoliberal – além de representar um choque nas combatidas economias - também penetrou na composição política dos governos que, anteriormente, tendiam para a social-democracia ou mesmo trabalhista; desta vez, as empresas patrocinavam políticos identitariamente afinados com o mercado e setores empresariais ou mesmo com os teóricos da ideia de um Estado mínimo, como no caso do primeiro-ministro espanhol Felipe Gonzalez, muito embora fosse vinculado às fileiras do partido socialista operário espanhol.

O trabalho, após um período de benefícios e contradições na Europa, também passou por momentos de embate acirrado e por uma forte competição de mão de obra oriunda de outras áreas e da própria política de desregulamentação dos Estados. A ideia de pleno emprego e da combativa atividade sindical dão espaço à flexibilidade da mão de obra, à ampla disseminação da automação industrial, ao desaparecimento de postos de trabalho e à implantação da ideologia toyotista, doutrinando as formas de trabalho no chão das fábricas.

Castells (1999) afirma terem ocorrido eventos concomitantes e consonantes entre a efetivação do neoliberalismo em boa parte dos estados europeus (e, a médio prazo, no restante do mundo) e os efeitos da globalização em curso: uma nova revolução tecnológica, a mutação dos empregos e a diversificação das atividades e a migração das indústrias para as regiões com mão de obra mais barata. Desse modo,

Em geral e de acordo com a experiência histórica de revoluções tecnológicas anteriores, a mudança tecnológica não destruiu o emprego como um todo, pois algumas ocupações foram gradualmente sendo retiradas e outras foram induzidas em maior número. (...) Por outro lado, globalizando o processo de produção de bens e serviços, milhares de empregos, especialmente na indústria, foram eliminados nas economias avançadas devido à automação ou ao deslocamento da produção para países recém-industrializados. Consequentemente, centenas de milhares de empregos na indústria foram criados naqueles países, de forma que, levando em consideração todos os aspectos, há

mais empregos na indústria do que nunca no mundo, como um todo.
(CASTELLS, 1999, p. 10)

Há, por um lado, uma crescente flexibilização da mão de obra, ou seja, a redução da proporção da força de trabalho com empregos de longo prazo e carreiras previsíveis à medida que novas gerações, em sua maioria contratadas por causa de sua flexibilidade, substituem uma mão de obra mais velha que tem direito à segurança no emprego em empresas de grande porte. (CASTELLS, 1999, p. 6-7-8)

Assim, os sindicatos perderam gradativamente espaço de reivindicação e de defesa dos direitos adquiridos pelos trabalhadores em face de uma completa e irresoluta desregulamentação das leis trabalhistas e do compromisso dos Estados em assumirem-se menores, liberando, desse modo, os próprios mercados e a economia para que dominassem todas as esferas da vida. Conseqüentemente, os sindicatos cumpriram o seu papel de contestação, mas tal resistência foi, aos poucos, arrefecendo.

Assim, o trabalhador se vê numa situação penosa, pois, as perspectivas de relocação em face aos critérios que são assumidos pelo mercado de trabalho (longevidade, capacidade de adaptar-se às novas linguagens, reciclagem, polivalência, entre outros) o colocam mais distante de ocupar um novo posto. Tal situação levou à reflexão de Forrester (1997) acerca do fenômeno social que levaria a conflitos sociais em proporções cada vez mais frequentes como os conflitos regionalizados (CASTELLS, 1999), à própria identidade como ser para o trabalho (DEJOURS, 1998), além de sofrerem toda a espécie de juízos decorrentes da própria sociedade quando

(...) são tratados e julgados pelos mesmos critérios usados no tempo em que os empregos eram abundantes. Responsabilizados por estarem desprevenidos, eles são ludibriados, acalentados por promessas falaciosas, anunciando o pronto restabelecimento daquela abundância e a pronta reparação das conjunturas prejudicadas por alguns contratemplos.

Resulta daí a marginalização impiedosa e passiva do número imenso, e constantemente ampliado, de “solicitantes de emprego” que, ironia, pelo próprio fato de terem se tornado tais, atingiram uma norma contemporânea; norma que não era admitida como tal nem mesmo pelos excluídos do trabalho (...) com uma sociedade da qual eles são os produtos mais naturais. (DEJOURS, 1998, p. 11).

Joschka Fischer (1998), ex-vice-chanceler alemão no período de 1998-2005, ao analisar o fenômeno da globalização e, por extensão, a do próprio neoliberalismo, aponta para uma visão mais concisa acerca de suas conseqüências para as sociedades e, de imediato, para o próprio trabalho. Para ele, tanto a globalização quanto o

neoliberalismo são frutos de um processo histórico num mundo “cheio de rupturas e instabilidade, de riscos e chances, independentemente se isso agrada ou não, e nenhuma força política séria pode ignorar esse processo sem sair lesada” (p. 19). Em outras palavras, crê que ambos os fenômenos foram frutos de um processo decorrente do próprio capitalismo e, dos quais, não se tem o domínio e tão pouco uma visão isenta dos fatos decorrentes deles. No entanto, é enfático ao dizer que os fenômenos da globalização resignificaram “valores básicos” das sociedades e, dadas as circunstâncias, adaptaram-se aos próprios fenômenos e criam novos elementos para se adaptarem e abrirem-se ao mundo.

Quanto ao trabalho, Fischer (1998) demonstra que as consequências sobre os trabalhadores forçou drasticamente a uma perda salarial - além de jogar os salários para baixo e, em muitos casos, a reposição abaixo da inflação -, mas atingiu aos propósitos dos governos em demonstrar o avanço dos empregos no contexto da economia neoliberal. Assim,

Na resposta para o crescente desemprego em massa como problema estratégico central do futuro desenvolvimento das sociedades ocidentais, o mundo anglo-saxão segue caminho diverso do da Europa continental. A Grã-Bretanha e sobretudo os Estados Unidos reagiram a esta crise com a adaptação do preço do trabalho para baixo (assim como por meio do rebaixamento do salário real e da deterioração das condições de trabalho, com um saldo positivo na criação de novos postos de trabalho). (FISCHER, 1998, p. 117).

Desse modo, a saída dos países inseridos na ideologia e programa neoliberais foi a de criar empregos para atenderem a demanda, embora escondessem o achatamento salarial e a degradação das condições de trabalho, explorando ainda mais o trabalhador.

Fischer (1998) analisa que esse processo de degradação tivera impacto na Europa continental: os mais qualificados poderiam gozar de vencimentos e regalias provenientes do trabalho de seu investimento em qualificação e de um processo educacional mais condizente com a sua função no trabalho enquanto aqueles que menos se qualificam as perdas de vencimentos, seguridade e prestígio social se farão presentificar. O mesmo Fischer (1998) afirma que o mercado de trabalho em si não voltaria a ter os mesmos formatos de tempos idos, pois, “continuará a mudar qualitativamente, abandonando as atividades bem pagas nas empresas industriais centrais e indo em direção às relações de trabalho mais ou menos precárias” (FISCHER, 1998, p. 121), encontradas nas pequenas, médias e microempresas no setor de serviços.

Mesmo Harvey (2011) ainda assevera sobre a força que o mercado adquiriu seletivamente sobre o trabalho, impondo regras e condutas que propiciam alimentar o próprio sistema, minando a capacidade de organização, solidariedade e dinâmica decorrente do convívio dos indivíduos no trabalho que cedera espaço à produtividade e competitividade entre os trabalhadores. Mas adverte para a capacidade do mercado em determinar a força do trabalho potencial pelo “gênero, raça, etnia e tribo ou se divide pela língua, política, orientação sexual e crença religiosa, e tais diferenças emergem como fundamentais para o funcionamento do mercado de trabalho” (HARVEY, 2011, p. 57), sem levar em conta que essas diferenças, postas no caldeirão globalizado, escondem sérios conflitos que não são administrados facilmente.

Com a sua expansão sendo consolidada pelo colapso social-econômico, o neoliberalismo surgia como uma proposta à concentração do poder dos Estados determinando às empresas e corporações a gestão de áreas onde os Estados mostravam-se incapazes de administrar, gerir e manter. As ideias de Hayek, Friedman e outros teóricos abriu espaço para uma forma de capitalismo mais agressivo, selvagem e capaz de acirrar desigualdades em todo o planeta.

Acerca do trabalho globalizado, Antunes (2008) analisa as mudanças operadas pelo toyotismo em contraposição ao modelo taylorista-fordista como uma virada que propiciava não só mudar o mundo do trabalho, mas despossuir o trabalhador de seu espaço de transformação e realização. Por outro lado, Antunes (2008) entende uma inversão polar conferida pelos países capitalistas mais avançados como uma “desproletarização do trabalho industrial, fabril” (ANTUNES, 2008, p. 47) para os países em expansão industrial do Terceiro Mundo, particularmente os países latinos americanos e do sudeste asiático, bem como o subcontinente indiano, conseqüentemente gerando a expansão do trabalho assalariado e a heterogeneização de serviços.

Desse modo, puderam ser concebidos como benefícios e inovações ao trabalho a “subproletarização intensificada, presente no trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, 'terceirizado', que marca a sociedade dual no capitalismo avançado” (ANTUNES, 2008, p. 47), que, por sua vez, revelaram-se como um atraso ao trabalho organizado e propriamente à atividade sindical. Essa contradição do trabalho moderno foi a tônica do neoliberalismo e da globalização, pois, de certa forma, diminuiu as atividades fabris incentivadas pela robotização e automação industrial que aumentou a

concentração de trabalhadores nas condições descritas por Antunes (2009) em áreas de serviços.

Em geral, o trabalho entra numa fase de incertezas e de um profundo questionamento: será o fim do trabalho? Antunes defende que não, muito embora saiba que as transformações operadas pelo capitalismo nas últimas décadas tenha mudado enfaticamente o trabalho e os trabalhadores, tenha causado danos ao trabalhador, lesado direitos e reduzido, em larga escala, a atividade sindical.

Mas tal como a história aponta períodos cíclicos e o próprio capitalismo tenha se transmutado nesses vários ciclos históricos, o trabalho apresenta-se num momento de transição e reflexão do trabalhador enquanto a “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2008).

1.2.- O neoliberalismo no Brasil e as transformações operadas no trabalho

O mercado de trabalho brasileiro apresenta características históricas, particulares e diversas aos das demais nações por apresentar – durante quase 400 anos – um processo econômico dependente da atividade agrícola e por ter vivenciado um processo de industrialização tardio. A indústria brasileira tem o seu início na era Vargas, ainda no curso da década de 1940; é retomado durante o governo de Juscelino Kubitschek (JK) e experimenta um novo ciclo no período ditatorial – no fim dos anos 1960 e início dos anos 1970 – com o chamado “milagre brasileiro”. Desse modo, passa-se do Brasil rural para o urbano-industrial.

O perfil do trabalhador brasileiro – e por conta do processo de industrialização – concentrou-se categoricamente nas indústrias, muito embora outros setores da economia (serviços, construção civil) também tivessem significativa participação.

Nisso Pochmann (2001, p. 55) aponta:

Devido ao seu ingresso tardio na fase de industrialização, a economia brasileira terminou por não colher plenamente os mesmos resultados ocupacionais verificados nas sociedades industriais maduras. (...) Nos anos 70, durante o auge da expansão do emprego industrial, o Brasil chegou a possuir cerca de 20% do total de empregos sob a responsabilidade da indústria de transformação.

Mas, com as crises dos anos 70, o endividamento externo para a execução dos projetos e a repressão, por parte do governo, às atividades sindicais lançaram a economia na incerteza, fato que se refletiu em boa parte dos anos de 1980 a ponto de solicitar empréstimos via Fundo Monetário Internacional (FMI).

Entretanto, durante a segunda metade da década de 1980, diante da baixa performance da economia brasileira (processo hiperinflacionário, estagnação da renda per capita e redução da taxa de investimento), foi possível perceber o quanto as possibilidades de modernização do parque produtivo estavam distantes da realidade nacional.

Pochmann (2001) mostra as consequências como:

Não se conseguiu avançar significativamente na automação industrial (com restrito uso de robôs), tampouco foram generalizados os esforços de introdução dos novos modelos de gestão e produção e de organização do trabalho. Na realidade, vigorou um quadro econômico identificado com a década perdida, com o perfil de utilização de novos equipamentos concentrados em poucas empresas, sobretudo as grandes e internacionalizadas. (POCHMANN, 2001, p. 62).

Com um parque industrial ultrapassado, com os trabalhadores e sindicatos lutando por reposição salarial integral e o Estado experimentando um ritmo inflacionário crescente, desvalorização monetária e comprometimento com o pagamento de juros da dívida externa, o Brasil se igualou aos países latino-americanos no que diz respeito às suas dificuldades em se desenvolverem.

O início da década de 1990 marcou a história social, política e econômica brasileira com a eleição do primeiro presidente por via direta e pela inserção do Brasil na globalização e no neoliberalismo. O Brasil iniciou a década com os mesmos problemas da década de 1980, necessitando de ajustes estruturais para desenvolver-se sem os entraves burocráticos à produção. Desse modo, em face de um governo democrático, fez-se necessário estar em fina sintonia com as modificações feitas em outras nações para que assim pudesse haver o deslanche para o desenvolvimento. O receituário já era conhecido: promover políticas liberalizantes, redução do déficit fiscal, uma política monetária restritiva para combater a inflação, privatização de empresas públicas, desburocratização, adequação do câmbio e das taxas de juros às condições reais, liberalização do comércio exterior, concentração de investimentos no setor privado e liberação do mercado sem a presença incisiva do Estado.

Montaño e Duriguetto (2010, p. 205) afirmam:

(...) os Estados nacionais, a partir fundamentalmente das atuais pressões e exigências das instituições financeiras internacionais de Bretton Woods (FMI, BM e Bird), tiveram de implementar como condição para receber os empréstimos e investimentos produtivos dos capitais financeiros e das multinacionais. A realização desses

“ajustes” é posta como o passaporte para a inserção de um país na dinâmica do capitalismo moderno.

Nesse contexto de mudanças, são implantadas as diretrizes do Consenso de Washington. O chamado Consenso de Washington foi uma iniciativa dos órgãos de financiamento internacional (Fundo Monetário Internacional, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, Banco Mundial), juntamente com funcionários do governo americano, economistas e representantes dos governos latino-americanos, reunidos em novembro de 1989, para propor um conjunto de reformas econômicas aos países latinoamericanos e que, de certa forma, foram a ponta de lança do neoliberalismo em toda a região.

Entre as diretrizes do plano consistia no compromisso dos governos em assumirem uma disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, aplicação de juros de mercado, regime cambial de mercado, abertura comercial, eliminação de controle sobre o investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação de leis trabalhistas, institucionalização da propriedade intelectual (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010; BANDEIRA, 2010; NOGUEIRA, 1994).

Nesse contexto, o governo brasileiro dá início a uma profunda reformulação econômica e a vigência do chamado Plano Brasil Novo (Plano Collor) que, além de congelar e confiscar contas bancárias, visou promover a estabilização econômica e a aplicação das políticas liberalizantes propostas pelo Consenso de Washington. Bandeira (2010) observa que outros elementos se apresentariam com o passar do tempo, uma vez que a política aplicada tiraria a questão da autonomia dos países, quer seja na defesa nacional, quer seja na política comercial. Dessa forma,

(...) os países latino-americanos, entre outras políticas, tiveram de liberalizar unilateralmente seu comércio exterior, reduzir as barreiras alfandegárias, permitindo que os Estados Unidos, sem privilegiar os interesses do setor bancário na questão da dívida externa, atendessem à pressão dos exportadores norte-americanos e transformassem em superávit seu déficit comercial com a região (BANDEIRA, 2010, p. 51).

As implicações no mercado de trabalho se fizeram sentir de forma imediata, já que o congelamento dos recursos das contas correntes e a pouca circulação de moeda promoveram o estancamento econômico, o que levou as empresas a demitirem muitos trabalhadores e a encerrarem as atividades comerciais, bem como o desmantelamento do parque industrial brasileiro.

Com efeito, Pochmann (2001, p. 63) afirma que a década de 1990 foi chamada de a segunda década perdida dadas as condições desfavoráveis para o mercado de trabalho brasileiro, acentuado pelo “crescente desemprego, concentração de renda, crescimento dos endividamentos interno e externo, ausência de crescimento sustentado, incapacidade de geração de novos empregos e precarização do trabalho”. Aliados a isso, também se encontram outros fatores que são determinantes para a formação do novo perfil do trabalhador brasileiro, dentre os quais a afirmada por Netto (2008, p. 29) como uma das causas da “perda da força e do vigor do movimento sindical tradicional”.

Dentro desse processo de inserção do Brasil na política neoliberal se, por um lado, buscou-se a estabilidade econômica, a reestruturação produtiva, a desregulamentação dos mercados, a privatização das empresas estatais e a prioridade de investimentos para o crescimento econômico como metas principais, por outro lado, os efeitos na conjuntura social brasileira – principalmente no trabalho – fizeram-se sentir com a pauperização e o desemprego, o acirramento da exploração do capitalismo com a extração da mais-valia absoluta, a intensificação da jornada de trabalho, do trabalho escravo por dívida, a perda dos direitos trabalhistas conquistados, a precarização das políticas e serviços estatais, além do que Montaño e Duriguetto (2010, p. 212) a afirmar:

Paralelamente, a classe trabalhadora, com efeito do aumento do desemprego (o do Exército Industrial de Reserva), passa a desenvolver uma atitude mais individualista e defensiva, até aceitando muitas perdas para garantir seu emprego, o que impacta nas lutas dos trabalhadores e nos seus efeitos sociais.

A crise capitalista, portanto, longe de beneficiar a sua classe antagônica, precariza, inibe e submete ainda mais o trabalhador e suas lutas, contribuindo até para criar as melhores condições para os ajustes e as (contra) reformas estruturais necessárias para os interesses do capital: o projeto neoliberal.

Assim, as reformas mais profundas para ajustar a economia brasileira ao projeto neoliberal, com efeito, não somente atingiram as estruturas econômicas e produtivas da sociedade brasileira, mas se fizeram sentir no trabalho e na atividade sindical no curso da década de 1990, principalmente na atividade dos bancários, objeto a que se propõe este estudo.

Ainda no início dos anos 90, o Plano Brasil Novo, a reestruturação produtiva se deu em larga escala nos setores produtivos brasileiros tendo o governo brasileiro promovido à extinção de empresas públicas por meio da desestatização. Os funcionários

eram incentivados a aderir ao Plano de Demissão Voluntária (PDV), havia a contratação de funcionários terceirizados e o uso em larga escala da automação, o que excluía ainda mais trabalhadores de ingressarem nos setores produtivos.

Pochmann (2001), analisando as mudanças no mundo do trabalho nos anos de 1990, aponta para uma desestruturação da capacidade produtiva, concentração de renda, incapacidade de investimentos na economia, resultante do endividamento interno e externo, e a ausência do crescimento sustentado, muito embora afirme que não sejam fatores preponderantes para a geração de novos empregos e para o avanço da precariedade do trabalho, mas pela exigência acentuada de qualificação e do que denomina um “novo paradigma-produtivo”.

Viana (2009) acentua os efeitos da política neoliberal na própria sociedade do trabalho, promovendo a corrosão dos salários e dos direitos trabalhistas, motivados pelo aumento da exploração e da mais-valia absoluta, a desestabilização dos sindicatos e das instâncias de defesa e resistência dos trabalhadores, a perda gradativa de poder aquisitivo e a incapacidade de articulação dos trabalhadores em defender e reivindicar direitos e reposição salarial. No aspecto social, a política restritiva do governo federal promove proporcionalmente o repasse de recursos direto a setores essenciais como a saúde, educação, assistência social e previdência e a criação de “políticas paliativas, que apenas amenizem superficialmente os graves problemas sociais existentes” (VIANA, 2009, p. 89).

Peremptoriamente, o crescimento das desigualdades resultou em significativos aumentos nos índices de pobreza, criminalidade e nos conflitos sociais, acirrando-se nas cidades (com a favelização) e no campo (conflitos agrários). Esse painel de desigualdades, no entanto, foi a tônica por toda a década de 1990.

Os trabalhadores brasileiros experimentaram, dessa forma, o que os trabalhadores dos países desenvolvidos já haviam experimentado: a mudança operada nos setores produtivos, a frequente desestatização e a perda de direitos e conquistas trabalhistas, desarticulação dos sindicatos, abertura gradual para a automatização e robotização, desmantelamento de parques industriais (especificamente nos países de Terceiro Mundo), arrocho salarial e crescente desemprego, além da falta de perspectiva acerca do futuro no trabalho. No caso brasileiro, o incremento e a forte ampliação dos setores de serviços, a redução de trabalhadores nas indústrias de base e a tendência gradual de trabalhadores mais qualificados (POCHMANN, 2001) provocaram a

mudança no perfil do trabalhador brasileiro tendendo, em pouco tempo, uma nova leva de trabalhadores mais individualistas e menos afeitos à atividade sindical. Dessa forma, há:

No emprego formal, houvera melhora do ponto de vista do avanço na escolaridade. Em geral, o aumento dos índices de escolaridade não aponta necessariamente para a existência de requisitos adicionais o conteúdo dos postos de trabalho, mas possivelmente para a demanda insuficiente de trabalho por parte das empresas. Com o maior desemprego, os operários terminam por privilegiar a contratação sobretudo dos trabalhadores mais escolarizados, independentemente de haver mudanças no conteúdo do posto de trabalho (POCHMANN, 2001, p. 63).

Essa tendência pautou o perfil do trabalhador brasileiro inserido no contexto neoliberal e globalizado como uma característica positiva (maior escolaridade), mas promoverá um distanciamento da atividade sindical e da defesa dos seus direitos e conquistas trabalhistas em vista da empregabilidade.

A reestruturação produtiva promoveu uma nova concepção do trabalho, agregando elementos que, nos dias atuais, estão incorporados ao cotidiano do trabalhador brasileiro. Antunes (2008) assevera que se firmaram no novo cenário do trabalho no Brasil elementos concomitantes do modelo toyotista como a flexibilização das unidades fabris, a desconcentração na produção, a desregulamentação dos direitos trabalhistas, o uso de novos padrões de gestão e a participação efetiva de trabalhadores nos chamados círculos de controle de qualidade (CCQ), gerando, desse modo, o “inquestionável” domínio da ‘produtividade’ e da ‘modernidade social’” (ANTUNES, 2008, p. 167), levando ao estranhamento e à alienação do trabalhador. Assim, as próprias subjetividade e identidade no trabalho são postas em segundo plano na atividade do trabalhador, além da chamada subproletarização, evidenciada no trabalho precário, parcial ou temporário.

O aumento na qualificação, segundo Antunes (2008), mostra que pode ocorrer o perigo da intelectualização do trabalho industrial por demandar especificidades em cargos de supervisão e gerência – como uma tendência – ao mesmo tempo em que gera desqualificação em outros segmentos e a “expulsão” para setores da economia informal, como os ambulantes, trabalhadores domésticos e no próprio comércio. Entende ser esse fenômeno como uma processualidade complexa e multiforme e que resulta numa classe

trabalhadora “heterogeneizada, fragmentada e complexificada” (ANTUNES, 2008, p. 169).

Alves (2011, p. 33) define a reestruturação produtiva como um “movimento de posição (e reposição) dos métodos de produção de mais-valia relativa” de forma que o capital procure novas formas de se apropriar da mão de obra e da organização do trabalho, dando ênfase ao valor. Nessa fase, a racionalização dos processos de produção tende a captar mais-valor absoluto do trabalho e do trabalhador através de novos métodos que estimulem a maximização da produção. Agregou-se a ela um elemento diferenciado do modelo taylorista-fordista em que as inovações tecnológicas assumem cada vez mais o espaço do trabalho vivo, ou seja, a diluição da cooperação na organização do trabalho, visando à produção intensificada em condições de degradação do trabalho e do trabalhador.

A intensificação do ritmo de trabalho, por sua vez, gera produtividade acentuada ao mesmo tempo em que impede a autonomia do trabalhador na sua própria atividade laboral. Nesse processo, Pochmann (2001) entende tendo ocorrido a chamada 4ª idade da máquina, em que se primou pelo uso intensivo da automação, de microeletrônica, das redes informacionais e interativas, do sensoriamento remoto.

Setores da economia brasileira tiveram gradativo avanço da automação, aplicação dos princípios teóricos do toyotismo e um novo linguajar agregado ao cotidiano (produtividade, empregabilidade, gestão...) que vão desde a indústria ao setor de serviços, dentre esse, os bancos.

Os bancos brasileiros foram hábeis em aplicar os princípios do toyotismo sem antes promover uma profunda reformulação em suas estruturas. A reestruturação produtiva produziu significativos efeitos na administração e no gerenciamento dos bancos brasileiros e, em boa parte, foi promovida pelo processo de desestatização iniciado com Fernando Collor de Mello, sendo conduzido – de forma intensificada – no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), através de dois grandes programas de desestatização e financiamento dos bancos privados, promovendo a concentração de agentes, liquidação e posterior venda de bancos estaduais para as mãos do capital privado e a redução da presença de agentes financeiros estatais no sistema financeiro nacional.

1.3.- A reestruturação produtiva nos bancos brasileiros na década de 1990

Um dos pontos do chamado Consenso de Washington previu a desregulamentação do mercado e a privatização de empresas e serviços públicos como algumas das condicionantes para o recebimento de empréstimos de organismos internacionais de financiamento. No caso brasileiro, a presença do Estado em todos os setores da economia precisava ser reduzida a limites razoáveis, permitindo, desse modo, que a iniciativa privada tomasse as rédeas da gestão e da administração desses setores, inserindo-os no rol da produção toyotista, cabendo ao Estado implementar uma política econômica capaz de permitir a estabilidade e o bom fluxo de capitais na própria economia.

No entanto, nada disso foi feito sem causar consequências no mundo do trabalho que, no caso brasileiro, gerou a recessão econômica apurada no primeiro triênio da década de 1990 (BOITO JR., 1996). Há, entretanto, uma leve recuperação econômica a partir de 1993, mas sem uma significativa diminuição nos índices de desemprego.

Cabe dizer que o Brasil se inseriu no fenômeno da mundialização financeira e do capital (CHESNAIS, 1996), bem como apresentava particularidades em seu sistema financeiro. Nesse caso, os bancos não mais se tornariam depositários de recursos e intermediários de empréstimos (JUNCKES, 2004), pois passaram a um novo perfil de bancos inseridos nessa nova dinâmica do capital.

Como afirmam Schmitz e Mahl (2000), a fase do capitalismo industrial foi suplantada pela fase do capitalismo financeiro (CHESNAIS, 1996) que, em decorrência, opera transformações em larga escala nas sociedades e promove uma nova diversidade no trabalho ao adaptá-lo às novas tecnologias disponíveis. A experiência brasileira na década de 80 foi determinante para uma guinada – por parte das diretrizes do Consenso de Washington – substancial para a economia de mercado, permitindo, assim, que estivéssemos abertos ao capital financeiro oriundo de várias partes do mundo, primando, desse modo, não mais por relações de produção, mas por relações comerciais centradas no consumo de bens e serviços.

Partindo dessa dinâmica do capital financeiro, as empresas procuram se adaptar às mudanças que permitiram a elas participar e inserir-se no novo aspecto que caracterizou estas sociedades. São incorporadas novas formas de organização do trabalho calcadas nos princípios toyotistas de eficiência, produtividade, gestão, controle de qualidade, agilidade, flexibilidade e adaptação ao mercado consumidor (SCHMITZ;

MAHL, 2000). Adaptando-se a esse novo viés mercadológico, as empresas podem – dessa forma – compor, em seus quadros funcionais, metas de produtividade e lucratividade sem deixar de ser competitivas e em busca de novos mercados.

No caso dos bancos brasileiros, passou a ser a tônica por toda a década de 1990 a gestão da eficiência e a qualidade dos serviços, a expansão da automação, a redução de quadros funcionais, a terceirização, a aquisição de máquinas e equipamentos autônomos, a agressiva propaganda mercadológica foram propulsores para a lucratividade e ganhos conferidos num período de inflação baixa e alta competitividade pelos demais entes bancários. Outro fator preponderante para o aparelhamento dos bancos foi a quebra da reserva de mercado para produtos tecnológicos, permitindo a gradual informatização dos bancos, além da competição com bancos estrangeiros num cenário de mercados financeiros internacionalizados.

O sistema financeiro brasileiro é resultado de um processo de aquisições e fusões ocorridas nas décadas de 60 e 70. Minella (1988) aponta a Reforma Bancária, efetuada a partir de 1965, que possuíam um caráter ampliado em vista de “vincularem-se a determinados projetos políticos e continham um sentido de classe social, em geral, não mencionado” (MINELLA, 1998, p. 31). A constituição de uma classe que, aos poucos, tornou a ditar as regras do jogo, gestava-se desde então. Muito embora houvesse representações políticas contrárias ao projeto, dos quais se destacavam os bancários e sindicalistas entre suas fileiras, o projeto e a implantação atendeu aos banqueiros que, segundo Minella (1988, p. 48)

(...) permite concluir que as frações burguesas, principalmente a dos bancários, não se expressavam exclusivamente através de um só canal político partidário. Além de possível tática política, tal fato expressa principalmente as divergências internas dos banqueiros sobre a Reforma Bancária.

Em meio às fusões e aquisições decorrentes das décadas de 1960 e 1970, era previsível o surgimento de grandes grupos financeiros no curso da década de 1980 capazes de se fortalecerem e expandirem seus domínios na concentração do mercado na década de 1990 (SCHMITZ; MAHL, 2000).

Ainda como medida da Reforma Bancária, tem-se a criação, em 1964, do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), do Banco Nacional de Habitação (BNH) e a instituição da correção monetária. Em dezembro de 1964, o sistema financeiro foi reestruturado (Lei nº 4.595), delimitando as áreas de atuação das instituições financeiras

brasileiras, bem como o surgimento do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BC/BACEN ou BCB), além de lei complementar nº 4.728, de 14 de junho de 1965, que disciplina o mercado de capitais e estabelecimento de medidas que visem ao seu desenvolvimento (FERREIRA, 2008).

Com a delimitação dos poderes dos bancos, coube ao Conselho Monetário Nacional, em 1988, instituir a criação de bancos múltiplos, permitindo as instituições financeiras se organizarem em uma única instituição que, como afirma Ferreira (2008, p. 12):

(...) tendo, no mínimo, duas carteiras, sendo uma obrigatoriamente comercial ou de investimento; e em 1994 foram regulamentadas as normas do Acordo de Basileia, através da Resolução nº 2.099 enquadrando o sistema financeiro brasileiro nos padrões internacionais.

Com a Reforma Bancária de 1965, ainda no curso da década de 1960, intensificou-se a concentração na área dos bancos, permitiu-se a “internacionalização financeira no Brasil – via endividamento externo, tanto público quanto privado” (FERREIRA, 2008, p. 12). O número de bancos – em 1964 – era de 336 bancos comerciais, número esse que, uma década após, reduzira-se a 109 bancos (FERREIRA, 2008).

Se por um lado os bancos brasileiros conseguiram sobreviver às décadas de 1970 e 1980 em meio às incertezas do cenário econômico brasileiro e à custa de ganhos obtidos com a inflação e a indexação da economia, esse cenário muda substancialmente a partir da década de 1990, principalmente com a instituição do Plano Real que tinha por objetivos, entre outros, o fortalecimento da moeda, a estabilidade econômica e o avanço das medidas neoliberais, bem como concentrou fortemente o sistema financeiro nacional. A presença bancária estatal estaria seriamente reduzida com a passagem do controle às mãos do capital privado não, sem antes, com o auxílio de dois grandes programas financeiros de financiamento aos bancos.

Com as medidas de abertura do mercado brasileiro, muitas modificações foram feitas como forma de competir com as empresas estrangeiras. No entanto, sabia-se que, dadas as condições econômicas, não teriam o aporte necessário para competir em iguais condições, senão por conta de medidas governamentais que as favorecessem. Por conta disso, o Plano Brasil Novo (ou Plano Collor) promovera medidas macroeconômicas que pudessem permitir a reestruturação e a estabilidade econômica e, desse modo, que as

empresas e investidores internacionais participassem do mercado brasileiro. Dentre as medidas, encontrava-se a regulamentação do Plano Nacional de Desestatização (FERREIRA, 2008).

As reformas, por sua vez, deveriam gradativamente reduzir a presença do Estado na economia. As empresas públicas foram adequadas para se ajustar ao mercado, o que significou um extenso processo de reestruturação, saneamento financeiro, redução de custos operacionais, programas de incentivo à demissão voluntária, novos processos de gerenciamento e administração que permitiriam agilidade, eficiência e qualificação de seus profissionais. Os bancos necessariamente teriam que se adequar ou, como em alguns casos, passariam às mãos de outros controladores com uma estrutura mais enxuta e eficaz.

Mas, em meio às medidas ortodoxas de combate à inflação e liberalização da economia brasileira, o efeito recessivo fez-se sentir no Produto Interno Bruto (PIB), muito embora a inflação parecesse controlada. Contudo, foi preciso continuar o processo com o chamado Plano Collor II com o intuito de estabilizar as finanças públicas, a inflação, privatizar a economia e modernizar o parque industrial (Ferreira, 2008).

Com o fracasso dos planos econômicos, a pressão inflacionária, a corrupção, a instabilidade do governo e, posteriormente, a cassação do mandato presidencial de Fernando Collor de Mello, a continuidade das medidas passara às mãos de Itamar Franco (1992-1994). Em junho de 1993, é lançado o Plano de Ação Imediata (PAI) que visa eliminar o problema fiscal para, em junho de 1994, ser lançado o Plano Real.

O Plano Real, a princípio, possibilitou um bom crescimento econômico em 1994, combateu diretamente a inflação e trouxe a estabilidade monetária com a valorização da moeda – o real. Possibilitou ao mercado de consumo o poder de compra do consumidor.

Segundo Schmitz e Mahl (2000, p.70),

Esse quadro foi extremamente favorável aos bancos, que se adaptaram a esse ambiente e conseguiram acumular grandes lucros especulando no sistema financeiro, ou seja, através do spread nas operações de crédito e outras aplicações financeiras.(...) Com a redução dos lucros nos bancos e a relativa estabilidade econômica, os produtos e serviços tornaram-se homogêneos, forçando a adoção de estratégias competitivas. O resultado foi o aumento do número de clientes, porém a oferta de serviços e produtos de qualidade, com rapidez e comodidade, tinha como contrapartida a cobrança de tarifas bancárias.

De acordo com o Banco Central do Brasil, o total das receitas advindo da cobrança de tarifas em 1993 cobria apenas 6,07% das despesas administrativas, passando esse percentual, em 1998, para 27%. (...) Esses dados evidenciam uma certa importância das tarifas bancárias, que substituem parte da transferência de renda que ocorria da sociedade para o mercado financeiro em períodos inflacionários.

Mesmo com outras fontes de captação de receitas, os bancos ainda tiveram problemas com a liquidez. As receitas oriundas do *float* financeiro decresce em 1995 a níveis insignificantes (SALVIANO JUNIOR, 2002). Se a perda de receitas causava impacto nos ativos financeiros, a estabilidade econômica fizera aumentar a quantidade de depósitos bancários que foram utilizados para a expansão do fluxo de empréstimos na economia, compensando, dessa forma, “as perdas das receitas inflacionárias” (SALVIANO JUNIOR, 2002, p. 69). Assim, o Banco Central, temendo a volta da inflação, mantém altas as taxas de juros e eleva as alíquotas de recolhimento de compulsório.

Mas o problema de liquidez acentuou-se sobre os bancos estaduais, forçando o Banco Central a criar linhas e programas de socorro financeiro às instituições. Boa parte disso decorria do problema das dívidas dos estados com a União que, com o fim dos ganhos com o *floating* inflacionário, passaram a ter desequilíbrio em suas contas correntes. A União passa, dessa forma, a procurar uma resolução sem comprometer as metas do Plano Real em curso. Segundo Neto (2011, p. 133),

A resolução da questão fiscal e de endividamento dos estados era percebida como fundamental para a consolidação de um programa macroeconômico consistente, que produzisse estabilidade de preços e crescimento econômico sustentado em longo prazo. A privatização das empresas estaduais era um dos caminhos necessários para o controle das dívidas dos estados.

Com as dificuldades dos governos estaduais em sanar os problemas financeiros de suas instituições públicas e a renegociação da dívida dos estados com o governo federal, a queda da inflação e o crescimento da economia foram alguns dos pontos que preconizavam a reestruturação produtiva nos bancos. Mas, em 1995, houvera o agravamento da crise do México que precipitou uma derrocada nos bancos com a queda no ritmo do crescimento econômico (FERREIRA, 2008), com o uso de políticas restritivas monetárias e nos empréstimos principalmente nos bancos estatais acometidos por má gestão em tempos anteriores.

Contudo, para evitar um colapso maior entre os bancos, o Conselho Monetário Nacional cria – em 31 de agosto de 1995 - o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) que cobre valores, por titular, de até vinte mil reais; mas nada que pudesse evitar a quebra de bancos privados de grande aporte - o Banco Econômico, o Banco Bamerindus e o Banco Nacional – que, segundo Junckes (2004), além de ocuparem postos entre os dez maiores bancos foram tragados, ainda, por fraudes contábeis extensas durante anos.

Para tanto, o Banco Central, temendo por um risco endêmico de quebra no sistema e preocupado em garantir um sistema sólido para aporte dos grandes grupos financeiros internacionais no mercado brasileiro, cria o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) com a injeção de 31 bilhões de reais nos bancos privados em risco de insolvência e com problemas patrimoniais (JUNCKES, 2004) preparando, desse modo, o saneamento e o repasse de seus ativos a outros bancos privados. O PROER também permitira ao Banco Central atuar “de forma preventiva e recuperadora nas instituições financeiras com problemas de liquidez ou organizacionais” (FERREIRA, 2008, p.22).

Assim, o Banco Bamerindus (vendido ao HSBC em 1997), o Banco Nacional (vendido ao Unibanco em 1995), o Banco Econômico (vendido ao Excel em 1995 e, posteriormente, ao BBVA em 1998), o Banco de Crédito Nacional (BCN) (vendido ao Bradesco em 1998) e o Banco Real (vendido ao ABN AMRO, grupo holandês, em 1999), após o saneamento e recuperação financeira, passaram às mãos de outros controladores.

E com a competição dos bancos estrangeiros no mercado brasileiro, a captação de clientes e a expansão dos serviços, modernização, mudança no layout das agências e automação em larga escala, os bancos privados passaram à ofensiva de um mercado que, no futuro, concentraria no mercado brasileiro suas bandeiras e ampliaram suas marcas em outras praças. No entanto, o custo ao bancário brasileiro foi o desaparecimento de milhares de postos de trabalho e a formação de um novo perfil na forma de ser banco.

1.4.- O PROES e o processo de privatização dos bancos públicos.

O sistema financeiro público era composto por 24 bancos múltiplos, dois bancos comerciais e uma caixa econômica em 1994, sendo que menos de dez deles possuíam patrimônio líquido insuficiente ao cumprimento de seus compromissos (Neto, 2011).

Como ressaltado anteriormente, com a instituição do Plano Real, os bancos passaram a obter outras formas de liquidez visto que, tendo o combate à inflação e a estabilização da economia como basilares do plano econômico, os bancos estaduais ficaram expostos por problemas de má gestão, problemas de liquidez e dos ativos dos bancos. A situação mostrava-se como uma bola de neve que possuía dados anteriores como a afirmação de Neto (2011, p. 132)

os governadores financiavam-se sem preocupação com a capacidade de solvência dos estados, muitas vezes utilizando mecanismos claramente ilegais, como no caso dos precatórios judiciais, em 1997, incentivados pela certeza de que, no final, seriam socorridos pelo governo federal.

Desse modo, num curto prazo de tempo, seriam evidenciados problemas graves na liquidez dos bancos agravados ainda pelo:

(...) desajuste fiscal dos governos estaduais ampliava-se a cada programa de estabilização e após as eleições. O fim da inflação expunha os desequilíbrios fiscais dos estados, ao retirar das mãos dos governadores o ganho que o floating fornecia aos bancos estaduais e a possibilidade de utilização da inflação como mecanismo de redução salarial. (NETO, 2011, p. 132-133)

Neto (2011) ainda reforça não se tratar de uma situação inédita, pois, os bancos estaduais apresentaram problemas generalizados de liquidez nos anos de 1983, 1986, 1991 e 1995, forçando o Banco Central a instituir programas de socorro financeiro às instituições. Como medidas preventivas, o Banco Central emitiu resoluções que permitiram uma série de benefícios aos bancos estaduais como a resolução nº 2.081 (troca de títulos das dívidas mobiliárias dos estados por papéis do Banco Central), a circular nº 2.457 (flexibilização das regras de recolhimento do depósito compulsório), a circular nº 2.462 (autoriza o recolhimento do compulsório sobre depósitos judiciais em 100% do total de recursos, operações de redesconto, permitindo o aumento de liquidez) e a resolução nº 2.127 (permite a cessão de créditos dos bancos estaduais para instituições não financeiras pertencentes aos seus controladores e a renegociação desses créditos por vinte anos) (NETO, 2011).

Mesmo com todos esses incentivos, as contas dos bancos estaduais não fechavam e colocavam sob suspeita o sistema financeiro público. Foram necessários novos programas e linhas de financiamento que permitissem sanear as instituições em regime pré-falimentar ou insolvência financeira. Muitas instituições estaduais (como o Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ) e o Banco do Estado de São Paulo –

(BANESPA), grandes e respeitáveis, no entanto, também apresentaram sérios problemas financeiros.

Em 7 de agosto de 1996, o governo federal edita a Medida Provisória 1514, instituindo o Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária (PROES). O programa tinha por objetivo sanear os bancos estaduais, preparando-os para a privatização, extinção ou rebaixamento para agência estadual de fomento e a federalização (SALVIANO JUNIOR 2004; NETO, 2011).

O saneamento custaria aos bancos estaduais uma profunda reestruturação em seus quadros, além da modernização da administração bancária. Neto (2011, 138) cita ainda que caberiam quatro condições aos governos estaduais que iriam da extinção da instituição, transferência do controle acionário para o governo federal para privatização, privatização sobre o controle do governo estadual e, por fim, o saneamento da instituição. Salviano Junior (2004) reporta que os bancos estaduais foram mais afetados por conta de uma menor flexibilidade em reduzir custos e sua problemática carteira de operações de crédito, fazendo com que comprometessem cada vez seus ativos.

Os bancos que continuam sobre controle estatal, atualmente, são: Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES), Banco de Brasília (BRB), Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL) e Banco do Estado de Santa Catarina (BESC fundido ao Banco do Brasil). Os bancos privatizados foram: Banco do Estado do Amazonas (BEA adquirido pelo Bradesco em 2002), Banco do Estado da Bahia (BANEB adquirido pelo Bradesco em 1999), Banco do Estado de Goiás (BEG adquirido pelo Itaú em 2001), Banco do Estado do Maranhão (BEM adquirido pelo Bradesco em 2004), Banco de Crédito Real de Minas Gerais (CREDIREAL adquirido pelo Bradesco em 1997), Banco do Estado de Minas Gerais (BEMGE adquirido pelo Itaú em 1998), Banco do Estado da Paraíba (PARAIBAN adquirido pelo ABN Amro em 2001), Banco do Estado de Pernambuco (BANDEPE adquirido pelo Itaú em 1998), Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ adquirido pelo Itaú em 1997), Banco Meridional do Brasil (MERIDIONAL adquirido pelo Bozano Simonsen em 1997), Banco do Estado do Paraná (BANESTADO adquirido pelo Itaú em 2000), Banco do Estado de São Paulo (BANESPA adquirido pelo Santander em 2000). Os bancos estaduais liquidados ou extintos foram: Banco do Estado do Acre (BANACRE), Banco do Estado de Alagoas (PRODUBAN), Banco do Estado do Amapá (BANAP), Banco do Estado do Mato Grosso (BEMAT), Banco do Estado do Rio Grande do Norte (BANDERN), Banco do

Estado de Rondônia (BERON), Banco do Estado de Roraima (BANRORAIMA), Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (BDRN), MINASCAIXA, Caixa Econômica do Estado de Goiás (CAIXEGO), Caixa Econômica do Estado do Rio Grande do Sul (CEERS), Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (DESENBANCO), Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), Banco de Desenvolvimento de Goiás (BDGOIÁS), Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BADESC) Banco de Desenvolvimento do Estado do Ceará (BANDECE), Caixa Econômica do Estado de Santa Catarina (CEESC), Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro (BD-RIO), Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (BADEP), Banco de Desenvolvimento do Estado do Maranhão (BDM), Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (BADESP), Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (BANDESUL). E ainda alguns bancos tornaram-se agências de fomento como no caso dos estados do Rio Grande do Sul (AFRS), Santa Catarina (AFSC), Paraná (AFPR), Rio Grande do Norte (AFRN), Amapá (AFAP), Goiás (AFGO), Amazonas (AFAM), Roraima (AFRR), Alagoas (AFAL), Rio de Janeiro (AFRJ), Mato Grosso (AFMT), Bahia (AFBA), Rondônia (AFRO) e Tocantins (AFTO) (LUZ; VIDEIRA, 2009).

Contudo, com a privatização e a redução gradativa da presença estatal no mercado financeiro, tornou os bancos mais competitivos e aos bancos estatais reduziram seu espaço de atuação em suas regiões, ou seja, um evento que Junckes (2004) entende especificamente como uma concentração regional derivada da nova geografia do sistema financeiro mundial na qual a expansão financeira se dá, primordialmente, pela presença de agentes privados e corporativos em grande parte dos territórios e que, via de regra, submetem seus interesses acima dos Estados ao mesmo tempo em que se tornam beneficiários das políticas estatais, fato esse atestado quando

(...) o contraditório contido na ideologia neoliberal que apregoa a redução da regulação e dos gastos estatais sem especificar que tal princípio é reservado aos gastos considerados sociais, pois a prática neoliberal amplamente difundida no Brasil implicou a alocação de elevadas somas de recursos públicos para viabilizar a proteção dos ganhos de capital gerados no mercado sob quaisquer condições. (JUNCKES, 2004, p. 123).

Conseqüentemente o movimento de ingresso dos bancos estrangeiros se deu somente a partir de 1997 (JUNCKES, 2004), uma vez que o risco de implosão do sistema financeiro nacional – até então tido como sólido – com a insolvência das

instituições bancárias foi, em grande parte, assumido pelos programas instituídos pelo governo federal, permitiu que expandissem seus serviços, adquirissem bancos saneados e fincassem sua bandeira nesse país. Além disso, a capacidade de obterem lucros maiores propiciados pela política de juros altos evidenciou o mercado brasileiro como um atrativo a negócios.

Se para os banqueiros era um atrativo a possibilidade de aquisição de estruturas bancárias saneadas, para os bancários estatais a situação não poderia ser mais nebulosa e incerta: o futuro de seus empregos, a estabilidade, a segurança outrora propiciada pela instituição bancária estavam, nesse momento, em xeque. Políticas de redução de contingente bancário, retirada de benefícios, extinção de cargos, terceirização, automação, fechamento de agências e postos e uma extensa política de reestruturação foram algumas das situações vividas entre os bancários. Prova disso está no que Machado (2012) apresenta sobre a reestruturação produtiva ocorrida num banco que não foi privatizado, mas que passou por essas mudanças – o Banco do Brasil.

Nessa perspectiva, os processos de privatização de bancos estatais e de liberalização na entrada de capital estrangeiro reforçam processos de internacionalização, de fusão, de concentração do capital financeiro e do fortalecimento do capital privado em detrimento do capital estatal no país. No caso do BB, muito embora não tenha ocorrido uma privatização no sentido técnico do termo, é possível avaliar que seu direcionamento para o mercado, impondo mudanças nos valores, no perfil institucional e nas relações de trabalho, representa uma privatização interna. (MACHADO, 2012, p. 29).

Uma “privatização” de rotinas, de gestão, de busca de mercado que, conseqüentemente, teve reflexos na atividade do bancário que, não muito diferente dos bancários privados, passou a trabalhar atendendo ao cumprimento de metas, à venda direta de produtos, de sobrecarga de trabalho, da descontinuidade do trabalho e pela falta de perspectiva quanto à sua própria carreira e atividade. Aliada a isso, tem-se a perda gradativa de direitos e conquistas dos bancários em nome de metas de produtividade e de um novo perfil de mercado que as instituições assumem. Notadamente, as mudanças atingiram o grosso da categoria num curto espaço de tempo.

Montaño e Durigetto (2010, p. 213) entendem o processo de reestruturação produtiva com sérias conseqüências ao trabalhador e ao trabalho, sendo uma das mais significativas a “expulsão da força de trabalho promovida pela automação” que extingue

postos de trabalho, promove uma seletização entre os trabalhadores mais qualificados e aptos a assumir tais postos ao mesmo tempo em que promove a externalização do trabalhador por meio da terceirização cujos resultados são uma tendência gradativa às perdas salariais, deteriorização das condições de trabalho e perda de direitos e conquistas trabalhistas, alienando o trabalhador.

Configurando-se uma nova tendência aos processos de trabalho, o trabalhador viu-se, então, lançado numa crise sem precedentes que gera impactos sobre sua identidade e atuação junto às entidades de representação sindical. Suas consequências, porém, geraram situações que podem ser de conformação ou de contestação, ou mesmo de reafirmação de uma identidade que aguerridamente lutou – em tempos idos – por toda a categoria, pelos direitos e pela dignidade de seu trabalho mesmo quando a situação lhes parecia adversa.

1.5.- O trabalho bancário em uma nova configuração

O trabalhador e trabalhadores conviveram em meio às crises que ocorrem invariavelmente no capitalismo. Por muitas vezes, sentiram-se às voltas com as velhas teorias e falácias que pregam o fim do trabalho e do emprego sem que isso os fizesse desistir de se realizar em seu trabalho. Estiveram conscientes do seu papel transformador advindo da sua prática laboral.

Entretanto, as duas últimas décadas do século XX significaram para os trabalhadores uma nova forma de encarar uma realidade não desejada embora fosse nitidamente clara a demarcação de espaço decorrente da forte mecanização e automação que tomariam seus postos de trabalho, e cressem ser mais tardio ou traduzir-se como uma quimera. Mas o que se observou foram os eventos cíclicos da história agindo sobre a sociedade humana e, do qual, o capitalismo se transmutara.

O trabalho foi fragmentado, aos poucos perdeu o espaço da interação e da solidariedade - características marcadamente humanas -, cedendo-o à eficiência das máquinas, aos modernos softwares e à produtividade crescente via mecanização.

Esse mesmo trabalhador viu-se obrigado a se adaptar a modelos e formas de gestão do trabalho, o que significava revestir-se de todo o cabedal intelectual e cognitivo exigido pela modernidade para atuar nessa nova forma de trabalho; seu espaço é o da competição, da produtividade, da fidelização e de sua empregabilidade. Fato

concreto, aos poucos, foi despindo-se de sua identidade coletiva para assumir uma individualidade no grupo.

Os bancários despontavam como uma categoria que encampava muitos dos processos da constituição histórica recente de nossa sociedade, sobressaindo-se como uma categoria de respeito. Destaca-se um dos seus maiores engajamentos no processo de redemocratização do Brasil que foi o das eleições diretas por meio do movimento Diretas Já (1984).

A categoria enfrentou um novo inimigo forte, articulado e munido de instrumentos cooptativos e organizados. O limite de exploração do trabalhador excede – em todos os sentidos – a capacidade de sua autonomia, organização e capacidade de mobilização contra a agressão sofrida no excesso de trabalho. Pautou-se pelo silêncio e pela resignação em troca do emprego e do salário, este último em uma curva descendente. Dal Rosso (1998) mostra o “lugar comum” que se tornou a sociedade em aceitar, indolentemente, ser explorada quando:

A sociedade moderna chama-se “sociedade do trabalho”, porque a modernidade sujeitou toda a mão de obra à relação de assalariamento e alongou as horas de atividade até o limite máximo conhecido na história humana, 4.000 horas de trabalho por ano, limite físico além do qual não é possível ultrapassar sem o risco de matar as “galinhas dos ovos de ouro”, isto é, aqueles que trabalham. (DAL ROSSO, 1998, p. 263)

A fragmentação do trabalhador implicou uma série de consequências e efeitos a sua vida normal, aceitando estender sua jornada para além das horas computadas em seu local de trabalho, aceitando – muitas vezes – uma jornada dupla e abrindo mão de seu descanso para planejar e conquistar mais qualificação necessária ao mercado, às demandas deste ou mesmo por projeção no próprio trabalho.

O bancário sofreu com essa nova dinâmica do trabalho, assume funções que outrora não lhe cabiam (JINKINGS, 1995), desdobra-se para manter-se incólume às ríspidas relações de subordinação (REGO, 2011; MACHADO, 2012), estranhamento no trabalho, competição, capacidade de agregar valor ao seu trabalho, vender, resistir ao sofrimento, “insensibilidade” ao sofrimento alheio (DEJOURS, 1998; BARROS, 2011), capacidade de operar para a equipe mediante resultados preestabelecidos, reciclagem constante, empregabilidade entre outras atribuições incorporadas ao seu trabalho cotidiano que resultam na perda da autonomia e na necessidade de manter-se em seu emprego.

Ato reflexo, não se pode separar o trabalhador – em sua pessoa – de sua prática laboral, de modo que o sofrimento é causado, por extensão, ao corpo e à psique.

A saída para a luta e conquista de direitos se dá mediante a organização sindical. O capitalismo permite a luta de classes como um elemento de contraste dentro de seu *modus operandi*. Mas esse conflito agora tende gradativamente a enfraquecer o lado dos trabalhadores, privando-os dos direitos e conquistas, minando a sua capacidade de organização, permitindo que somente a força do capital avance. Esse avanço que foi minando as forças de trabalho e a organização sindical na Europa e na América do Norte assume um outro viés nas Américas Central e do Sul (BANDEIRA, 2004; LOSURDO, 2006; VIANA, 2009) e no continente asiático, promovendo o barateamento da mão de obra e a intensificação do trabalho (ANTUNES, 1999).

As relações trabalhistas são, aos poucos, desmobilizadas por governos assumidamente neoliberais (BOITO JR, 1996; VIANA, 2009) que seguem à risca o determinado por organismos internacionais de financiamento. Tal processo chamou-se de reestruturação produtiva e, no Brasil, atingiu toda a classe trabalhadora, notoriamente os bancários.

Com a reestruturação produtiva, o trabalhador bancário passou por uma profunda transformação com a redução de postos de trabalho, a nova concepção de trabalho por demanda, seguindo o ritmo mecânico do “sistema” (JINKINGS, 1995), passa a oferecer os produtos do banco (REGO, 2011; BOITO JR, 1996), sofre com a gradual substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto (ANTUNES, 1999), a intensificação do trabalho (ANTUNES, 1995,1999), a perda de sua identidade no trabalho (DEJOURS, 1998; REGO, 2011; MACHADO, 2012), acabando por adquirir doenças ocupacionais (REGO, 2011) e distanciar-se da atividade sindical (MACHADO, 2012). Além disso, cabe a incerteza enquanto a sua própria atividade e ser no trabalho (JINKINGS, 1995; ALVES, 2011; BENDASSOLLI, 2007).

Com a automação bancária, a substituição de trabalho vivo e a redução de postos de trabalho, o excesso de trabalho e a qualificação em múltiplas competências - atividade essa incentivada pelos bancos –, tornou-se lugar comum. Outro agravante foi a redução etária dos bancários, visto não haver lugar no mercado para pessoas tidas como “velhas” e que carregam vícios e uma forte identidade sindical o que tornará prioritária a contratação de pessoas novas, com nível superior e identificadas com o seu trabalho e

com as novas dinâmicas oriundas da atividade bancária, cujo reflexo se dará na baixa filiação aos sindicatos.

Antunes (2008) amplia o raio de ação ao fazer uma leitura do movimento da reestruturação produtiva no trabalho e suas consequências para o trabalhador. Não obstante, aborda também os sindicatos, apontando para uma tendência que, por leviandade ou pela incapacidade de leitura da história, foram subitamente tragados para dentro do processo do neoliberalismo. Para tanto, usar das velhas fórmulas de ação contra os banqueiros já não bastava; as armas eram outras, a situação econômica era outra bem como o inimigo era outro. Dessa forma,

Os sindicatos operam um intenso caminho de institucionalização e de crescente distanciamento dos movimentos autônomos de classe. Distanciam-se da ação, desenvolvida pelo sindicalismo classista e pelos movimentos sociais anticapitalistas, que visavam ao controle social da produção (...) e subordinam-se à participação dentro da ordem. Tramam seus movimentos dentro dos valores fornecidos pela sociabilidade do mercado e do capital. O mundo do trabalho não encontra, em suas tendências dominantes, especialmente nos seus órgãos de representações sindicais, disposição de luta com traços anticapitalistas. As diversas formas de resistência da classe encontram barreiras na ausência de direções dotadas de uma consciência para além do capital (ANTUNES, 2008, p. 41. grifos nossos).

Resignificar os contextos de luta e a própria luta em si para não desfragmentar ainda a mais a categoria. A ideologia interna dos bancos “prega” um distanciamento da atividade sindical ao mesmo tempo em que subordina os bancários à sua mercê, mostrando um mundo diverso ao de sua vivência. A autonomia do indivíduo perde espaço para as certezas dos sistemas e de uma ordem pronta, programada e que o impediu de tomar a direção e a resposta correta; tudo se resume a mais produção, mais intensificação, mais trabalho.

Quanto à organização sindical, Dal Rosso (2008, p. 127) apresenta um característico papel do novo bancário, em que se destaca a pertença à organização sindical e a ação dos empregadores, usando de “mecanismos de controle que envolvem medidas abusivas, tais como a não contratação de trabalhadores que sejam filiados a sindicatos ou a demissão se o trabalhador se sindicalizar”.

Embora fossem dispositivos que cerceassem a liberdade e a autonomia dos trabalhadores bancários, impedindo a maior ação dos sindicatos na ação contra os bancários contra a ofensiva do capital, ocorreu uma longa batalha que, por vezes,

pretendeu esvaziar o movimento sindical – como a própria categoria – impondo, à força, seu poder econômico.

Capítulo 2: O sindicalismo bancário e o painel dos anos 90

*"Não adianta olhar pro céu
Com muita fé e pouca luta
Levanta aí que você tem muito protesto pra fazer
E muita greve, você pode, você deve, pode crer
Até Quando?"*
Gabriel, O Pensador.

O sindicalismo brasileiro experimentou momentos significativos na história do país. Uma luta que conta uma longa história, com momentos significativamente importantes para a própria história política nacional.

A construção sindical no Brasil atendeu a aspectos consonantes com o movimento sindical internacional, muito embora o impulso para o sindicalismo tivesse outros elementos particulares a nossa própria constituição como povo: o regime escravocrata, os movimentos anarquistas dos trabalhadores imigrantes (principalmente italianos), o governo Vargas e a consolidação das leis trabalhistas, o governo de Jango, a ditadura e a supressão da atividade sindical, a luta pelos movimentos democráticos (e os “mártires operários” Santo Dias e Manoel Fiel Filho¹), o período de redemocratização e a participação das centrais sindicais na Nova República, o avanço do processo neoliberal e o enfraquecimento do movimento sindical, os sindicatos e o governo Lula e o novo “pensar” sindical em tempos de pós-neoliberalismo.

Os movimentos sindicais aliados aos movimentos sociais foram importantes construtores da democracia brasileira atual quer na resistência às ditaduras, quer na persistência das lutas contra os elementos opressores do capital. Nesse quesito, a mobilização por defesa dos direitos trabalhistas, pela unidade dos trabalhadores e pela plena cidadania a todos, também pautaram a luta dos sindicatos nesse período, em particular, destaca-se o sindicato dos bancários, persistente nesse franco processo de democratização e na luta dos direitos.

Ao lado do sindicato dos metalúrgicos – de cujo seio nasceria o Partido dos Trabalhadores (PT) -, o sindicato dos bancários pode revelar ao cenário político

¹ Grandes lideranças operárias da década de 1970, assassinadas no governo do Gal. Ernesto Geisel, que desencadearam a mobilização dos operários na luta contra o arrocho salarial, redemocratização, livre associação, tendo apoio por parte da Igreja Católica em São Paulo, na figura do cardeal arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns.

nacional atuais importantes dirigentes engajados diretamente nas lutas, bem como as greves na década de 1980.

Compreender a história e a importância dos movimentos sindicais na defesa e liberdade dos direitos do trabalhador, seu papel no processo de construção da democracia nacional e da nova *forma de ser sindicato* é a parte que abordamos neste capítulo.

2.- Breve histórico do sindicalismo brasileiro

A história sindical brasileira tem em si alguns momentos de glória e de dissabores; nem sempre houve flores, foi um caminho construído com muitos espinhos.

A história do trabalho no Brasil foi manchada por uma triste lembrança: o período escravocrata, iniciado em meados de 1500 e encerrado, de forma oficial, com a abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888.

Matos (2009) enfatiza que o sindicalismo brasileiro remonta ao século XIX e meados do século XX, basicamente pelo movimento laboral dos padeiros e pelo seu líder: João de Mattos. Conta-se que João de Mattos elaborara a primeira organização sindical no Rio de Janeiro, com documentos apreendidos pela polícia carioca por volta dos anos de 1930. No registro, João de Mattos relata todo um histórico de uma pré-organização sindical ainda distante do modelo europeu, contada pela pouca erudição de seus componentes e sua condição marginal: eram padeiros. Esses mesmos padeiros começam uma primeira luta por direitos no Brasil. Segundo Matos (2009, p.13):

Sua história começa em Santos, em 1876, quando trabalhava em padarias da cidade e organizou um “levante”, que ele explica ser como “as mesmas greves de hoje”. O levante organizado por João de Mattos foi uma paralisação das padarias da cidade, em meio à qual se deu a fuga dos trabalhadores escravizados daqueles estabelecimentos. Esta foi preparada com a falsificação de cartas de alforria (documentos que diziam que seu portador havia sido libertado), que permitiam aos fugitivos encontrar trabalho como trabalhadores livres no interior do Estado.

Assim sendo, e fazendo uso da característica esperteza, João de Mattos preconizava um evento que iria ganhar as esferas intelectuais – a abolição da escravatura – ainda que a garantia de liberdade dos trabalhadores escravos viesse em primeiro lugar.

João de Mattos migrava de cidade em cidade promovendo os “levantes”, como o promovido na cidade de São Paulo em 1877, com uma quantidade maior de padarias,

com o mesmo recurso (cartas de alforria falsas) e com o mesmo fim. Desta vez, a quantidade de escravos foge para a cidade do Rio de Janeiro – capital do Império – em companhia de João de Mattos irá provocar outros levantes em 1878.

No entanto, a cidade do Rio de Janeiro, com um número maior de padarias e, desse modo, conseguiriam um número maior de trabalhadores escravos. E como um movimento que vinha dando certo, deram-lhe um nome: Bloco do Combate dos Empregados em Padarias portadores de um estatuto, sede e um lema – “Pelo pão e pela liberdade” (MATOS, 2009, p. 14) embora o fosse ativo na clandestinidade. Para o seu funcionamento na capital do império, usava novamente a criatividade: seu funcionamento era o de um curso de dança como forma de driblar a polícia carioca.

Para poder realizar as suas atividades, este proto-sindicato agia às escondidas, mas mesmo assim conseguiu agregar um bom número de filiados. Mattos (2009) cita que o Bloco da Defesa chegou a reunir 100 associados organizados em “quatro comissões, fez alguns levantes parciais e, em 1880, um novo levante geral, como o chamou João de Mattos” (p. 14). As falsas cartas de alforria resultaram na fuga dos escravos para a cidade de Barra do Piraí (RJ) enquanto João de Mattos foi preso, vítima de uma delação. No entanto, foi defendido pelo abolicionista Saldanha Marinho, sendo absolvido pelo seu crime.

Com a abolição da escravatura ocorrida em 13 de maio de 1888, João de Mattos dá continuidade a sua luta. Desse modo, com os escravos livres poderiam ser reconhecidos como “trabalhadores”, mas ainda afeitos a submissão ao trabalho servil, subemprego ou mesmo a marginalidade que impediam-nos de serem reconhecidos como iguais pela sociedade.

Além desses eventos, João de Mattos ainda continuara a árdua luta em busca de reconhecimento para os trabalhadores libertos, fazendo-o manter viva a ideia de uma associação sindical. Em 1890 (dois anos após a abolição), João de Mattos criou uma nova associação chamada Sociedade Cooperativa dos Empregados em Padarias no Brasil, com um novo lema: “Trabalhar para nós mesmos”, com o intuito de que os libertos pudessem adquirir recursos para a compra de padarias, eliminando os patrões. Contando com 400 filiados e uma boa gama de recursos, poderia ter logrado bom resultado se não fosse o caso do tesoureiro da sociedade evadir-se com os recursos.

Sem desistir, ainda entre 1893-1898, João de Mattos constituiu a Sociedade Cosmopolita Protetora dos Empregados em Padarias, com novo lema (“Trabalho,

justiça e liberdade: sem distinção de cor, crença ou nacionalidade”), entre outros que conforme Matos (2009) indica ter objetivos mútuos cooperados (auxílio de doentes, acidentes, morte etc.). Tal sociedade chegou a reunir mil associados, criou um periódico (jornal *O Panificador*), organizou uma biblioteca, um centro de educação, passando a possuir um formato de sindicato nos moldes característicos de hoje. A luta passou a ser mais caracterizada por aspectos de direitos da própria classe como o descanso semanal (domingos), jornada diária de 8 horas de trabalho, fazendo eco junto às autoridades da época, muito embora estas se fizessem de surdas.

Não tardou muito para que fosse incluindo na lista negra dos padeiros e, desse modo, não conseguisse emprego no setor de panificação. Numa tentativa de esvaziar a atividade sindical, os patrões criam a Liga Federal dos Empregados em Padarias, abertamente cooptadora de empregados que defendiam os interesses sindicais, e que, segundo Matos (2009, p. 16),

No entanto, a lição de luta de João de Mattos deixou fortes marcas e, nos anos seguintes, a Liga foi conquistada por militantes combativos, que unificaram a organização da categoria, filiaram mais de 4 mil trabalhadores e realizaram, em 1912, a primeira greve geral dos trabalhadores em padarias na cidade do Rio de Janeiro.

Pode-se afirmar que João de Mattos foi o criador do sindicalismo brasileiro ou, senão, aquele que mais assimilou os ideais da classe trabalhadora pautado nos critérios de valor do trabalho, conquistas e direitos referentes ao universo do trabalhador ainda que na transição da sociedade escravocrata para a sociedade livre, fato esse que marcou muito as posteriores lutas dos sindicatos e organizações trabalhistas no Brasil ao longo dos séculos.

Um critério ainda mais importante é a questão da consciência do trabalhador em lutar por seus direitos, por suas conquistas e valores decorrentes da associação sindical, da denúncia da opressão da burguesia, das tentativas de criar a cisão do movimento por dentro e, assim, desarticular a grande massa que luta por valores tão caros e essenciais à dignidade no trabalho que são, por assim dizer, também valores do próprio homem. Tais valores, entretanto, foram questionados a partir da implantação do neoliberalismo no curso da década de 1990 que levaram os sindicatos a pensar seu campo de ação, resignificar suas lutas sem perderem o fio condutor da luta trabalhista: a luta pelo próprio trabalho.

Se a história do movimento abolicionista conseguira romper com quatro séculos de opressão e estranhamento do trabalho, a burguesia logo encontraria outro artifício para manter a mão de obra sublocada e produtora da mais valia, principalmente, numa sociedade agrária que foi o Brasil até meados dos anos 30.

Tal artifício respondia pelo nome de mão de obra imigrada do Velho Mundo, particularmente da Europa e, ainda no início do século XX, de pessoas advindas do Oriente Médio (sírio-libaneses, libaneses, turcos e, em pequena quantidade, armênios), além das levas de japoneses (1908). Ateemo-nos principalmente à mão de obra europeia caracterizada por trabalhadores rurais italianos, alemães, suíços, austríacos (especialmente os tirolezes), flamengos, espanhóis (em outras levas), portugueses (no curso de toda a história do Brasil), holandeses, ucranianos, russos e poloneses, que participarão ativamente da vida econômica brasileira, deixando marcas que serão significativas para a constituição das organizações sindicais brasileiras.

Como mão de obra substituta aos negros alforriados, contingentes imensos de imigrantes aportados no porto de Santos (SP) contratados para trabalharem nas fazendas de café dos interiores paulista, mineiro, capixaba, fluminense. Esses contingentes humanos espalhados pelo interior e sertão brasileiros logo serão o ponto de partida para a formação das cooperativas de trabalhadores cuja dinâmica de trabalho se ancora diretamente na isonomia de valores e responsabilidades devidas a cada cooperado para o bem coletivo, o que caracterizou-se numa forma particular de sindicalização mais voltada a solidariedade mecânica aludida por Durkheim (1999).

Destaque-se os imigrantes italianos – uma das maiores comunidades - que fundamentalmente, romperam com o regime semiescravocrata dos latifundiários de café para se estabelecer nas cidades e, em particular, na cidade de São Paulo. Isso se dá no fim do século XIX e em meados do século XX, com uma gama significativa de trabalhadores em atividades fabris e politizados. Essa categoria de politização será evidenciada no surgimento, dentro do movimento operário, do anarquismo e, conseqüentemente, do anarco-sindicalismo. Molina (2010) elenca alguns elementos importantes para a constituição desse movimento que, de certa forma, mostrou-se bem mais agressivo com a presença de uma forte consciência de classe que o marcou profundamente, além de estar – ainda que com poucos recursos – alinhado ao movimento operário europeu e, assumidamente, o italiano. Desse modo e agregando um

sem número de grupos operários ao seu bojo e tendo a luta comum contra o patronato paulista, surge:

Em 1908, é criada a Confederação Operária Brasileira (COB) que reunia cerca de 60 núcleos operários, círculos e sindicatos, associações de classe das principais cidades brasileiras: Rio, São Paulo, Salvador, Recife, as com maior número de operários fabris.

Assumem uma concepção anticapitalista, e de combate contra as arbitrariedades policiais, organizam fundos e mobilizações de solidariedade às lutas em outros países, a operários em greve, a operários estrangeiros expulsos.

Essas lutas se materializam em atos públicos, passeatas e manifestações. Os anarco-sindicalistas são laicos e antirreligiosos, e combatem a influência do clero nos assuntos políticos e do Estado, principalmente as associações clericais e suas práticas assistencialistas e beneficentes. (MOLINA, 2010, p. 2).

Assim sendo, o movimento ganhou uma forte característica de opor-se a tudo o que represente o patronato em todas as suas formas e, que no caso, atinge também a própria Igreja Católica de seu tempo. A forma de reação do patronato foi o uso da força representada diretamente na ação da polícia.

Porém, um novo elemento se agregou à luta operária e terá papel de destaque na década de 1920: os comunistas. Com a Revolução Russa (1917) e o ideário marxista aplicado e influente aos movimentos do operariado mundial e, tendo como oponente comum o capitalismo, o movimento operário brasileiro encampará todo esse escopo, formando, em 1922, o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Os antecedentes para o avanço do movimento operário são: a precariedade e as condições de vida dos operários (vivendo em cortiços, agrupados em famílias com casas geminadas e em condições insalubres), o uso de mão de obra infantil, negra, mulheres e imigrantes. Essa situação perdura por um significativo período de tempo que impossibilitará a articulação sindical ainda que de cunho anarquista. Araújo (2010, p. 3) assevera que

Nos anos de 1917 a 1920, as greves alcançaram as maiores proporções durante todo o processo de emancipação proletária como a greve de 1917, de uma fábrica têxtil, e a greve de 1919, ambas em São Paulo. Esse é um período de ascensão do movimento operário, momento também das rupturas ideológicas, onde o anarquismo vai perdendo aos poucos seu espaço, dando lugar a organização partidária comunista.²

² A autora Zélia Gattai demonstrará em seu livro “Anarquistas, graças a Deus” a origem do movimento anarquista dentro da comunidade italiana, sendo ela de ascendência italiana e imersa na ideologia anarquista.

Desse modo, ainda que aos poucos, o anarquismo de matriz italiana vá dando espaço para o comunismo. Como ressaltado, o ideário marxista, que foi a força motora da Revolução Russa, também foi ascendente no movimento operário, tomando o lugar do ideário anarquista. É com base no comunismo que os sindicatos vão se alinhar na luta contra o empresariado e, assim, passam a defender os interesses do operariado no intuito de conseguir melhores condições de salubridade e de trabalho, além da conquista dos direitos trabalhistas para toda a categoria.

Esse embate grassou todo o período da República Velha, categoricamente oligárquica e mantida pela política do “café com leite”, pelo uso da força policial e a conivência do Estado em reprimir o movimento e favorecer diretamente os oligarcas. Isso até a ascensão de Getúlio Vargas.

2.1. O sindicalismo na era Vargas (1930-1945)

Analisar o sindicalismo brasileiro após a década de 1930 tem como marca importante o governo de Getúlio Vargas. O presidente Vargas possuía ideias de desenvolvimento (aplicadas em seu governo) capazes de lançar o Brasil em uma nova era, tirando-nos do atraso econômico, social e desenvolvimentista. Um conjunto de propostas e atividades foi salutar para essa transformação, como a criação de importantes empresas, embora também significasse que no aspecto político vigorava uma tenaz ditadura.

De um histórico de lutas e afirmações, os sindicatos de trabalhadores ainda sofriam com a insidiosa capacidade política do patronato que, até 1929 (durante o governo de Washington Luiz), reprimia severamente qualquer greve ou movimento operário. Com a ascensão de Vargas ao poder e o estabelecimento do Estado Novo, propunha-se unir as duas forças contrárias num único projeto capaz de alavancar a nação ao desejado pelo presidente ditador. Molina (2010) apresenta que Vargas costura uma aliança política que lhe rendeu dividendos políticos junto ao operariado ao criar o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (novembro de 1930) e publicou a lei de Sindicalização (março de 1931), permitindo, desse modo, a legalização dos sindicatos embora mantivesse – com mão de ferro - a propaganda ideológica nos mesmos.

Matos (2009) enfatiza que com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, foram gestadas as leis trabalhistas que permitiram, entre outras coisas, consolidar a luta histórica dos trabalhadores naquilo que é, de fato, o momento chave de

toda a história sindicalista até o momento. A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)³ se efetivou somente em 1943, mas ficando nas mãos do Estado a tutela dos sindicatos como diz o autor:

Caberia ao Ministério, também, a tarefa de difundir o novo modelo do sindicato oficial, reconhecido, mas tutelado, que de início enfrentará a competição das organizações sindicais autônomas construídas ao longo das três primeiras décadas do século. Os objetivos desses novos sindicatos serão claros: servir como interlocutores dos trabalhadores junto ao governo e vice-versa, funcionando por dentro do Estado, como órgãos públicos e, portanto, submetidos também às diretrizes das demais instâncias governamentais (MATOS, 2009, p. 63).

Vargas designou como o primeiro-ministro do Trabalho o também gaúcho Lindolfo Collor.

No entanto, a capitalização da classe operária com o conjunto de leis trabalhistas e a liberação da atividade sindical – ainda que sob a tutela do Estado – não foi de toda aceita pelos sindicatos. A interferência do Estado em criar sindicatos oficiais deixava à margem os sindicatos que não aceitavam, em tese, serem incorporados à estrutura do Estado. Desse modo, os sindicatos tutelados pelo Estado gozavam de benefícios e privilégios ao passo que os sindicatos marginais, segundo Matos (2009, p. 64), deixavam as lideranças “mais combativas, sofressem a pressão para a busca do reconhecimento do Ministério por parte de suas bases, ansiosas por usufruir dos benefícios da legislação”. Desse modo, a tensão que gerou a ruptura entre as centrais sindicais na década de 1990, foi capaz de opor duas grandes centrais às quais, uma que foi capaz de compactuar com o próprio governo à época.⁴

Gradativamente, porém, o número de adesões de sindicatos ao Estado cresceu, saindo de 32, em 1931, para 242 em 1936. Nesse arroubo, também coube ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) apresentar-se contrário à política trabalhista e cooptadora do governo Vargas, uma vez que, ainda sob sua influência, o PCB possuía uma gama de sindicatos aliados ao seu ideário, bem como um número relativo de sindicatos anarquistas que compunham o bojo total. De certa forma, o PCB apresentava resistência ao proposto pelo Estado quando, em sua “Carta sindical”, denunciou a ausência da

³ Molina (2010:3) enumera o crescimento da classe operária em 500%. Destaca que entre os benefícios e garantias sociais principais encontram-se: a instituição do salário-mínimo, a aposentadoria por tempo de serviço e a estabilidade para operários com mais de 10 anos de serviço.

⁴ Nesse caso, a ruptura de dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) gerando a Força Sindical (FS).

representação sindical oficial, o controle dos sindicatos via Justiça do Trabalho além do caráter fascista da lei de sindicalização.

Deliberadamente, os sindicatos denunciam a manobra governista por meio de um veículo de comunicação vinculado ao PCB (o jornal *Nossa Voz*). À onda dos acontecimentos, comunistas, trotskistas e anarquistas passam a denunciar o autoritarismo do governo Vargas que usa o MTIC para manter ideologicamente a aliança do operariado e dos sindicatos como massa de manobra para a manutenção do poder despótico, mascarando essa ação por meio de benefícios trabalhistas. Toda essa pressão teve um resultado imediato na constituição da Assembleia Nacional Constituinte de 1934, que geraria a constituição outorgada por Vargas. Mattos (2009, p. 66-67) expõe:

Acontece que a Constituinte teria, em acordo com a visão corporativista dominante no governo, além de representantes eleitos pelo voto direto, um grupo menor de deputados escolhidos apenas pelos associados dos sindicatos (oficiais, é claro) de trabalhadores e empresários: a “bancada classista”. (...) Na Constituinte, os deputados classistas comprometidos com os sindicatos mais combativos lutaram por uma legislação que garantisse a liberdade de organização dos trabalhadores, Embora muitos deputados classistas defendessem a unidade e o reconhecimento legal dos sindicatos, criticavam o controle do Ministério do Trabalho explícito na lei. (...) Os representantes operários contaram com a combinação de restrições de empresários e da Igreja ao modelo do sindicato único, conseguindo assim incluir na Carta um dispositivo que garantisse a liberdade sindical. Porém, as regulamentações posteriores do preceito constitucional nas leis ordinárias retomaram o caminho da imposição do modelo de sindicato oficial.

Do “ensaio” e representações sindicais que exigiam a liberdade sindical às alianças e pressão do governo sobre a bancada constituinte, fendeu a aliança outrora estabelecida entre o Estado e os movimentos sindicais acirrando, desse modo, ainda mais o regime ditatorial de Vargas sobre o país e os sindicatos. Esse acirramento se dará na contestação dos próprios movimentos sociais contra o governo Vargas e no surgimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), movimento que continha em seu escopo um grande número de trabalhadores organizados no intuito de promover a democratização do país.

Com o crescente número de greves, o descontentamento dos sindicatos marginais, a ferrenha ação dos sindicatos ligados ao PCB e o movimento da ANL, surge, no ano de 1934, a Frente Única Sindical (FUS), majoritariamente comunista, que,

com o seu congresso nacional em maio de 1935, criou a Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB) que terá um curto período de existência. A ação do movimento operário pressiona o patronato a aderir à proposta de autonomia sindical.

A representação patronal no Estado se dava por meio da autonomia de suas entidades representativas (associações comerciais e centros industriais conforme Mattos (2009)) e, assumindo uma postura corporativista, apoia a retomada do MTIC no controle da atividade sindical e dos sindicatos. No entanto, isso é feito de forma altamente repressiva e violenta. A ação do governo é reprimir a Aliança Libertadora Nacional (ALN)⁵, decretando a ilegalidade do movimento por meio da Lei de Segurança Nacional, instaurando o Estado de exceção e a supressão dos direitos políticos de suas lideranças.

Dentre os sindicatos que se opuseram à Lei de Segurança Nacional e numa frente de resistência ao Estado, encontrava-se o Sindicato dos Bancários de São Paulo, marcadamente um sindicato de resistência, tanto no aspecto do operariado quanto ao processo de democratização do Brasil.

Mattos (2009) destaca que nos anos de 1935 e 1942, viveu-se uma “completa fase de desmobilização”, tendo uma forte cooptação de suas lideranças sindicais que assumem postos-chave no governo, numa completa submissão às diretrizes do MTIC. “Não há greves por categorias e a participação das bases nas atividades propostas por estas entidades reduz-se a quase nada” (MATTOS, 2009, p. 70).

As correntes mais diversas na sociedade passam a organizar eventos a fim de propor – e propagar – ideias que causem transtorno e desconforto no meio sindical, como no caso dos integralistas que, em sua chamada “Convenção Sindical Nacionalista”, divulgaram a ideia de sindicatos anticomunistas, unitários e antisemitas. Mas com a instauração do Estado Novo (1937) e de uma constituição fascista, surgiu a ideia de um único sindicato, englobando todos os sindicatos sob a tutela do Estado. Em 1939, o governo Vargas decreta a Lei Orgânica da Sindicalização Profissional – regulando toda a atividade sindical em sua gênese e fim organizados pelo próprio Estado.

Tal situação, entretanto, irá aprofundar ainda mais a luta sindical por autonomia e instauração da democracia no Estado brasileiro.

⁵ Também conhecida por Intentona Comunista.

Em 1942, ocorre uma aproximação entre o Estado e os trabalhadores, além de esforços estatais para colocar os sindicatos oficiais chancelados pelo MTIC. Nesse ponto, a estrutura sindical é verticalizada e subordinada ao Estado, impossibilitando, assim, a articulação dos sindicatos de diferentes categorias entre si e permitindo a formação em uma única central sindical.

Molina (2010) também ressalta que o governo ainda conseguira, nesse período, emplacar o imposto sindical, cujo desdobramento era o trabalhador dar um dia de seu trabalho por ano ao Estado para a manutenção dos sindicatos oficiais. Assevera que,

O elemento fundamental da nova estrutura consiste no imposto sindical, onde cada operário é obrigado a pagar o correspondente a um dia de trabalho ao ano, sendo sindicalizado ou não. Esse imposto é recolhido pelo Ministério do Trabalho e uma porcentagem dele é distribuída aos sindicatos através da subvenção social, ou seja, a transferência de recursos públicos para as organizações de caráter assistencial e sem fins lucrativos (MOLINA, 2010, p. 4).

Também vem ao encontro a afirmativa de Sachs (1982) que o atrelamento da atividade sindical ao Estado geraria uma discrepância dentro do próprio movimento sindical autônomo, posteriormente, com o surgimento dos pelegos. Desse modo, tinha-se nos sindicatos – sob a tutela estatal – uma agremiação de interesses de cunho social como colônias de férias, serviços médicos, assistência social, entre outros, e completamente alheias em combater o próprio Estado, pois, dele se beneficiavam diretamente. Assim sendo, pouco podia se esperar numa reviravolta contra o governo Vargas. Mesmo com a imposição do imposto sindical e o repasse aos sindicatos oficiais, estes ficavam terminantemente proibidos de utilizar esse recurso financeiro para prover fundos de greves e diretamente, para a utilização em propaganda política.

Em 1945, o Partido Comunista Brasileiro ensaia nova ruptura com o sindicalismo estatal ao criar o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUP). Dentre suas bandeiras de luta, estão uma profunda reforma sindical, a organização sindical livre e a autonomia política nas ações sindicais. Tal ofensiva travestida de um movimento pró-sindical teria sua consequência direta no Estado: em 1947, o Partido Comunista Brasileiro foi declarado ilegal e a repressão aos líderes do partido foi atroz. Mesmo com a supressão das atividades do Partidão (alcunha do Partido Comunista Brasileiro), os sindicatos marginais seguiram na luta por autonomia por meio de encontros nacionais, plenárias, movimentos e articulações regionais e interestaduais. Desse modo, em 1950,

é criada a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), tendo sua consolidação na década de 1960 (Molina, 2010).

2.2.- O sindicalismo pós 1950

Há, nas décadas de 50 e 60, o crescimento do movimento sindical e o período de maior consolidação de suas atividades, com o crescimento do número de sindicalizados e uma gradativa forma de influenciar o cenário político-social brasileiro.

Nos anos 1960, haverá dois momentos cruciais para o movimento sindical e a história do Brasil: o governo de João Goulart e a ditadura militar que irá, decididamente, suprimir a atividade sindical e promover um verdadeiro policiamento, supressão e vigilância constante aos líderes sindicais até a instituição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), impedindo toda e qualquer manifestação e privação da liberdade coletiva.

No entanto enquanto ocorriam fases de desenvolvimento (governos Dutra e Juscelino Kubitschek) e fases de instabilidade política (principalmente com a renúncia de Jânio Quadros), os sindicatos não conseguiram superar a dependência do Estado. O movimento operário passou a crescer com o declínio das atividades no campo (o êxodo rural), o crescimento das cidades e do trabalho fabril, demandando mais mão de obra para a produção crescente. A atuação sindical urbana criaria uma nova força política capaz de lutar pelos direitos do movimento, bem como assumir um papel primordial na luta pela democracia.

Molina (2010, p. 5) destaca o surgimento de “uma sociedade civil diferenciada, urbana e incorporada ao espírito da indústria, do comércio e do consumo”. Essa sociedade multifacetada assistiria à ascensão da classe média urbana. Por outro lado, a classe dominante ainda encarna os valores sociais conservadores e individualistas e, por meio de associações (como a Trabalho, Família e Propriedade - TFP), pregam valores restritivos e condenam a ação socialista-comunista presente em setores sindicais e em algumas ações de partidos da esquerda. Esse conflito de interesses será fundamental para o estabelecimento da ditadura militar.

Araújo (1993, p. 41) mostra que a década de 1960 foi marcada por dissonâncias dentro do próprio movimento sindical: setores deliberadamente esquerdistas (com forte acento do PCB) em contraste com o sindicalismo *peleguista* (herança direta da era Vargas). Desse modo, os comunistas persistiam na defesa da representatividade

outorgada e na unicidade sindical além de serem contrários à extinção do imposto sindical, embora apresentassem a sugestão de uma forma mais “eficiente de desconto e arrecadação”.

Por sua vez, o movimento sindical ainda carecia de maior ímpeto, de coesão de forças e lideranças capazes de dar prosseguimento às reivindicações e bandeiras de luta nascidas das necessidades do movimento. Isso, no entanto, seria mais evidenciado com o surgimento de lideranças sindicais participativas e ativas durante as décadas de 1970-1980.

Contudo, uma das maiores conquistas da década de 1960 se configura no 13º salário, definido por meio da Lei nº 4090, datada de 13 de julho de 1962, que deveria ser recebido no mês de dezembro de cada ano como uma gratificação adicional, pago pelo empregador, independente da remuneração.

No que se refere à organização, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em setembro de 1963, propôs unir as forças democráticas e nacionalistas em defesa das liberdades democráticas, “a reforma agrária equitativa e regulamentação da lei de remessas de lucros ao exterior, defendendo a nacionalização de setores da economia, monopólio do petróleo e reforma bancária progressiva dentre outros” (ARAÚJO, 1993, p. 45)

O PCB consegue realizar o 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores, realizado no Rio de Janeiro, entre os dias 11 e 14 de agosto de 1960, que marcou a ruptura no movimento sindical, resultado de vinte anos de divergências entre os sindicatos e suas lideranças. Entre as várias acusações, havia aquela de “deturpação nos objetivos”, que levou à criação do Movimento Sindical Democrático, constituído por alguns delegados das diversas Confederações e Federações de Trabalhadores que abandonaram o Congresso. Araújo (1993) ainda destaca a total adesão ao ideário de uma política sindical governista, assistencialista, de defesa do imposto sindical, tendo a Justiça do Trabalho como a instância conciliatória entre o patronato e o operariado, além de um ferrenho anticomunismo.

Quanto ao painel da década de 1960, tem-se, na atividade dos sindicatos, a clara situação de confronto com o governo na defesa dos salários, direitos trabalhistas e

na questão da dependência econômica dos países do então Primeiro Mundo⁶ que causava indignação de setores da sociedade brasileira. Nesse caso, os sindicatos empunhavam a bandeira do nacionalismo, das reformas de base na educação, saúde, moradia, emprego e reforma agrária (MOLINA, 2010).

Ainda na onda dos acontecimentos, encontravam-se os comunistas que, de forma clara e concisa, defendem as reformas estruturais, a defesa incondicional do patrimônio brasileiro e a autonomia do Estado. Assim, a união dessas forças fazia a defesa clara e aberta do governo de João Goulart, além de fazer eco às reivindicações sociais que culminavam em movimentos sociais que se tornavam mais recorrentes. Setores conservadores, no entanto, viam nisso uma clara influência – e perigo – do comunismo através da atividade sindical, nos movimentos estudantis e em outros movimentos sociais.

Molina (2010) ainda ressalta que o PCB e seus simpatizantes causavam uma impressão negativa, motivada pelos setores conservadores da sociedade à época, e, por conta disso, formou-se a ideia de que poderiam tornar o Brasil uma nova União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ou tê-lo como país-satélite no hemisfério sul. Desse modo, os sindicatos

(...) foram estimulados a radicalizar nos discursos e nas ações políticas, indo muito além do que suas próprias forças garantiam. Um sindicalismo de vanguarda, sem a suficiente retaguarda das massas. Não se nega a necessidade e a coerência de se buscar as lutas de massas e as reivindicações coletivas como instrumentos essenciais aos trabalhadores na busca de seus direitos e transformação do Estado. O que se questiona é se as direções compreendem a realidade objetiva e a correlação das forças em disputa no terreno da luta de classes. A nosso ver, a capacidade de reação das classes dominantes e dos setores médios urbanos foram subestimados, eivados de conservadorismo e outros valores burgueses.

O fantasma vermelho, a ameaça do comunismo e o medo do barulho nas ruas tão largamente vociferados e arditamente fermentados pela direita brasileira, não foram devidamente dimensionados pelas forças da esquerda social e política nos anos 1961-1964. Veio o golpe fascista, executado pelos militares, sob patrocínio do grande capital estrangeiro e do governo dos EUA. Uma lição que se mais tarde seria apreendida pelo movimento sindical pós ditadura militar, que as direções não podem substituir as massas, ao contrário, só o movimento por concreto da classe pode garantir conquistas e poder político (MOLINA, 2010, p. 7).

⁶ Parte dessa dependência decorre de acordos internacionais (como o USAID) e por empréstimos contraídos para a construção da nova capital federal, acarretando uma dívida a ser paga, em longo prazo, pelo Estado brasileiro.

Com o golpe de 1964, o movimento sindical passaria por um duro baque. Com a instituição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), a supressão dos direitos individuais, a institucionalização do Estado de sítio e a concentração de poderes na mão do Executivo. O Estado sufoca violentamente toda e qualquer manifestação contrária às próprias determinações do Estado e ataca os direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores ao longo das décadas.

O próprio Estado realiza mudanças na CLT como na chamada “lei da estabilidade” a qual, em seu teor, previa estabilidade para o trabalhador com uma década de trabalho. Esta lei foi revogada em 1967, e em seu lugar foi criado um novo dispositivo no qual as empresas pagariam um valor – a título de indenização – a cada trabalhador demitido. Esse dispositivo recebeu o nome de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), cujos valores seriam descontados em folha de pagamento mensal de empregadores e empregados e gerando uma “poupança” para que o trabalhador sacasse ao ser demitido.

Lopes (2009, p. 37) enfatiza que, no caso do trabalhador estar a mais de uma década na empresa, a regra valeria da mesma forma, pois, o governo não criara “nenhum mecanismo suplementar de proteção ao trabalhador”, o que promove – via empresários – a alta rotatividade de mão de obra menos qualificada, gerando economia na diferença salarial estabelecida na qualificação dos seus empregados e na desproporcionalidade salarial daqueles que estariam em início de carreira em relação àqueles com mais “tempo de casa”.

Essa mudança, no entanto, causou um primeiro choque com o movimento operário desta vez, daqueles funcionários da Companhia de Tecidos Paulista (PE), tida como uma das maiores tecelagens do Brasil nas décadas de 1930-1940. A empresa promovia um alto rodízio de funcionários, mesmo aqueles mais estáveis, e tidos como lideranças, pois, haviam participado de movimento reivindicatórios e de resistência entre os próprios operários.

O peso das demissões foi inclemente a ponto de os moradores da cidade de Paulista, área metropolitana da grande Recife, mobilizarem-se, moverem um processo judicial no qual os funcionários demitidos foram posteriormente indenizados, inclusive com parte do patrimônio da própria empresa de propriedade do sueco-brasileiro Herman

Theodor Lundgren⁷. Nesse caso, foi uma das poucas e bem-sucedidas investidas sindicais no período ditatorial militar (BADARÓ, 2009).

No entanto, a rotatividade nas fábricas gerou outro espírito nos sindicalistas e no movimento operário: uma nova geração aguerrida, cônica de seu papel transformador e que geraria frutos na década seguinte, propriamente nas greves gerais dos anos de 1978 e 1979. Nesse período, despontarão algumas importantes lideranças sindicais como Santo Dias e Manoel Fiel Filho, ambos assassinados pelas forças da repressão ainda na década de 1970.

Lopes (2009) ainda ressaltou um elemento novo dentro dessa nova concepção de sindicalismo que surgiu dos ideais de luta trabalhista e do próprio desejo de redemocratização: o da unicidade entre o sindicalismo oficial e o sindicalismo livre e paralelo. Nessa coalizão de forças, é que surgiu aquela que se tornará a mais importante central sindical do Brasil: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) na década de 1980. Essa central sindical, aglutinou os sindicatos oficiais, confederações e federações então presentes na Central Geral do Trabalho (CGT).

Com a repressão se acirrando, uma profunda corrosão nos ganhos salariais dos trabalhadores, inflação em alta e a carestia causaram fendas diretas na vigência do sistema de exceção brasileiro, embora sempre fossem duramente reprimidas, e, em alguns casos, com o desaparecimento das suas lideranças. Mesmo na década de 1970, com a ocorrência do chamado “milagre brasileiro”, o que se destacou foi uma concentração de poder nas mãos dos mais ricos e uma efetiva pauperização das camadas mais pobres. Matos (2009, p. 109) descreve a situação desse período como:

As bases do milagre se assentariam sobre a recessão provocada pelo governo nos anos anteriores, gerando maior concentração de capitais em torno dos grandes grupos monopolísticos (de capital estrangeiro, em especial) e do sistema financeiro; e sobre a retomada dos investimentos públicos em grandes obras indutoras de atividades econômicas. (...) Mas, além disso, o “milagre” tinha um outro pé dentro das próprias empresas: o arrocho salarial e a superexploração da força de trabalho que, garantidos pelo controle do governo sobre os sindicatos, elevavam em muito a lucratividade do capital.

Como efeito ilustrativo, o PIB brasileiro crescera nos anos de 1968-1976 à taxa de 10% ao ano, atingindo a marca histórica de 14% no ano de 1974 o que, de fato, não refletiu em ganhos salariais para a classe trabalhadora.

⁷ Do qual surgiu a rede de lojas Casas Pernambucanas.

No fim da década de 1970, precisamente nos anos de 1978-1979, eclodem as grandes greves no ABC paulista. Esta região (Santo André, São Bernardo e São Caetano) concentrava, então, grande parte da produção industrial brasileira, local de concentração das grandes montadoras automobilísticas e empresas multinacionais. Nessa região, os sindicalistas organizados iniciaram paralisações nas grandes montadoras, mobilizando um grande número de operários nos portões das fábricas e fazendo despontar grandes lideranças, particularmente o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – Luis Inácio da Silva, que atendia pelo apelido de Lula. A primeira paralisação se deu na fábrica da Scania, em São Bernardo do Campo, em 1978.

Dentre as reivindicações do movimento, constavam o reajuste de salários e o pagamento do número de horas trabalhadas e não pagas no mês da paralisação. Esse movimento foi o ponto de partida de outros movimentos grevistas na região. O governo, ciente de que os ganhos dos salários abaixo da inflação apurada seriam um barril de pólvora e combustível para que houvesse movimentos semelhantes em todo o Brasil, fez uso do seu poder através da Lei de Segurança Nacional, encarcerando as lideranças sindicais.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC ganhou destaque no Brasil e na onda de greves deflagradas por reposição salarial, direitos trabalhistas e, ainda que veladamente, pelo retorno da democracia. Com sua ferrenha atuação no ano de 1979, fizera com que o número de greves dobrasse em relação ao ano de 1978 e atendesse a um maior número de categorias profissionais que, segundo Mattos (2009), chegou a cerca de 3 milhões de trabalhadores.

A década de 1980 começou com os mesmos problemas do fim da década anterior, agravados pela alta inflação, corrosão do poder de compra e pelo desemprego. Por sua vez, governo e patronato preparavam-se para barrar qualquer outra reivindicação, quer seja por reajustes salariais, reposições ou eventos relacionados aos trabalhadores. A descrição desses fatores foi motivo para mais movimentos grevistas a partir de 1983 numa tendência progressiva. Também usou da criatividade ao deflagrar os movimentos, dando-lhes as alcunhas de “tartaruga”, “padrão”, “vaca brava”, “pipoca” (MATTOS, 2009). Também foi nesse período que se registrou a maior greve dos bancários, ocorrida no ano de 1985, além de outros movimentos grevistas nas mais diversas categorias.

Mas é no ano de 1983 que ocorre o maior marco do sindicalismo nesse período: o surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que reúne um grande número de setores e sindicatos renovados pelas lutas da década de 1970, renovando a ideia de unicidade sindical. Como se apresentou como o novo sindicalismo, a CUT terá uma ferrenha adversária representante dos setores conservadores e afeita ao velho sindicalismo, de apego ao sindicalismo de Estado nos moldes varguistas – a Central Geral do Trabalho (CGT). Porém, a própria CGT abriria espaço para a hegemonia da CUT nos anos seguintes. Da mesma forma, os sindicatos que tinham em seu escopo o ideário comunista passariam a engrossar as fileiras da CUT nos anos seguintes. Lopes (2009, p. 39) descreve:

Nota-se também a constituição de um campo profissional de sindicalistas e assessores sindicais, que eventualmente passam de uma central para outra, após desentendimentos internos ou falta de espaço de poder, algumas transferências de central para central se fazendo com rupturas por vezes dramáticas com trajetórias políticas do passado, onde a verdade objetiva do lugar profissional parece prevalecer sobre a coerência política. Ao longo do tempo, no entanto, vai se reproduzindo e se transformando um sindicalismo com solidez institucional em torno da maior e mais coerente central, a CUT, assim como de instituições anteriores como a CONTAG (filiada à CUT), ou como o DIEESE (suprassindical, criado antes das centrais, tendo sindicatos, federações e centrais de todas as tendências associados ou contribuintes para sua estrutura técnica e de assessoria independente).

Na medida em que os sindicatos se filiavam à nova central sindical, uma estrutura maior e mais profissional passava a se constituir e, no futuro, teria um poder de fogo maior para reivindicar além de financiar uma bancada política (via Partido dos Trabalhadores – PT) e garantir maior visibilidade ao movimento sindical dos trabalhadores no Brasil. O partido trava um forte embate no processo de redemocratização sem aliar-se à costura do *pacto social* que garantia a frágil governabilidade do governo Sarney.

Com a musculatura adquirida pela CUT no curso da década de 1980, foram travados outros importantes embates, sempre com a mesma determinação e ênfase na defesa dos direitos trabalhistas, da autonomia sindical e política. Seu número de filiados cresceu, dando mais visibilidade, além de agregar outros sindicatos oriundos de outros setores como os conservadores.

Porém, a década de 1990 reservou uma batalha maior, mais árdua e mais intensa: o combate se deu contra o neoliberalismo.

A década de 1990 dá início a uma nova era na sociedade brasileira: a ascensão de dois governos de ideologia neoliberal, eleitos por voto popular. A herança do primeiro governo da Nova República (José Sarney), no entanto, reproduzia o fim da ditadura militar: inflação fora de controle, desemprego, insatisfação da população, insustentabilidade política, elementos que seriam constantes no curso da década de 1990.

Em 15 de março de 1990, Fernando Collor de Melo assume a presidência do Brasil e tem-se o início o projeto de desestatização e inserção do país no cenário econômico internacional. Para tal, a aplicação do Consenso de Washington *ipsis litteris* seguiu o seu roteiro. No cenário internacional, dois eventos contribuíram para a ofensiva do capitalismo na sua mutação: a queda do Muro de Berlim e a desintegração da União Soviética e, a derrocada da *Cortina de Ferro*.

Com esse novo cenário e a nova reorganização geopolítica mundial, tem-se um espaço aberto para uma nova dinâmica que, de certo modo, abriria espaço para a globalização, interligaria mercados financeiros, dinamizaria a produção ao redor do mundo, lançaria uma nova ofensiva aos sindicatos e ao trabalho organizado.

O espaço de atuação sindical, no entanto, passou por uma profunda reformulação dado o baque do neoliberalismo nas estruturas das sociedades contemporâneas. Parte dessa ofensiva se deu ainda na década de 1980 nos EUA e na Grã-Bretanha com os governos neoliberais de Ronald Reagan e Margaret Thatcher que diminuiriam sensivelmente – em alguns casos, totalmente – a ação sindical, desmontando empresas estatais e repassando-as ao capital privado. Como afirma Harvey (2005, p. 45), o neoliberalismo apresentou-se como um antídoto “à ordem social capitalista, gradativamente transferindo serviços da esfera pública para a esfera privada, conferindo aos estados a mínima ingerência no mercado”.

No Brasil, esta vertente iniciou-se com as propostas de reforma do Estado implantadas pelo presidente Collor. Deu-se início a uma política austera, de choque e de plano econômico denominado Plano Collor. Boito Jr. (2010) denomina como sendo uma política econômica recessiva, de redução drástica na produção econômica do Brasil que, conseqüentemente, causara o desemprego entre a população economicamente ativa (PEA). Bandeira (2010) assevera que a abertura econômica expôs um mercado incipiente e “atrasado” e, embora quebrada a reserva de mercado à informática, para e a assinatura de tratados de cooperação como o de não proliferação nuclear entre outros.

De certo modo, torna-se subserviente às diretrizes do governo estadunidense e dos organismos financeiros internacionais enfatizadas muito diretamente após a guerra do Golfo em que:

(...) Collor de Mello, em junho de 1991, visitou Washington. O presidente George Bush, ao recebê-lo na Casa Branca, saudou-o como o “*modern leader*”, acentuando que seu plano de reprivatizar empresas, combater a inflação e liberalizar o comércio era “*the Keys to growth and prosperity in Brazil*”. (...) Collor de Mello, por sua vez, ressaltou que no seu discurso de posse declara a necessidade de eliminar do relacionamento entre Brasil e Estados Unidos “*the emphasis wich up to then had been placed on contentious trade issues*”. Essa ênfase, segundo ele, obscurecia o verdadeiro senso de parceria, baseado em valores comuns, aspirações e empreendimentos (BANDEIRA, 2010, p. 61).

Concomitantemente a Boito Jr. (1999), Bandeira enfatiza o recuo na produção industrial e consequentemente do PIB brasileiro nos anos de 1990 (- 4,6%), 1991 (- 0,4%) e 1992 (- 0,9%). Agravando o cenário, a inflação – mesmo com o choque do Plano Collor – saltara dos 11,3% (abril de 1990), crescera em 20% ao mês (janeiro de 1991), alcançando ao fim do mesmo ano 440,8% (1990). Em 1992, chegou a exorbitantes 1.000% ao ano. Tal cenário logo se refletiria num quadro recessivo agravado com o maior caso de corrupção à época: o “*pedágio*” cobrado por Paulo César Farias, tesoureiro de campanha do presidente Collor, junto com empresários em troca de favores na privatização das empresas governamentais.

No caso do sindicalismo brasileiro, tanto os trabalhadores, sindicatos e centrais sindicais se depararam com um novo processo hegemônico burguês no Brasil e que, segundo Boito Jr. (2010, p. 80), refere-se como “a hegemonia das concepções e das propostas políticas neoliberais”. Os sindicatos tiveram um novo combate embora com um Estado propenso a diminuir o seu próprio papel bem como coma as bandeiras da a defesa incondicional da empresa privada, do desperdício e da burocracia, do gigantismo do Estado e sua interferência no mercado.

Embora fosse incentivadora da campanha do ex-sindicalista Lula da Silva para a presidência do Brasil em 1989, a CUT chegou a década de 1990 como a maior central sindical do Brasil, congregando o maior número de sindicatos a ela filiados. Com a vitória do candidato Collor e a implantação do ideário neoliberal, a central e seus filiados sofreram tanto interior quanto exteriormente em suas estruturas e ação.

O movimento sindical também apresentara problemas em sua própria forma de encarar as lutas, às quais ainda teria de enfrentar no curso da década: a oposição de grupos que disputavam ideologicamente o poder, grupos estes que se arrastavam desde a década de 30 e que se categorizava como a vertente do *peleguismo*. O próprio Boito Jr. (2010, p. 82) apresenta esse modelo de sindicalista afeito ao governo como “uma esmagadora maioria dos dirigentes brasileiros, mas têm como habitat típico, ainda que não exclusivo, os sindicatos menores e mais fracos”.

Com a oposição entre dois grupos dentro da própria CUT: um defensor das reformas, outro defensor dos direitos dos trabalhadores. Como a força do neoliberalismo não poupou nem mesmo a força do sindicalismo brasileiro, a ruptura entre grupos diferentes, com concepções e formas de pensar a ação político-sindical diferentes, ocasionaria uma ruptura que, no ano de 1993, daria origem a Força Sindical (FS). Molina (2010) demonstra que a corrosão provocou não só uma ruptura no sindicalismo aguerrido como, também, se refletira nos movimentos sociais. Não obstante, a CUT não ficou imune a essa ofensiva: a maioria de suas lideranças ficou dividida entre a perplexidade e a resistência fragmentada (setores e correntes minoritárias no interior da CUT) e a “adesão propositiva” (MOLINA, 2010, p. 7).

Em meio a essa encruzilhada do movimento sindical, o neoliberalismo ganha espaço e se impõe na sociedade brasileira na década de 1990, aliado ao crescimento nos índices de desemprego, corrosão salarial, reestruturação industrial e às altas taxas de rotatividade aplicadas no mercado de trabalho brasileiro e, aqui, especialmente há dois setores afetados: o setor bancário e o setor industrial, especialmente, o metalúrgico.

Mattos (2009, p. 50) destaca outro aspecto que se abateu ao sindicalismo brasileiro nos anos de 1990: a incapacidade de articulação entre os sindicatos e centrais, pois,

A série de desafios, derrotas ou ineficácia da ação sindical em cada um dos campos de sua atuação parece ter consolidado, lentamente, a imagem de que os sindicatos, sobretudo os sindicatos da CUT, são fracos diante do governo e do capital. As mudanças profundas no ambiente político, econômico e social parecem ter finalmente minado a possibilidade de ação sindical centralizada. O neoliberalismo parece ter vencido não apenas uma batalha, mas a *guerra* política e ideológica. A Força Sindical, nesse contexto, parece ter tido um desempenho melhor em razão da sua aliança incondicional e de primeira hora no governo Cardoso, e a medida mais importante disso talvez seja o aumento em sua afiliação. Essa imagem, aparentemente, não corresponde aos fatos.

O governo Collor foi, em três anos, capaz de implementar do neoliberalismo no Brasil, ainda que em proporções menores em relação ao que haveria de vir e acontecer com os dois governos de Fernando Henrique Cardoso. Mas, é com a implantação do Plano Real e, conseqüentemente, com uma profunda reformulação econômica, a estabilidade econômica e uma austera política fiscal para evitar o redundante fracasso econômico de planos anteriores é que o neoliberalismo finca raízes. Nesse caso, a abertura do mercado, a financeirização da economia, a flexibilização das leis trabalhistas, a desregulamentação econômica, as privatizações de empresas e serviços públicos entre outros.

A CUT mostrou-se cética quanto ao novo plano, que, num primeiro momento, traduzia-se em euforia e durante a sua vigência trouxe movimentos por reposições salariais com repúdio à própria política econômica e travar batalhas junto a Justiça do Trabalho. As lições de planos anteriores estavam latentes o que causaria o estranhamento por parte do movimento sindical exceto pela Força Sindical. Assim, Molina (2010, p. 9) mostra que

Um dos principais obstáculos à consolidação das políticas neoliberais do grande capital internacionalizado no Brasil foi, sem dúvida, a resistência dos trabalhadores, especialmente os setores mais organizados e combativos, com experiências acumuladas de lutas, reunidos em torno da CUT. Para as classes dominantes, era urgente construir uma ferramenta que fosse instrumento de disputa da hegemonia dentro do próprio mundo do trabalho. Não bastava só atacar os sindicatos e as organizações populares, era necessário disputar no próprio campo.

Assim, a CUT precisou ressignificar, reestruturar as ações e lutar significativamente para que a organização dos trabalhadores brasileiros não incorresse no mesmo processo de seus pares estadunidenses que, no governo Reagan, foram desestabilizados e dispersos em sindicatos sem força e expressão.

No governo FHC, essa ofensiva veio de forma consolidada nas greves, tendo como a mais duradoura a dos petroleiros. Tida como um malogro do sindicalismo, a greve foi declarada ilegal pela Justiça do Trabalho, cabendo multa diária ao sindicato dos petroleiros e implicava diretamente a CUT. Isso, de certo modo, indicava a desarticulação dos movimentos sindicais (e da CUT) em agir contra a ofensiva e expansibilidade do neoliberalismo.

Mattos (2009, p. 68) ainda afirma que a ineficácia de atacar o sistema de fora culminou em alavancar a Força Sindical para dentro do olho do furacão e, o que parecia ser a derrocada da CUT, restaura a “capacidade da CUT de organizar demonstrações públicas depois de 1998”. E essa capacidade de rearticulação e reorganização levou a CUT, em 1999, a dar mostras novamente de sua força ao organizar um conjunto de greves: dos caminhoneiros, petroleiros (novamente), metalúrgicos, servidores públicos e bancários, dando mostras de que não faria “ouvidos de mercador” ante as insídias do capital.

As paralisações, segundo alguns autores (MATTOS, 2009; MOLINA, 2010), mostraram a capacidade da central sindical demonstrar não cooptar com o sistema e com outros segmentos e movimentos sociais, denunciando as artimanhas do sistema em espoliar as dignidades advindas do trabalho e a honradez conferida àquele que possui papel importante na construção da sociedade – o trabalhador brasileiro.

A “Marcha dos 100 mil”, organizada pela CUT em conjunto com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), partidos de oposição e muitos outros segmentos sociais, foi o marco mais significativo da mobilização social contra o neoliberalismo e o desmonte do Estado brasileiro que, entre outras coisas, ameaçava as conquistas dos trabalhadores durante todos esses anos. Além disso, ocorriam as denúncias de corrupção, desemprego, interferência de organismos internacionais em assuntos internos do Brasil e as privatizações.⁸ Com o seu novo papel de inserção social, a CUT passara não somente a brigar diretamente com a Força Sindical, mas também passara a ser um dos ecos contra a política desestatizante promovida pelo governo FHC.

Mattos (2009, p. 73) enfatiza

(...) mas com todas as outras forças de oposição que também defendiam sua identidade de modo negativo: “somos contra FHC”. E identidades negativas, é bom marcar, não são suficientes para um jogador que visa ao centro das disputas políticas, uma vez que seus movimentos estarão sempre subordinados aos do jogador em relação a quem sua identidade se constrói.

⁸ Mattos (2009) demonstra que, com a crise de 1999, o Fundo Monetário Internacional (FMI) propôs medidas econômicas cada vez mais ortodoxas para conter a crise internacional (no caso, a dos Tigres Asiáticos) que afetava a economia brasileira e que promovia a desvalorização da moeda brasileira: o real. Ainda sobre o aspecto da construção da identidade negativa, Deis et al (1997, p. 81) demonstram que a oposição advém da afirmação de outras categorias que produzem significados e situações onde esses grupos “rejeitam seu destino e lutam para que seja aceito um outro, conforme sua escolha ou condição.”

E mesmo no aspecto político, a CUT passou a ser menos “visível” com suas lideranças priorizando mais ações e menos exposição midiática. Nesse ponto, o seu presidente, Vicente Paulo da Silva (o Vicentinho), perdeu espaço para o líder da Força Sindical – Paulo Pereira da Silva -, que chegou a ser candidato a vice-presidente da República na chapa de Ciro Gomes. Essa estratégia permitiu-lhe ser menos “política” no meio midiático e mais “ativa” no meio social e sindical. A competência da ação político-partidária (papel com o qual assumira nos fins da década de 1980 e metade da década de 1990), finalmente, foi estimada pelos partidos deixando a central sindical aglutinar-se no seu papel social e de defesa dos direitos dos trabalhadores.

2.3.- A ação sindical bancária no neoliberalismo

Por alguns períodos, os bancários desfrutaram de maior prestígio social, pois, sua posição social lhes conferia um determinado status entre as categorias profissionais existentes no Brasil.

O trabalho bancário, até meados da década de 1990, consistia numa organização hierarquizada; as agências continham departamentos específicos aos quais os escriturários se reportavam em seus cargos e postos a fim de manter o bom funcionamento da estrutura bancária. Essa estrutura, por sua vez, sofreu reveses no curso da década de 1990, levando à mobilização da categoria em lutas para a conquista e manutenção de seus empregos e direitos. Os banqueiros brasileiros, mobilizados em seu poder de influência junto às esferas do poder e organizados em uma entidade forte, buscaram a expansão sobre o mercado financeiro, coligaram-se e adquiriram outras empresas diversificando as suas áreas de atuação (JINKINGS, 1995; COSTA, 2012; HARVEY, 2010).

Por sua vez, os bancários destacavam-se por sua altivez, capacidade de organização e ação, rivalizando no embate direto com os banqueiros. Destacam-se historicamente pela capacidade de manter agências, centros de processamento e subcentros fechados - que nos períodos de greve se organizavam em piquetes – por longos dias, provocando perda direta no movimento diário dos bancos, pressionando a contramedidas por parte dos banqueiros, quer seja por meio de ações impetradas na Justiça do Trabalho ou por meio de ação midiática para conquistarem seu intento. Isso, em dias atuais, tem uma abrangência proporcionalmente menor dada a quantidade de

serviços operados via internet ou por meio de operações em caixas eletrônicos (JUNCKES, 2004; REGO, 2011; MACHADO, 2012).

Minella (1988) explicita a capacidade dos banqueiros de, ao longo das décadas, conseguir espaço no mercado brasileiro, mesmo em tempos de severa inflação e de retração econômica. Tais “milagres” foram conseguidos mediante compra de títulos públicos, diversificação de produtos e operações que significariam lucros e um grande aporte financeiro aos seus investimentos e o *floating* inflacionário. Com o seu poderio econômico, puderam, ao mesmo tempo, manter seus interesses como patrocinar candidatos capazes de defender seus interesses na esfera pública com a constituição de bancadas políticas que lhe eram favoráveis. Os bancos brasileiros passaram, no decorrer dos anos, de entidades do poder plutocrata a poderosas instituições capazes de determinar os rumos financeiros no Brasil. É, entretanto, no século XX que as instituições bancárias brasileiras ganharão visibilidade e capacidade de expansão até a década de 1980.

A partir da abertura da economia brasileira (década de 1990), a iniciativa do governo no controle da inflação e dos gastos públicos promovendo, entre outros, a privatização de empresas públicas e de serviços, percebeu-se uma grande quantidade de bancos com dificuldades em seus balanços provocando uma quebra sistêmica no meio financeiro e que, por sua vez, repercutiu com a perda da confiança no sistema bancário, e que levou o governo federal resolve criar o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), destinado ao saneamento desses bancos para posteriores fusões com instituições bancárias de maior porte.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, os bancos ampliaram a sua esfera de interesses, participando do processo de privatização das empresas públicas e dos bancos estaduais. Ainda que tenham ganhado espaço e concentrando poder econômico e financeiro (CHESNAIS, 1996; COSTA, 2012), aos bancos isso não significou que maximização dos lucros diminuísse com a redução no número dos empregados, uso e expansão da automação e dos serviços, o incentivo aos *home bankings*, a captação das folhas de pagamento dos Estados. A rotatividade de funcionários nos bancos, o estresse, a incidência crescente de doenças ocupacionais, como a lesão por esforço repetitivo (LER) e, em muitos casos, suicídios, tornaram-se elevados nos bancos (REGO, 2011; DEJOURS, 1998). Além disso, a capacidade de

reorganização dos bancários via sindicato fadou ao fracasso dada a quantidade de demissões no meio bancário (JINKINGS, 1995; ALVES, 2011).

Junckes (2004) explicita que a capacidade de articulação dos bancários jamais se perdeu mesmo com a reestruturação produtiva aplicada pelos bancos - ainda que tenha solapado considerável número de bancários ativos - pairava a lembrança da articulação dos sindicatos bancários no Brasil na greve de 1985, considerada “a mais complexa já realizada pelos bancários e a mais recordada pelos militantes bancários, até hoje” (JUNCKES, 2004, p. 89). Ainda que os mecanismos de dominação e opressão exercidos pelos bancos tenham sido tenazes na década de 1990, a capacidade de articulação da categoria, a memória do passado heroico, com histórico de lutas e conquistas, e a capacidade de redirecionar os seus objetivos deixavam os sindicatos dos bancários como um importante motivo para a luta contínua. Além disso, o investimento na formação de lideranças foi um elemento motivador para a capacidade de manter vivos os ideais da categoria.

No Brasil, o processo de inserção na denominada nova ordem mundial não foi por mero acaso, da mesma forma que o capitalismo tivera de sofrer uma nova mutação, romper e criar um mundo sem fronteiras capaz de dar livre vazão ao fluxo capital. Harvey (2010, p. 105) reflete sobre as consequências dessa nova mutação do capital:

O capital não pode circular ou acumular-se sem tocar em cada uma e em todas essas esferas de atividade de alguma forma. Quando o capital encontra barreiras ou limites dentro de uma esfera, ou entre as esferas, tem de achar meios para contornar ou superar a dificuldade. Se as dificuldades são graves, então aí está uma fonte de crises. O estudo da coevolução das esferas de atividade, portanto, proporciona um quadro para pensar a evolução global e o caráter propenso a crises da sociedade capitalista.

Com o propósito de romper os limites do próprio fluxo do capital, dinamizar a produção, o desenvolvimento das tecnologias e a ideia de uma “aldeia global”, o capitalismo gerou um novo sistema de acumulação que não é uma ideia imposta a partir da década de 1980, mas numa gradativa aplicação de doutrinas e ideologias neoliberais que, aos poucos, vão minando as estruturas do velho sistema. Não foi diferente nas diversas esferas do trabalho já que, com o desenvolvimento dos sistemas de informação e da robótica, ainda em meados da década de 1970, aos poucos tomou o espaço do trabalho humano e diversificou as formas de produção e da acumulação do capital.

Amim (2006) fala sobre quatro aspectos para que a globalização ganhasse amplitude com um novo espaço para o fluxo do capital e o novo regime de acumulação do capital. Para isso, há o que confere como financeirização do capital (CHESNAIS, 1996, 1996; HARVEY, 2010; MÉSZAROS, 2009) como um processo histórico onde: a) a estagnação do sistema a partir da década de 1970, retraindo os mercados e gerando um endêmico ciclo de crises; b) um sistema ainda pouco integrado (mundializado) e, por conta disso, os atores econômicos (ou as grandes multinacionais) não possuíam estratégias próprias ou capazes de manter autonomia frente aos Estados; c) preocupação financeira em detrimento do desenvolvimento e do crescimento econômico dos países, o que permitiu criar a ciranda financeira de empréstimos e do ciclo da agiotagem mundial, do qual nem mesmo o Brasil ficou de fora; d) o fracasso de planos ideológicos e políticos e de uma alternativa socialista ou, como afirma o autor “fundada sobre uma saída do sistema mundial capaz de sair do capitalismo” o que redundava numa utopia (HARVEY, p. 120).

Para superar esse velho sistema, foi necessário que algumas novas formas substituíssem as antigas: do fordismo ao toyotismo, da mecanização para a informatização, a substituição gradual do trabalho vivo pelo trabalho morto, do capital sem fronteiras e da própria financeirização do capital, entre outras.

Assistiu-se, na década de 1990, o início dessa mudança no sistema bancário brasileiro que, aos poucos, foi transformado nos moldes do cenário internacional. Se no fim da década de 1980 alguns aspectos como o gigantismo do sistema, uma estrutura hierárquica engessada e o próprio custo da ciranda financeira do qual viviam – garantindo lucros pela alta inflação. Destarte essa situação, os salários dos bancários não acompanhavam as perdas com a inflação o que gerou uma situação discrepante que se manifestava por meio das greves e da intransigência dos banqueiros. Com o advento da década de 90, sintomaticamente esse painel mudou e ganhou outros contornos.

Os bancários foram, dentre as categorias profissionais no Brasil, uma das que mais sofreram com a reestruturação produtiva dos anos de 1990. Em face da reestruturação produtiva fez-se a reorganização da estrutura bancária, a redução de pessoal nas agências e a automação, a reconfiguração do layout das agências e uma agressiva campanha de captação de clientes e oferta de produtos. Uma gradual redução em seus ganhos motivada por um plano econômico – o Plano Real – e apresentando balanços negativos por conta da má gestão de seus ativos, além da pouca

competitividade com bancos estrangeiros, levaram os bancos a mudar a sua forma de atuação. Bancos históricos (como o Bamerindus, o Econômico, o Nacional, entre outros) foram saneados pelo PROER para, posteriormente, passarem às mãos de outras instituições bancárias (respectivamente, HSBC, Excel e Unibanco), tendo grande parte de seus funcionários demitida. Jinkings (2006, p. 190) aborda:

Freitas e Prates (1998, p. 185-6) assinalam que nos anos 1990 observou-se uma forte expansão de grupos financeiros estrangeiros na América Latina, viabilizada pelas políticas de abertura econômica e estimulada pela pressão concorrencial nos mercados financeiros mundiais. Esse processo fortaleceu o grande capital privado transnacional nos sistemas bancários de países da região e aumentou significativamente a participação estrangeira nesses sistemas. Ao mesmo tempo, verificou-se um recrudescimento da concentração e da centralização de capital no setor e o desenvolvimento de programas de privatização de instituições bancárias estatais.

Com essa nova configuração no sistema bancário nacional, os grandes bancos brasileiros passaram a aplicar a reestruturação produtiva, promovendo um enxugamento nas suas estruturas administrativas, a centralização de serviços nas agências e a polivalência de seus funcionários, a venda de produtos na boca do caixa e a exigência de resultados por meio de uma alta produtividade nas agências, o que estimulou a competitividade entre os bancários. Por sua vez, a polivalência exigida aos bancários gerou efeitos como o aumento e a intensificação do trabalho, a imposição de metas de produtividade, a qualificação constante, além da submissão silenciosa (sofrimento) ante os superiores e que causou uma série de doenças oriundas do trabalho, chegando a casos extremos de suicídios na categoria.

Em face dessa nova configuração, os sindicatos dos bancários passaram a ter outras bandeiras de luta, não somente por salário, mas também por melhor qualidade de trabalho e da preservação de direitos conquistados. Entretanto, esses novos tempos não significavam abandonar os velhos ideais ou mesmo dar uma forte guinada na forma de atuação, luta e persistência: significava olhar o passado, transformar o presente e construir o futuro.

Num mundo onde a atividade sindical e a redução dos sindicatos ficou subjulgada em vista do crescimento de outros movimentos sociais, coube a reflexão de se pensar uma nova forma de ação sindical. Ainda que em um cenário crescente de substituição de mão de obra qualificada, constantes processos de adequação à automação ainda valeria a pena ser bancário? Ainda que não seja possível dissociar o

trabalhador de seu trabalho ainda que a dignidade de sua profissão seja posta em xeque constantemente.

Mesmo com todas as indicações contrárias à categoria, a qualidade do sindicalismo bancário e dos próprios bancários teve um salto qualitativo e quantitativo importante: saiu da luta isolada para uma luta conjunta; não mais o bancário, mas o trabalhador em geral.

2.4.- A construção da identidade bancária no neoliberalismo.

A construção da identidade do trabalhador não se dá mediante a qualificação ou o domínio de uma área da produção a qual se vincula, mas através de um movimento que, por sua vez, possui todo um histórico. Concebe-se movimento como uma passagem do ato à potência, conforme o pensamento aristotélico. Assim como na dialética marxista, o movimento se dá na relação entre os contrários, na contradição entre o particular e o universal. Trabalhador não é aquele que tem somente o domínio e a habilidade de um ofício exercido (particular do universo do trabalho), mas aquele que possui importante papel na participação na construção de um todo (universal, o próprio trabalho). Assim não se desvincula o que transforma (trabalhador) daquilo que é o seu produto (trabalho); o homem antecede ao trabalho enquanto o trabalho necessita do trabalhador para garantir a sua condição de existência.

Assim sendo, uma identidade se constrói essencialmente partindo da existência do homem enquanto ser para o trabalho.

Bogo (2010, p. 35) apresenta essa ideia como:

Quando um marceneiro toma um pedaço de madeira para fazer uma mesa, transforma não só a madeira em mesa, mas uma ideia em mesa; e transforma-se a si próprio porque aprende. Tanto assim que, ao terminar a mesa, nem a madeira, nem a sua ideia e nem o próprio marceneiro são a mesma coisa – o marceneiro elevou as suas habilidades, num processo de intensas negações.

Por meio do trabalho, o homem expressa – e dá livre vazão – ao pensamento, a transformação da ideia em objeto e um próprio apreender de si. Nessa concepção, transforma a natureza ao seu redor da mesma forma que se deixa transformar. Nesse processo de transformação, vai além de suas capacidades, insere-se no mundo. Nessa capacidade de transformação, é que se revela a sua consciência e pelo qual:

É pelo movimento dialético que o homem, para satisfazer suas necessidades, empenha a força física vinda de sua própria natureza animal na realização de uma ideia, de origem social, caracterizando

assim uma só natureza (...). O elemento diferenciador entre um e outro é a consciência, mas esta não se forma por acaso e, sim, por meio do trabalho (da ação), que leva à produção dos meios de existência. (BOGO, 2010, p. 35)

A consciência oriunda do trabalho advém daquele que produz e transforma o trabalho, ou seja, do homem. A consciência se manifesta na compreensão do papel do homem em sua existência, na sociedade onde se insere e na sua própria relação com a humanidade. Não há homem que não esteja consciente de si e do que é o seu papel para com o seu tempo.

Mas a identidade também se faz no coletivo manifesto nas próprias relações humanas, calcado na existência de outros seres humanos capazes de produzir seus meios de vida e subsistência. Ou seja, a consciência se revela no conhecimento da alteridade mesmo que se apresente em formas plurais em sua diversidade de pensamentos e ações. Ao passo que uma identidade unida com várias outras, busca objetivos e metas comuns, criam as organizações de defesa da classe que, por sua vez, unem-se como sindicatos, agremiações e outras entidades vinculadas pelo trabalho. Mas se sua consciência como trabalhador se une às demais consciências de outros trabalhadores cria a consciência de classe. Embora saiba que há de enfrentar conflitos com a força imperiosa do capital organizada na mão da burguesia, cria a chamada *luta de classes*. Assim, o pensamento marxista irá na mesma corrente do pensamento hegeliano, do confronto da tese e da antítese, produzindo um terceiro elemento: a síntese. Desse modo, a oposição entre as classes gera a luta de classes que, numa igual relação de existência, não se anulam entre si, pois “na sociedade burguesa moderna, dividida em duas grandes classes opostas, a burguesia e o proletariado, as relações de produção, ao mesmo tempo que se modificam, aumentam ainda mais a extração da mais-valia da força de trabalho (BOGO, 2010).

Em tempos atuais, a luta de classes não arrefeceu, mas ganhou outros contornos embora com os mesmos personagens. A burguesia ampliou seu espaço de dominação através da ideologia neoliberal, tentou suplantar as classes operárias, seus sindicatos e afins, porém, não conseguiu – de todo – eliminar a sua presença dentro do equilíbrio de forças presentes nesse embate. Como dito, a negação é parte do jogo dialético embora a aniquilação de uma classe sobre a outra é, também, a aniquilação da própria força opositora.

Muito embora a derrocada do comunismo no Leste Europeu não se categorize como uma vitória do capitalismo enquanto sistema, pois, para manter-se em evidência

precisou transformar-se, o próprio capitalismo passou por ciclos históricos nos quais se previu o seu esgotamento e, ao contrário, em todos conseguiu mutar-se e manter-se no seio das sociedades. O mesmo pode-se aplicar às entidades e movimentos trabalhistas que, em períodos cíclicos, precisaram perder, reunir forças, resignificar suas metas e objetivos e promover novos embates contra o sistema dominante. Em algumas ocasiões venceu; em outras, foi vencido.

A década de 1990 apresentou um novo aspecto nessa resignificação da consciência da classe trabalhista ainda que, em alguns momentos, significou a perda em algumas estratégias e algumas derrotas pontuais sem jamais ceder espaço ao domínio do capital e suas formas de domínio da força de trabalho. A nova estruturação do Estado, nos anos 90, obedeceu a uma série de eventos que foram desde a submissão dos Estados às empresas multinacionais, desregulamentação econômica, desregulamentação trabalhista e consequente tentativa de desmantelamento dos sindicatos o que gerou uma gradativa desarticulação nas estruturas representativas dos trabalhadores ainda que algumas cerrassem fileiras com o neoliberal como no caso da Força Sindical, no Brasil. Isso se ressalta na leitura de Castells (2010, p. 289) acerca da inversão de papéis assumida a partir de 1990:

A consequência é a capacidade cada vez mais reduzida de os governos assegurarem em seus próprios territórios a base produtiva para a geração de receita. À medida que as empresas e os indivíduos com grandes fortunas vão descobrindo paraísos fiscais em todo o mundo e a contabilização do valor agregado em um sistema internacional de produção se torna cada vez mais onerosa, surge uma nova crise fiscal no Estado, expressão de uma contradição crescente entre a internacionalização do investimento, produção e consumo, por um lado, e a base nacional dos sistemas tributários, por outro.

Com essa nova visão de economia e modos de produção, os Estados se viram à mercê de empresas que, ditando as regras e jogando o jogo da ciranda econômica, transformaram as nações em satélites onde podem explorar mão de obra acessível e barata, especular lucros e recursos financeiros em mercados e centralizar suas decisões com alcance global, pouco se importando com as consequências que advêm de suas decisões, conforme também afirma Harvey (2003, p. 79) em sua insidiosa forma de ganhar a todo custo:

Os capitalistas não requerem absolutamente este arcabouço para funcionar, mas na ausência dele encontram maiores riscos. Eles têm de se proteger em ambientes que podem não reconhecer ou não aceitar suas regras e maneiras de fazer negócios. Comerciantes e negociastas

sobrevivem estabelecendo seus próprios códigos de honra e de ação (mais ou menos como os cambistas de rua ainda o fazem em boa parte do Oriente Médio). (...) Podem precisar opor-se às leis do Estado quando as forças destes são hostis (como foi o caso de muitos países ex-comunistas) ou ser indiferentes às suas atividades.

A tática da “sabotagem” e da “chantagem” dessas empresas foi precisa no Brasil: na época da chamada “guerra fiscal” operada entre os estados para oferecer benefícios fiscais às montadoras multinacionais em se instalassem com condições facilitadas, com uma infraestrutura condizente com suas necessidades (ou seja, sem ônus) aludindo à propalada de “geração de empregos diretos e indiretos” além de alavancar a economia local. Tal prática também foi usada em larga escala nos EUA, México e Canadá quando implantavam-se gigantescas cidades-empresas e que, por sua vez, foram abandonadas por ocasião das crises que as assolaram nas décadas de 1980 e 1990. Grosso modo, toda a existência social, econômica e administrativa girava em torno dessas empresas a ponto de, na sua ausência, haver o desaparecimento literal da cidade e o êxodo forçoso de sua população.

A década de 1990 significou uma mudança de paradigmas e a gradativa assimilação de uma nova concepção de sociedade (não mais fragmentada, mas a da aldeia global), a ascensão de ideologias outrora subjulgadas (como a das causas étnicas, do meio ambiente/ecologia, do desenvolvimento sustentável, entre outras), o fim das mazelas ideológicas sistêmicas (a derrocada do Comunismo, a queda do Muro de Berlim e a queda da União Soviética), criando um mundo sem barreiras para o capitalismo. Os sindicatos sofreram reveses significativos na década anterior, o que significou, por parte do endurecimento do Estado neoliberal, da perda de postos de trabalho, cooptação de sindicatos às empresas o que, em muitos casos, a ausência de lideranças sindicais nas rodadas de negociações salariais com comitês de trabalhadores para o fechamento de acordos. O que foi uma experiência tida como “certa” nos países mais desenvolvidos foi aplicada no Brasil no curso da década de 1990. Desse modo, os sindicatos, aos poucos, ficaram de fora na participação e reivindicação dos direitos dos trabalhadores, cabendo-lhes, muitas vezes, buscar a ratificação ou anulação de acordos na Justiça Trabalhista.

Como a ideologia neoliberal avançou a passos largos no cotidiano brasileiro, os sindicatos – por muitas vezes – ao promover as mobilizações, ficavam expostos a um terceiro elemento poderoso: a mídia. Os governos neoliberais – com o auxílio do espaço

mediático como vetor de promoção do ideário – aproveitaram da exposição pública e da própria mídia local para promoverem uma nova concepção de Estado, governança e gestão que, por sua vez, dariam ao mesmo Estado a ideia de uma modernidade e adequação a uma nova configuração mundial. “Sair do atraso”, significou promover privatizações, desregulamentação econômica e flexibilização das leis trabalhistas com o propósito de gerar mais empregos sem o ônus tributário ainda vigente. O caso brasileiro não poderia ser diferente embora em gradações menores do que ocorria no cenário internacional, especialmente nos países latino-americanos. Com um conjunto de leis trabalhistas protetoras e uma ferrenha defesa sindical agrupados na representatividade da CUT, o embate entre Estado x trabalhadores ainda se prolongou pela década de 1990. O que evidenciou posteriormente o avanço do capital estrangeiro e a mudança no perfil do trabalho na década de 1990 foram as políticas de abertura do mercado brasileiro e a desregulamentação da economia, iniciadas com o Plano Collor e continuadas – com maior ênfase – nos primeiro e segundo governos de FHC. Ao seu tempo, a reestruturação produtiva teve papel importante no cenário brasileiro quando incorporou novos métodos e técnicas *a priori* aplicadas nas empresas e passando a ser compreendida no cotidiano brasileiro como ocorrido nas redes de *fast food*, e que ganhou corpo nas pequenas, médias e grandes empresas. Sobre isso, Antunes (2006, p. 18-19) explica:

Foi nos anos 90 que a reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente em nosso país por meio da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês, com a intensificação do *lean production*, dos sistemas *just-in-time* e *kanban*, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho, da transferência de plantas e unidades produtivas (...) No estágio atual do capitalismo brasileiro, enormes enxugamentos da força de trabalho combinam-se com mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho. A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho implantadas no espaço produtivo, estão em curso acentuado e presentes em grande intensidade, coexistindo com o fordismo, que parece ainda preservado em vários ramos produtivos e de serviços.

A organização sindical e os bancários organizados colocaram-se como atores ativos no cenário da década de 1990, posicionando-se contra o desmonte do Estado mediante as privatizações das empresas públicas, especificamente aos bancos públicos. O sistema bancário brasileiro estatal contava com 32 bancos federais e estaduais até o

ano de 1995, segundo Jinkings (2006), entre os quais, destacavam-se algumas instituições com solidez e respaldo no mercado financeiro brasileiro.

Durante o primeiro governo FHC, notou-se que as entidades bancárias públicas foram as mais visadas pelas instituições privadas, uma vez que foram preparadas e saneadas – via PROES - sem antes terem passado pelo Regime Especial de Administração Temporária (RAET), que é uma intervenção federal sobre o banco estadual de forma a prepará-lo para um posterior leilão com as entidades financeiras particulares interessadas. Por esse regime, a maior parte dos bancos estatais passara por um processo de auditorias internas além de programas como o Programa de Demissão Voluntária (PDV), visando à redução de postos de trabalho de modo a entregar a entidade ao capital privado de forma enxuta. Os créditos duvidosos, em sua parte, foram assumidos pelo Estado, entregando à iniciativa privada um banco enxuto.

No entanto, algumas instituições bancárias estatais foram reduzidas a agências de fomento público enquanto um reduzido número ficou sob o domínio dos governos estaduais.

Com esse processo de desmantelamento dos bancos públicos, não seria um disparate haver, do outro lado, força contrária a isso. O caso mais emblemático foi o do Banco do Estado de São Paulo (BANESPA), o maior banco estadual do sistema financeiro brasileiro, que sofreu intervenção pelo Banco Central em dezembro de 1994 (JINKINGS, 2006). Um banco com uma carteira de créditos e um patrimônio colossal chamava a atenção das entidades bancárias privadas, sendo disputado como a “joia da coroa” entre as empresas públicas a serem privatizadas.⁹

Embora fosse um atrativo, o maior empecilho do governo se encontrava na forte organização sindical dos bancários. Fez-se necessário o que se chamou de “processo de ajustes” (JINKINGS, 2006) com uma profunda reestruturação em seus cargos e agências. Computavam-se cerca de 22 mil funcionários que se agrupavam entre o Sindicato dos Bancários de São Paulo e a Associação dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo (AFUBESP) que, com o apoio de ambos e da mobilização da sociedade, impetraram recursos na Justiça, impedindo a privatização. No entanto, o processo de reestruturação e privatização aliado ao desejo do próprio governo em “se desfazer” do banco foram mais fortes.

⁹ Das quais cita-se a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Companhia Telefônica de São Paulo (TELESP), vendida ao grupo espanhol Telefônica.

O caso do Banespa demonstra claramente a capacidade de articulação dos bancários em defesa de um patrimônio público, fato este importante para manterem-se vivas as lutas dos bancários. No entanto, há uma séria admoestação feita por Jinkings (2006) na articulação das atividades: o tiro é dado pelo próprio governo ao asseverar serem os bancos estatais entidades que têm, por objetivo, gerar lucro.

Com essa nova dimensão atribuída aos bancos estatais, a dinâmica do trabalho também sofreu mudanças: há um ambiente de competitividade entre os bancários, excesso de trabalho, estratégias de captação de clientes, capacitação constante e aprimoramento dos bancários além, entre outros, da presença de setores terceirizados dentro das agências. Aliados a isso, os bancos passaram a operar com um reduzido quadro funcional, refletido na redução dos custos operacionais, um forte teor mercadológico às ações, diversificação de produtos e serviços e as mais enfáticas: a informatização dos serviços e uso crescente dos serviços de *home banking*.

Esse ponto também enfatizado por Jinkings (2006) na ênfase dos bancos em implementar automação tecnológica em larga escala, resultou no fechamento de subcentros e centros de processamento de dados, efetivou uma redução dos postos de trabalho, terceirização e intensificação e exploração desmedida da força de trabalho remanescente. Nisso, as consequências sobre os bancários foram o vilipêndio da solidariedade, a incidência das doenças advindas em decorrência do excesso de trabalho e, que afetaram diretamente a vida social dos bancários quando não, dada a nova concepção de trabalho, a uma feroz competição entre os pares.

A categoria profissional sofreu uma forte contração que se refletiu na atividade sindical, uma vez que o enxugamento das agências e a forte cooptação dos bancários a “vestir a camisa da empresa” foi mais incidente sobre as mulheres como atesta Segnini (1999, p. 195) onde:

Dessa maneira, no contexto da reestruturação dos bancos, a qualificação feminina permanece extremamente vinculada aos atributos pessoais, desejados mas não reconhecidos em termos salariais pelos bancos. O trabalho em *telemarketing* tem sido realizado sobretudo por jovens mulheres brancas, com o terceiro grau incompleto, estudantes estagiários, com boa dicção e bom domínio da língua portuguesa. Os salários são equivalentes ao salário de escriturário, portanto encontram-se nos níveis inferiores da categoria bancária (entre R\$ 500,00 e R\$ 700,00). Nas empresas terceirizadoras o salário é em torno de 25% a 30% menor.

Dentro dos bancos, o efeito da reestruturação se deu com o novo ideário que se aplicou aos funcionários: o cumprimento de metas de produção além da aplicação dos termos de “qualidade total” e “excelência” no atendimento ao cliente, conforme afirma Jinkings (2006, p. 193).

Uma frase emblemática é dita por Bogo (2010, p. 179) quanto ao caráter dos movimentos e dos sindicatos – particularmente o dos bancários – no século XX: “o papel de uma organização na história é interpretar os desafios que as circunstâncias apresentam e tentar resolvê-los, criando novas circunstâncias”. Os sindicatos e as centrais sindicais (leia-se Central Única dos Trabalhadores – CUT) sofreram ao se articularem para enfrentar o neoliberalismo e as consequências advindas da reestruturação produtiva no trabalho brasileiro.

Aos poucos, os elementos da globalização e da nova mutação do capitalismo foram agregados à cultura nacional ainda que de forma estranhada e entranhada no cotidiano que se deram de coisas simples até as mais complexas e que atingiam diretamente o trabalhador brasileiro. Por outro lado, a consciência do militante sindical também teve uma mudança de perfil: passou a figura do conciliador, do administrador e do articulador. Desse modo, poderia estar em contato com o mundo da política e, dentro dela, articular os passos, conhecendo o inimigo com o qual luta. No aspecto social, a ação conjunta com os movimentos sociais no alerta à população acerca dos perigos da ideologia neoliberal e suas consequências que afetaram o povo brasileiro.

Redefinir o seu papel em um cenário conturbado, de incertezas e especificamente da perda de postos de trabalho, de uma nova concepção de trabalhador e que significaria mudar enquanto movimento de defesa das causas trabalhistas delineou inúmeras discussões, conferências e seminários sindicais. Acerca disso, Bogo (2010, p. 181) ainda afirma:

A natureza política-ideológica da organização determinará as características da militância e vice-versa, isso repercute na qualidade de suas ações. É a relação que há entre forma e conteúdo que manifesta a identidade da existência e da consciência de classe, uma não pode existir sem a outra.

Não obstante, pensar no movimento sindical a partir do imediatismo subjuga toda a história de construção das ideias, ideais e conquistas conferidas na atividade sindical bancária que, em momentos significativos, como as greves de 1985 e 1992

(BLASS, 1992), demonstraram o poder da categoria em enfrentar, de forma corajosa, os banqueiros, governos e representantes do capital.

Insiste-se no pensamento de que a organização é a base da transformação (BOGO, 2010), tem-se em mente que a categoria – ainda que significativamente reduzida em seu número – possua a capacidade de articular-se tenazmente, não como em tempos idos e com um forte caráter ideológico abrangendo sua luta com as de outros movimentos sociais (vide o movimento pelas “Diretas Já”, em 1984, coarticulado com a CUT e os partidos de esquerda) pela moralidade e ética pública e mesmo pela defesa do patrimônio nacional aos quais os sindicatos dos bancários se associaram em consonância com o clamor popular e de segmentos sociais.

Outra abordagem se refere à maturidade dos sindicatos bancários quanto ao não confronto físico, quer seja por meio de uso da força policial, quer seja por uso de *agentes* contratados pelos bancos para garantir o acesso de funcionários e clientes às agências. Por outro lado, passara a sofrer com o bombardeio midiático que insistia em mostrar o lado “perverso” da ação e os danos causados à população com suas paralisações.

Combatendo fogo com fogo, souberam – em um primeiro momento – consolidar suas ações com a resistência à insídia dos banqueiros e do governo, embora ainda sofressem com as ameaças decorrentes de um longo período de greve que resultaria na contra opinião acerca do movimento. Com o passar dos anos e das lições aprendidas em cada paralisação, puderam mobilizar um maior número de contingente bancário para a causa, articulando-se com outros segmentos, agregando um número crescente de simpatizantes, além do uso da própria mídia para expor suas reivindicações.

Começar a planejar uma paralisação e um movimento ainda era um ponto que necessitava ser aprimorado pelos sindicatos. Como afirma Blass (1992), tomava-se a cabeça do movimento um grupo (comando de greve) que, ao mesmo tempo, encabeçaria três frentes completamente diversas: a paralisação em agências e bancos mais importantes, articular um maior número de bancários, planejar os passos, entre outros, o que sobrecarregava o grupo e enfraquecia o movimento poucos dias após o seu começo. Não cabe ao grupo político responsável por negociar ter de articular várias frentes ao mesmo tempo ou corre o risco de o movimento naufragar. Essa lição, os sindicatos bancários tiveram (e ainda têm) que aprimorar mesmo em novos tempos de uma sociedade globalizada.

Outra característica do movimento sindical esbarra na configuração e no papel de seus agentes. Tem-se aventado – e é fruto do próprio senso comum - que dirigentes e lideranças sindicais somente estão ligados aos seus sindicatos para obter vantagens políticas e licenciamento de suas atividades sem o risco de serem desligados de seus vínculos empregatícios salvo àqueles que são concursados. Ainda reside no imaginário brasileiro essa configuração de sindicalista, ou seja, tido como um agitador ou ligado a um partido de esquerda ou que se beneficie do status de sindicalista para projeção política. Essa *persona* ainda persiste em vários setores produtivos e na própria sociedade e foi propalada durante a década de 1990 pelos meios de comunicação e mesmo por setores do governo federal em vista do processo de reestruturação produtiva e de privatização das empresas estatais.

O mais importante era a questão identitária. Ainda valeria, dadas as condições que foram capazes de mudar a dinâmica e o perfil do trabalhador bancário, continuar atuando como tal? Alguns novos elementos foram agregados à atuação do bancário e foram determinantes – como a maior qualificação – ao mesmo tempo em que expuseram um sem número de doenças decorrentes do esforço e do trabalho excessivo o que acarretou um número significativamente alto de afastamentos.

A exigência de qualificação constante, a pressão por resultados e metas propostos às agências, o estresse e as doenças psicossomáticas oriundas da carga excessiva física e intelectual são algumas das novas doenças que afligem a atividade bancária, gerando uma gradativa deteriorização do trabalho, trabalhador e das relações advindas dessas práticas (ALVES, 2005; JINKINGS, 2010; GUIMARÃES, 2004).

Mesmo com retração no número de filiações, os sindicatos da categoria passaram também a atuar de forma a proteger a integridade físico-mental dos bancários, uma vez que os bancos simplesmente poderiam substituí-los sem maiores considerações. Os sintomas de impotência, sofrimento e constante vigilância de seu trabalho passaram a rondar o bancário transtornado, por extensão, a sua vida particular, gerando insociabilidade, dependência química e, em alguns casos, suicídios. Aos que resistem, a decepção e a incerteza quanto à carreira passam a ser elementos de seu cotidiano laboral.

Alves (2011) é um dos que asseveraram que os efeitos das mudanças operadas pela reestruturação produtiva no Brasil fez recair sobre todas as categorias a assimilação de novos métodos e formas mais eficazes de produção, criando um sujeito autômato de

seu próprio trabalho. Aliado a isso, o universo do bancário foi agregado a uma nova terminologia extraída do mercado e, via de regra, assimilada ao seu cotidiano onde tudo é *business* (negócios). Mesmo o seu estar profissional é referente àquilo que é usual no mundo dos negócios e mesmo a sua prática profissional corre o constante risco de ser eliminada, pois, ainda hoje a prática das fusões e compras entre bancos privados não cessara. Em busca de mais lucro, mais eficiência com maior qualidade e menos funcionários diretos, os bancos fazem qualquer negócio ainda que isso signifique reduzir e apertar mais. Nisso, nas palavras de Alves (2011) se tratar de tudo como *business*.

Pochmann (2001) faz referência às transformações no mundo do trabalho brasileiro apontando para outro elemento crasso a vida social: o desemprego. Formalmente o mercado de trabalho se diversifica, mas não oculta a enorme barreira social gerada pelo desemprego, uma vez que empregos formais vão dando espaço a empregos temporários, terceirizados e de mão de obra mais barata. Não diferente, os bancários sentiram diretamente esta ação com a redução expressiva nos postos de trabalho substituídos pelo trabalho morto (informatização, mecanização, robótica) e pela presença de trabalhadores terceirizados, substituindo, em muitos casos, os bancários compensadores. As câmaras de compensação, entretanto, foram um dos setores que expressivamente encolheram na década de 1990, dando espaço a mais serviços de informática e de comunicação *online* diretamente com as centrais dos bancos.

Vale frisar que a resistência – muito embora encontre-se um número menor de bancários atualmente – ocorre no meio bancário, uma vez que até o momento o processo da reestruturação produtiva não foi concluído, muito embora tenha-se diluído os serviços bancários em correspondentes bancários, por exemplo, a ênfase em maior escala do uso de serviços não presenciais (fora das agências e horários como no caso do *home banking*), e ainda exigir a ceifa de mais postos de trabalho.¹⁰ O crescimento econômico brasileiro proporcionou um acréscimo aos indivíduos que possuem mais acesso aos serviços bancários, gerando uma verdadeira mercantilização na captação de clientes dentro e fora das agências, propiciando ao bancário uma carga maior de

¹⁰ No caso dos correspondentes bancários, embora tenham funcionários que não são considerados bancários, atuam como tal. Além disso, o próprio processo de diversificação dos correspondentes bancários foi encabeçado, primeiramente, por um banco estatal: a Caixa Econômica Federal e, na atual configuração, aparecem correspondentes de bancos estatais e privados (como o Bradesco).

trabalho e uma função paralela: a de comerciário de produtos do banco que, conseqüentemente, obriga-lhe a cumprir as metas estabelecidas pelos bancos.

Ainda que pese uma situação incomum, a capacidade de organização sindical bancária, na atualidade, consegue ser eficaz e agrupar muito embora esteja reduzida a uma menor quantidade de bancários. Em seu perfil – e dada às condições impostas pelo movimento de reestruturação –, trata-se de um profissional de nível superior, mais instigado, jovem, inteirado das várias formas de comunicação e domínio de mais de um instrumento e linguagem informática, num processo constante de qualificação e cômico de seu papel muito embora ainda esteja colocado na condição de jogar o jogo que lhe é proposto.

Entretanto, é um profissional em busca de sentido quanto à sua prática no universo do trabalho mesmo sabendo que o seu fazer cotidiano não é condição *sine qua non* para sua empregabilidade. Também sabe que não deve se omitir quanto ao seu papel transformador, contestador, de não se subordinar à mecânica das coisas ou de tornar-se um autômato, fato que lhe causa angústia, sofrimento e a sensação de não poder interromper o fluxo da injustiça e da banalidade praticada pelos bancos e a sensação de impotência na não-ação quanto ao sofrimento alheio. Este sintoma, entretanto, é compartilhado por todos aqueles que buscam na ação sindical a instância de segurança para a defesa de seus direitos, além de garantir-lhe a unidade de ação para contra a insídia de seus empregadores.

Mas, contra todas as adversidades, o sindicalismo bancário ainda vinga como um dos mais combativos movimentos contra essa nova mutação do capital, além de diversificar a amplitude de suas causas indo além do movimento sindical (como a participação em movimentos sociais) o que o insere, em aspectos globais, a um engajamento para além da própria causa.

Capítulo 3 - O SEEB Brasília em cena.

*“Quero trabalhar em paz/
Não é muito o que lhe peço/
Quero trabalho honesto/
Em vez de escravidão.”*
(Fábrica – Legião Urbana)

Pode-se dividir o movimento sindical bancário em três momentos: o início da reforma bancária (1965), em que se destaca o projeto de reforma bancária encaminhado, em 1946, ao Congresso Nacional e os adendos ao projeto de Salvador Lossaco e da própria Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec) que levantaram-se para defender a categoria bancária¹¹ o que propiciara uma capacidade de aglutinação dos bancários em reivindicar seus direitos inclusive o de serem reconhecidos profissionalmente (MINELLA, 1988). Num segundo momento, cabe a articulação da categoria nos chamados “anos de chumbo” (ditadura militar) em que o poder dos banqueiros, junto com o governo militar, ganha espaço enquanto a categoria luta em duas amplas frentes – a da reposição salarial integral e a da democratização do país. É também nesse período compreendido na década de 1970 que a categoria briga por direitos quanto à definição de sua jornada de trabalho principalmente (fato esse que se arrasta até a década seguinte). Por fim, movimentos de mobilização que fizeram eco na década de 1980, dentre os quais: a greve geral de 1985, a conquista da definição da jornada de trabalho, auxílio alimentação, plano de saúde, conquista de direitos assegurados na Constituição Federal de 1988 (como a licença-maternidade assegurada às mulheres) e a forte retomada das lutas contra o neoliberalismo na década de 1990 momento crucial e significativo do sindicalismo bancário como um todo.

¹¹ Segundo Minella (1988), o deputado Salvador Lossaco (PTB-SP) era bancário pelo Banco do Brasil S/A, ferrenho sindicalista, um dos fundadores do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC). Por estar envolvido com o ativismo sindical e a atividade política, procurava defender os bancários e suas reivindicações no projeto de reforma bancária e que “omitia” a presença dos funcionários em seus direitos básicos. Além disso, elencara alguns princípios em seu projeto que procurava esquadrihar uma emancipação econômica, o poder da Constituição Federal sobre o crédito além de sua seletividade, o depósito compulsório pelos bancos como um fator de política econômica, representatividade bancária na direção do sistema bancário, preservação unitária do Banco do Brasil, aperfeiçoamento técnico e profissional dos bancários e da regulamentação da atividade profissional bancária como forma de garantia da eficiência do sistema bancário brasileiro. Parte dessa aguerrida militância e representatividade nas esferas do poder marcaram o movimento sindical bancário desde então.

A década de 90 trouxe consigo um novo embate no sindicalismo bancário: a reestruturação produtiva e todas as consequências advindas de sua implementação e que, via de regra, significava um embate a médio/longo prazo além de resignificar as estratégias e atitudes do sindicalismo bancário dada a sua universalidade. Se em décadas anteriores – principalmente na década de 1980 – importava aos bancos uma rede expansionista que pudesse cobrir muitos e mais locais no Brasil (no que se refere aos maiores bancos), mesmo com agências deficitárias, pois os ganhos com o *floating* cobriam todos os custos. Os anos 1990 indicavam outra dimensão do capital: a aplicação do velho ditado do “mais com menos”.

Essa dimensão levava a uma nova concepção de luta sindical a qual Boito Jr. (1995) chamava de *participacionismo*. Mudam também os aspectos dos atores em luta: enquanto a década de 1980 registra a luta de classes contra empresários e governo, a década de 1990 registra a luta da sociedade civil contra o governo e o capital organizado. Porém, as facetas desse novo embate se darão por uma série de fenômenos não observados no sindicalismo num espaço curto de tempo dada a circunstância de – ainda – não terem sido absorvidos diretamente pela categoria embora fossem implementados no fim da década de 1980.¹²

Foi significativo que os anos 90 marcaram o embate no campo das centrais sindicais, causando uma cisão na Central Única dos Trabalhadores (CUT), tanto no campo ideológico quanto no campo político, gerando uma nova central alinhada à ideologia neoliberal: a Força Sindical (FS). Segundo Boito Jr. (1995), há um crescimento na representatividade dos partidos de direita no Congresso Nacional, ao passo que os partidos de esquerda não representavam um significativo número capaz de impedir as reformas que aconteceram. Por parte do Estado, as reformas estruturais ganhavam espaço no cotidiano além de representarem uma contraofensiva dos movimentos sociais e dos sindicatos como a reforma previdenciária e a que flexibiliza as relações trabalhistas.

Embora tenha se firmado como uma década em que se pronunciaram profundas mudanças nas concepções sindicalistas, os anos 1990 acarretariam uma plêiade de

¹² O que procuramos abordar aqui, de forma imediata, é o evento da informatização e da mecanização aplicada nos grandes bancos como as classificadoras de cheques (que custaram postos de trabalho nas compensações, programas eficientes e em tempo real capazes de informar movimentos diários às centrais dos bancos), implantação de programas eficientes e interfaces de computadores. Além disso, há o início de um amplo processo de terceirização de funcionários.

elementos novos incorporados à atividade bancária como a rotatividade, a flexibilidade, a alta qualificação, tendo suas consequências na vida social do bancário que vão desde as doenças ocupacionais até outras consequências derivadas da intensificação do trabalho.

Há um novo vocabulário assumido pelo neoliberalismo, assim como para todo o mundo prático do trabalho: flexibilização, capacitação, gerenciamento, produtividade, *just in time*, rotatividade, entre outras palavras. Todas se aplicam tanto ao trabalho quanto ao trabalhador e, em tese, as funções que exigem mais complexidade (como a do bancário) requerem um cabedal maior de conhecimento e capacidade de ajustes às circunstâncias da modernidade e ao mercado. Contudo, Sennett (1999, p. 53) a aplicação do termo “flexibilidade” não se refere somente a um aspecto da observação de fenômenos naturais, mas,

Em termos ideais, o comportamento humano flexível deve ter a mesma força tênsil: ser adaptável a circunstâncias variáveis, mas não quebrado por elas.

A sociedade hoje busca meios de destruir os males da rotina com a criação de instituições mais flexíveis. As práticas de flexibilidade, porém, concentram-se mais nas forças que dobram as pessoas.

Ser flexível requer uma capacidade de controle, internalização de comandos, dinamismo, capacidade de interação propositiva com a equipe além de um alto grau de produtividade. Os bancos passaram a assimilar – e aplicar – essa ideologia no escopo de suas atividades, criando, desse modo, um novo sujeito que é capaz de ser autômato, ser obediente às metas e inteiramente interligado a atividade que pratica, desde que com eficiência e eficácia, muito embora não signifique ganho direto aos seus vencimentos. Essa capacidade de transformação da mão de obra em autômatas se deve, em princípio, à gestão de novas competências, à aquisição de um novo cabedal de conhecimentos tácitos ou formais, a imediata identificação e resolução de problemas atendendo diretamente ao ideário produtivo toyotista amplamente utilizado em instituições financeiras como os bancos na década de 1990 (ALVES; 2002). Reflexo imediato disso e com as diretrizes das políticas e reformas econômicas implantadas durante o governo Fernando Henrique Cardoso, já em seu primeiro mandato, resultou em uma significativa mudança na concepção do serviço bancário especialmente na atividade dos bancários e na redução significativa de postos de trabalho nas agências (alta rotatividade em toda a categoria).

Em face disso e equidistante das decisões do centro do poder financeiro no Brasil – localizado na Avenida Paulista –, as decisões vindas da capital federal e centro do poder político – Brasília – teriam imediato efeito nos sindicatos brasileiros e, em particular, naquele que vivenciava esse momento ímpar: o Sindicato dos Bancários do Distrito Federal. No jargão popular, o sindicato se encontrava no “olho do furacão”, uma vez que acompanhara *in loco* toda a atividade político-econômica da década de 1990, além de estar no centro político do Brasil. Aliado a isso, em Brasília, localizam-se as sedes do Banco do Brasil (BB), da Caixa Econômica Federal (CEF/CAIXA) e do Banco Central (BACEN), importantes instituições financeiras. Brasília pode estar longe das decisões financeiras do centro financeiro do Brasil, mas concentra o poder decisório de todo o mercado financeiro o que confere ao Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brasília um destaque primordial na compreensão de nosso estudo.

3.- A história do SEEB Brasília

No mundo moderno, as atividades profissionais se diferem de várias formas, graus e maneiras. Não diferente disso, a quase todos se aplicam – em graus diferenciados – o uso de elementos da reestruturação produtiva principalmente o domínio de linguagens tecnológicas mais modernas e cotidianas (como o de base de dados, planilha de dados e entre outros). Isso não foi diferente na categoria dos bancários.

Como a década de 90 foi propícia para a mudança paradigmática no trabalho, a atividade bancária foi uma das mais visadas na transformação de sua atividade. O processo de automação usado em larga escala ceifou cargos e abriu espaço para o trabalho terceirizado.

A atividade do bancário passou a ter uma nova dinâmica, apropriando-se da atualização e domínio de novas linguagens e da capacidade de operar *full time* os novos aparatos tecnológicos ao seu redor. Ao mesmo tempo, passara a viver integralmente o seu trabalho, sofrendo a pressão de evitar erros de operação. Com o passar dos anos,

sofreu da Síndrome de burnout¹³ assim como outras doenças ocupacionais decorrentes do excesso de trabalho que encontraram raízes na década de 1990.

Com as doenças ocupacionais decorrentes do excesso de trabalho, a atividade sindical passou para segundo plano na vida do bancário. Devido ao cansaço, estresse e ao conseqüente isolamento decorrente do excesso de trabalho, muitos bancários preferem outros recursos que não recorram a atividades decorrentes do trabalho e, nesse caso, os momentos de lazer acabam por ser uma “sessão psicológica coletiva” muitas regadas a álcool o que, lentamente, torna o isolamento social mais significativo além de um perfil taciturno e, muitas vezes, antissocial (CODO; SAMPAIO, 1995; SENNET, 1995; DEJOURS, 1998; REGO, 2010; MACHADO, 2012).

Com a reestruturação produtiva, agregaram-se outros elementos à rotina bancária como a intensificação das atividades, a venda de produtos dos bancos, a automação, a terceirização de serviços. Ao mesmo tempo, os sindicatos tiveram dificuldades de acompanhar a dinâmica dos eventos e o curso dos acontecimentos de forma imediata.

Mas, ao mesmo passo, o processo de reestruturação produtiva teve nos bancos um dos setores de serviços que mais eliminaram postos de trabalho na década de 1990. Muito em parte por conta - a partir de 1994 – da perda de *floating* (ganhos obtidos com a inflação oriunda de políticas econômicas fracassadas características da década de 1980). Com a estabilidade econômica, as mudanças no emprego no Brasil também apresentaram dualidades e profundas transformações em seus aspectos gerais.

O Sindicato dos Empregados de Estabelecimentos Bancários de Brasília (SEEB) em consonância com os movimentos sociais, prestando um grande serviço à construção da cidadania e no combate direto à política paternalista, à corrupção e pela ética dos entes públicos.

Destarte o seu papel social e como entidade representativa da classe dos trabalhadores bancários, confere-nos apresentar caracteristicamente a atuação no período compreendido entre os anos 1992-2002 que marca fortes contrastes na história brasileira recente.

¹³ Síndrome de *burnout* ou *burnout* é caracterizada pelo esgotamento físico e mental derivado da intensificação do trabalho ligada à vida profissional e às exigências advindas do exercício profissional (CODO, 1995).

Silva (2011) assinala a combativa atuação da então presidente – Érika Kokay – à frente do sindicato como um marco histórico, pois, foi a primeira presidente oriunda das fileiras femininas – ela é funcionária da Caixa Econômica Federal - e, desde 1985, é ativa na concretização de direitos até então negados às bancárias – no caso, a sindicalização das funcionárias da Caixa, em 1985 – e uma incisiva participação na luta por direitos dos bancários em sua gestão.

Silva (2011) também afirma a questão do partidarismo que dominava o sindicato muito antes de sua filiação na Central Única dos Trabalhadores (CUT). Num primeiro momento, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) constava com militantes nas fileiras das direções do sindicato dos bancários, fato esse mudado com a alteração do estatuto do sindicato que não permitia mais o peleguismo tradicional e o atavismo corporativista em que:

(...) existindo forte resistência do PCB à introdução da organização no local do trabalho e do delegado sindical como o elo que leva o sindicalismo para o local do trabalho e possui uma postura de classe, uma postura de unidade e articulação com outros segmentos. Nessa visão, apesar de se diferenciar de uma concepção pelega, proporcionar discussões e organizar importantes greves, o PCB possuía uma postura sindical corporativista e apoiava uma organização vertical dos bancários. (SILVA, 2011, p. 3)

Com essas mudanças e, ainda assim, enfrentando focos de resistência, o avanço na filiação e atuação sindical se fez de forma crescente. Mas o maior embate ainda consistiu em mobilizar toda uma categoria em prol de luta por seus direitos, de conscientização política e de força de uma classe que representa um importante segmento dos trabalhadores brasileiros. Ainda assim, a gestão de Kokay representou uma centralização em torno das causas dos trabalhadores bancários, em busca de bandeiras de mobilização e ações que permitiam mobilização da categoria e reflexos na sociedade sobre a prática dos banqueiros sobre a classe.

São características desse período, segundo Silva (2011, p. 7):

(...) a maioria das atas de seu mandato (...) versa sobre acordos coletivos, acordos salariais, campanhas salariais, dissídios coletivos, negociações nacionais, reivindicações, reajustes salariais, ou assuntos internos (assinaturas de cheques e outros documentos; autorizações para negociações coletivas, desconto a ser realizado nos salários e aumentos provisórios na mensalidade, geralmente para custeio da campanha salarial; eleições e escolhas de delegados; prestações de conta; previsão orçamentária; posses e substituições, entre outros). Algumas vezes, aparecem questões ligadas às novas necessidades de gestão e infraestrutura do SEEBB, como, por exemplo, a ata da

reunião da diretoria de 18 de julho de 1994 que tratou da criação do cargo de coordenador de informática ou ainda a ata da reunião da executiva de 13 de março de 1997 que registrou de questões relacionadas à gráfica dos bancários, entre outras.

Kokay passou a ter uma visão sistêmica do sindicato como um corpo, uma extensão das atividades e apoio para os bancários, de forma clara, organizada, acessível e visível a toda a categoria.

Por outro lado, o SEEB se abre a questões que envolvem também a sociedade como as questões de gênero, raça e condição sexual (SILVA, 2011) e que também são abordadas pelo próprio sindicato com a categoria, em forma de seminários. Tudo isso reafirma o caráter cidadão do sindicato, aberto à sociedade, aproximando-se dela e fazendo dela uma importante aliada.

Na linha de frente de defesa do trabalho, o SEEB avança significativamente em outras duas frentes: a da defesa dos direitos e conquistas dos bancários como, também, na defesa conjunta com os movimentos sociais e segmentos da sociedade civil e por ampliar a base de filiação entre os bancários o que o torna:

(...) a partir dessa época, o sindicato passou a dar “cartão vermelho” para a Justiça do Trabalho dentro do princípio da autonomia e liberdade sindical e a pensar a necessidade de um sindicato cidadão, ou seja, o envolvimento com questões que dizem respeito à cidadania se tornarem proeminentes. (...) o movimento sindical se torna mais maduro, não se prendendo exclusivamente aos reajustes salariais à medida que passa a considerar que “dentro de cada trabalhador tem um ser humano que precisa se libertar e não se liberta no ambiente de trabalho”. (SILVA, 2011, p. 7)

A dinâmica das mudanças operadas no sindicato fizeram-no aberto à sociedade, com ampla participação nas questões sociais e encampando as lutas dos movimentos sociais. O processo demandou uma mudança no layout de seu veículo de comunicação (jornal *Informativo Bancário*), agilizando sua página virtual, promovendo debates, seminários e simpósios na sede, bem como incentivando ações culturais no espaço do Teatro dos Bancários. Por outro lado, há o incentivo à população em conhecer os serviços oferecidos pelos bancos além de:

Um exemplo dessa mudança seriam as modificações do jornal, que passou a trazer não só notícias da categoria, mas notícias de interesse do povo de modo geral, do consumidor do serviço bancário; a promoção da ideia de um sindicato cidadão, com o desenvolvimento de parcerias com a população, atividades com a população dentro do banco para que esta entendesse, apoiasse e compreendesse o sindicato; bem como, a inserção de uma concepção mais igualitária. ((SILVA, 2011, p. 7)

Nessa visão de um sindicato ativo, são relevantes a participação do SEEB na defesa da *Campanha Contra a Fome*, no *impeachment* do presidente Fernando Collor, na mobilização pela defesa do bem público e contra o processo de privatização que o Estado promoveu massivamente no curso da década de 1990. As bandeiras de luta não se resumem somente à categoria, mas estendem-se à sociedade, são mobilizadas dentro do próprio sindicato.

Com profundas reformulações em sua estrutura e ação, cabia ao SEEB enfrentar corajosamente o poder dos banqueiros de forma sutil: não com o confronto direto, com o fechamento de agências e prejuízo imediato ao sindicato mas trazendo a opinião pública e os cidadãos para o seu lado, agindo de forma inteligente e perspicaz. Diálogos são intensificados, a representação dos delegados sindicais se torna mais efetiva e participativa e a participação dos bancários – como elemento de mobilização e conscientização – na rotina do sindicato, efetiva-se gradualmente.

O que muitos poderiam enxergar como uma politização do sindicato – em parte corroborada com a filiação à Central Única dos Trabalhadores (CUT) -, na verdade manifestou-se como a antecipação de um novo modelo sindicalista, distanciado das formas de ser e fazer o sindicato oriunda do varguismo (CARDOSO, 2003), mas numa forma mais apropriada de aproximar os interesses da categoria laboral à própria sociedade e, por extensão, lutar pelos direitos dos trabalhadores em geral.

Desse modo, o SEEB se insere num novo contexto que é particular às grandes centrais sindicais – e, em particular, a CUT – quanto às ações e formas de lutas dentro da ofensiva neoliberal, o que é explicitado em Cardoso (2003, p. 68):

A decisão de participar teve efeitos importantes sobre as táticas políticas da CUT no início da década de 1990, mas a central não abandonaria sua tática de pressionar o sistema político a partir de fora. Isso se mostrou inteiramente ineficaz entre 1995 e 1997, mas o mesmo cenário que empurrou a FS [Força Sindical] à mobilização sindical restaurou a capacidade da CUT de organizar demonstrações públicas depois de 1998.

O que também significa que, além da luta contra os agentes financeiros, a luta também teve um aliado de peso na década de 1990:

No novo ambiente neoliberal, ao menos no nível do discurso, as forças de mercado guiam a política. Os termos reverteram-se: fazer política é liberalizar os mercados, é despolitizá-los. Agora, demandas trabalhistas estritamente econômicas não têm mais as consequências políticas que alimentaram o poder sindical na década de 1980. O

inimigo, como dito antes, não é mais tão claramente identificável.
(CARDOSO, 2003, p. 75-76)

Assim a guinada do SEEB coincide com o momento mais frágil do próprio sindicalismo brasileiro, propulsão pela ação do neoliberalismo e pela reestruturação produtiva que toma de assalto todos os setores produtivos da sociedade brasileira, como também a própria estrutura estatal, além de um cenário político desfavorável e inclemente quanto à defesa da iniciativa privada¹⁴. Os embates com os bancários teriam lances mais agressivos e que colocariam o SEEB ainda mais no centro das atenções.

3.1.- O sindicalismo em tempos neoliberais

A denominada década neoliberal (CARDOSO, 2003) trouxe mudanças significativas para as sociedades latino-americanas e, em particular, para a sociedade brasileira. Os governos democráticos eleitos na América Latina após os anos de 1990 atenderam diretamente ao chamado Consenso de Washington (BATISTA, 1994), promovendo um amplo processo de desestatização, abertura econômica, política monetária e financeira que permitia o livre acesso do capital além de medidas de controle fiscal e de combate à inflação por parte desses governos que, em troca, receberiam recursos dos organismos internacionais de crédito (FMI e Banco Mundial). As políticas, entretanto, promoviam um grande descontentamento entre os trabalhadores, sindicatos e centrais sindicais.

O caso brasileiro e a construção do sindicalismo em nossa sociedade caracterizam-se por um impulso maior a partir dos anos 1930-1940, amparado por uma política paternalista, de forte inserção e interferência do Estado nas atividades e vida sindical. A supressão e a promoção de um policiamento na atividade sindical primou o período da ditadura militar embora durante os anos de 1975-1979, sindicatos e trabalhadores se articulassem e passassem ao confronto com o governo militar.

Os anos de 1979 e 1980 consolidam um movimento que se articulou entre os metalúrgicos da região do ABC paulista tendo, entre seus líderes, o futuro presidente

¹⁴ Cardoso (2003) cita o embate entre a CUT e o governo federal na greve dos petroleiros em 1995, quando o governo federal interveio categoricamente e, embora acordos trabalhistas para a reposição de perdas salariais tivessem sido firmados entre o governo Itamar Franco e o Ministério de Minas e Energia, o seu descumprimento se deu atendendo à política fiscal e monetária do governo FHC e a intervenção do Tribunal Superior do Trabalho que decretou a greve como abusiva. Embora encontrasse a resistência dos líderes sindicais e trabalhadores, o governo federal demitiu e convocou o Exército para garantir a produção nas refinarias e o acesso dos trabalhadores. Foi uma das maiores derrotas do sindicalismo na década de 1990.

Luis Inácio da Silva – o Lula. No entanto, as lideranças do sindicato dos metalúrgicos foram enquadradas na Lei de Segurança Nacional (LSN), em vigor à época e presos. Foi também a partir desse movimento que aconteceu o nascimento do Partido dos Trabalhadores (PT).

A Constituição Federal de 1988 consolida os direitos sociais e dos trabalhadores, o que permite aos sindicatos e às centrais sindicais também captarem entre seus filiados os funcionários públicos, agregando um grande contingente em suas fileiras. Desse modo, combativos dirigentes oriundos do meio público somam forças aos já combativos dirigentes sindicais na consolidação dos direitos e lutas que estavam por vir.

Lopes (2009, p. 39) demonstra que a Constituição Federal de 1988 permitira uma maior participação dos cidadãos no acesso aos direitos básicos, avançando em terrenos onde:

(...) uma grande fragmentação do sindicalismo brasileiro em virtude das leis e normas sindicais – a norma sendo um sindicato por municipalidade (na grande maioria dos casos) – no entanto, há uma forte relação entre criação de novos sindicatos e intensificação dos movimentos sociais de trabalhadores. Quando aumenta a participação dos trabalhadores na vida social e política do país, verifica-se um aumento do ritmo de criação de sindicatos.

O crescimento trouxe consigo a expansão das atividades sindicais, a reestruturação dos mesmos, visto que suas fontes de recursos eram determinadas pelas mensalidades dos sindicalizados e por parte do imposto sindical. Os sindicatos também conseguem a estabilidade de seus delegados sindicais, acordadas em convenções coletivas, consolidando a representação da base nas negociações com os patrões.

Salienta-se ainda como características do sindicalismo brasileiro na década de 1980 o investimento no espaço da negociação coletiva com intuito de ampliar direitos trabalhistas como a extensão dos planos de saúde aos familiares dos trabalhadores, constituição e funcionamento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), na organização interna dos sindicatos (LOPES, 2009) e, ao mesmo tempo em que avança em marcos e conquistas para as categorias como direitos e compensações às vítimas de acidentes de trabalho assim como Lopes (2009, p. 41) afirma:

(...) observou-se uma preocupação com a regulamentação da jornada de trabalho, com algumas garantias e limitações sobre horas extras e abonos de faltas; em 1985, generalizou-se um movimento pela redução da jornada de trabalho, resultando em muitos acordos coletivos em empresas metalúrgicas e químicas do Estado de São

Paulo. Já nos períodos recessivos, há maior ênfase nas reivindicações relacionadas ao emprego, os resultados das negociações coletivas passando a incorporar garantias adicionais em casos de demissão como ampliação do aviso prévio, indenização acional aos demitidos, critérios para dispensa e referências à regulamentação da mão de obra temporária.

Consolidando as conquistas com a Constituição Federal de 1988, a criação da CUT, em 1983, as mobilizações de apoio à redemocratização (como no caso do movimento Diretas Já, em 1984), a greve geral de 1985 (esta a dos bancários) entre outros eventos, mostraram a capacidade de aglutinação e mobilização das categorias – e, em destaque, a bancária – em busca de seus direitos, expandido-os também a luta da própria sociedade. A década de 1980 significara e marcara profundamente a ação dos sindicatos, consolidando-os no cenário trabalhista brasileiro e dando aporte para a continuidade da luta em outras frentes.

Mas isso mudaria substancialmente com a ascensão de Fernando Collor de Mello e, com ele, dos interesses do capital em tentar minar a capacidade de organização dos trabalhadores, sendo seguida por seus sucessores Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

A década de 1990 marca profundamente os trabalhadores, sindicatos e centrais sindicais no Brasil. Alheias, em parte, aos fatos e eventos da própria história, as lideranças sindicais não perceberam o movimento de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), as inúmeras transformações decorrentes da mecanização e automação do trabalho (ALVES, 2011; ANTUNES, 1993; HARVEY, 1994; POCHMANN, 2001; DAL ROSSO, 2008) e as transformações decorrentes do mundo político e social no mundo (CASTELLS, 1998). O Brasil inseriu-se no contexto da globalização, abrindo o seu mercado para o capital estrangeiro, desregulamentando a sua economia, propondo planos econômicos que visem ao combate da inflação, à estabilização econômica e à redução gradativa da presença do Estado nos setores produtivos, em outras palavras, à desestatização. A palavra de ordem foi modernizar e capacitar a economia brasileira para competir, além de tirar das mãos do Estado aquilo que causava entraves e despesas. As empresas deveriam se adaptar ao rol do toyotismo e a uma gestão enxuta, eficiente e eficaz com menor quantidade de pessoas além da promoção da desregulamentação das leis trabalhistas.

Efetivamente isso trouxe dissabores e um número crescente de trabalhadores desempregados, numa economia recessiva e com inflação em alta, corroeram salários e

reduziram postos de trabalho num curto espaço de tempo. O número de trabalhadores remanescentes é incorporado às novas rotinas de trabalho em que constam o domínio das técnicas e da capacitação constante para garantir ao trabalhador sua empregabilidade. Uma nova racionalidade é aplicada ao universo do trabalho: aos poucos, vai tomando de assalto à capacidade de mobilização ao passo que destrói – em nome da produtividade exacerbada e da racionalização de custos – a consciência coletiva dos trabalhadores, fazendo valer a lógica do mercado. A estabilidade é mudada para flexibilidade, a empregabilidade se torna a capacidade de sobreviver às nuances do mercado adaptando-se e substituindo os direitos por produtividade. Uma nova concepção de trabalho é aplicada bem como a substituição de mão de obra humana por maquinário autômato e de sistemas capazes de gerenciar padrões e rotinas de trabalho. Isso também afetará a atuação dos sindicatos em maior ou menor grau, obrigando-os a rever toda a sua forma de atuação.

Cardoso (2003) analisa algumas das mudanças operadas no mundo do trabalho e, extensivamente, a própria concepção de trabalho moderno, globalizado e dando prioridade à imaterialidade que assume uma função cada vez maior em vez do trabalho material. A tecnologia, a criação de sistemas capazes de operar remotamente e com um contingente menor de trabalhadores, forçando categoricamente ao trabalhador o domínio de linguagens e tecnologias em menor espaço de tempo. Também a ciência econômica domina o espaço da ciência sociológica, da vida humana e da sociedade brasileira.

Assim,

noções como equilíbrio espontâneo, geração espontânea de coordenação no mercado, eficiência, eficácia, indivíduo e mercado, encadearam-se logicamente para constituir aquele paradigma em filtro necessário (porque associado, argumenta-se, à natureza das coisas) pelo qual se enxerga o mundo. Fizeram-no em substituição, ponto por ponto, a ideias como normas sociais, solidariedade, distribuição, justiça, classes sociais e sociedade. Economia em lugar de sociologia. (CARDOSO, 2003, p. 77-78)

A inversão das coisas em nome do mercado fundamentou a política econômica brasileira, afetando toda a cadeia produtiva ao mesmo tempo em que reduzia o espaço de ação dos trabalhadores e dos sindicatos. O metadiscurso de colocar a nação brasileira em compasso com as economias mundiais e o preço pago por essa nova visão será demasiado alto para o próprio trabalho. A categoria bancária, decisivamente, sofreu

profundamente com a reestruturação produtiva, solapando importantes lideranças sindicais presentes nos bancos estatais e privados.

Desse modo, foi assumida uma ideologia desenvolvimentista sem se importar com as consequências a médio ou longo prazo na sociedade que vive do trabalho (ANTUNES, 1993) e seus reflexos nos estratos sociais, dinâmica essa que criará vazios na formação e no próprio perfil do trabalhador brasileiro ainda nos anos de 1990.

Bogo (2008) entende o processo da reestruturação produtiva no trabalho como uma das muitas faces da contradição do capital. Travestido da ideologia de liberalidade mercantil e da descentralização das atividades no trabalho, da supressão de direitos e conquistas e da flexibilização das leis trabalhistas, entre outras, a priori, promove modificações atendendo às necessidades de sua própria capacidade de sobrevivência e mutação muito embora não possa eliminar, de sua própria condição, o fato de ter um elemento opositor que lhe confira a existência o que, nesse caso, é evidenciado pela existência da classe trabalhadora. Por outro lado, a concentração de poder propiciada pelo neoliberalismo nas mãos da iniciativa privada não permitiu a acomodação das entidades representativas dos trabalhadores (sindicatos, centrais, movimentos...), embora pudesse usar de meios coercitivos para “impor-lhes uma disciplina”, algo muito semelhante ao totalitarismo.

Desse modo,

O avanço desenfreado do capital, permeado de crises e solavancos, propiciou grandes transformações econômicas e políticas (...); estas foram acompanhadas por profundas mudanças ideológicas que afetaram a cultura e os valores éticos e morais das classes exploradas. Diferentemente do que acreditavam (...), o “Estado mínimo” neoliberal ampliaria as formas de democracia na sociedade civil, isso não ocorreu; ao contrário, se acelerou ainda mais o processo de controle do poder, elevando com isso a qualidade das consequências, demonstrando mais profundamente a necessidade da classe trabalhadora de romper com a ordem estabelecida e buscar a formação da ordem oposta, pois, sem a organização desta para o enfrentamento da luta dos contrários, eleva-se ainda mais o grau de exploração e as consequências da dominação da classe exploradora. (BOGO, 2008, p. 11)

Essa capacidade de minar as estruturas da organização sindical no Brasil, promovida pela reestruturação produtiva do capital, poderia significar a lápide no túmulo sindical, mas resultaria num processo de reação e enfrentamento ainda que tardiamente.

3.2 O sindicalismo contra a ofensiva neoliberal: os anos de 1990-1994.

O governo de Fernando Collor de Mello, em 15 de março de 1990, instituiu um plano econômico que passa a história como sendo o Plano Collor que, em linhas gerais, procurava estabelecer uma disciplina econômica e fiscal, gradativo processo de desestatização, um combate ferrenho à inflação zerou-se os índices inflacionários anteriores a março de 1990, ou seja, a reposição salarial com base na inflação acumulada desapareceu e resultou na estagnação do poder econômico da classe trabalhadora além do promover o congelamento dos ativos em contas correntes e poupanças.

Com efeito, o Plano Collor também representaria uma contraofensiva dos sindicatos e dos movimentos sociais contra a corrupção, resultando no impedimento do presidente, mas não com o fim do processo de desmantelamento do Estado brasileiro.

Havia dois anos quando os funcionários públicos tiveram o direito de participar e filiar-se a sindicatos e encontraram um momento propício para reivindicar e contestar a política econômica estritamente repressora. Ato reflexo, Alves (2002, p. 73) analisa a década de 1990 com uma elevada oscilação no nível de atividade econômica e taxas de expansão econômica no “mesmo ritmo de crescimento populacional”, ao mesmo tempo em que contabiliza os lucros dos investidores capitalistas e promove uma extensa desigualdade entre seus cidadãos muito embora travestida de estabilidade econômica. Desse modo,

(...) uma análise dos indicadores do mercado de trabalho demonstrou, por outro lado, uma perda cumulativa de postos de trabalho na indústria, como demonstra o crescimento persistente do desemprego aberto e da precarização de estatutos salariais, principalmente nos “núcleos modernos” do mundo do trabalho (POCHMANN, 1999, p. 65). (Alves, 2002, p. 73).

Alguns economistas já diziam serem os anos 1990 uma nova década perdida, mesmo em houvesse períodos de relativa estabilidade e crescimento. Mas o clímax foi acentuado com a crise de 1999, que, segundo Alves (2002, p. 73):

foi nessa década que o capitalismo brasileiro buscou inserir-se na mundialização do capital, por meio de um novo modelo de crescimento e acumulação, cuja vulnerabilidade sistêmica se tornaria perceptível em meados da década, a partir da crise do México em 1995. Após 1997, com a crise asiática, da Rússia, da Coreia do Sul e, a seguir, em 2000, com o estouro lento e gradual da “bolha especulativa de *Wall Street* e do índice Nasdaq, assim como a crise terminal do modelo neoliberal na Argentina, o sistema mundial do

capital entraria em um período de instabilidade sistêmica e de crises financeiras.

Justamente nesse período compreendido entre 1995-1999, com a dita estabilidade econômica, um acentuado processo de desestatização, medidas governamentais com o intuito de flexibilizar as leis trabalhistas e de mudanças na previdência social foram implementadas pelo governo federal. Medidas impopulares que serviram para chamar mais a atenção dos sindicatos e movimentos sociais a acirrarem seu embate contra o governo federal.

Alves (2002) definirá a década neoliberal brasileira em três momentos: o primeiro que se dá nos anos de 1990-1993 denominado de *período do neoliberalismo selvagem*; o segundo, que ocorre nos anos de 1994-1997, denominado de *período do neoliberalismo claudicante*; e o terceiro que ocorre nos anos de 1998-2000 denominado de *período da crise da globalização*. Esses momentos são determinantes para a compreensão do processo especialmente aqueles compreendidos entre o segundo e o terceiro períodos, pois, situam-se num período mais acirrado de crises externas que influenciaram diretamente o Estado brasileiro e a ação dos sindicatos nesse período.

Alves (2002) também enfatiza a questão política como um importante aliado para a aplicação do neoliberalismo e como apoio para seu avanço na economia e sociedade brasileiras: a continuação do processo de desmantelamento do Estado, iniciado no governo de Fernando Collor de Mello tem sua continuidade nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso. Intensifica-se o processo de liberalização da economia e o processo de flexibilização dos direitos trabalhistas, criando, por exemplo, o banco de horas nas empresas (como forma de não pagamento de horas extras trabalhadas), a efetivação de trabalhadores temporários que se refletem na redução de empregos com carteira assinada, entre outros.

Nos bancos, ocorre um processo de ampla automação, intensa rotatividade, substituição de mão de obra terceirizada, concentração de serviços, intensificação do trabalho como enfatiza Jinkings (1995, p. 45):

Enquanto os banqueiros investiram entre US\$ 2 bilhões e US\$ 3 bilhões nos anos de 1992 e 1993 na compra de computadores e *softwares* e vêm conquistando lucros sempre crescentes, o emprego bancário vem acumulando taxas negativas desde fevereiro de 1990 e o índice de rotatividade na categoria é bastante alto. No período entre 1989 e 1993, o grande aumento de produtividade do trabalho bancário, consequência da intensificação dos processos automatizados e das

novas estratégias organizacionais implantadas, gerou intensa redução de postos de trabalho no setor.

O que se observa na mudança de perfil dos bancos e suas agências,

com a multiplicidade de serviços oferecidos à população e a cada vez mais forte concorrência interbancária, as agências passam a assumir papel de destaque no conglomerado financeiro ao qual se encontram vinculadas, transformando-se em “postos de venda” do grupo financeiro. Para atrair clientes, aperfeiçoam-se os serviços de atendimento ao público. Grande parte dos funcionários das agências especializa-se na venda dos “produtos” do banco: papéis e serviços diversos. Ao mesmo tempo, aumenta visivelmente o número de mulheres alocadas nas agências, efetuando tarefas vinculadas ao atendimento. (JINKINGS, 1995, p. 45).

Com a mudança de perfil dos bancos, em vista da conquista de mercados e da própria territorialidade, a diversificação dos serviços veio concomitantemente à intensificação das atividades dos bancários. Essa intensificação viera encorpada de termos próprios da reestruturação (produtividade, empregabilidade, reestruturação...), bem como da atividade própria dos bancários e que acarretaria num longo processo de adoecimento da categoria (REGO, 2011; ANTUNES, 2006; VENCO; BARRETO 2010) e de aviltamento do trabalho, com reflexos na sindicalização e atividade dos bancários.

Desse modo, afirma Jinkings (1995) que com o acirramento da reestruturação produtiva, determinados direitos e conquistas dos bancários se viram reduzidos e aqueles que ainda constituíam parte fundamental do trabalho (como a estabilidade) passaram a pautar as reivindicações da categoria muito embora a rotatividade entre os bancários tenha sido a tônica na década de 1990.

A luta bancária prosseguia embora tolhida em seus métodos de ação como a esvaziada greve dos petroleiros (1995) e a incisiva ação do governo federal em coibir e agir de forma ostensiva contra os sindicatos e as centrais sindicais, leia-se de passagem, a Central Única dos Trabalhadores.

Cardoso (2003) destaca quatro itens sobre a reviravolta na ação sindical na década de 1990 que corroboram para o enfraquecimento da atividade sindical no período do neoliberalismo brasileiro. Sobre esses pontos, conforme Cardoso (2003) confere: a) o aprofundamento do processo de democratização que reduz o espaço dos discursos contestatórios e engajamento dos partidos de esquerda no processo democrático (BOITO JR, 1996); b) a Constituição Federal de 1988 permite, ainda que

de forma parcial, a organização sindical, embora mantivesse o arcaísmo da unicidade e do imposto sindical o que acabou por se tornar o contraponto do sindicalismo da década de 1980, uma vez que o crescimento apurado de sindicatos na década de 1990 não foi suficiente para a sua manutenção, fato que se evidenciou no aspecto financeiro para a sustentação desses mesmos sindicatos (BOITO JR, 1996; ALVES, 2002); c) com o processo de reestruturação, os setores mais expostos à competição – bancos, indústrias, serviços, por exemplo - sofreram em grau maior ou menor de implantação de tecnologias, automação e transformações na forma de organização das empresas, o que se manifestou no enxugamento de quadros funcionais e aplicação dos princípios da reestruturação produtiva como o aumento de produtividade, processo de qualificação contínua, implantação de metas de produção, entre outras. A mudança na resolução de conflitos e reivindicações trabalhistas, desta vez, não mais operada por sindicatos, mas por meio de comissões de trabalhadores, que o autor afirma serem os “sistemas de qualidade” (CARDOSO, 2003, p. 41) o que dá espaço para transformações como a construção de parcerias e cooperações entre os grupos para a produção, a substituição das “altas taxas de rotatividade, estabilização de trabalhadores centrais e externalização de trabalhadores periféricos via terceirizações e subcontratações” (CARDOSO, 2003, p. 41) a qual será uma das importantes causas do ocaso das sindicalizações (ALVES, 2010, ANTUNES, DAL ROSSO, 2008; BENDASSOLI, 2007); d) a mudança do painel econômico, principalmente com o controle da inflação, e a derrocada da ciranda financeira com a estabilização monetária.

No aspecto salarial, a tabela 1 demonstra os reajustes, ganhos e perdas, dos bancários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal na primeira década do Plano Real e o total apurado com os reajustes, inflação e a diferença entre os dois índices medidores da inflação no período de 1994 a 2002.

Tabela 1: histórico de reajustes salariais dos bancários do BB e CEF (1994-2003).

Data base	Reajuste BB (em %)	Reajuste CEF (em %)	Inflação ICV (em %)	Inflação INPC (em %)	Ganho (perda) real ICV – BB (em %)	Ganho (perda) real INPC – BB (em %)	Ganho (perda) real ICV – CEF (em %)	Ganho (perda) real INPC – CEF (em %)

Set./1994	13,69	13,71	30,00	9,74	- 12,55	3,60	- 12,53	3,62
Set./1995	25,00	20,94	28,16	25,80	- 2,47	- 0,64	- 5,63	-0,64
Set./1996	0,00	0,00	15,75	14,28	- 13,61	- 12,50	- 13,61	-12,50
Set./1997	0,00	0,00	6,71	4,30	- 6,29	- 4,12	- 6,29	- 4,12
Set./1998	0,00	1,00	1,13	3,52	- 1,12	- 3,40	- 0,13	- 2,43
Set./1999	0,00	0,00	5,79	5,25	- 5,47	- 4,99	- 5,47	- 4,99
Set./2000	1,70	0,00	9,21	6,96	- 6,88	- 4,92	- 8,43	- 6,51
Set./2001	2,00	0,00	8,30	7,31	- 5,82	- 4,95	- 7,66	- 6,81
Set./2002	5,00	5,00	7,45	9,16	- 2,28	- 3,81	- 2,28	- 3,81
Set./2003	12,60	12,60	15,50	17,52	- 2,51	- 4,19	- 2,51	- 4,19
Set./1994	54,79	45,84	179,80	124,63	- 44,68	- 31,09	- 47,88	- 35,08
a								
Set./2002								

Fonte: SEEB Brasília, 2013.

Elaboração própria do autor.

Contudo, as taxas de desemprego cresceram de 4% (1990) para 8% (1999) e o desaparecimento de quase dois milhões de empregos formais resultantes do processo de reestruturação produtiva e liberalização dos mercados foram os resultados mais visíveis da reestruturação produtiva. Aliado a isso, há o enfraquecimento dos sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores, com o forte processo de privatização das empresas estatais e a retração do mercado formal de trabalho de 56% para 42%, o que enfraqueceu “as bases estruturais sobre as quais os sindicatos locais constroem seus edifícios” (CARDOSO, 2003, p. 43). Com as baixas taxas inflacionárias e a expansão do mercado informal, o trabalhador formal passou a se preocupar mais com a preservação de seu emprego e com a redução e perda de sua renda do que, efetivamente, em atuar e participar das ações sindicais.

Além disso, no que se refere ao serviço público, o pouco interesse do Estado em solucionar as limitações fiscais e reformar o aparelho estatal ocasionou uma deteriorização na qualidade e oferta dos serviços públicos, tendência essa que se confirmou com a estabilização econômica e o fim da inflação, motivando o funcionalismo público a manter-se em oposição ao governo. O arrocho salarial sobre o funcionalismo público agravou-se pela intransigência do governo federal em

desestabilizar – indiretamente – os bancários federais estimulando a reestruturação produtiva nas agências dos bancos federais.

Por outro lado, o governo federal usava de todos os instrumentos e dispositivos legais com o intuito de desestabilizar a ação sindical efetiva dentro do funcionalismo público. E um desses instrumentos foi a disposição em não conceder aumentos às categorias em vista da dita austeridade fiscal. Os bancários federais sofreram uma grande defasagem em seus salários por durante oito anos, o que promoveu baixas significativas entre os bancários mais antigos aderindo, em grande parte, aos planos de demissão motivada ou mesmo por aposentadoria. A propaganda governamental enfatizou os benefícios do Plano Real, como conclamou à reformas mais profundas como as trabalhistas e previdenciárias em vista dos compromissos assumidos com organismos internacionais, e que minaram a capacidade de articulação dos sindicatos e de uma ação mais incisiva desses em defesa das categorias. É afetada diretamente a Central Única dos Trabalhadores (CUT) o que leva Cardoso (2003) a afirmar “minaram as bases de estratégias de tipo soma zero” (p. 44).

Além dos efeitos diretos, o sindicalismo e os sindicatos sobre a bandeira da CUT sofreram derrotas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso que, com o apoio da mídia e a aprovação pública motivada pelo sucesso do Plano Real até então. A ideia de modernizar e inserir o país no rol da internacionalização em pleno curso não poderia significar um retrocesso e tão pouco ir contra os acordos traçados pelo chamado Consenso de Washington (BATISTA, 1994).

Ainda assim, a vitória parcial do governo federal, da Força Sindical (aliada do governo federal) e dos empresários, não arrefeceu o combate da CUT, sindicatos e trabalhadores contra o processo de privatização fato esse que Cardoso (2003, p. 45) diz ser, de 1995 em diante, a coalizão de forças unindo a “CUT, Partido dos Trabalhadores (PT), partidos comunistas, centrais sindicais, como as duas CGT, e outras centrais menores, em suma, à esquerda” no intuito de se opor ao desmantelamento do Estado.

Alves (2002) ainda destaca que o chamado “choque de competitividade” que, por um lado permitiu o ingresso de novas tecnologias ao mundo do trabalho, possibilitou um grau maior de desenvolvimento das empresas, porém, com perdas para os trabalhadores dada a intensificação das atividades, a implantação de um toyotismo sistêmico, a terceirização, o trabalho em equipe e o cumprimento de metas, programas de qualidade total e sistemas de remuneração flexível agravadas por uma feroz

rotatividade de mão de obra e enxugamento dos quadros funcionais ao extremo. Forçosamente, a objetividade no trabalho toma o espaço da subjetividade transformando, desse modo, o trabalhador autônomo num autômato, mero reproduzidor de comandos. Mais isso representava somente um passo no processo que ainda não alcançou o seu ápice.

3.3. O sindicalismo contra a ofensiva neoliberal: os anos 1995-1999.

Com a estabilidade econômica, os índices baixos de inflação, a reestruturação produtiva grassando fortemente a estrutura do trabalho e gozando do prestígio da opinião pública no que tange às reformas, o governo federal continua com o regime de privatizações e incentiva uma série de reformas que atingem as leis trabalhistas e o regime previdenciário.

São significativas, nesse período, as privatizações da Companhia Vale do Rio Doce e do Sistema Telebrás, vendas essas contestadas pela CUT e por entidades representativas dos funcionários dessas empresas pelo valor de venda relativamente abaixo do valor do mercado.

No mercado bancário, entretanto, o saneamento e a privatização dos bancos estatais foram acirrados nesses cinco anos o que resultou numa profunda reformulação do mercado financeiro havendo, por fim, a concentração e a expansão dos grandes bancos privados brasileiros – Bradesco, Itaú, Unibanco -, além da promoção das reformas estruturais que passavam por uma ampla redução nos quadros funcionais dessas empresas.

Blass (1992) apresenta um quadro que vai além de um mero efeito reestruturativo e que propicia não somente a expansão e a concentração de serviços em mãos de poucas – e fortes – instituições, aumentando seus lucros e um leque de aquisições além de instituições bancárias, mas permitiu a mudança de concepção que atingiria, em cheio, a própria atividade do bancário e sintomaticamente mudou a forma e ação do trabalho bancário. Como num átimo, são solapadas a sua capacidade de organização o que faz com que muitos bancários se submetam ao assédio moral - com demissões, prepotência de chefes, cobranças por mais produção - e à destruição da solidariedade no trabalho. Em alguns casos, incentiva-se a não procurarem o sindicato por entenderem como um espaço de politização, à pensarem em sua sobrevivência no banco.

Assim, a automação, a repetição, a perda da identidade, a mercantilização e a indiferença ao sofrimento alheio acabam por dar a tônica da atividade bancário ao mesmo tempo em que

Os bancários veem-se totalmente submetidos ao ritmo e às ordens emitidas pelas máquinas. A maioria deles apenas prepara os dados, acompanha e assiste ao processamento automático das informações efetuado por elas. Por isso, os caixas muitas vezes automeiam-se de “especialistas em máquinas de autenticação”. A introdução de sistemas informatizados nos bancos franceses tem provocado a sensação de perda da iniciativa real nos seus funcionários (...). O controle executado pelas máquinas alia-se à vigilância hierárquica exercida pelos gerentes e chefias e à pressão dos próprios clientes. (BLASS, 1992, p. 51)

Porém, Blass (1992) acentua que a greve nacional dos bancários em 1985 acelerou a introdução desses elementos na estrutura das agências e dos bancos, o que pode ser chamado de uma pré-reestruturação financeira com sua gênese ainda na década anterior ao período neoliberal.

Os “anos de chumbo” da década neoliberal foram determinantes para causar um hiato reflexivo na atividade sindical (repensar as formas de ação e de ganhar espaço), embora fosse determinante para a redução de postos de trabalho entre os bancários, além de uma “descompatibilização” entre os bancários egressos com a atividade sindical. Há, desse modo, uma leva de bancários mais interessados na manutenção de seus empregos, visando a perspectivas melhores e a obtenção de experiência, do que a de bancários inseridos na defesa e melhora das condições de seu próprio ambiente de trabalho.

Nisso, Jinkings (2006) enxerga como um fator de desestabilização do trabalho a incorporação de políticas de gestão e participação que, aos poucos, destruíram a solidariedade no trabalho, imputando aos bancários o cumprimento de metas preestabelecidas e a aplicação de programas de qualidade total. No entanto, esses mesmos fatores produziram nos “ambientes laborais um estado de insegurança e instabilidade no qual a valorização de atributos como colaboração, mobilidade e engajamento orienta políticas de admissão, treinamento, promoção e demissão.” (JINKINGS, 2006, p. 195). Em outras palavras, um ambiente hostil e desmotivador submetido às pressões oriundas do próprio trabalho.

A mesma autora aborda e aponta como um importante elemento a deteriorização da atividade do bancário e que se constitui na chamada remuneração variável. Tal

remuneração consiste num valor agregado ao salário (ou piso salarial) por metas cumpridas e vendas de produtos efetuadas pelo funcionário no período. Cada banco possui um fator que é computado ao salário do bancário, mensurado pela quantidade de produtos vendidos e pelas metas cumpridas pela equipe/bancário. Aos gerentes, também são exigidos o cumprimento e a oferta de serviços dos bancos e de percentuais definidos pela superintendência ou administração geral dos mesmos, o que leva a afirmar que:

Em uma conjuntura nacional de altos índices de desemprego e subemprego, a reestruturação nos bancos e suas medidas de ajuste, que reduzem drasticamente a quantidade de força de trabalho, são também fatores de maior intensidade do trabalho e de fragilização das práticas coletivas de resistência. De um lado, por potencializarem a submissão, diante da ameaça diária de demissão; de outro, por aumentarem a sobrecarga de trabalho e as exigências de cumprimento de metas aos que permanecem empregados. (JINKINGS, 2006, p. 195)

A *empregabilidade* na reestruturação produtiva torna-se submissão à vontade dos bancos, alienação e estranhamento em seu próprio trabalho. Os bancários não encontram nos sindicatos uma força necessária capaz de lutar por seus interesses – ora desmotivados por seus próprios superiores – o que os leva ao sofrimento e as consequências advindas dessa patologia no trabalho (REGO, 2011; MACHADO, 2012; DEJOURS, 1998).

Outra importante observação se dá quanto na exposição do contingente feminino nos bancos, visto que são as que mais sofrem com a intensificação do trabalho e do desemprego, como afirma Segnini (1999, p. 190):

As mulheres, majoritariamente, são escriturárias, o que possibilita levantar a hipótese de que elas estejam vivenciando o desemprego mais intensamente do que os homens, após 35 anos de crescimento da participação feminina nesse setor da economia. (...) Assim, em 1988, o número de funcionários no banco estatal era 38 mil (41% mulheres); em 1993, entre 35.339 trabalhadores, 47% eram mulheres; em 1997 seu quadro de funcionários foi reduzido para 23 mil sendo que, entre eles, as mulheres passaram a representar 49%. Durante o período 1993/97, 121 agências consideradas não-rentáveis foram fechadas.

Dal Rosso (2008) corrobora com outro elemento aglutinador desse período e que decididamente marca o trabalho bancário: a extensão da jornada de trabalho. A Constituição Federal de 1988 reduzira a jornada de trabalho no setor privado de 48

horas para 44 horas semanais. Com a flexibilização das leis trabalhistas ocorrida durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, atendeu-se diretamente às exigências do mercado.

Com efeito, os bancários, que entre suas conquistas destacavam a jornada de trabalho de seis horas, constituindo trinta horas semanais numa conquista obtida em 1933 (DAL ROSSO, 2008, p. 110) – foram, aos poucos, perdendo espaço para a ofensiva dos banqueiros mesmo com a pressão dos sindicatos em defender essa conquista. Mas o que se percebeu é a que a ofensiva do capital venceu – ainda que brevemente – o aguerrido sindicalismo bancário.

A intensificação e a extensão da jornada de trabalho também foram abordadas por Alves (2011) como outros fatores advindos da reestruturação produtiva e, especificamente, quanto ao advento da sociedade de informação ou da sociedade em rede (CASTELLS, 1998; HARVEY, 2005) que permite o largo uso de modernas tecnologias embora incentive o trabalho abstrato, imaterial (GORZ, 2003), ao mesmo tempo em que expande os espaços virtuais de trabalho invadindo o espaço da vida social e do lazer do trabalhador/cidadão comum que, por fim, produz “o impacto na vida pessoal e familiar e na saúde física e mental é deveras significativo” (GORZ, 2003, p. 93).

Dentre as mudanças na nova concepção do trabalho, o próprio trabalhador foi inserido na nova dinâmica do mercado o que o faz estar, além de conectado, à disposição *full time* das empresas, no caso, dos bancos. Diminuindo-se o espaço de convivência em nome da produtividade, o da estabilidade em troca da empregabilidade, da capacitação constante e da alta produtividade ficava distante a participação e inserção na atividade sindical ainda que o bancário soubesse ser a sua instância de defesa e resistência à opressão no trabalho. Por sua vez, sentiu-se cada vez mais preocupado em manter o seu emprego do que resistir.

Assim, o perfil desejado pelos bancos é o de um *workaholic*, afeito ao trabalho, obstinado em conquistar seus objetivos mesmo que isso signifique sacrificar a sua vida pessoal, familiar e social. Notavelmente, alguém comprometido com os ideais da empresa.

Na onda dos acontecimentos e reféns do processo da reestruturação produtiva, os bancários viviam um período de incertezas quanto a sua atividade, emprego e mesmo condição profissional ao mesmo tempo em que os sindicatos tentavam alternativas para

combater a ofensiva neoliberal ao mesmo tempo em que buscavam formas de trazer novas filiações.

Reimann (2004) faz uma admoestação – ainda que não totalmente eficiente – do governo federal por empenhar-se na promoção de reformas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) no fluxo das mudanças operadas pelo mercado e pela força do Consenso de Washington, procurando modernizar o mercado, exigindo melhor qualificação da mão de obra a custo mais baixo. Com isso, o intuito foi o de promover um maior número de contratações, dando maior flexibilidade ao mercado de trabalho com medidas como a “criação do contrato de trabalho por tempo determinado (Lei 9.601, de 21 de janeiro de 1998), do ‘trabalho a tempo parcial’ e da ‘suspensão temporária do contrato de trabalho’”, efetivando medidas que permitiram uma rotatividade controlada no setor sem gerar ônus trabalhistas.

Assim, o espaço para as contratações por meio de cooperativas de trabalhadores terceirizados prolifera como uma alternativa aos custos da manutenção de um empregado celetista.

Matos (2009) aborda os anos 1990 como uma derrocada do sindicalismo e da incapacidade dos sindicatos observarem o passo da própria história que se gestou no âmago das sociedades. Além de ficarem fixos na década de 1980, os sindicatos enfrentaram uma acentuada queda no número de sindicalizações, dificuldades em articular as bases de trabalhadores, insustentabilidade financeira, indefinições acerca das opções políticas das lideranças (p. 126), causando um hiato nas ações direcionadas na resistência e combate à reestruturação produtiva. Desse modo, Matos (2009) situações de refluxo que possuem origens em três eventos assim explicitados:

a experiência dos trabalhadores com as transformações no mundo do trabalho, decorrentes da reestruturação produtiva; a permanência de elementos centrais da estrutura sindical corporativista (o sindicato único, o poder normativo, o imposto...) e as opções políticas das lideranças da CUT em um quadro marcado pelos condicionantes relacionados aos dois níveis anteriores. (MATOS, 2009, p. 126)

Os efeitos da reestruturação produtiva têm implicações numa cadeia de fatores, abrangendo toda a estrutura sindical e trabalhista brasileira (ANTUNES, 2003; ALVES, 2004; JINKINGS, 2004; BOITO JR., 1996), produzindo uma nova leva de trabalhadores que se identificam mais com a ideologia de maximização da produção,

visão de gestão de qualidade e qualificação permanente em concomitância aos eventos da reestruturação produtiva no Brasil.

Por outro lado, a transferência de plantas industriais para outras praças implicava, em seu contexto, reduzir a ação sindical nas regiões de origem, impedindo, desse modo, que as fábricas pudessem ter prejuízo com eventuais paralisações. Entretanto, a queda nas sindicalizações atende a outro motivo: as mudanças operadas pela política neoliberal, reduzindo as “garantias mínimas de direitos para os trabalhadores, agravando a insegurança no quadro de desemprego e precarização” (MATOS, 2009, p. 131).

Trabalho precário, automação, insegurança, produtividade, rotatividade foram elementos de forte acento no trabalho brasileiro o que, de fato, não seria diferenciado no setor bancário agravado ainda por uma profunda reforma operada pelo Estado brasileiro para privatizar as instituições bancárias, promovendo os mesmos critérios de competitividade usados em seus pares privados.

Não obstante e por ainda representarem um determinado perigo, os sindicatos e a própria CUT sofreram com intervenções durante os governos de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso. Acenaram com o intuito de acabar com a unicidade sindical e dar fim ao imposto sindical, muito embora por motivos que não visavam ao bem dos trabalhadores brasileiros, mas ao atendimento do próprio mercado.

Em 1998, a reforma da estrutura sindical proposta pelo governo FHC trazia o fim da unicidade sindical, instituindo a pluralidade sindical e o fim do imposto sindical. Numa atitude que remonta ao período varguista, FHC mantém sob o controle da Justiça do Trabalho a definição de qual sindicato seria representante das categorias nas negociações e contratações coletivas. Matos (2009, p. 135) explicita o objetivo do governo com essa proposta: “fomentar o sindicato por empresa, parceiro do empresariado – por adesão ou por pressão – na busca do aumento de produtividade e lucratividade”. Mas, com uma economia atrelada ao mercado internacional, tal ofensiva – em determinados momentos – cedeu, dando espaço para uma contraofensiva dos sindicatos, já conscientes das forças que se encontravam no jogo.

3.4 A campanha salarial 1997-1998.

Os anos de 1997 e 1998 são marcados por situações díspares: a crise mundial que se arrastava nos mercados mexicano (1994), russo (1998) e asiático (1998), com a

desvalorização das moedas peso mexicano, rublo e as moedas dos chamados Tigres Asiáticos, e a crise endêmica nos países emergentes, que arrastará a economia brasileira, no início de 1999, para uma crise sem precedentes.

As causas das crises estão relacionadas a uma série de eventos característicos do neoliberalismo nos países emergentes: a contração de empréstimos com as economias mais ricas e organismos internacionais, a adoção de um câmbio flutuante, a evasão de divisas desses países, causando um forte colapso financeiro, a retração dos Produtos Internos Brutos (PIBs), uma forte redução nas importações em face da desvalorização das moedas nacionais em relação ao dólar estadunidense e uma substancial retração nos ativos financeiros desses países, refletindo na fuga de capitais que ocasionou uma redução das reservas cambiais e externas desses países no intuito de evitar a quebra de suas economias.

Harvey (2005) faz uma ampla análise desse movimento e das bases teóricas as quais o neoliberalismo expôs as economias emergentes ao capital especulativo, alianças entre grandes empresas, organismos internacionais e governos dos países mais pobres para aplicarem o receituário neoliberal e da forma de socorro financeiro que comprometeu o crescimento dessas economias aliado ao fácil acesso à mão de obra barata e ampla.

Assim, uma das mais incisivas causas para o sucesso do neoliberalismo nessas regiões – mesmo no Brasil -, foi a oferta de mão de obra barata e pouco qualificada – o que significa oferecer baixos salários e superexplorar o trabalho –, o livre fluxo de capitais especulativos, a alta taxa de juros nesses mercados e a desregulamentação das economias promovidas pelos governos em troca de recursos financeiros disponibilizados pelos organismos financeiros internacionais como parte de um amplo programa de privatizações e desregulamentações econômicas. Sobre isso, Harvey (2005, p. 76-77) aponta:

A livre mobilidade do capital entre setores, regiões e países é julgada crucial. Todas as barreiras ao livre movimento (como tarifas compensatórias, sobretaxas, o planejamento e o controle ambientais ou outros impedimentos específicos a um dado lugar) têm de ser removidas, exceto em áreas essenciais ao “interesse nacional”, como quer que este seja definido. A soberania do Estado com relação aos movimentos de mercadorias e de capital é entregue de bom grado ao mercado global. A competição internacional é tida como algo saudável, já que melhora a eficiência e a produtividade, reduz os preços e, dessa maneira, controla as tendências inflacionárias. Os Estados devem por conseguinte empenhar-se coletivamente para a

redução e a negociação de barreiras ao movimento do capital por suas fronteiras e para a abertura dos mercados (tanto para mercadorias como para o capital) às trocas globais.

Embora demande longas explanações, a ideologia neoliberal criou em nossa sociedade a perspectiva de colocar o Brasil no cenário mundial como um dos países emergentes mais eficientes em promover profundas reformas estruturais que capacitavam o incremento na produção, no livre fluxo econômico e na desregulamentação econômica além da incisiva redução da presença do Estado na economia. Cedo ou tarde, esse processo apresentaria o seu viés contrário, inserindo o Brasil também na exposição às crises econômicas advindas da economia globalizada.

O biênio acentua o processo de desestatização das empresas públicas (iniciado em 1997) e tem como marco a venda do Sistema Telebrás (companhias telefônicas), promovida nos meios de comunicação como “a venda do maior sistema de telecomunicações do mundo”, além da maior venda - a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – a segunda maior companhia de mineração do planeta (vendida em 6 de maio de 1997).

Quanto aos bancos, os dois grandes programas que visavam preparar os bancos estaduais para a privatização e o saneamento dos bancos privados para posterior “troca de mãos” (venda) – PROES e PROER – segundo Costa (2012), atendiam às determinações do Consenso de Washington, ao mesmo tempo em que permitiam também a desnacionalização e a concentração bancária nas mãos dos maiores bancos privados brasileiros – destacam-se Bradesco e Itaú notoriamente – sendo estes os maiores beneficiados na aquisição dos bancos estatais privatizados. Assim, Costa (2012) menciona como sendo as bases do movimento que calham na privatização:

(...) vinha desde os primeiros planos de estabilização (Cruzado e Bresser), passou pela liberalização de 1988, atingiu a intervenção em bancos estaduais e privados, a privatização, a desnacionalização, a concentração bancária. A privatização do Banespa foi o divisor de águas, dada sua importância. Após a venda do banco paulista, o sistema financeiro nacional passou por novo ajuste. A competição (e concentração) passou a ser muito mais intensa. O banco que não tinha nicho definido tendia a sair do mercado ou a se associar aos outros bancos. Exemplo disso foi a saída de alguns grupos estrangeiros que vieram para o Brasil com expectativas de grandes ganhos e promessas de melhorias nos serviços, mas que não se adaptaram às mudanças. (COSTA, 2012, p. 184)

A concentração bancária permitiu que dentre os bancos estrangeiros se destacasse o grupo espanhol Santander (que adquirira o Banespa e, posteriormente, o

ABN-Amro, controlando o que foi o Banco Real), além da expansão do domínio dos bancos Bradesco, Itaú, Unibanco (posteriormente fundido ao banco Itaú) e HSBC. Nesse período, aquisições de redes bancárias públicas de alta capilaridade foram passadas aos controladores privados como no caso do Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ), Banco do Estado da Bahia (BANEB), Banco do Estado de Minas Gerais (BEMGE), Banestado (PR), Banco do Estado de Goiás (BEG) (adquirido pelo Itaú), Credireal (adquirido pelo BCN e, posteriormente, pelo Bradesco), Banco do Estado do Amazonas (BEA), Banco do Estado do Maranhão (BEM) (ambos adquiridos pelo Bradesco), Paraiban (adquirido pelo ABN-Amro e, posteriormente, pelo Santander), Meridional (adquirido pelo Bozano Simonsen e, posteriormente, pelo grupo espanhol Santander) (BACEN, 2004).

Biondi (1999) expõe uma severa crítica quanto ao processo de privatizações promovidas durante do governo FHC e cabe aqui um destaque especial referente quanto ao valor final pago pelo comprador da empresa pública. O que aqui se expõe é que a condução do processo tenha apresentado severa desvantagem aos cofres públicos ao assumir um valor abaixo, muito aquém do valor próprio da instituição. Nesse sentido, questiona Biondi (1999, p. 16):

Utilizar como? Eles podem “pegar” esse prejuízo e subtraí-lo do seu próprio lucro, reduzindo-o e, portanto, diminuindo também o Imposto de Renda que deveriam pagar. Com esse mecanismo, chamado “crédito tributário”, o banco “comprador” do gaúcho Meridional pode utilizar um prejuízo de 230 milhões de reais (do banco “comprado”) em seu benefício. Como utilizou os 230 milhões de reais se o “gasto” para comprar o banco seria, na verdade, de meros 37 milhões de reais?

Tais atitudes, entretanto, não passaram incólumes aos sindicatos, centrais de trabalhadores e movimentos sociais que se mostraram contra o processo de privatização e o desmonte do aparato público o que ocasionou, em outras palavras, também uma enorme descompatibilização de funcionários concomitantemente à aquisição das entidades; do mesmo modo que passariam a estar sobre a tutela de uma nova organização exigindo um sistema de produtividade no trabalho, intensificando esse mesmo trabalho e gerando mais doenças ocupacionais, e num curto período de tempo – gerando mais demissões. Contudo, a perda da identidade no trabalho acentuou-se gradativamente.

Minella (2007) também explicita que na condução do processo de privatização e consequente entrega do patrimônio público ao capital privado de forma inidônea

acarretaram prejuízos ao erário público e lançam a desconfiança quanto ao processo e de quais outras empresas públicas poderiam ser privatizadas. Rememora a pressão para a privatização do BB e da CAIXA mesmo que não tenham sido concretizadas. Ainda que seu enfoque seja o sistema bancário, aborda que as privatizações favoreceram a concentração de grandes instituições bancárias que, com o poder econômico e financeiro que detinham, podiam determinar as regras do jogo no mercado financeiro, visto possuírem em seus *staffs* a presença de membros-diretores com assentos no Banco Central e oriundos das instituições financeiras privadas ao passo que “num movimento inverso, a ida de membros da direção, ao deixarem o Banco Central, para os bancos privados ou a constituição, por esses membros, de empresas financeiras próprias” (MINELLA, 2007). Não obstante, ex-diretores do Banco Central abriram suas corretoras e muitos prestaram consultorias à grandes bancos e agentes financeiros, tendo informações detalhadas sobre o funcionamento das instituições públicas financeiras.

Desse modo, a concentração do poder financeiro nas mãos de poderosas instituições bancárias brasileiras não impediu a dinâmica opressiva da superexploração do trabalho bancário, do processo de automação e, tão pouco, da mudança de concepção de venda dos produtos em tempos de ganhos e inflação em baixa ainda que, em vista da concorrência e dos temores dos mercados em crise, não afastassem a hipótese dos bancos auferirem mais lucros aos seus balanços trimestrais.

Com a pressão sobre os bancários e a reformulação dos sindicatos em busca de mais espaços no mercado brasileiro em concorrência com bancos nacionais e estrangeiros pela captação crescente de clientes (REGO, 2010; MACHADO, 2012), a rotatividade e o amplo uso de tecnologias de automação, em vista de um maior alcance a clientela, a aplicação de programas de metas e a adequação ao novo modelo econômico foram preponderantes nos bancos na década de 1990.

O alto grau de competitividade num mercado aberto, com a presença de instituições estrangeiras e um maior acesso das classes mais baixas ao consumo facilitavam a captação de mais clientes, dada a estabilidade econômica em tempos de perda dos rendimentos oriundos do *floating* (COSTA, 2012). Outra forma usada pelos bancos para adequar o seu quadro de pessoal foi através de programas de demissão voluntária (PDV) ou de demissão incentivada (PDI) recorrente, em sua maior parte, nos bancos estatais.

Nesses moldes, os sindicatos dos bancários iniciaram uma nova campanha salarial (a de 1997), tendo por base o prosseguimento das lutas e a unidade da categoria.

3.5 As reivindicações da categoria para a convenção coletiva de 1997-1998.

Os anos de 1997-1998 seguiram com o curso das privatizações desejadas e efetivadas pelo governo FHC sem se importar com as reivindicações das categorias sindicais e atendendo aos imperativos do mercado e dos acordos firmados em prol da abertura e desregulamentação econômica. Um amplo programa de privatizações que permitiria ao Estado livrar-se de uma “herança maldita”, possibilitando uma melhor visão do futuro brasileiro.

De certo, a história trouxe à luz uma série de eventos que evidenciaram o contrário, ou seja, que o processo de privatização tenha onerado os cofres públicos brasileiros e, literalmente, financiado a compra das empresas estatais a condições paternalistas (BIONDI, 1999), servido a interesses eleitoreiros e ao financiamento de campanhas (MINELLA, 2007; NETO, 2011), tendo facilitado a concentração de empresas em setores estratégicos do setor produtivo e econômico nacional (MINELLA, 2007; BOITO JR., 1999; NETO, 2011), além de promover uma profunda transformação no trabalho das empresas, aplicando novos modelos de gestão e produção e da intensificação do trabalho (ANTUNES, 1999, 2006; DAL ROSSO, 2008; ALVES, 2011).

Todo esse escopo acabou por promover um hiato no movimento sindical que, como consequência, pôde buscar novas estratégias e ações conjuntas para o combate contra o capital (BENDASSOLLI, 2007; CARDOSO, 2003; BOGO, 2008; BOITO JR., 1999). Na ponta extrema, encontra-se o trabalhador que, independente dos eventos, estava lançado – por um momento – à sua própria sorte, suportando as consequências de todo o processo no qual se insere. Posteriormente, esse trabalhador foi buscar o significado da sua própria identidade como trabalhador e, objeto desse estudo, o trabalhador bancário (REGO, 2011; MACHADO, 2012; DEJOURS, 1999).

Na onda dos acontecimentos do próprio tempo, os bancários empreenderam uma nova campanha salarial (data-base 1997/1998) cujas demandas visavam - além dos interesses coletivos da categoria -, à qualidade e ao respeito aos clientes, a priorização por um serviço de qualidade, eficiente e transparente por conta dos bancos e respeito aos clientes/população. Embora fragilizada, a categoria ainda possuiu poder de fogo

para contestar a situação vigente e, fazendo eco com as demais categorias, lança-se em defesa do patrimônio público e contra as privatizações.

Luckács (1979) enfatiza a capacidade da classe trabalhadora de articular-se para confrontar a força do capital ainda que sejam capazes de serem dominadas embora não possam estar no mesmo plano das demais classes dominadas. Isso posto, sobressaiu-se – ainda que o aspecto de dominação fosse latente – às demais pelo fato de ter uma consciência de classe capaz de refletir sobre si mesma seu papel contestador e, assim, agir na medida em que estiver “em condições de se tornarem conscientes das ações que devem executar” (LUCKÁCS, 1979, p. 7). Não o é diferentemente a capacidade de ação de uma categoria com um histórico de ações e organização que a fazem estar nas primeiras fileiras – a categoria bancária.

A campanha salarial de 1997-1998 trouxe como importante aspecto a retomada de pontos-chave da categoria: reajuste salarial de 10,98% (correspondente à inflação medida pelo Dieese entre 1º de setembro de 1996 e 31 de agosto de 1997), participação de 13,34% referente ao ganho por produtividade e participação nos lucros de 25%. Outros pontos: remuneração variável para toda a categoria, proteção contra as dispensas imotivadas, em respeito à Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), jornada de trabalho de cinco horas, em dois turnos (diurno e noturno), horário de atendimento ao público das 9 às 17 horas, cursos básicos de treinamento anualmente e o ressarcimento dos custos com cursos profissionalizantes, pausas no trabalho de 10 minutos a cada 50 minutos trabalhados (específicas para aqueles que se expõem a movimentos repetitivos como caixas, escriturários, digitadores, mecanógrafos, entre outros), garantia do auxílio alimentação, cesta alimentação, vale-transporte para os bancários afastados por acidentes de trabalho, cumprimento do programa de Prevenção e Acompanhamento da LER, elaborado pela Executiva Nacional dos Bancários e da Norma Técnica específica sobre a LER, criação de comissões paritárias de Saúde do Trabalho, Terceirização e Segurança Bancária, além da criação de comissão paritária permanente para tratar de gênero, cor, raça e orientação sexual baseado nas convenções 100 e 111 da OIT (INFORMATIVO BANCÁRIO, 1997).

Numa minuta de reivindicação, constam, além das cláusulas trabalhistas, as cláusulas sociais que, em muitos casos, são variáveis no fechamento dos acordos coletivos. Há, no entanto, uma preocupação em buscar e manter alternativas que sejam incorporadas extensivamente aos bancários e suas famílias. E, mesmo com o embate nas

negociações por reposição salarial, as cláusulas sociais são extensivamente negociadas para se garantir, pelo menos, o desejado pela categoria.

As causas dos bancários vinculam-se ao processo que reestrutura o setor financeiro, promovendo profundas reformulações na atividade bancária, tolhendo cargos, ampliando o espaço do trabalho morto (automação), sobrecarregando o trabalho dos bancários, a alta rotatividade entre os funcionários e a deteriorização das relações de trabalho; pelos bancos, a exigência de qualidade total nos serviços e na gestão dos negócios priorizados com a estabilidade financeira (a perda do *floating*) gerou a demanda por oferta de seus produtos e serviços aos clientes, ou seja, criando uma natureza dupla – a de serviços e comércio varejista -; pelos bancários, exigiu-se uma relação de produção diária fixadas no cumprimento de metas e na superexploração da força de trabalho.

Garcia (1999) aponta fatores que intensificam a ação dos banqueiros durante os primeiros seis anos do Plano Real com um amplo processo de concentração bancária, aquisição dos bancos estatais pelos bancos privados e, estes últimos, adquirindo os bancos privados em situação financeira precária (saneados financeiramente pelo PROER). Além disso, destaca-se o fato da abertura econômica ter facilitado o acesso de capital externo e a competição que, posteriormente, tornou-se evidenciada entre os bancos na conquista de uma carteira maior de clientes. Como forma de atenuar as perdas e preparando-se para a modernização, os bancários tiveram uma intensificação das rotinas de trabalho via exploração da mais-valia relativa, demissões em massa, terceirização de mão de obra e um acelerado processo de automação. Sobre os funcionários residuais, pairava a sombra da insegurança e da intensificação do trabalho enquanto nos egressos, a individualidade, a progressão na carreira e o distanciamento da atividade sindical se efetivaram em suas rotinas de trabalho.

A categoria, mesmo num período de inflação controlada e num longo processo de reestruturação do sistema bancário que, em seu curso, mudou a forma do trabalho bancário, não se isentou de reivindicar e buscar reposição em seus salários como, também, buscar outras alternativas que visavam à proteção e integridade de seus bancários. Assim, a categoria se manteve ativa na conquista e nos avanços de pontos que são significativos embora encontre forte resistência na entidade representativa dos banqueiros – a Federação Nacional dos Bancos (FENABAN) – e no discurso de que, em

tese, os bancos também perderam receitas e ganhos além do fator competitividade ter se acirrado entre os vários bancos.

Garcia (1999) apresenta um quadro descritivo das minutas de reivindicações dos bancários de 1992-1997 que abrangem pontos específicos de acordo com o momento vivenciado pela categoria e pela sociedade os quais não se resumiram especificamente à remuneração, abrangendo cláusulas sociais, regime e tempo de trabalho como eixos centrais. Nesse período, destacou-se a incisiva ação dos bancários na constituição de comissões que permitiram a negociação e a boa relação entre empregados e empregadores em situações e circunstâncias específicas do trabalho bancário.

Entretanto, afirma-se que há um consenso entre os sindicalistas buscarem o diálogo constante com os bancos no que se refere à costura dos acordos e das cláusulas propostas pelas partes. O diálogo consiste em abranger o maior número de cláusulas possíveis que atinja a categoria, sendo-lhe benéfica no que se torna possível ganhar – a curto prazo –, e aquele que pode ser construído em médio prazo. Sintomaticamente, percebeu-se que, nos anos de 1990, a tônica se dava pela garantia de trabalho, a proteção do bancário em sua atividade profissional (insalubridade, periculosidade, trabalho precário por excesso ou jornada extensa de trabalho, qualificação e requalificação profissional e garantias contra a demissão imotivada), como também assegurar melhores condições aos trabalhadores terceirizados, estagiários e prestadores de serviços. Posteriormente, no início dos anos 2000, houve uma negociação conjunta quanto aos correspondentes bancários.

Assim sendo, o quadro 1 demonstra as reivindicações dos bancários na campanha de 1997/1998.

Quadro 1 – Reivindicações da categoria – CCT 1997-1998 – Brasil.

Reivindicação	Conteúdo
Regulamentação da remuneração variável	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Estabelecer discussões para avaliar as formas existentes de remuneração variável. ➔ Constituição de comissão paritária composta por 5 membros da Executiva Nacional e 5 membros da comissão de negociação da FENABAN sendo possível a participação de assessores. ➔ Prazo de instalação da comissão: até 30

	(trinta) dias da assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho, com apresentação de relatório final ao prazo de 180 dias.
Participação nos Lucros e Resultados (PLR)	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Bancários ativos, afastados por motivo de saúde ou acidente e aposentados farão jus à participação nos lucros da empresa, distribuídos semestralmente. ➔ Percentual de 25% do lucro bruto, conforme o somatório do resultado operacional com o resultado não operacional da instituição bancária, conforme apurado nos demonstrativos contábeis dos bancos comerciais ou múltiplos. ➔ Pagamento mediante e distribuído proporcionalmente às verbas salariais fixas de cada empregado.
Estágio profissional	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Contratação de estagiários atendendo ao proposto à Lei no. 6494/77. ➔ Nenhum estagiário deve ser contratado em substituição ao empregado no desempenho da função. ➔ Contratação limitada ao percentual de 0,5% do quadro funcional sendo vedada a contratação à índice superior ao proposto. ➔ Reconhecer como empregado àquele que não se enquadra nos dispostos acima.
Comissão paritária para terceirização	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Estabelecimento entre as partes da continuidade dos trabalhos das comissões paritárias de Saúde do Trabalho e sobre a Terceirização.
Jornada de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Jornada igual para bancários e bancárias e comissionados de 5 horas diárias, 25 horas semanais, com intervalos para descanso de 15 minutos (incluindo refeição).
Qualificação e requalificação profissional	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Reciclagem profissional permanente que capacite o trabalhador à adaptar-se às novas tecnologias e formas de trabalho à

	<p>custo dos bancos e empresas prestadoras de serviços e a obrigatoriedade de fornecimento de cursos extensivos à todos os seus funcionários sem ônus à estes.</p> <p>➔ Cursos que propiciem a adequação aos novos processos econômicos como a fusão ou incorporação de outra instituição e adequação ao modelo e rotinas de trabalho, incorporação de novas tecnologias.</p>
Condições específicas e termos aditivos	<p>➔ Reconhecimento da extensão dos benefícios à todos os bancários e entidades representativas no Brasil, formalizadas em Convenções Coletivas de Trabalho Aditivas (CCTA) integrantes da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) para todos os efeitos legais.</p>
Garantias contra a dispensa imotivada	<p>➔ Aplicação da cláusula 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) em sua extensão.</p> <p>➔ Tendo por base a referida cláusula, regular a ação dos empregadores quanto a dispensa imotivada obedecendo aos seguintes: a) informar ao sindicato da categoria, mediante comprovação de motivos e documentos comprobatórios, com antecedência mínima de 90 dias de empregados por motivações de ordem econômica, financeira, tecnológica, estruturais ou análogas, independente da quantidade de empregados.</p> <p>➔ A suspensão de dispensas imotivadas enquanto durarem as negociações com os sindicatos e entidades representativas dos empregados com os empregadores.</p>
Abrangência	<p>➔ São cobertos todos os empregados e empregadas de empresas prestadoras de serviços de crédito, promotoras de vendas</p>

	<p>e atividades de fomento de crédito no interesse de instituições do SFN (Sistema Financeiro Nacional).</p> <ul style="list-style-type: none"> ➔ Extensão aos empregados de empresas terceirizadas prestadoras de serviços atinentes ao sistema financeiro, como bancários, os quais se aplicam os direitos estabelecidos na legislação e instrumentos coletivos previstos para os bancários (as) e empregados das mesmas. ➔ Consideram-se atividades bancárias o processamento de dados, compensação, digitação de cobranças e outros papéis bancários, financeiros, tesouraria, A.T.M (Caixa 24 horas, BDN (banco dia e noite), etc.), <i>home bank</i>, telemarketing. ➔ Solidariedade das instituições financeiras no cumprimento das obrigações trabalhistas mesmo aquelas não cumpridas integralmente pelas empresas terceirizadas.
--	---

Fonte: GARCIA, M.F., (1999).
 Elaboração própria

Em termos gerais cada minuta possui o seguinte escopo: as cláusulas que se destinam à remuneração, as cláusulas sociais e as cláusulas referentes a especificidades próprias para a categoria. Desse modo, a minuta de reivindicações dos bancários de 1997/1998 pode ser visualizada no quadro 2.

Quadro 2 – Cláusulas de remuneração - minuta da campanha 1997/1998 - Brasil

<i>Cláusulas de remuneração</i>	<i>Reivindicações</i>
Reajuste salarial (10,87%)	<ul style="list-style-type: none">→ Reposição do resíduo no período de 1995/1996 (3,14%),→ Aumento real a título de produtividade (13,34%),→ Proteção salarial,→ Salário de ingresso,→ Regulamentação da remuneração variável,→ Adiantamento do 13º salário,→ Salário substituto,→ Participação nos lucros (PLR),→ Adicional por tempo de serviço,→ Adicional de horas extras,→ Adicional noturno,→ Gratificação por função,→ Gratificação de caixa,→ Gratificação do compensador de cheques.

Fonte: GARCIA, M. F. (1999)

Elaboração própria.

Segundo o jornal *Informativo Bancário*, número 725, (agosto de 1997), a Executiva Nacional levava como minuta de reivindicação o percentual de reajuste salarial de 10,87% com base no ICV do Dieese (medido entre setembro de 1996 e agosto de 1997, com projeção de 0,5% da inflação para julho e agosto de 1997), somado ao resíduo de 3,14% da campanha de 1995/1996 (solicitado 14,28% que foi a variação do INPC de agosto de 1995 a agosto de 1996, sendo acordado o percentual de 10,8%).

Quanto ao percentual de produtividade (13,34%), teve o seu cálculo baseado na rentabilidade do setor financeiro no último período de 1996.

A definição do percentual de participação nos lucros (25%) teve por base a incidência sobre o lucro bruto dos bancos e foi proposto seu pagamento de forma semestral, em duas parcelas.

Quanto à remuneração variável, a minuta propõe a criação de uma comissão paritária para a discussão de formas existentes que permitam elaborar diferentes formas

de variação na remuneração dos trabalhadores em suas atividades desenvolvidas nos bancos.

Assim, a incisiva ação da Federação e dos sindicatos em negociar e lutar pelos pontos da pauta foi a demonstração de força contra a ofensiva dos bancos que, num curto espaço de tempo, conseguiram ampliar seus serviços à custa do corte de muitos postos de trabalho, forte processo de informatização e automação, ampla inclusão de serviços terceirizados e a cooptação da atividade sindical.

Costa (2012) propõe uma análise concisa acerca da aplicação dos dois grandes programas para a reestruturação do sistema bancário em dois vieses: se pelo lado dos bancos privados, permitira a desnacionalização e a concentração bancária, pelo lado dos bancos estatais, no entanto, obedeceu a critérios de redução da dívida pública, desmantelamento da estrutura bancária estatal e, notavelmente, permissão para a concentração dos primeiros agentes (os bancos privados) com a aquisição das entidades alienadas (privatizadas), dando nova configuração ao sistema bancário nacional.

Da mesma forma, permitira que os sindicatos partissem para a defesa do capital nacional, público e dos empregos, no combate à redução do trabalho vivo e eliminação de postos advindos do processo de automação, a ampla terceirização que se refletiu na redução de trabalhadores sindicalizados e na receita dos sindicatos.

Antunes (2005) apresenta uma vertente na qual a consequência do sindicalismo se presentificou associada ao movimento de privatização que, a primeira vista, pensou tratar somente de um particular segmento mas, verificou a intenção de atingir todo o sindicalismo.

Pode-se afirmar, tendo em vista a própria questão histórica em um roteiro já iniciado na década de 1980, na Europa, com a ascensão da social-democracia, a implantação de medidas econômicas que procuraram privatizar empresas e serviços públicos cujo efeito foi a redução nas taxas de sindicalização, muito embora a organização sindical lutasse com todas as forças para a garantia dos empregos e direitos conquistados.

Mesmo com uma categoria que, historicamente, demonstra força – a dos bancários -, não se encontrou isenta de sofrer com a corrente dos eventos e da própria história. Sobre isso:

E o desafio hoje é construir um *sindicalismo mais horizontalizado*, menos categorial e mais classista, dotado de uma abrangência maior e que privilegie os diversos contingentes que compreendem a “classe-

que-vive-do-trabalho”. Um sindicalismo mais capacitado para aglutinar o *conjunto* dos trabalhadores, isso porque a fragmentação, heterogeneização e complexificação da classe trabalhadora questionam na *raiz* o sindicalismo tradicional da indústria fordista e dificultam enormemente a organização sindical de muitos segmentos que compreendem o mundo do trabalho. (ANTUNES, 2005, p. 82)

Assim, o resultado final das negociações entre banqueiros e bancários resultou na convenção coletiva de 1997/1998, composta de 50 cláusulas, de acordo com o quadro 3:

Quadro 3 - Convenção coletiva dos bancários 1997/1998 – Brasil.

Reivindicações	Percentual e pontos acordados
<i>Reajuste salarial (10,87%)</i>	Reajuste sobre salários em 5% a partir de 1/09/97
	Salário de ingresso: R\$ 300,30 (serventes, portaria e contínuos), R\$ 438,90 (escritório, tesouraria e caixas)
	Salário após 90 dias (contrato de experiência): R\$ 330,75 (serventes, portaria e contínuos), R\$ 483,00 (caixas, tesoureiros, pessoal de escritório). Os tesoureiros, caixas e outros empregados da Tesouraria perceberão mensalmente a remuneração mínima de R\$ 682,50.
Cláusulas adicionais salariais	
Reivindicado	Acordado na CCT 1997/1998
Participação nos Lucros e Resultados (PLR)	➔ Não acordado.
Adiantamento do 13º salário	➔ Acordado na forma da Lei 4.749/65. Os admitidos até 31/12/1997 serão pagos até 30/05/1998, em 50% da
Adicional por tempo de serviço	
Adicional de horas extras	
Insalubridade e periculosidade	

<p>Gratificação de função</p> <p>Auxílio refeição</p> <p>Auxílio cesta alimentação</p> <p>Auxílio creche/babá</p> <p>Auxílio filhos excepcionais/deficientes físicos.</p> <p>Auxílio educação</p> <p>Auxílio funeral</p> <p>Auxílio deslocamento noturno</p> <p>Vale transporte</p> <p>Abono de falta do estudante e outras ausências legais.</p>	<p>gratificação de Natal a título de adiantamento.</p> <p>➔ Acordado o valor de R\$ 7,88 mensais por cada ano de serviço.</p> <p>➔ Adicional de 50% sobre as horas extraordinárias e do adicional referente às horas trabalhadas no fim de semana (repouso semanal remunerado).</p> <p>➔ Mediante laudo pericial que acuse a existência de insalubridade ou periculosidade em postos de serviços bancários, os bancários recebem o adicional de acordo com a legislação vigente.</p> <p>➔ Gratificação de função não inferior à 55%. Os caixas recebem R\$ 135,45 aos seus vencimentos como gratificação de caixa, não cumulativa, gratificação para compensador de cheques, cuja importância mensal é de R\$ 44,89.</p> <p>➔ Valor pago de R\$ 8,11, sem descontos, por dia trabalhado em forma de tíquetes refeição, pagos na razão de 22 dias/mês ao bancário, inclusos dias de licença por doença, acidente ou férias.</p> <p>➔ Cesta alimentação no valor mensal de R\$ 118,00, na forma de quatro tíquetes de R\$ 29,50 cada um, pago na entrega do auxílio alimentação.</p>
---	--

	<ul style="list-style-type: none">➔ O bancário afastado por doença ou acidente de trabalho fará jus do recebimento à cesta de alimentação por um prazo de 180 dias contados a partir do afastamento.➔ Valor mensal de R\$ 100,00 referentes ao auxílio babá/creche para cada filho até a idade de 83 meses. O valor não é cumulativo quando os cônjuges forem funcionários da mesma instituição ficando a obrigatoriedade de optar por qual cônjuge irá recebê-lo.➔ Filhos excepcionais ou portadores de deficiência física se encaixam no mesmo caput do auxílio babá/creche sem limite de idade, concorrendo no mesmo valor a ser recebido (R\$ 100,00).➔ Auxílio educação: os bancos reembolsam o valor devido aos bancários com filhos na idade de 7-14 anos, as despesas relativas à instrução dos filhos em idade escolar bem como aos funcionários que estiverem estudando (concluindo o ensino primário).➔ Pagamento do auxílio funeral, no valor de R\$ 268,00, ao falecimento do cônjuge e de filhos menores de 18 anos sendo, o mesmo valor pago aos familiares quando do
--	--

	<p>falecimento do bancário.</p> <ul style="list-style-type: none">➔ Os bancários compensadores cadastrados no CESEC do Banco do Brasil o valor mensal de R\$ 28,00, condicionado àqueles que trabalham no período noturno ou aos cuja jornada termine entre meia-noite e seis horas da manhã. É cumulativa com o benefício do vale-transporte.➔ Concessão do vale-transporte conforme disposto em Lei no. 7619, de 30 de setembro de 1987, portaria do MTb no. 865, de 14 de setembro de 1995. O valor deverá ser pago até o quinto dia útil de cada mês.➔ Abono concedido ao funcionário quando comprovado a prestação de exame vestibular e nos dias de prova obrigatória➔ Ausências legais: 4 dias úteis e consecutivos no falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, comprovadamente, viva sob dependência econômica do funcionário; 5 dias úteis e consecutivos para o matrimônio; 5 dias úteis e consecutivos para a paternidade e, no mínimo, de 3
--	---

	<p>dias úteis no decorrer da primeira semana de vida da criança; 1 dia para doação de sangue; 1 dia comprovado para internação hospitalar por motivo de doença do cônjuge, pai, mãe, filho; 2 dias para levar o filho menor de 14 anos ao médico ou dependente mediante comprovação até 48 horas.</p>
--	---

Fonte: CCT 1997/1998 (FENABAN – CNB – SEEB Brasília)
Elaboração própria.

Acerca do quadro 3, há notáveis ganhos entre o pretendido pelos bancários e as conquistas nas mesas de negociação com destaque aumentos nas gratificações, nos auxílios refeição, na cesta alimentação (estendida ao bancário afastado por motivo de doença ou acidente de trabalho), auxílio creche/babá e aos filhos portadores de deficiência física ou excepcionais, auxílio educação, reajuste no auxílio funeral, gratificação aos bancários compensadores que trabalham junto à Câmara de Compensação do Banco do Brasil e que estejam cadastrados na referida, abono de faltas aos bancários que se encontrarem prestando o vestibular (referente aos dias das provas), ausência legal de 4 dias por falecimento de esposo (a), ascendentes ou descendentes familiares entre outros abonos. Notadamente, reafirmava os direitos conquistados em convenções coletivas anteriores e avançara em outras conquistas que, mesmo à dureza dos bancos, mantiveram-se por um bom tempo.

Sobre as cláusulas sociais e trabalhistas e de proteção do emprego, a CCT 1997/1998 traz as seguintes conquistas no quadro 4:

Quadro 4 - Cláusulas sociais e trabalhistas/proteção ao emprego – CCT 1997/1998 – Brasil.

<p>Estabilidades provisórias de emprego</p>	<p>→ Gestantes desde o início da gravidez até 60 dias após a maternidade.</p>
--	---

	<ul style="list-style-type: none"> → Alistado em serviço militar desde seu alistamento até 30 dias após a dispensa. → 60 dias após ter recebido alta médica que, por motivo de doença, tenha se afastado do trabalho. → Acidente de trabalho: 12 meses após a cessação do auxílio-doença, por um tempo igual ou superior a 6 meses. → Pré-aposentadoria: 12 meses anteriores à aposentadoria pela Previdência Social àqueles que tiverem 5 anos de vínculo empregatício com o banco. → Pré-aposentadoria: 24 meses anteriores à aposentadoria pela Previdência Social àqueles que possuem, no mínimo, 28 anos de vínculo empregatício ininterrupto com o mesmo banco. No caso das mulheres, em virtude do artigo 52, da Lei no. 8213, de 24 de julho de 1991, garante-se a aposentadoria proporcional aos 25 anos de serviço mantida a estabilidade por 24 meses anteriores à aposentadoria ou, desde que tenha 23 anos de vínculo empregatício com o mesmo banco. → Paternidade: o pai, por 60 dias após o nascimento do filho, desde que a entrega da certidão tenha sido entregue ao banco no prazo máximo de 15 dias contado o nascimento da criança. → Gestante/aborto: 60 dias em caso de aborto comprovado por atestado médico.
<p>Cláusulas de benefícios: complementação de auxílio-doença previdenciário e auxílio-doença acidentário.</p>	<ul style="list-style-type: none"> → Pagamento de complemento salarial em valor equivalente à diferença entre a importância recebida pelo INSS e o somatório das verbas por ele percebidas mensalmente, atualizadas, no caso de concessão de auxílio-doença previdenciário e de auxílio-doença acidentário pela Previdência Social pelos bancos. No entanto, segue

	<p>condicionantes como o período de concessão (máximo de 24 meses), contados a partir de 1/09/1997; submissão à junta médica quando do afastamento superior a 6 meses, seja por notificação expressa, quer seja por telegrama ou carta registrada pela empresa; acompanhamento e revisão da junta médica pericial a cada 6 meses para renovação do benefício conforme notificação do banco ao empregado; em caso de completados 12 meses e, com a análise da junta médica constatando a aptidão para retorno do empregado, a complementação deixa de ser paga pelo banco mesmo que não tenha recebido alta médica do INSS; recusa do empregado à submissão da junta médica deixando de ser paga a complementação pelo empregador mesmo que não tenha recebido alta do INSS.</p> <ul style="list-style-type: none"> ➔ A junta médica terá, em sua composição, dois médicos sendo um indicado pelo banco e o outro pelo sindicato. ➔ O banco arca com os honorários médicos segundo tabela a AMB.
Seguro de vida em grupo	<ul style="list-style-type: none"> ➔ O banco arca com o ônus do prêmio de seguro de vida em grupo quando mantido em favor do empregado, de acordo com o período em que se encontrar no gozo do auxílio-doença pela Previdência Social.
Indenização por morte ou incapacidade decorrente de assalto	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Os bancos se responsabilizam pelo pagamento da indenização da importância de R\$ 40.000,00 em caso de assalto ou ataque (exceto roubo), ao empregado ou aos seus dependentes legais. Em caso de assalto à agência, os funcionários terão direito a atendimento médico logo após a ocorrência e, posterior notificação à CIPA, onde houver.

<p>Multa por irregularidade na compensação</p> <p>Uniforme</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Os bancos não poderão descontar de seus funcionários as taxas de devolução ou falhas decorrentes nos serviços de compensação. ➔ Sendo exigido, fica a cargo do banco providenciar e fornecer gratuitamente ao funcionário.
<p>Intervalo para descanso dos digitadores</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➔ A cada 50 minutos trabalhados, os digitadores terão direito a 10 minutos de descanso, não deduzidos da jornada de trabalho conforme NR 17 da portaria do MTPS no. 3751, de 23.11.1990.
<p>Liberdade sindical</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Assegura-se a disponibilidade remunerada dos empregados investidos de mandato sindical – efetivos e suplentes – que estejam no exercício do mandato sindical nas funções de diretoria, conselho fiscal e delegados representantes junto à Federação. ➔ Livre acesso dos diretores de entidades sindicais de empregados em estabelecimentos bancários.
<p>Quadro de avisos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Os bancos se responsabilizam em colocar à disposição das entidades profissionais convenientes quadro para afixação de comunicados oficiais de interesse da categoria, encaminhados previamente ao setor competente do banco, para os devidos fins, no prazo de 24 horas do recebimento da notificação.
<p>Sindicalização</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Facilita-se o acesso às entidades sindicais profissionais a realização de campanha de sindicalização a cada 12 meses, em dia, local e horário acordados previamente com a direção do banco.
<p>CIPA</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Os bancos encaminharão cópia do ato convocatório de eleições da CIPA, à entidade sindical profissional local, na mesma data da sua divulgação aos empregados.
<p>Exames médicos periódicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Cabe ao bancário solicitar exames médicos específicos que serão realizados a critério de médico indicado pelo banco. Seus resultados serão entregues ao

	solicitante.
Política sobre AIDS	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Constituição de comissão paritária, ajustadas entre si a manutenção do programa relativo à conscientização e informação sobre a AIDS. ➔ Veda-se ao banco a exigência de exames médicos para diagnóstico do vírus da doença.
Assistência médica e hospitalar para o empregado demitido	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Ao empregado demitido sem justa causa, a partir de 27.10.1997, poderá usufruir dos convênios médicos e hospitalar contratados pelo banco nos seguinte período e de acordo com o tempo de vínculo empregatício dos bancários: <ul style="list-style-type: none"> . Até 5 anos (período de 60 dias); . Mais de 5 anos até 10 anos: (período de 90 dias); . Mais de 10 anos até 20 anos: (período de 180 dias); . Mais de 20 anos: (período de 270 dias). ➔ Aqueles empregados dispensados, sem justa causa, até 26.10.1997, ficam abrangidos pela CCT 1996/1997, assim limitados: <ul style="list-style-type: none"> . Até 10 anos de vínculo empregatício (30 dias); . Mais de 10 anos de vínculo empregatício (90 dias).
Acidentes de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Os bancos devem informar aos sindicatos profissionais convenientes, mensalmente, as Comunicações de Acidentes de Trabalho (CATs.).
Comissão de segurança bancária	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Acordo entre as partes (bancos e sindicatos) para a manutenção e continuidade da comissão de segurança bancária, constituída pela Cláusula Quadragésima Terceira da CCT 1991/1992.
Prazo para homologação de rescisão contratual	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Por força da lei, o banco deve apresentar-se ao órgão competente, para a rescisão contratual dos empregados e pagamento das parcelas decorrentes, até o primeiro dia útil imediato ao

	<p>término do contrato, ou dentro de dez dias contatos da data da notificação da demissão quando da ausência de aviso prévio, de sua indenização ou da dispensa de seu cumprimento salvo o fato de abandono de emprego. Há, entretanto, cinco observações: o empregado receber importância igual à que recebia enquanto vigência do contrato de trabalho, uma vez que o banco exceda o prazo de apresentação de sua homologação; notificação ao órgão competente da ausência do empregado ou, mediante comprovação de envio ao empregado, com antecedência de 3 dias, via telegrama ou notificação do ato, fato que o desobriga do parágrafo anterior; comparecimento do empregador e não do empregado implica em emissão do órgão homologador comprovação de presença do banco nesse ato bem como a ressalva na homologação; em caso da homologação ocorrer em sindicatos profissionais, cabe ao banco o pagamento da importância de R\$ 1,71 como ressarcimento das despesas administrativas; disposições da cláusula que não prevalecerão em face de norma legal mais vantajosa sobre a matéria.</p>
Férias proporcionais	<p>→ O empregado com menos de 1 ano de serviço, que rescindir espontaneamente o seu contrato de trabalho, fará jus a férias proporcionais de 1/12 para cada mês completo de efetivo serviço ou fração superior a 14 dias.</p>
Carta de dispensa	<p>→ A demissão imposta pelo empregador será comunicada ao empregado por escrito.</p>
Multa por descumprimento da convenção coletiva	<p>→ Na violação de qualquer cláusula da Convenção em vigência, obriga</p>

	<p>o infrator à multa no valor de R\$ 9,68, a favor do empregado, que será devida, por ação, quando da execução da decisão judicial que tenha reconhecido a infração qualquer que seja o número de empregados participantes.</p>
Complementação de pagamento	<p>→ As diferenças salariais e de outras verbas referentes aos meses de setembro e outubro de 1997, em decurso da vigência dessa CCT, serão pagas até 21.11.1997 sendo que as diferenças entre o auxílio-refeição e o auxílio cesta-alimentação serão satisfeitos até o dia 28.11.1997.</p>
Indenização adicional	<p>→ Empregado dispensado sem justa causa, com data de comunicação de dispensa entre o dia 27.10.1997 e o dia 31.03.1998, não computado o prazo do aviso prévio indenizado, fará jus a uma indenização adicional de acordo com o tempo de vigência de seu contrato de trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> → Até 5 anos : um valor do aviso prévio; → Mais de 5 até 10 anos: 1,5 valor do aviso prévio; → Mais de 10 até 20 anos: 2 valores do aviso prévio; → Mais de 20 anos: 3 valores do aviso prévio.
Requalificação profissional	<p>→ No período de vigência da CCT, cabe ao banco arcar com as despesas realizadas por seus empregados dispensados sem justa causa, a partir de 1/09/1997, até o limite de R\$ 400,00, com cursos de qualificação ou requalificação profissional, ministrados pela empresa, entidade de ensino ou entidade sindical profissional, respeitados os critérios mais vantajosos, dentro de duas condições específicas: prazo de 90 dias contados da dispensa, para o ex-empregado requerer ao banco a vantagem estabelecida; o banco</p>

	efetuar o pagamento, diretamente à entidade ou empresa prestadora do serviço, cabendo ao ex-empregado o fornecimento dos dados da empresa/entidade onde provera sua formação/requalificação, bem como a natureza, duração, valor e forma de pagamento do curso.
Comissões paritárias	→ As partes se ajustam para manter a Comissão Paritária de Saúde do Trabalho e da Comissão Paritária sobre Terceirização.
Comissões temáticas	→ Prazo de até 60 dias após a assinatura da CCT, estabelecem-se as comissões paritárias para discutir e convencionar sobre os seguintes temas: . Acordo extrajudicial; . Funcionamento das agências em horários especiais; . Jornadas especiais; . Custo de agências pioneiras; . Compensação de horas extras; . Auxílio educacional; . 7ª e 8ª horas; . Gratificação semestral; . Estratégias de geração de emprego.
Vigência	→ Duração de 1 ano, de 1º/09/1997 a 31/08/1998.

Fonte: CCT 1997/1998(FENABAN – CNB – SEEB Brasília).

Elaboração própria.

No quadro 4 os avanços sobre as chamadas cláusulas sociais e trabalhistas e de proteção ao emprego reafirmam direitos adquiridos mediante a Constituição Federal de 1988 (estabilidade de gestantes, prestação de serviço militar obrigatório, afastamento por motivo de doença, acidente de trabalho, estabilidade pré-aposentadoria, licença-paternidade), auxílio doença e benefícios complementares. Destaque também o aumento no pagamento da premiação do seguro de vida em grupo, a indenização por morte ou incapacidade decorrente de assalto (um grande avanço dada a insegurança nas agências), multa por irregularidade na compensação de títulos e cheques, cumprimento do intervalo de descanso dos digitadores (que há muito se cobrava mas, pouco fiscalizado dada a intensidade e volume de toques cobrados dos digitadores e terceirizados), assegura a liberdade sindical e acesso dos diretores sindicais aos bancos

(reafirmando cláusulas de convenções anteriores) e a sindicalização dos bancários, a instituição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) ausente em muitas agências e bancos, a implantação de políticas de saúde e a solicitação de exames periódicos sem ônus ao bancário, criação de comissões paritárias para a manutenção de programas de conscientização e informação sobre a AIDS, assistência médica e hospitalar ao bancário demitido sem justa causa a partir de 21.10.1997 contado o tempo de vínculo com o banco, obrigatoriedade do banco informar os acidentes de trabalho aos sindicatos, continuidade da comissão de segurança bancária (conforme Convenção Coletiva de Trabalho de 1991/1992), obrigatoriedade do banco apresentar-se para a homologação de rescisão contratual ao órgão competente e pagamento das parcelas até o primeiro dia útil ao fim do vínculo empregatício, apresentação da carta de dispensa, por escrito, pelo empregador, pagamento de indenizações adicional quando a dispensa for sem justa causa atendendo ao tempo de vínculo do empregado com o banco, pagamento das despesas, por conta do banco, aos empregados dispensados sem justa causa com cursos de requalificação profissional até o teto de R\$ 400,00 aos dispensados à partir de 1/09/1997, a manutenção das comissões paritárias (de Saúde e sobre a Terceirização) e a instituição de comissões temáticas, num prazo de 60 dias após a assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho 1997/1998, versando sobre os seguintes temas: acordo extrajudicial, funcionamento das agências em horários especiais, jornadas especiais de trabalho, compensação de horas extras, custo de agências pioneiras, auxílio educacional, gratificação semestral, estratégias de geração de emprego além da discussão acerca da 7ª e 8ª horas de trabalho.

3.6 As mudanças operadas no trabalho bancário e no SEEB Brasília

A concentração e a desnacionalização do setor bancário promovidas no curso da década de 1990, além das crises externas, repercutiram na própria economia brasileira. Costa (2012) ressalta o fato de haver elementos que principiaram a bancarrota de casas bancárias centenárias, a tática da maquiagem financeira e a soberba de muitos banqueiros em não observar as mudanças operadas com o Plano Real. Desse modo, foi salutar que a sobrevivência em tempos de lucro reduzido passasse por uma nova reformulação na estrutura e na capacidade da instituição reinventar-se, captando mais clientes e operando com a oferta de crédito mais atraente, ou seja, os bancos passariam a

operar tal como o próprio comércio. Os bancos passaram a adquirir participações em mais empresas, diversificando sua área de atuação e domínio econômico.

A nota técnica do DIEESE (2001) referencia um amplo estudo acerca das mudanças operadas no cenário financeiro nacional, apoiadas na política de desestatização aplicada no curso da década de 90, a atração do capital estrangeiro e do especulativo além de expor as mazelas das empresas e bancos que se capitalizavam à custa da maximização de lucros oriundos do *floating* e da alta inflação. De igual forma, a sobrevivência das instituições bancárias passava também pela básica lei de sobrevivência às intempéries do mercado e, não obstante, essa seria crucial para redefinir o formato das novas instituições bancárias. Mesmo aquelas com mais tradição – resumidas somente as que ainda permanecem estáveis e que conseguiram projeção no mercado: Bradesco e Itaú – perceberam os ventos da mudança da mesma forma que se anteciparam aos novos tempos, tornando-se, posteriormente, as mais fortes instituições bancárias privadas brasileiras.

Essa mesma onda de modernização, automação e configuração dos serviços bancários, da mesma forma que resultou em expansão demográfica e geográfica dos grandes bancos, quer seja por pontos físicos (rede de agências, postos), quer seja pela aquisição dos bancos via PROER, promoveu um efeito inverso na quantidade de funcionários. A nota técnica do DIEESE (2001) mostra que as perdas de receitas decorrentes dos programas econômicos estabilizadores foram importantes para os ajustes e fatores conjunturais. Tais ajustes podem ser assim demonstrados como

Estes podem ser caracterizados como “*ondas de redução de postos de trabalho*”, em que se verifica uma intensa e concentrada (no tempo) perda de postos. Periodizando: a primeira onda ocorreu após o Plano Cruzado (109 mil postos entre março e dezembro de 1986); a segunda onda após o Plano Collor (128 mil de março de 1990 a fevereiro de 1992) e a terceira logo com a introdução do Plano Real, em julho de 1994 até o final de 1996 – com redução de 161 mil postos de trabalho. (DIEESE, 2001, p. 14-15).

Teve-se bem detalhadamente o que se constituiu na chamada terceira onda de demissões entre os bancários:

Detendo-se no período posterior à implantação do Plano Real, constata-se que o movimento de redução de postos de trabalho nos bancos passa por dois momentos distintos. No primeiro movimento – de julho de 1994 até o final de 1996 –, o ritmo anual ficou acima de 10%. No segundo momento, esse ritmo cai para 7% em 1997, cerca de 6% em 1998, 5% em 1999 e no ano de 2000 apresentou relativa estabilidade (0,8%). (DIEESE, 2001, p. 15)

Mesmo que tenha ocorrido um relativo decréscimo nas demissões no segundo momento do Plano Real, acentuou-se a redução de contingente funcional próprio, houve um aumento de terceirizados e a primazia por um profissional polivalente, obstinado e cada vez mais capaz de “vestir a camisa da empresa” (REGO, 2010). Isso, obviamente, teve reflexo na atividade sindical principalmente por uma geração mais afeita ao sucesso do que ao engajamento ou ao ativismo trabalhista.

Além disso, deve-se levar em conta que as transformações também possuem outro aspecto: a reconstituição societária de muitos bancos e, em parte, a presença de sócios estrangeiros nos bancos, o que potencializa a mudança nas estruturas bancárias, tendo em vista a maior visibilidade e conquista de espaço no acirrado mercado brasileiro. Assim,

No início da *terceira onda*, a reestruturação se caracterizou pela eliminação de postos de trabalho na maioria das empresas do setor. Contudo, após o Plano Real, os bancos públicos federais e estaduais vêm promovendo cortes em virtude de grande parte estar em processo de transformação patrimonial/societária.

Todavia, as transformações nos bancos não se limitaram a reduzir o quadro de pessoal das empresas, mas também alteraram o perfil da categoria bancária, com a ampliação da parcela de trabalhadores empregados em funções gerenciais e a redução relativa das chefias intermediárias e dos escriturários e auxiliares. (DIEESE, 2001, p. 15)

Com a reconstituição do perfil e atuação dos bancos brasileiros, primou-se pela excelência na qualidade, na utilização gradativa dos serviços de automação, como o uso de terminais e caixas eletrônicos, a expansiva utilização dos serviços *on-line*, a atribuição de atendimento diversificado para a clientela (como os modelos de atendimento *prime* e *exclusivo*), a seletividade e a diversificação de produtos oferecidos pelos bancos e, dos quais, exclusivamente pelos funcionários aos clientes.

Com o oferecimento de serviços via internet, houve uma gradativa redução do fluxo de pessoas nas agências ou, em muitos casos, a indicação dos serviços de autoatendimento, com efeito, reduziu a quantidade de funcionários nos mais diversos setores das agências, permitindo uma horizontalização e a eliminação dos postos hierárquicos nos bancos. Desse modo, gerentes e caixas – guardadas as proporções e responsabilidades diretas – seriam capacitados para prestar serviços e atendimentos que, anteriormente, caberiam aos atendentes e escriturários.

O trabalho bancário ficou evidente por sua precarização (ANTUNES, 1999; DRUCK, 2009; ALVES, 2005), introduzindo novos conceitos administrativos,

primando pelos conceitos de controle de qualidade total e excelência nos serviços numa administração voltada à fidelização e conquista de clientes, à prioridade nas vendas de seus produtos como forma de garantir outras fontes de recursos às suas receitas.

Druck (2002) lista algumas das mudanças operadas nos bancos com a reestruturação produtiva ou, como costumeiramente é usado na administração moderna, à aplicação das políticas de gestão, tais como,

(...) destaca-se a Terceirização, os Programas de Qualidade Total, os Planos de Demissão Voluntária, esses últimos aplicados principalmente nos bancos estatais. E, ao lado dessas mudanças organizacionais, o crescente processo de informatização/automação bancária. (DRUCK, 2002, p. 219)

As mudanças operadas com a reestruturação produtiva impuseram uma nova forma de pensar o trabalho bancário em tempos instáveis, de maximização da produção e de um contínuo apelo do mundo sindical no qual as dinâmicas do mercado não se combinam com a lógica sindicalista, esvaziando o contexto de lutas e de preservação da integridade do trabalhador bancário.

Alves (2011) descreve essa perversa dinâmica que transformou o espaço de realização e transformação operadas no trabalho em um segmento de “pluri-especialistas” inócuos, cumprindo um ritmo massificante de ordens pré-determinadas e que lhes retira o espaço da autonomia e da decisão acerca de seu trabalho e produção (BARROS, 2011; SENNET, 1995; DEJOURS, 1998). Evidencia-se, logo, em consequentes danos à saúde físico-mental do trabalhador e cujas consequências se desdobram em outras situações, visto que, na nova forma de ser banco, o bancário “veste a camisa do banco 24 horas por dia, sete dias na semana”.

Sobre esse mesmo aspecto, Alves (2011, p. 221) ressalta:

Sob o toyotismo, o homem produtivo é instigado a pensar demais, mas de acordo com a racionalidade instrumental do capital. O cérebro dos operários e dos empregados não está mais livre, como no taylorismo-fordismo. Deve-se combater nos locais de trabalho e nas instâncias da reprodução social o pensamento crítico ou aquilo que Gramsci tratou como “um curso de pensamentos pouco conformistas”. Incentivam-se habilidades cognitivo-comportamentais pró-ativas e propositivas no sentido adaptativo aos constrangimentos sistêmicos. No plano linguístico-locucional, deve-se trocar a sintaxe da luta de classes pela sintaxe de concertação social. Por isso, ao lado dos CCQs (Círculos de Controle de Qualidade), a necessidade do sindicalismo de participação.

Druck (2002) apresenta outro aspecto da chamada “normatização e padronização” das rotinas do trabalho bancário constituída em dois passos: o uso de cartilhas e manuais de procedimentos operacionais; o atendimento de qualidade e a satisfação do cliente com a otimização do tempo, a eliminação de filas – o que acarreta a intensificação do trabalho do bancário – mas confere à instituição bancária a eficiência no atendimento, tendo o cliente como o alvo da empresa. Assim, a autonomia do bancário se esvai à medida que se torna um autômato, reproduzidor de comandos e das regras efetivadas de cima para baixo.

Por outro lado, o ritmo das automações e a terceirização gradativa também concorreram para o enfraquecimento da atividade bancária. Com a aquisição de sistemas autônomos, a expansão dos serviços de telemarketing, a instituição do *home banking*, os caixas de autoatendimento, em franca expansão, serviram para reduzir a presença dos bancários nas agências o que permitira aos banqueiros aproveitar a mão de obra terceirizada com menor custo e maior disponibilidade.

O investimento tecnológico traz benefícios para os banqueiros, uma vez que potencializam lucros, disputam mercado com ampla vantagem tecnológica em relação aos demais e com um custo menor, pois as máquinas não necessitam ausentar-se de seus locais e funções no trabalho. Esse fato, entretanto, faz Druck (2002, p.223) criticar:

Embora seja importante reconhecer que as inovações tecnológicas alterem a rotina de trabalho e de vida das pessoas, criando novas formas de comportamento e conduta, condicionando o uso e a relação com o tempo e, de certa forma, impondo uma “rapidez e pressa” permanentes, num constante desejo de economia de tempo, é fundamental que compreendamos que ela – a tecnologia – é essencialmente resultado do trabalho dos homens e está submetida às decisões e escolhas realizadas pelos homens.

Também enfatiza a “pedra de toque” do que se esconde por detrás de uma pretensa “lógica do mercado” e das novas relações trabalhistas quando

O que determina uma situação de subordinação são as relações sociais em vigor em nossa sociedade, onde os trabalhadores bancários, assim como o conjunto dos trabalhadores, estão subordinados a uma relação de dominação do capital sobre o trabalho. E essa é a relação fundamental que pode explicar o lugar da tecnologia. (DRUCK, 2002, p. 223-224)

Chesnais (1996) vai tratar essa dinâmica do capital como um processo da mundialização do capital que vai do campo da experimentação (tomando alguns países como laboratórios de seus experimentos econômico-financeiros), com a ideia de

“produção sem gorduras”, com a eliminação de postos de trabalho, baixos salários e o temor constante da perda do emprego e condições degradantes nos ambientes de trabalho além da intensificação do ritmo de trabalho.

Tal intensificação ocorreu como o uso da microtecnologia, das chamadas *lean production* e dos modernos conceitos da administração moderna como a flexibilização, desregulamentação, desestatização, característicos do toyotismo. Contudo, esse processo cria uma grande leva de desempregados, incentiva à crueza da alta qualificação sem que, efetivamente, garanta um lugar no mercado bem como a tendência de uma seletiva gama de especialistas aptos a entender as nuances do mercado.

Ainda Chesnais (1996) cita a dinâmica das relações predatórias do capital na atualidade, creditado - em tese - a um cenário do mercado globalizado, a ausência de fronteiras para os investimentos (capital especulativo). No caso brasileiro, essa afirmativa refletiu-se com o estímulo das disputas inter-regionais por capital externo costumeiramente denominadas como *guerras fiscais*.

Em vista dessa nova concepção e pelas mudanças operadas pela reestruturação produtiva, Chesnais (1996, p. 241) afirma:

a autonomia do setor financeiro nunca pode ser senão uma autonomia *relativa*. Os capitais que se valorizam na esfera financeira nasceram – e continuam nascendo – no setor produtivo, eles começam por tomar a forma, seja de lucros (lucros não reinvestidos na produção e não consumidos, parcela dos lucros cedida ao capital de empréstimo, sob forma de juros); salários ou rendimentos de camponeses ou artesãos, os quais depois foram objeto de retenções por via fiscal, ou sofreram a forma de agiotagem moderna dos “créditos ao consumidor”, por fim, depois de quarenta anos, salários diferidos guardados nos fundos privados de aposentadoria, mas cuja natureza se modifica ao entrarem na esfera financeira, tornando-se massas em busca de rentabilidade máxima. A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. Ela mesma não cria nada. Representa a arena onde se joga um jogo de soma zero: o que alguém ganha dentro do circuito fechado do sistema financeiro, outro perde.

Um dos grandes desafios que coube à categoria bancária foi a de manter-se unida e coesa em defesa dos direitos conquistados pela categoria. Não obstante, silenciosamente uma nova forma de acumulação do capital foi corroendo as estruturas do trabalho, sendo encampada por candidatos que faziam a defesa apologética dos princípios neoliberais de modernização do mercado de trabalho brasileiro que, por sua vez, englobava a própria identidade do trabalhador.

A década de 1990 foi o divisor de águas em que o balanço das forças tendeu – quase que diretamente – ao capital. Boito Jr. (1996) analisa o próprio movimento sindical como um grande responsável pelo enfraquecimento e a perda provisória do poder de reação, - graças a cooptação da Força Sindical ao neoliberalismo - e permitir a desagregação lenta das representações dos sindicatos de trabalhadores conveniados a ela.

Druck (2002) aborda que, gradativamente, o emprego bancário tem se reduzido mesmo com o fortalecimento das instituições bancárias e readequação ao cenário econômico nacional; não se conta mais a quantidade de funcionários que conferem “poder”, mas a qualidade dos serviços prestados e a confiabilidade na instituição. Nisso, em 1986, contavam-se com 705.065 empregos bancários no Brasil; em 1998, havia apenas 367.852, uma redução em mais de 50% dos postos.

No caso do Distrito Federal, dados sobre a filiação e desfiliação dos bancários no curso da década de 1990 aponta dados relativos – em números – que demonstram uma oscilação variável no número de filiações e um decrescente número nas desfiliações, no curso de uma década, em contraste com o cenário nacional¹⁵. Desse modo, a tabela 2 mostra essa variação.

Tabela 2 - Filiações e desfiliações – SEEB Brasília - 1990-1999.

Ano	Filiações (unidades)	Desfiliações (unidades)
1990 (*)	433	-
1991 (*)	350	-
1992 (*)	351	-
1993 (*)	555	-
1994 (*)	297	-
1995	531	527
1996	520	007
1997	492	025
1998	527	078
1999	390	068

Fonte: SEEB - Brasília
Elaboração própria.

¹⁵ Segundo noticiado no jornal *A Gazeta* (ES), em 11/12/2012, os bancos privados promoveram, até a primeira quinzena de novembro/2012, a dispensa de 9.080 bancários em todo o Brasil.

(*) Segundo a secretaria-geral, nos anos de 1990-1994, os dados foram perdidos com a consolidação dos arquivos da base do sindicato à Contraf.

Assim, tem-se os dados de desfiliação compreendendo os anos 1990-1994 (Planos Collor e Real), período que marca o início da reestruturação produtiva com forte acento na atividade bancária e, dos quais, o SEEB não possuía dados concisos em sua base de dados. Mas, a partir de 1995 pode-se medir quantitativamente o número de filiações e desfiliações. Em 1995, a CUT e seus filiados se unem na greve dos petroleiros, esvaziada pelo Governo Federal e considerada um fracasso pelos sindicalistas. Nota-se que nesse período se tem a perda gradual dos ganhos obtidos do *floating* e dos casos mais graves de intervenção nos bancos privados (casos do Bamerindus, Econômico e início do banco Nacional) e, conseqüentemente, o risco de quebra das instituições que promoveram um forte corte em seus quadros funcionais como se averigua no de 1995, também comemorado o primeiro ano do Plano Real. A oscilação entre os anos posteriores é medida *a posteriori* quando são contados os bancários dos bancos estatais que aderiram aos planos de demissão voluntária e aos poucos remanescentes dos bancos privados que oscilaram entre as contratações e as demissões. Basicamente a discrepância no ano de 1995 e as oscilações posteriores se deram pelo desligamento dos bancários estatais e pela falta de perspectiva de crescimento e defasagem salarial em relação aos demais pares.

Por outro lado, tem-se a exposição dos motivos que levaram os bancários à deflagrarem greves, na perspectiva do Brasil:

Tabela 3 : Motivos de greves entre os bancários - Brasil – 1993-1999 (em %)

Fator	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
<i>Remuneração</i>	62	77	49	40	32	30	37
<i>Descumprimento da CCT e dos direitos</i>	24	19	37	42	43	56	51
<i>Emprego</i>	12	10	10	10	14	19	28
<i>PLR</i>	---	---	9	18	15	9	9
<i>Condições de trabalho</i>	12	9	10	10	12	2	10
<i>Sindical</i>	5	8	7	3	5	10	10
<i>Política</i>	6	3	4	1	3	8	6
<i>Jornada de trabalho</i>	3	3	5	12	8	6	10

Fonte: DIEESE – Banco de Dados Sindicais, 2001.

Elaboração própria do autor.

Não obstante, a alta rotatividade, a automação em larga escala e a substituição por mão de obra terceirizada deram a tônica do período em questão, assim como a aquisição, por parte dos maiores bancos, de bancos estatais saneados e reduzidos em sua maior parte o que, para a adequação de seus quadros à demanda do mercado, a expansão da rede, de forma calculada e precisa. Denota-se, desse modo, a intenção dos bancos de ganhar em frentes diversas, fazendo valer a lógica de “os fins justificam os meios” na obtenção de lucros, expansão e consolidação territorial e de suas marcas. Isso também serve para expandirem-se além do ramo financeiro, ganhando assentos em outras áreas da economia.

Os bancários foram aviltados em sua dignidade enquanto pessoas que vivem do trabalho, diminuindo gradativamente o seu espaço de interação social e familiar em busca do cumprimento de metas cada vez mais absurdas, expondo-se ao risco das doenças ocupacionais, além da frequente “conscientização” de seus empregadores para que se afastem das atividades sindicais e da ideologia sindicalista, de modo a prezar por seu emprego visando sempre a sua empregabilidade. Cabe dizer que empregabilidade significa a atualização e qualificação constantes, ainda que num tempo cada vez mais curto, aperfeiçoando outras habilidades que lhe permitam estar na “vitrine do mercado de trabalho”, passível de recolocar-se mesmo quando de fora da instituição bancária à qual se vincula.

A expansão dos bancos encontra espaço em meio ao apoio midiático, ganhando espaço nas inserções comerciais em novelas, seriados, eventos de massa, como shows e eventos esportivos, além do patrocínio de eventos culturais. Conseguem firmar a marca no consciente coletivo da sociedade, fato que evoca – por meio do imagético – recurso da imagem vinculada ao produto do banco.

Avançando em seus propósitos, os bancos “omitem” a intensificação do trabalho entre seus bancários ao mesmo tempo em que mantém baixa remuneração, expõem ao risco eminente com incipientes condições de segurança nas agências, a promoção da automação e da terceirização. Assim, com mais acessos de clientes e usuários aos terminais, a rotatividade deu a tônica na década de 1990 (DIEESE, 2011).

A contra ofensiva ao neoliberalismo acentuou – e, em parte, resignificou – a luta do sindicalismo e a aglutinação de forças, o que levou Molina (2008, p. 8) a assegurar:

um dos principais obstáculos à consolidação das políticas neoliberais do grande capital internacionalizado no Brasil foi, sem dúvida alguma, a resistência dos trabalhadores, especialmente os setores mais

organizados e combativos, com experiências acumuladas de lutas, reunidos em torno da CUT. Para as classes dominantes, era urgente construir uma ferramenta que fosse instrumento de disputa de hegemonia dentro do próprio mundo do trabalho. Não bastava só atacar os sindicatos e as organizações populares, era necessário disputar do próprio campo.

Dentro dessa concepção, fez-se salutar a luta que os sindicatos bancários – destacando-se o SEEB Brasília – empreenderam contra a política neoliberal, principalmente nos anos de 1990, crucialmente quando as privatizações de empresas públicas e bancos se tornaram mais agressivas ainda que num cenário de crise externa evidente e às vésperas do período eleitoral (eleições estaduais e presidenciais), da aplicação do Consenso de Washington, e as reformas propostas pelo governo federal principalmente a prioridade a esfera econômica. Brasília se destaca não somente como a capital federal, mas, a sede das decisões políticas do Brasil. Notoriamente, as sedes dos bancos federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Social e o Banco Central do Brasil) se encontram na capital federal o que implica estar no centro das decisões e, praticamente, acompanhar *in loco* as decisões, movimentos além da articulação com direta com a CUT. Além disso, o nível de instrução dos bancários do Distrito Federal é mais elevado se comparado aos demais estados da federação.

Dada à complexidade das relações no mundo atual numa tendência progressiva de desmonte do Estado e de solapação das estruturas sindicais e do próprio trabalho, experimentou-se uma realidade concreta e dura: a nova mutação do capital exigiu muito mais do sindicalismo que em tempos idos embora tenha sido atingido em seu âmago.

Em face das experiências acumuladas no curso de sua atividade, das vitórias e dos fracassos, do novo embate com o capital, da oscilação do movimento sindical e das fendas promovidas com a chamada era neoliberal, a capacidade de resistir por mais de 50 anos (53 anos em 2013) faz com que se confira uma certa autoridade ao SEEB de Brasília, tendo convivido com a crise de identidade, com os conflitos ideológicos dentro de sua própria estrutura, a redução no número de filiações e, mesmo assim, continue seu combate da mesma forma como nos primórdios, em outras conjunturas e mais vivo em responder às demandas sociais e da categoria.

3.7.- Novos horizontes para o SEEB Brasília: participação, conscientização e mobilização.

Mesmo com a necessidade de atualização aos novos tempos, as novas armas de conscientização e lutas prementes para o bem da categoria, o SEEB Brasília se propõe a lutar – primordialmente – pela categoria bancária sem esquecer-se da luta partilhada pelas demais categorias de trabalhadores: dois exemplos foram as paralisações em prol do impeachment do presidente Fernando Collor de Mello e ainda nas manifestações em defesa do patrimônio público principalmente aos bancos públicos. Essa necessidade surgiu com a proposta da CUT de preparar seus filiados para um novo campo de batalha, de inserção e de ação para a conquista inteligente de espaços e inserção na sociedade brasileira.

O espaço de ações isoladas, por sua vez, deu passagem para ações conjuntas e figuradas para o estabelecimento do sindicalismo como aberto à própria sociedade, na promoção de eventos e diálogo constante com a sociedade e apoio aos movimentos sociais. Isso serviu para aproximar o sindicalismo da sociedade sem incorrer nos adjetivos que recaiam sobre os sindicalistas além de abrir as portas à sociedade para o conhecimento da história sindical brasileira que ocorre linearmente à própria história social brasileira.

Mesmo que dispondo de menos inserção midiática dos que os bancos, o SEEB se pautou por uma agenda que possibilitou, ao mesmo tempo, a promoção de fóruns de debates, mesas redondas com abertura à participação dos filiados e da sociedade em geral. Essa dinâmica foi propiciada com a mudança de gestão ocorrida sob a presidência de Érika Kokay. Mesmo em tempos de economia estável, a luta por melhores condições salariais e de trabalho não foram postos em segundo plano na gestão, mas, ao contrário, ganharam em qualidade e quantidade. A reposição salarial dos bancários – atualizada ou próxima aos índices oficiais – além de avanços em mais conquistas sociais e trabalhistas que conferissem uma melhor qualidade no trabalho.

Na tabela 3, há um comparativo dos reajustes salariais entre os bancários privados no curso de uma década, a contar da data-base na era do Real.

Tabela 4 - Histórico dos reajustes salariais dos bancários - FENABAN - 1994-2003¹⁶.

Data-base	Reajuste (%)	Inflação ICV (%)	Inflação INPC (%)	Ganho ou perda real ICV (%)	Ganho ou perda real INPC (%)
Setembro/94	16,00	30,00	9,74	- 10,77	5,70
Setembro/95	30,00	28,16	25,80	1,44	3,34
Setembro/96	10,80	15,75	14,28	- 4,28	- 3,05
Setembro/97	5,00	6,71	4,30	- 1,60	0,67
Setembro/98	1,20	1,13	3,52	0,07	- 2,24
Setembro/99	5,50	5,79	5,25	- 0,27	0,24
Setembro/00	7,20	9,21	6,96	- 1,84	0,22
Setembro/01	5,50	8,30	7,31	- 2,59	- 1,69
Setembro/02	7,00	7,45	9,16	- 0,42	- 1,98
Setembro/03	12,60	15,50	17,52	- 2,51	- 4,19
Set./1994 a Set./2002.	126,67	179,80	124,63	- 18,99	0,91

Fonte: SEEB Brasília.

Elaboração do autor.

Lutando com as divisões e grupos dentro do próprio sindicato, Kokay propôs uma corajosa mudança na forma de ser e agir do SEEB o que, segundo Silva (2012), se caracterizou principalmente nos idos de 1992, num cenário conturbado da política nacional e significativamente histórico para o SEEB: cerrou fileiras com os mais variados movimentos sociais no impedimento do presidente Fernando Collor de Mello. Sob a sua gestão, o SEEB passa por mudanças primordiais a nova forma de ação que se faria necessária nos anos de 1990. Residia no sindicato uma forte oposição ao cutismo e petismo com a maioria de seus diretores ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). A oposição em aderir à central sindical ocasionaria, segundo Silva (2012), a “perda da autonomia”. No entanto, essa resistência se dava mais por questões partidárias do que propriamente sindicais.

¹⁶ Somente os bancos privados

Foi preciso a promoção de mudanças no estatuto do sindicato a partir de 1989, visto que determinantemente era competência do Estado modificar os estatutos dos sindicatos e entidades classistas, fato esse derrubado com o estabelecimento da nova Constituição Federal de 1988. Contudo, a mudança no estatuto do sindicato não se deu de forma conciliatória e houve resistência por parte da diretoria ideologicamente afeita ao comunismo. Algumas dessas controvérsias e propostas não aceitas pelos diretores se dão desde:

(...) à introdução da organização no local de trabalho e do delegado sindical como o elo que leva o sindicalismo para o local de trabalho e possui uma postura de classe, uma postura de unidade e articulação com segmentos. Nessa visão, apesar de se diferenciar de uma concepção pelega, proporcionar discussões e organizar importantes greves, o PCB possuía uma postura sindical corporativista e apoiava uma organização vertical dos bancários. (SILVA, 2011, p. 3).

Encampando a proposta de mudanças que propiciavam preparar o sindicato para o futuro, o grupo de Kokay aproximou-se da CUT cuja incisiva participação e posicionamento contra as políticas reformistas levou a um embate direto com o governo federal na aplicação das reformas e do desmonte do Estado. A reposição salarial dos bancários estatais referentes aos planos econômicos anteriores e ao arrocho salarial promovido pelo Estado foram constantes às reivindicações junto às mesas de negociação. Junto com a CUT, o SEEB se posicionava contrário à política econômica desfavorável aos trabalhadores e ao desaparecimento das instituições públicas como se fez notar com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, os quais se aplicava uma política de esvaziamento sindical, desestímulo e falta de perspectiva quanto a carreira e, por fim, à intensificação do trabalho aplicado a estas duas instituições federais.

Após acirradas disputas, a gestão de Kokay frente ao SEEB tem início com a proposta de uma nova forma de ação do sindicato, inserido em ações sociais, como, por exemplo, na Campanha Contra a Fome idealizada pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho), a participação no movimento de *impeachment* do presidente Collor de Mello promovendo vigílias, greves relâmpagos e mobilizando a sociedade na participação junto com o movimento sindical no combate à corrupção que se alastrou na esfera federal.

A mudança de paradigma e a abertura do sindicato dos bancários à sociedade permitiram trazer para dentro da estrutura sindical a participação dos cidadãos em

questões e discussões que propiciavam uma tomada conjunta de ações propositivas e a criação de fóruns de participação conjunta. As mudanças não param por aí: em 1992, é criado um informativo diário chamado *Diário Bancário* que informa a classe sobre as ações do sindicato em prol da categoria, trazendo à luz a situação dos bancos e dos bancários, acionando diretamente a base por meio dos delegados sindicais presentes nos estabelecimentos bancários, bem como a população em geral. Em 1998, retoma-se o nome de *Informativo Bancário*.

Molina (2010) enfatiza a questão da mudança nas estratégias de ação dos sindicatos como uma questão própria de sobrevivência. O avanço da dominação capitalista-neoliberal foi capaz de colocar a estrutura sindical de ponta-cabeça; num mundo complexo onde as relações trabalhistas se pulverizam ou se fragmentam, fez-se necessário buscar alternativas comuns para ações comuns. Nesse aspecto, a aproximação com a política se faz assaz necessária não somente no aspecto do partidário, mas da própria classe para poder se expressar na arena política.

Desse modo, a coletividade deve ser retomada sem que incorra, no entanto, nas velhas práticas do sindicalismo pelego e da determinação de fazer as coisas isoladamente. Sobre

as inovações tecnológicas, o endeusamento do mercado, que transforma o dinheiro numa religião, a alienação crescente dos jovens, a falta de perspectivas profissionais, a exclusão crescente das massas trabalhadoras, colocam para nós o desafio de se debruçar nos estudos, abandonar as respostas fáceis, os chavões, as palavras de ordens vazias, e aprofundar na reflexão política da realidade que vivemos. (MOLINA, 2010, p. 7-8)

Durante o período de 1980-1992, a postura da direção do sindicato era a de não se filiar a nenhuma central sindical com o risco da perda da autonomia, posição essa modificada com a necessidade de aproximar-se – e ganhar força – com a filiação à CUT – mudando a dinâmica das ações, partindo de três elementos necessários: persistência, inteligência e organização.

Também nesse aspecto, conseguira resistir à ofensiva neoliberal ainda em seu nascedouro no governo Collor e da própria Força Sindical (FS). Por outro lado, a ativa participação e movimentação política dentro do sindicato dava-lhe visibilidade e abria um amplo espaço de aproximação com os movimentos sociais e com a sociedade organizada. São propiciados nesse período, segundo Silva (2012, p. 7), temas de relevância social e, por extensão, também referentes à atividade bancária como a

“questão de gênero, raça, condição sexual e necessidades especiais que se tornou tema de reivindicação da categoria”. Nisso Garcia (1999, p. 8) enfatiza:

Os sindicatos dos bancários, de outra parte, têm contribuído para as novas tendências observadas nos processos de negociação coletiva no país. Uma evidência disto encontra-se na proposta dos bancários, apresentada na negociação de 1991, na qual defendiam como “*regra do jogo*” da negociação coletiva a não intervenção da Justiça do Trabalho em suas negociações. No ano seguinte, 1992, introduziram uma inovação: a assinatura da primeira Convenção Coletiva Nacional no país, resultado da unificação nacional da negociação coletiva da categoria, tendo como signatários 120 sindicatos, sete federações e a Confederação Nacional dos Bancários – CNB.

Também conta como ponto importante para a gestão a construção da sede própria do sindicato, localizada na EQS 314/315, a criação da subsede do sindicato em Taguatinga além da criação de um espaço de cultura com a inauguração do Teatro dos Bancários juntamente com a sede oficial do sindicato.

Destacam-se, além dessas ações e de um conjunto de outras, algumas conquistas para os bancários na gestão de Kokay como Silva (2012, p. 26) assinala:

(...) o auxílio cesta alimentação (campanha de 1994) que foi estendida aos bancários afastados do trabalho por LER e às bancárias em licença-maternidade em 1995; a conquista da PLR em 1995, sendo a primeira categoria a integrar esse direito à Convenção Coletiva Nacional; a complementação salarial para bancários afastados por doença ou acidentes em 1997; ainda nesse ano, a conquista da verba de requalificação profissional na demissão; e a criação de uma Comissão Partidária Permanente de Saúde, que resultou no Programa de Prevenção, Tratamento e Readaptação de LER/DORT.

Um sindicalismo para novos tempos, um sindicato aberto à sociedade, combativo e comprometido com as causas sociais – especialmente a do trabalhador -, com uma postura conciliatória e precisa, que não se furta de admitir a sua identidade mesmo quando confrontado com os duros tempos em que vivenciou, vivencia e vivenciará na luta por justiça social e direitos para todos. Uma visão inteligente em observar os eventos históricos em seu tempo e propor as ousadas mudanças de ação e na forma de ser sindicato.

Outro ponto favorável é a transparência, a proposta de um diálogo incessante para a categoria, chamando cada bancário a assumir o seu papel na construção de um novo sindicato, de uma nova visão de mundo, de objetivos comuns que se ampliam a toda sociedade. Em outras palavras, chamou à ação, à inserção cidadã, ao ativo.

Outro aspecto importante coube ao intento de fazer o bancário capaz de resistir e encontrar no próprio sindicato a ressonância de sua voz contra a perda gradativa da qualidade no ambiente de trabalho. Num ambiente hostil, da agressividade e disputa por espaço, instigou-se mais a solidariedade e a ação dos bancários sindicalizados em não se omitirem mesmo que isso lhes viesse a custar o emprego. Desse modo, usou-se dos próprios recursos dos bancos na propalada ideia de lideranças propositivas.

Por sua vez, percebe-se o movimento descendente na ocupação dos cargos nos bancos, por série histórica, conforme tabela abaixo.

Tabela 5 - Estoque de empregos no setor financeiro Brasil – série histórica 1986-2000.

Ano apurado	Número de empregados	Variação absoluta	Variação relativa (%)
1986	764.923	n/d	n/d
1987	739.170	- 25.753	- 3,4
1988	775.242	36.072	4,9
1989	800.780	25.538	3,3
1990	732.217	- 68.563	- 8,6
1991	679.931	- 52.286	- 7,1
1992	632.392	- 47.539	- 7,0
1993	655.211	22.819	3,6
1994	567.031	- 88.180	- 13,5
1995	558.691	- 8.340	- 1,5
1996	483.165	- 75.526	- 13,5
1997	446.830	- 36.335	- 7,5
1998	426.442	- 20.388	- 4,6
1999	384.932	- 41.510	- 9,7
2000	388.030	3.098	0,8
Total 86-00			- 51,5 %

Fonte: DIEESE, 2001.

Elaboração própria do autor.

Em face do quadro de declínio crescente nos postos de trabalho nos bancos, fez-se necessário a luta por direitos e conquistas dos bancários como, também, o avanço em áreas que permitissem aos bancários uma maior qualidade no trabalho. Esse aspecto salutar da condição do trabalhador é, por meio dos dirigentes sindicais, a bandeira principal que permeia – e permite – a luta incansável contra a ofensiva do capital, capital esse incorporado nas instituições bancárias ávidas em aumentar lucros à custa do sofrimento intenso de seus funcionários.

Capítulo 4: Ser ou estar bancário?

“Você deve aprender a abaixar a cabeça/E dizer sempre “Muito obrigado”/São palavras que ainda te deixam dizer/Por ser homem bem disciplinado.” (Comportamento geral – Gonzaguinha)

A mudança operada no trabalho na fase da reestruturação produtiva produziu efeitos no perfil dos trabalhadores em médio prazo. Profissões que outrora necessitavam somente de um conhecimento específico viram-se na necessidade de aprimorar os conhecimentos, ao passo que outras surgiram na corrente de mudança, principalmente àquelas que trabalham diretamente com o trabalho imaterial (desenvolvimento de softwares, por exemplo). Como a demanda dos tempos necessitou de mão de obra capaz de manter a necessidade do mercado, ainda que quantitativamente menor, viu-se a necessidade de atualização e capacitação dos trabalhadores em buscarem conhecer mais e mais áreas de conhecimento e não somente uma de domínio particular, ou seja, ser um trabalhador polivalente.

Em outros termos significou dizer: mudar para sobreviver ou estar fora do mercado.

Não indiferente a essa situação, os bancários surgiram como profissionais, que, por força da necessidade, tiveram de se adaptar a essa nova concepção de trabalhador. Os bancos brasileiros, em larga escala, no curso da década de 1990, aplicaram em suas agências, postos de atendimento, subcentros, centros de processamento de dados, um largo processo de informatização e automação em seus serviços o que forçou os bancários a adquirirem saberes e domínios na operação de sistemas, máquinas além de assumir funções que não somente a específica em seus setores (DIEESE, 2010) como o foi até a década de 1980. Passou a existir o bancário polivalente, capaz de ter uma visão holística/sistêmica de todo o funcionamento de uma agência e ser capaz de atuar e conhecer todos os setores.

Fruto dessa nova visão e forma de ser banco, a oferta de produtos dos bancos fez com que os mesmos bancários também fossem hábeis em ofertar e vender produtos dos bancos, desde simples apólices de seguros, títulos de capitalização a carteiras de ações. Desse modo, assumem a dupla função de bancários e vendedores necessariamente, para

o cumprimento de metas estabelecidas pelas direções e superintendências dos bancos. Assim, a lógica do aprimoramento passava pelo aproveitamento das oportunidades – cursos, seminários etc. - oferecidas pelos bancos que, em seu intuito, significavam aprimorar os bancários a venderem mais. Como forma de qualificação, pode-se afirmar ser um *plus* a atividade e cabedal de conhecimento partícula travestida de um forte apelo corporativo (“veste a camisa da empresa”, “fazer tudo por quem lhe provê o emprego e salário”, “acordar para a realidade do mercado de trabalho”), além do amplo uso dos argumentos mercadológicos agregados ao seu fazer cotidiano.

O bancário-vendedor assume uma nova função: o cumprimento das metas passa pelo oferecimento dos produtos do banco a mais variada clientela ao mesmo tempo em que esvazia o seu trabalho e seu lócus no trabalho (CODO; SAMPAIO, 1995). Esse esvaziamento do seu sentido para o trabalho revela o aspecto assustador oriundo da pressão por resultados e dos métodos de intensificação e exploração do trabalho: a sensação de vazio, angústia, desolação e ausência de produto oriundo do seu trabalho (REGO, 2010; CODO; SAMPAIO, 1995).

Essa nova concepção de trabalho bancário irá permitir ao trabalhador experimentar outras realidades que propiciaram o estranhamento e o distanciamento das relações de convívio em seu local de trabalho e que extrapola em seu próprio convívio fora do banco, trouxeram consequências para a sua saúde física e mental como, também, tiveram reflexos na sua própria atividade sindical. Contudo, significa dizer que o bancário passará por situações que vão desde o assédio moral, da coação, resultando em doenças oriundas do excesso de trabalho (LER e DORT), até o estresse devido à intensificação do trabalho, alcoolismo e drogas e, em casos mais isolados, depressão e suicídio. (CODO; SAMPAIO, 1995; SANTOS, 2009)

Autores como Rego (2011), Dal Rosso (2008), Alves (2011) e Dejours (1998) suscitam as implicações das mudanças operadas no trabalho na atualidade; se por um lado, permitiram conferir lucros imensos aos bancos (ALVES, 2011), por outro conseguiram desestabilizar boa parte dos trabalhadores, distanciando-os mais da realidade concreta do mundo, passando a ser inserido no jogo em que as regras permitem aos princípios mercadológicos se aplicarem no convívio das agências. Nisso, percebe-se que está em jogo também os seus valores de integridade moral e éticos, uma vez que nesse jogo é permitido esconder-se atrás de muitas máscaras, não se importando com que valores se encontram na cena.

Outra característica do bancário polivalente é a de suprir as lacunas deixadas pela ausência de outro colega, quer seja por afastamento, quer seja por demissão. Entretanto, não há cômputo algum ao seu salário senão o velho adágio popular do qual “quem não é visto, não é lembrado”. Também gera uma sobrecarga em seu trabalho além de, aos poucos, minar a sua capacidade de ser solidário no seu ambiente de trabalho.

Esse bancário deve pensar em sua empregabilidade e não quando um colega retornará ou mesmo se haverá alguém para assumir aquele posto. A dinâmica desses novos tempos foi a do suportar calado e exercer muito bem a sua função, cumprir fielmente o papel que lhe é confiado, bater todas as metas e fazer-se visível aos seus superiores hierárquicos sempre aparentando ser um funcionário aplicado, intransponível ao sofrimento e ambicioso.

Demo (1998) expressa diretamente a função do bancário (ou o trabalhador como um todo) e o produto de seu trabalho, assumindo a posição de maior importância aquele que o produz (MARX; ENGELS, 1999) e que, via de regra, num período de reestruturação, significa dizer que o “produto objetificado, abstrato do trabalho, foge do controle do trabalhador, e passa a dominá-lo”. O produto objetivado - no caso dos bancários, a prestação de serviços - é, grosso modo, insignificante frente à capacidade de vender mais e mais produtos que os bancos oferecem aos clientes. Em muitos casos, o constrangimento de oferecer algo que não está na esfera de necessidades do indivíduo e que, mesmo na insistência tenha de se “rebaixar” ao pedido de um favor para “ajudá-la a bater a meta” (REGO, 2011).

A tática do constrangimento, a intimidação, a exposição e o assédio moral surgem como elementos presentes na forma de pressão sobre os bancários (REGO, 2010), levando-os a por sob suspensão os valores morais em sua prática laboral (SENNETT, 1995); são constantemente desafiados a provar o seu valor para a empresa, a resistir ao sofrimento físico pela intensificação do trabalho (ANTUNES, 1999) mediante o crescente número de autenticações, má postura, submissão à hierarquia (SENNETT, 1995) e o estranhamento provocado pela dor alheia. Os laços de solidariedade passam por uma relação de conivência e silêncio mediante os abusos praticados no cotidiano. (SENNETT, 1995; DEJOURS, 1998).

Parte dos bancários estendeu sua jornada para fora do banco com visitas a clientes e ofertas de produtos do banco como forma de cumprimento das metas (REGO,

2010) que, em muitos casos, poderia se caracterizar como uma jornada dupla embora nem sempre denunciada. A incerteza do emprego, a submissão às normas dos bancos, a flexibilidade, critérios de promoção a cargos sem critérios próprios tendenciosa no que se refere àqueles que vendem/produzem mais, encampam, travestem-se, dedicam-se mais ao banco, a constante qualificação, a assimilação da cultura de sustentabilidade empresarial e o envolvimento em ações corporativas na promoção dos bancos em ações sociais entre outros. Patologicamente, essa “normalidade” é mantida a altos custos na integridade física e moral dos bancários. Em alguns momentos, esse mesmo bancário se assemelha ao personagem Bruno Davert, um profissional qualificado, tendo exercido posições de destaque na empresa em que trabalhava, mas, ultrapassado para o mercado, busca desesperadamente estar em evidência.¹⁷

Além de alguns desses elementos, ainda há a concorrência com funcionários terceirizados, jovens bancários com perfil mercadológico próximo ao desejado pelos bancos, com agentes bancários (em condições desiguais com seus pares nas agências) e a incerteza de seu próprio futuro. Contudo, ainda preferem o sofrimento silencioso a buscar forças nos sindicatos.

Mesmo com a redução quantitativa de bancários, a resistência sindical ainda responde como uma instância aglutinadora dos interesses da categoria muito embora também tenha sido apanhada pelos efeitos da reestruturação e precise resignificar o seu papel de luta e defesa dos trabalhadores bancários.

Mas esse momento mudou o sentido do trabalho do bancário? Que reflexos acarretou para os bancários e, por extensão, a atividade sindical bancária? Em que o sofrimento moldou a personalidade do bancário atual?

4.1- Os efeitos da reestruturação produtiva sobre os bancários brasileiros

Os bancos brasileiros assumiram uma nova postura em face da perda de rendimentos conferidos pela era de altas taxas inflacionárias, de políticas econômicas que redundaram em fracasso e pela necessidade de sobrevivência a um mercado restritivo, altamente competitivo e globalizado. Nessa perspectiva, os bancos brasileiros possuíam em seus quadros um número grande de bancários, lotados em agências

¹⁷ Bruno Davert (José Garcia) é o personagem do filme “*O corte*” (Costa-Gavras) que, apesar de um currículo extenso, experiente e bem recomendado, é apanhado pela onda da reestruturação produtiva, tendo o seu cargo assumido por um outro executivo mais jovem e dinâmico. Na esperança de conseguir um novo trabalho, depara-se com um mercado restrito e competitivo. Sem obter uma nova colocação, põe em prática um plano mirabolante que tem por intuito alcançar o seu objetivo por meios escusos.

concentradas num grande número em regiões, nem todas produtivas e, as quais, centralizavam setores segmentados para cada atividade: aqueles que faziam o trabalho de cobrança; outros nos caixas; outros no atendimento aos clientes; outros com serviços de seguros, entre tantos outros. De certa forma, poucos eram os bancários que passaram por todos os setores de uma agência a ponto de conhecerem todas as rotinas de trabalho. (MACHADO, 2012).

Contudo, os bancos mantinham intacta essa estrutura, permitindo, em algumas situações, recrutar mais funcionários para a expansão de suas agências embora fosse costumeiro o conhecimento das operações de um setor, deficitárias ou não.

No início dos anos 90, precisamente no governo de Fernando Collor de Mello, teve início, no sistema bancário brasileiro, a aplicação de um novo plano econômico (Plano Brasil Novo ou Collor), resultando no congelamento dos saldos das poupanças e a mudança para uma nova moeda com vistas ao combate à inflação e colocar a economia brasileira em compasso com as economias do restante do mundo, ou seja, significaria a abertura comercial e econômica do Brasil conforme as propostas do Consenso de Washington.

Sem a fluência da moeda antiga (cruzado novo) e uma política recessiva (BOITO JR. 1996), o custo do plano Collor foi o desaparecimento de inúmeros postos de trabalho. Os bancos privados reduziram seus quadros, permitindo a contratação de serviços terceirizados e alargando o processo de automação de serviços, evidenciando a primazia da polivalência de seu quadro funcional. Nos bancos federais e estaduais, aplicou-se uma política de incentivo à demissão voluntária (PDVs) muito embora uma reestruturação mais severa ocorresse no primeiro governo FHC¹⁸.

Assim, nos bancos privados, a rotatividade de bancários acentuou-se demasiadamente na década de 1990 ao passo que, aos poucos, entre os bancários estatais, a estabilidade – antes um porto seguro – foi, aos poucos, substituída pela ideologia mercadológica e da competitividade similar ao dos bancos privados desestimulando os bancários remanescentes quanto ao seu futuro profissional.

Os bancos passam a agir de forma ostensiva na modernização e padronização de suas estruturas e serviços. As agências passam a ter um novo layout, diminui-se o

¹⁸ Segundo Boito Jr., pode-se verificar a retração econômica a partir dos seguintes números da produção industrial brasileira: 1989 (governo Sarney): 3,3%; 1990: - 4,4%; 1991: + 1,1%; 1992: - 0,9%. Desse modo, apurou-se, no triênio 1990-1992, um brusco crescimento no número de trabalhadores desempregados.

número de setores e serviços, passando a concentrá-los com um número menor de bancários que exercem um número maior de funções. Interligam seus serviços a terminais de sensoriamento remoto, fazendo com que a autonomia de seus funcionários seja determinada pelas ordens do sistema.

A produtividade passa a assumir o grau de funcionalidade do trabalho bancário, ritmando gestos e toques, ao passo que a automação – mais ágil – também extinguiu postos nas câmaras de compensação, aliada ao investimento dos bancos em mão de obra terceirizada, tal qual como foi nos centros de processamento de dados dos bancos. Segundo Jinkings (1995), o governo brasileiro sofreu pressão do Banco Mundial para aplicar uma reforma no sistema financeiro nacional, propondo a “desregulamentação financeira e a redução do ‘porte e campo de atuação dos bancos oficiais’”, condicionando, dessa forma, a concessão de crédito ao governo federal para o apoio ao programa de reformas.

Dentre os pontos dessa reforma, destacam-se a livre regulamentação do mercado financeiro, a redução dos entes bancários estatais, promovendo a liquidação e a privatização dos bancos, o poder de supervisão do Banco Central e de sua capacidade de aprimoramento nas pesquisas econômicas, reformulação do sistema financeiro de habitação e incentivo ao crédito direto.

Assim, os bancos passam a assumir um papel preponderante na concessão de crédito às atividades produtivas na economia brasileira ao mesmo tempo em que ganharam destaque com os altos índices de rentabilidade ainda apurados na década de 1990, a concentração bancária e a presença de bancos estrangeiros disputando o mercado brasileiro o que leva Jinkings (1995, p. 23) a afirmar:

a origem do lucro dos bancos vai se fixando, assim, no circuito de valorização dos ativos bancários, constituídos por itens de captação de baixo custo (...) e aprofundando um processo de especulação que se habituou a chamar de “ciranda financeira”.

(...) É sabido que na sociedade capitalista o dinheiro transforma-se em capital quando adquire a capacidade de se expandir, através da extração de mais-valia ao trabalhador assalariado, no processo imediato de produção.

Desse modo, a intensificação, a racionalização e o ritmo de trabalho nos bancos consequentemente produz um bancário mais integrado organicamente ao trabalho da mesma forma que lhe tolhe a autonomia, induzindo-o a trabalhar ritmadamente, privando-o da solidariedade entre seus pares, causando-lhe sofrimento decorrente da

nova forma de se incorporar ao trabalho, o que Alves (2005, p.45) cita como “uma forma de tráfico corpo-mente”.

Nos bancos brasileiros, a aplicação do toyotismo foi agressiva e tendeu à dinâmica de tornar os bancos brasileiros mais competitivos e inseridos no cenário internacional. Grosso modo, os bancos deveriam tornar os serviços mais dinâmicos, captar um número maior de clientes, de investimentos em tecnologia, marketing e ações sociais para garantir-lhes visibilidade ao mesmo tempo em que seletivamente mudava os aspectos de funcionalidade nas agências (visuais modernos e limpos).

Como forma de captar mais lucros, os bancos passam a atuar como varejo, ou seja, passam a atuar como um comércio de produtos bancários. Incentivou-se a competição entre as equipes de trabalho para cumprir e superar as metas estabelecidas pelas altas hierarquias dos bancos e a flexibilidade do bancário em atuar em mais de um setor. Dessa forma, o domínio da mente e do corpo para assimilar os comandos e diretrizes dos bancos e suportar o sofrimento se evidenciam no bancário. Assevera-se o fato de a produção cotidiana do bancário ser, efetivamente, zero (CODO; SAMPAIO, 1995).

Com a mudança do padrão de produção advindo da reestruturação produtiva, notavelmente o trabalho bancário não produzia produto, resultado ou mercadoria alguma (ou seja, usando a fórmula marxiana do $d - m - d$ (dinheiro – mercadoria – dinheiro)), valendo-se, assintomaticamente, da velha fórmula $d - d$ (dinheiro – dinheiro) a qual, aliada a uma economia estável e a perda de floating nas operações bancárias buscou outras formas de produzir mais dinheiro, ainda que de forma intensificada, o que gerou uma perda de identidade no trabalho, tal como CODO (1985) afirma:

Na sociedade moderna, construímos identidade social pelo cruzamento do valor de troca de nosso trabalho com o valor de uso dos nossos produtos. ‘Eu sou pedreiro e construo casas’, este é o principal modo como me apresento e me diferencio dos outros e, como pedreiro, terei acesso a renda que me permitirá adquirir certa, específica, qualidade de vida. Há um jeito pedreiro de ser e viver. O trabalho vai se constituindo no ciclo dinheiro-produto-dinheiro, com o dinheiro posto como forma de comunicação e interconversão entre agentes, entre produtos, entre agentes e produtos. (CODO, 1985, p. 318).

O aspecto da intensificação do trabalho, por sua vez, trouxe muitas doenças ocupacionais tanto no aspecto físico (Lesões por Esforço Repetitivo (LER) e os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT)), quanto no aspecto

psíquico (estresse, isolamento social, alcoolismo, depressão, adição química (drogas), suicídios) (REGO, 2010; DEJOURS, 1998, CODO; SAMPAIO, 1995) se acentuam na categoria.

Há, no entanto, uma pressão sobre bancário para produzir, adaptar-se, flexibilizar-se, investir em capacitação (ANTUNES, 1993), buscar obstinadamente a posição de primazia entre seus “concorrentes” (MACHADO, 2012), e dar resultados, foi, aos poucos, foi tirando o seu aspecto de subjetividade, dando-lhe a característica de autômatos em função da lógica do capital. Essa dinâmica do capital atendeu ao processo que Fischer (1998) diz terem sido os aspectos das mudanças na natureza do emprego em decorrência da ascensão da tecnologia de informação e da automação, pontos os quais davam aos bancos brasileiros a capacidade de se aprimorarem e conquistarem espaço no mercado mundial.

No entanto, Pochmann (2001) faz uma análise sucinta da década de 1990 como uma segunda década perdida (a primeira foi a década de 1980) aliada a um baixo crescimento econômico, retração nos investimentos, crescente desemprego e o pouco incentivo em gerar novos postos de trabalho. Embora os aspectos negativos fossem determinantes para acirrar o desemprego, Pochmann (2001) enfatiza que nos setores em que havia maior escolarização, houvera um crescimento um pouco maior. Entretanto a demanda maior não significava uma mudança no perfil do trabalhador brasileiro, mas a necessidade de compor mão de obra “insuficiente de trabalho por parte das empresas”. O mesmo se deu com os bancos privados (embora se acentue na década posterior) ao passo que nos bancos estatais, segundo Pochmann (2001), acentua-se o registro maior de profissionais com nível superior. Ao primar pela maior escolarização, os bancos brasileiros vão experimentar uma maior elevação da qualificação dos bancários a partir da 2ª metade da década de 1990, primando por bancários com formação nas áreas de Administração de Empresas, Direito, Engenharia de Computação e Tecnologias de Informação como na Economia.

Mas se o aumento da escolarização entre os bancários foi significativo, o mesmo não se pode dizer da melhora no trabalho – ainda intensificado -, na participação sindical (reduzida) e na luta pelos direitos, uma vez que o aspecto da competitividade é determinante para o sofrimento e a pressão de que os bancários padecem no exercício de suas atividades nos bancos. Isso aliado ao crescente lucro dos bancos e a exiguidade de atender ao cumprimento das metas cada vez mais surreais conforme afirma Rego

(2011). O adoecimento físico e psíquico é seguido por uma desestruturação subjetiva do bancário, a perda de sua identidade e de seu horizonte de atuação, perdendo o sentido de seu ser enquanto trabalhador.

O acirramento dessa intensificação ocasionou uma necessidade maior de apropriar-se da mais valia dos bancários por parte dos bancos, mas lançou os bancários na incerteza acerca de seu ser e futuro no trabalho. Sem o mesmo ímpeto de defender seus direitos como nas décadas anteriores, alijados de sua autonomia em decidir por uma situação cotidiana e experimentando um isolamento competitivo que os levou a ver o fruto de seu trabalho maximizado como lucro pelos bancos, o local de trabalho tornou-se um local de sofrimento e de angústia, sentimentos partilhados com todos aqueles que se encontram ainda na atividade bancária.

4.1. O sofrimento entre os bancários

O exercício de ser bancário, décadas atrás, significava gozar de um relativo status entre as categorias profissionais existentes no Brasil. Muitos a viam – principalmente nos bancos estatais –, como uma forma segura de estabilidade, progressão na carreira e segurança para o futuro.

Nos bancos privados, conferiu certo grau de respeitabilidade em instituições centenárias, status e a dita estabilidade. De certa forma, podia-se ficar numa mesma instituição por décadas até mesmo aposentando-se com o senso do dever cumprido.

Com as mudanças transcorridas no curso da década de 1990, a implantação de uma nova faceta da ofensiva do capital (o toyotismo) e a reestruturação produtiva num Brasil que estava em franco processo de transformação responderá pelo nome de neoliberalismo. O trabalho no mundo passou por profundas reformulações acirradas por retração nos postos de trabalho, degradação na qualidade do trabalho e na intensificação do mesmo. Muitos postos deram espaço à mecanização e automação em todas as esferas de produção.

Silva e Silva (2010) afirmam que essa nova face do capitalismo, sobre a expressão neoliberal, generalizou a violência no trabalho. Entendem essa generalização como a “subsunção real do trabalho ao capital (sustentado na apropriação privada da riqueza socialmente produzida – na propriedade privada)” e que, na atualidade, tem tomado de assalto o trabalho bancário, desapropriando sua identidade e o sentido do trabalho.

Segundo Luckács (1979), o trabalho é o ponto de partida da humanização do homem, do aprimoramento de suas qualidades e faculdades e do domínio sobre si mesmo. Sob seu domínio, o trabalho se transforma e o domínio de si promove a capacidade de criar, transformar e realizar-se no seu trabalho, no seu fazer. No seu trabalho, também se socializa, dinamiza as suas relações com os demais seres além de transformarem a natureza. Nessa dinâmica, o homem passa a ser um ser de criação, dignificando-se no seu fazer o trabalho.

A reestruturação produtiva foi dinâmica em atender aos interesses do capital ao mesmo tempo em que reduziu o espaço de transformação pelo ser humano. Exige-se do trabalhador um conhecimento mais amplo das áreas de conhecimento, domínio sobre as redes informacionais e de aspectos da tecnologia. Para tanto, investe-se cada vez mais em constante qualificação em vistas da empregabilidade. Em vista dessa empregabilidade, teve-se o sacrifício de sua vida social – e de si próprio – em nome da empresa, do trabalho e da ascensão profissional ainda que, esta última, fosse algo distante.

Entre os bancários, essas características se fizeram refletir muito mais. Junckes (2004) afirma que a década de 1990 foi o período em que os bancos racionalizaram as formas de gerenciamento e padronização do trabalho, o layout das agências e a aplicação, em larga escala, da informatização. Agências, anteriormente com excesso de funcionários, passaram a operar com um número ideal às suas necessidades mesmo que isso implicasse, via de regra, mais sobrecarga sobre os bancários remanescentes.

Atendendo à demanda de expansão de serviços e a consolidação de espaço num mercado cada vez mais competitivo e restrito, os bancos vão além da prestação de serviços atuando, também, como comércio. Seus produtos, no entanto, são oferecidos por bancários atuando dentro das agências, fora do expediente bancário, em eventos ou em centros comerciais ou mesmo por meio dos *call centers* remotos onde operam trabalhadores terceirizados.

Mas com a intensificação do trabalho e, conseqüentemente, a degradação subjetiva do trabalho bancário, foi assumida pelos bancos uma postura agressiva para vender seus produtos. As agências passam a criar rankings de vendas, elegem os bancários, gerentes e setores campeões de vendas ao mesmo tempo em que expõem os bancários menos eficientes. Destaca-se, entretanto, que os bancários mais antigos

percebem o perigo e a sutileza do jogo dos bancos e esses, por sua vez, apresentam-se resistentes à mudança.

Embora o aspecto de resistência que, outrora, estava presente à década de 1980, os bancários foram, aos poucos, apanhados com a gradativa substituição da mão de obra antiga – resistente, ativa -, pela mão de obra mais jovem, resiliente e obstinada em buscar espaços num mercado competitivo.

Sobre esse aspecto, Sennett (1999, p. 105) afirma:

nessas condições, toma forma um tipo de risco extremo, em que grandes números de jovens apostam que serão eles os novos escolhidos. Essa aceitação de risco ocorre no que os economistas Robert Frank e Phillip Cook chamam de “mercados em que o vencedor leva tudo”. Nessa paisagem competitiva, os bem-sucedidos levam a mesa toda, enquanto a massa de perdedores fica com as migalhas para dividir entre si. A flexibilidade é um elemento-chave para permitir a formação desse mercado.

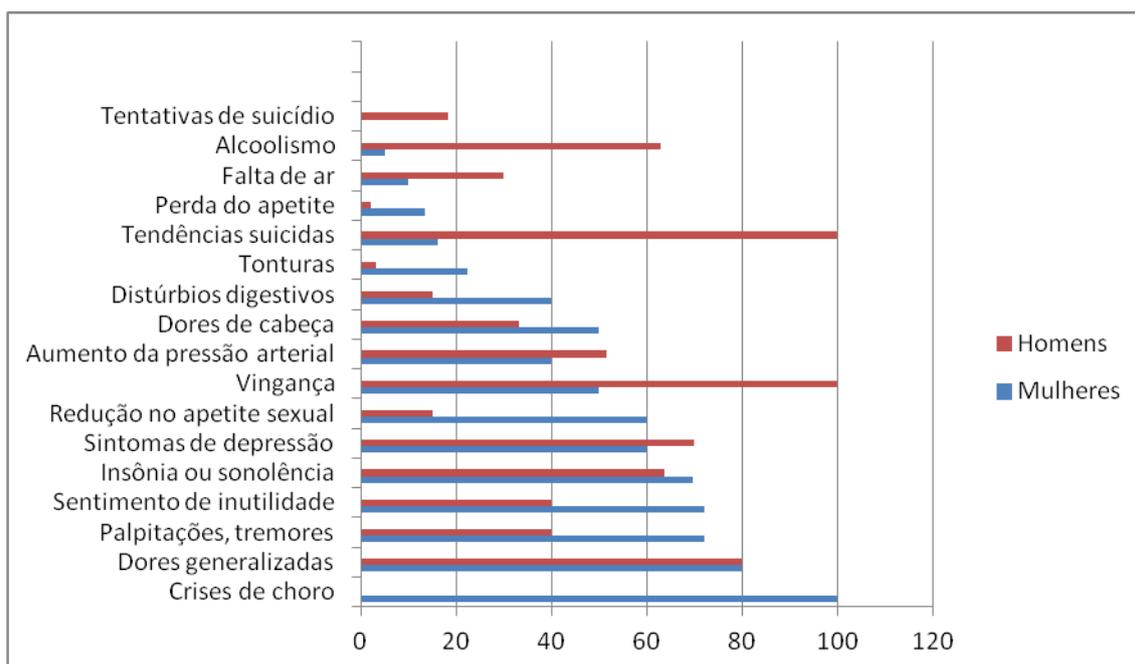
Nessa perspectiva, o bancário passa a disputar espaço, competir e a demonstrar ser capaz de sobreviver nesse novo cenário. Não obstante, significa dizer que isso causará uma mudança na sua forma de neutralizar sentimentos e valores ético-morais que são constituintes de sua personalidade.

Rego (2011), em um longo estudo sobre a saúde dos bancários, analisou pormenores acerca da pressão por vendas e pela conseqüente depressão dos bancários e as conseqüências no seu cotidiano. Em muitos relatos, percebeu-se que o prazer, o reconhecimento advindo do seu trabalho é muito menor em referência ao sofrimento causado pelo ambiente e pelas metas absurdas que pedem os bancos. Isso, entretanto, potencializa os sentimentos negativos e a sensação de abandono à sua própria sorte.

Fez-se claro entre os bancários que a intensificação do ritmo de trabalho, produtividade, qualidade e excelência no atendimento, longas e extensivas jornadas de trabalho, mais qualificação, produção por metas, submissão à hierarquia, coação e assédio moral se evidenciam cada vez mais no trabalho bancário.

O gráfico 1 explicita as causas, percentuais quantitativos de afastamentos de bancários, por sexo.

Gráfico 1 - Causas de afastamento entre os bancários - Brasil 1991-1998 (em %)



Fonte: Boletim do Sindicato dos Bancários de Pernambuco/Cartilha sobre o assédio moral.
Elaboração própria.

Rego (2011) analisa o sofrimento dos bancários como uma tentativa de luta pela normalidade e não pela rotina. Entende o sofrimento como algo inerente ao trabalho, pois, “dado o confronto entre o prescrito e o real e a impossibilidade de se alcançar a perfeição” (p. 112). Essa normalidade foi quebrada por um novo modelo de gerenciamento do trabalho que prima pela intensidade e pela mecanização de gestos com claro objetivo de se alcançar uma alta produtividade aliada ao conceito de qualidade no serviço. Esse modelo, entretanto, impede a autonomia do sujeito em face do fruto de seu trabalho além de manter o bancário sobre estritas e rígidas formas de controle, dos modos de avaliação e metas definidas das quais, não participa ou questiona.

Assim são consequentemente provados e pressionados a atingir metas e superá-las o que, em muitos casos, é impossível. A pressão por resultados resultou diretamente em pressão sobre os bancários que abriram mão de várias situações e de seu tempo livre em busca da captação de novos e possíveis clientes, ou seja, abriram mão de seu tempo de descanso. Outro elemento que potencializa o sofrimento é a mecanicidade do próprio trabalho que se estende por toda a jornada de trabalho dentro das agências. Dessa forma, os procedimentos de trabalho responderam a um prazo e desempenho para realizá-las de forma satisfatória, repetindo os procedimentos até que apresentem

eficiência, livres de erros e ocorrências que permitam falhas, primando sempre pela exatidão e eficiência, determinando uma sobrecarga física e mental de seus operadores.

Nessa relação, nota-se que o sofrimento é potencializado para aqueles que exercem o contato direto com o público (atendentes e caixas). Sobre os atendentes, a pressão para a exatidão em procedimentos padrão nas agências - abertura de cadastros, operações de crédito, atendimento aos clientes e atendimentos telefônicos, identificação de possíveis erros nos procedimentos e no processamento de documentação e o retorno a todas as ocorrências (REGO, 2011).

Quanto aos operadores de caixa, além da quantidade de autenticações, a repetição de movimentos e o volume do movimento diário mesmo em dias de maior movimento exigem um número maior de operações ao longo da jornada de trabalho -, estão expostos à duas pressões: à exatidão do movimento diário de seus caixas exigido pelos bancos e ao atendimento público nem sempre eficaz. Não obstante, estão entre os que mais desenvolvem doenças recorrentes do esforço repetitivo de movimentos (LER).

Quanto aos funcionários das áreas internas dos bancos – como aqueles da área de tecnologia da informação – o sofrimento causado pela jornada mais extensa, árdua e rotineira se acentua com o constante aprimoramento dos sistemas. Segundo Rego (2011, p. 27), a sua jornada se estende diretamente com “constantes pesquisas, consultas aos programas, codificação, programação, documentação e orientações diversas aos membros da equipe”.

Analisando os funcionários lotados no suporte administrativo, a exiguidade e a sobrecarga de tarefas ainda são convocados a apoiar à outras áreas como o atendimento e os caixas. São responsáveis pelas compras, pela provisão de materiais aos setores de atendimento, dos caixas, das gerências, dão apoio aos setores de operações de crédito e abertura de contas, atendem às chamadas telefônicas, fazem os pré e pós-atendimento bancário e como suporte jurídico numa jornada extenuante muitas vezes executada de pé. Em decorrência desses fatores, as doenças físicas são imediatamente sentidas da mesma forma que não podiam atenuar o sofrimento em nome da sua empregabilidade e da constante vigilância de seus superiores. Com as mudanças promovidas pela reestruturação produtiva, Rego (2011) detecta a fragilidade e a exposição da saúde dos bancários em pontos específicos: há pressão por um atendimento das necessidades dos clientes de forma imediata mesmo que, em muitos casos, busque-se instâncias superiores para a resolução dos mesmos; a pressão dos bancos para alcançar e superar as

metas propostas, venda de seus produtos, um maior volume de negócios, pronto atendimento e, novamente, a manutenção do padrão de excelência dos serviços prestados por serem a vitrine para a captação de novos clientes. Uma pressão que existe em todas as esferas das agências e do trabalho nos bancos.

O caráter de polivalência dos bancários exigido pelos bancos leva a prática de substituição de mão de obra “ultrapassada” (funcionários com muito tempo de “casa”, arraigados a hábitos e muito resistentes a se adaptarem aos novos processos) por funcionários mais jovens, aptos a trabalhar em vários postos, mesmo que isso signifique o sacrifício do tempo de almoço, paradas previstas para lanches ou mesmo o tempo de 10 minutos a cada hora trabalhada para os caixas. Essa polivalência, no entanto, não é levada em conta numa possível promoção ainda que a rotina extenuante e o desdobramento em executar – com exatidão – suas atividades tornaram-se regra nos bancos.

Outra questão levantada é o sofrimento capitalizado pela jornada extra e sem retorno para o bancário. Em muitos casos, ele deve refazer o seu trabalho repetidas vezes, como forma de evitar “furos” ou possíveis brechas para erros, compor – junto com a equipe – estratégias que permitam cumprir as metas estipuladas mesmo que lhe custe e sacrifique tempo essencial de lazer e horas livres com a família. O banco, nesse caso, vem em primeiro lugar¹⁹.

Assim, associado ao número reduzido de funcionários, o perfil do trabalhador bancário se modificou com a exigência dos bancos em profissionais com perfil de gerenciamento além da gradativa redução de postos intermediários, escriturários e auxiliares (DIEESE, 2000, p. 7). Da mesma forma, há uma clássica separação de gêneros onde o número de mulheres sendo maior em todo o contingente bancário e com maior tempo de instrução não se reflete em maior número em postos de comando ou gerência, o que leva Segnini (1999, p. 193) a afirmar:

As mulheres continuam predominantemente no trabalho em tempo parcial (84%), hierarquicamente inseridas em trabalhos de suporte às tarefas administrativas e comerciais; porém, mais e mais solicitadas para realizar trabalho de vendas, assim como os bancários de forma geral.

¹⁹ Segundo o DIEESE (2000), 53% dos bancários realizavam horas extras sendo que desse total somente 21% não recebiam remuneração sobre as horas extras trabalhadas.

Desse modo, ocorre uma segregação e a demarcação das tarefas específicas à cada gênero mesmo entre os terceirizados do qual Segnini (1999, p. 194) explica:

Uma análise de gênero a respeito dos processos de terceirização observados revela as empresas terceirizadoras reafirmam os estereótipos referentes aos atributos masculinos e femininos na construção das qualificações desejadas na execução das tarefas.

No serviço de compensação de cheques, espaço predominantemente masculino de trabalho, tanto na empresa terceirizadora como nos bancos, o reduzido número de mulheres é justificado pelo horário noturno que o torna “perigoso para as mulheres na hora de sair do trabalho”, ou ainda, simplesmente, que “esse não é um ambiente adequado para mulheres porque o trabalho aqui é tenso, muita correria, e os rapazes ficam mais à vontade”. No entanto, é sempre reafirmado que “nunca mulher foi discriminada aqui”.

Desse modo, o espaço de trabalho se torna, além de um espaço de sofrimento e intensificação das atividades, um delimitador das atividades exercidas ora pelo sexo masculino, ora pelo sexo feminino e, mesmo com a afirmação de não haver distinção, comprovou-se ser, na prática, algo recorrente ao universo bancário.

4.2.- A tipologia de sofrimentos

Visto de certo prisma, entende-se o sofrimento como o uso indiscriminado da força sobre o trabalho humano quando a parte mais fraca não oferece resistência. O emprego de atividades que visem obter rentabilidade, eficiência, esforço sobre uma determinada tarefa remonta à própria evolução do trabalho. Nos dias atuais, a aplicação de meios informacionais como forma de facilitar e tornar eficiente o trabalho ganha espaço em todas as esferas de produção.

Os bancos, em larga escala, passaram a informatizar e automatizar seus setores o que permitiu interligar seus sistemas a inúmeras execuções de operações *on-line* como também a operação remota fora das agências e dos horários bancários, o chamado *home banking*. Ao mesmo tempo em que preparam suas instituições, mudanças estruturais foram providenciadas, dentre elas, grandes quantidades de demissões.

O DIEESE (2000) levanta a questão da finalidade dos bancos que, não contribuindo para a geração de empregos e renda, caracterizaram-se como os campeões de lucratividade ao mesmo tempo em que permanecem no primeiro lugar em demissões no Brasil. A execução de três planos econômicos na década de 1990 foram importantes para que se reduzissem fortemente seus quadros funcionais principalmente pela perda de rendimentos oriundos do *floating*. Esses períodos são compreendidos como “ondas

de redução de postos de trabalho”, sendo a primeira no Plano Cruzado (109 mil postos entre março e dezembro de 1986); a segunda no Plano Collor (128 mil postos entre março de 1990 e fevereiro de 1992) e a terceira no Plano Real (161 mil postos entre julho de 1994 até o fim de 1996). No entanto, a redução variou nos anos de 1996 (10%), 1997 (7%) e 1998 (4,8%).

O DIEESE (2000) apresenta alguns fatores que contribuem para a redução do número de bancários: a) a automação e as novas formas de organização do trabalho permitindo o maior controle sobre o trabalho executado; b) a eliminação de cargos intermediários, emprego de trabalhadores terceirizados; c) as fusões e incorporações de outros bancos que eliminam setores idênticos nas empresas, permitindo a padronização das rotinas de trabalho.

Quanto à tipologia dos sofrimentos, Rego (2011) recorre à classificação de Dejours (1999 e 2004) na divisão em três tipos: o *sofrimento patogênico*, que elimina os sintomas de prazer e a realização do indivíduo, jogando-o em crises de identidade e apatia pelas dificuldades que se apresentam. Como consequências imediatas, o envelhecimento precoce do corpo, decadência intelectual rápida e o surgimento de doenças somáticas. A exaustão psíquica gera a dependência de álcool e drogas; em muitos casos, a dependência de psicotrópicos como a cocaína. Assim,

A hiperatividade e o desempenho exigidos em determinadas situações de trabalho também estão relacionadas a este tipo de sofrimento: repressão do funcionamento psíquico e um funcionamento operante. A exaustão muitas vezes leva ao abuso do álcool e ao uso de psicotrópicos, especificamente a cocaína. (REGO, 2011, p. 29).

Nesse aspecto, os bancários se inserem nas categorias da CID-10, no que constitui a classificação em que há o concurso para os afastamentos derivados de anomalias oriundas do excesso de trabalho e da pressão exercida sobre quem o executa.

Quadro 5 - CID-10²⁰ Causas de afastamento com maior incidência patológica sobre os bancários

Código	Classificação	Descrição
---------------	----------------------	------------------

²⁰ Classificadas de acordo com a incidência de afastamentos entre bancários conforme REGO, 2011; DRUCK, 2011; SANTOS, 2009 e DATASUS, 2012.

020.X60-X84.X62	X62	Autointoxicação por e exposição, intencional, a narcóticos e psicodislépticos [alucinógenos] não classificados em outra parte.
020.X60-X84.X63	X63	Autointoxicação por e exposição, intencional, a outras substâncias farmacológicas de ação sobre o sistema nervoso autônomo.
020.X60-X84.X64	X64	Autointoxicação por e exposição, intencional, a outras drogas, medicamentos e substâncias biológicas e às não especificadas.
020.X60-X84.X65	X65	Autointoxicação voluntária por álcool.
020.X60-X84.X69	X69	Autointoxicação por e exposição, intencional, a outros produtos químicos e substâncias nocivas não especificadas.
020.X60-X84.X70	X70	Lesão autoprovocada intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação.
020.X60-X84.X72	X72	Lesão autoprovocada intencionalmente por disparo de arma de fogo de mão.
020.X60-X84.X74	X74	Lesão autoprovocada intencionalmente por disparo de outra arma de fogo e de arma de fogo não especificada
020.X60-X84.X78	X78	Lesão autoprovocada

		intencionalmente por objeto cortante ou penetrante.
--	--	---

Fonte: SIM – Sistema de Informações de Mortalidades/DATASUS – MS, REGO, 2011; DRUCK, 2011; SANTOS, 2009.

Elaboração própria.

Ao dar livre curso a sua frustração, descarregar os sentimentos sufocados, a saída para a dependência das drogas e do álcool permitem ao bancário a falsa ilusão da realidade opressora.

O *sofrimento criativo* se dá mediante a ausência da inteligência prática, o coletivo do trabalho e o reconhecimento. Sobre a inteligência prática, Rego (2011, p. 29) caracteriza como sendo o “uso da sabedoria no trabalho, é o saber-fazer, que envolve não só o conhecimento formal, mas a experiência, a intuição, a engenhosidade, a criatividade”.

Com a impositiva questão de atender aos comandos gerados pelo sistema, a impossibilidade de contornar ou resolver uma situação de forma efetiva ou mesmo de defender-se da violência no trabalho limita o espaço de ação sobre o real por parte do bancário. Já o *coletivo do trabalho* é o espaço da “construção de regras que implicam a solução de compromisso” (REGO, 2011, p. 29), ou seja, a construção de espaços e pactos que resultem na solução de problemas entre os colegas de trabalho, a fim de superar os conflitos decorrentes da relação de trabalho.

É o espaço de construção da inteligência coletiva e da habilidade em buscar alternativas que visem à sobrevivência do grupo em face de uma agressão ou violência contra seus indivíduos. Em um espaço de vigilância constante, a construção de mecanismos e laços que gerem compromissos entre os bancários torna-se cada vez mais raro, uma vez que a competição pela sobrevivência entre os colegas cria sujeitos mais vulneráveis e menos afeitos ao comprometimento com o outro.

Nesse ponto, a cooperação é substituída pela individualização, uma vez que não gera compromisso e comprometimento com o grupo. Nisso,

Cooperar implica solução de compromisso e negociação das regras que vão estar em constante mudança. Primeiro se constroem as regras, depois se colabora. Esse modo de agir permite o engajamento e o compromisso de cada um com seu trabalho. Representa uma possibilidade de superação do sofrimento patogênico, porque nesse coletivo o sofrimento é compartilhado, externado. (REGO, 2011,p. 30).

Quanto mais um grupo é enfraquecido, mais expostos estão seus sujeitos a não se comprometerem com regras e pactos estabelecidos pelo próprio grupo se subordinando diretamente à força opressora passivamente, sem apresentar resistência.

O *reconhecimento* é entendido como uma terceira forma de superação do sofrimento patogênico para transformá-lo em sofrimento criativo, e que passa diretamente pela identidade. Nesse, há o exercício da alteridade, do reconhecer o outro, do olhar do outro acerca daquilo que o constitui enquanto ser para o trabalho. Esse olhar é o que capacita o desenvolvimento das habilidades e potencialidades – especialmente as criativas – do sujeito no trabalho. Rego (2011, p. 30) ressalta que o reconhecimento “vem do esforço em encontrar as soluções para o trabalho e da capacidade humana de colocar vida nos manuais” além de transformar em realidade aquilo que é prescrito. Por outro lado, retoma a questão dos laços e pactos entre os sujeitos no trabalho, com o propósito de superarem-se, de incentivarem-se e traçarem metas conjuntas para elevarem a estima de cada sujeito.

A capacidade de olhar para as necessidades do outro é o que torna possível a solidariedade no ambiente de trabalho leva ao compromisso de os indivíduos construir propostas e alternativas de superação dos obstáculos e violência decorrente do trabalho. A externalização das dificuldades, a construção de pontes e a solidariedade para com o sofrimento e os obstáculos enfrentados por seus indivíduos levam o grupo a enfrentar habilmente os problemas decorrentes da intensificação do trabalho.

Por sua vez, há a exposição do bancário ao *sofrimento ético*, provavelmente, um dos mais sintomáticos encontrados na categoria. A sublevação de valores que permeiam a ação cotidiana, por sua vez, gerou a insensibilidade ao sofrimento alheio e de seu próprio sofrimento. No entanto, é “a possibilidade de alguém se indignar e ter uma mobilização subjetiva por meio do sofrimento criativo” e que “mobiliza o indivíduo à ação política” (REGO, 2011).

Nesse quesito, é a capacidade que o indivíduo tem de se indignar em face de uma agressão sofrida enquanto indivíduo ou membro de um grupo. Esse tipo de sofrimento mobiliza a mudança, a ação e a resignificação dos elementos de solidariedade de um indivíduo/grupo. Dessa forma, a necessidade de construção de instrumentos que gerem justiça, reciprocidade na superação dos instrumentos da violência, foi, também, uma constante na reivindicação dos sindicatos e bancários às negociações seguintes.

Paparelli (2011) aponta seis fatores que, concomitantemente à intensificação do trabalho, são fundamentais a compreensão do sofrimento provocado na atividade bancária e na potencialização de situações extremas no próprio trabalho: o enxugamento de pessoal, seja por meio de demissões ou por programas de demissão voluntária, gerando ansiedade e competitividade entre os pares; o desgaste dos ainda empregados com sentimentos adversos acentuados com quadros de ansiedade, depressão e sofrimento psíquico; a intensificação do trabalho, a flexibilização dos postos de trabalho e a polivalência (capacidade de atuar em outros setores); o enfraquecimento da familiaridade com o trabalho devido à rapidez das mudanças; aprimoramento constante tido como necessário à sobrevivência e empregabilidade; pressão por alcance de metas, de forma unilateral e autoritária.

Paparelli (2011) ainda assevera que a aplicação nos bancos por modelos de gestão eficiente, qualidade nos serviços, gestão de excelência e a gestão flexível propiciam uma competição aberta entre os bancários, premiando o “vencedor” e punindo o “ineficiente”, categorizando um efeito prático na subjetividade do trabalhador numa total disposição ao serviço da instituição ao qual está vinculado.

Uma das formas de “estímulo” à competitividade entre os bancários na chamada guerra de “todos contra todos” se dá na forma escalonada e diferenciada de premiação atrelada aos salários, vinculadas ao cumprimento das metas de produtividade. Os bancos afirmam não ser algo estimulado ou criado por eles mesmos, mas, numa demanda de mercado, e que, os faz agir com maior intensidade no intuito de manterem-se na vitrine do mercado e no inconsciente coletivo da população, ao mesmo tempo em que construíram uma imagem de estabilidade e segurança, bons motivos para a atração de mais clientes em um mercado disputado como o brasileiro.

A conquista desses espaços, entretanto, atende a uma feroz competitividade dada não só pela mídia, mas, também, pela agressividade dos bancos em exigir cada vez mais de seus funcionários e vendendo uma imagem de competência, ética e lisura financeira. Para tanto, manter-se constantemente qualificado, em constante aprimoramento tornou-se uma condição *sine qua non* para sua empregabilidade. Sobre isso, Paparelli (2011, p. 240) afirma serem “os trabalhadores responsabilizados individualmente pela manutenção de sua ‘empregabilidade’, providenciando e arcando com os custos de sua formação, de modo a garantir a ‘excelência’ tida como necessária para a ‘sobrevivência’ da empresa no ‘mercado’”.

Consequentemente, a superexposição dos bancários a um ambiente estimuladamente competitivo gerou outra faceta do sofrimento, bem como um dos instrumentos argutos dos bancos: o assédio moral.

Estudiosos na área da Psicologia do Trabalho como Dejours (1998) e Hirigoyen (2002) têm analisado os eventos decorrentes da exploração do trabalho e suas consequências na saúde dos trabalhadores. Dentre as formas de violência sofridas pelos trabalhadores, a mais recorrente se faz através do assédio moral, uma forma de patologia da solidão.

Segundo Ferreira (2008), o assédio moral se apresenta como uma degradação das condições de trabalho, de forma prolongada e repetitiva, apresentada nas relações hierárquicas predominantemente calcadas no abuso e uso do poder coercitivo sobre um determinado sujeito. Essa exposição, no entanto, causa danos psíquicos que, com o passar do tempo, levam a danos físicos.

O assédio moral tem um claro objetivo: destruir, desestabilizar, causar danos ao aparato psicológico e, acarreta também, a destruição da vida profissional, prejuízos psicológicos em grande parte irreparáveis no indivíduo. As armas utilizadas são conhecidas: demonstração exacerbada de poder e a coação.

Em geral, as marcas do assédio moral se presentificavam na incapacidade ou inabilidade na execução de uma determinada atividade oriundas da violência moral que sofre aquele que é assediado e o terror psicológico que é submetido por força do agressor. No caso dos bancários, deriva de causas externas (vide a competitividade entre os pares, os obstáculos criados por estes dificultando a execução do trabalho, entre outros). Substancialmente num ambiente competitivo - onde a solidariedade desaparece ou é omitida -, são as mulheres quem mais sofrem com esse tipo de assédio, não excluindo os homossexuais e aos bancários que expressam convicções religiosas ou afetivas. Nesse aspecto Segnini (1999, p. 195-196) também expressa:

No entanto, revela compreender também que dessa forma mantém o emprego, transformando o medo em produtividade. Por intermédio da “pedagogia do medo” do desemprego, o bancário qualifica-se, de acordo com o conceito atribuído a essa expressão pelos bancos.

Os salários são também constituídos de modo a reafirmar esse processo de valorização do individualismo, somado ao medo do desemprego na construção de índices de produtividade elevados. Isso quer dizer que os salários são cada vez mais “flexíveis”, constituídos de restrita parcela fixa e vários itens variáveis, que possibilitam a auferição diária, mensal do “valor” do funcionário em relação aos parâmetros preestabelecidos, com sua própria anuência.

Dejours (1998) ilustra situações que vão desde a maledicência dos superiores ao propor tarefas de difícil execução ou mesmo coagir o funcionário com ameaças. Essa característica pressão sobre o bancário o leva, em muitos casos, a questionar-se a si mesmo se é capaz de executar uma determinada atividade/tarefa. Mesmo ciente de sua competência, é constantemente atormentado por ser ou não apto a executá-la com exatidão mesmo sabendo que o é. Desse modo, passa a viver incomodamente com a dúvida até o ponto de sentir a sua sanidade esvair-se lentamente.

Ferreira (2008) ainda demonstra que o assédio moral modula-se variavelmente de ambiente para ambiente, muito embora ocorra dentro do que denomina “assimetria de poder”, podendo também suceder entre pessoas com o mesmo poder na hierarquia, de forma horizontalizada.

Mas o que ficou recorrente no trabalho bancário, junto com a sabotagem e o ato de denegrir (“queimar”), é a incidência do assédio moral ganhando espaço nas agências e no trabalho bancário, deixando sequelas e feridas expostas no bancário, por extensão, em sua própria vida social. Assim, o assediado é frequentemente exposto a situações claras de violência moral pelo assediador, não podendo contar com a participação ou defesa por parte de seus colegas.

É, em outras palavras, um ambiente de medo e silêncio obsequioso.

Desse modo, Ferreira (2008, p. 43) expõe:

Normalmente os colegas de trabalho, ao presenciar o assédio, não esboçam reação em favor da vítima. Comportam-se como se a situação fosse normal e passa a desprezar ou ignorar o assediado por medo de serem demitidos ou também assediados. Caracteriza-se pela chantagem ou outra forma de pressão envolvendo informações que possam denegrir o assediado.

Potencialmente, os assediados são aqueles vistos como figuras subjulgadas, fracas e frágeis identificadas como as mulheres – e aqui, aquelas com filhos menores –, pessoas afastadas em decorrência de problemas de saúde adquiridos no trabalho ou mesmo em jornadas parciais para tratamento médico (Ferreira, 2007) entre outros. Há, segundo Ferreira (2008) e Paparelli (2011), aqueles que representem uma minoria ou grupo tido como excluído como homossexuais, negros, lésbicas.

Zimmermann (2002) também aborda a questão do assédio moral como sendo uma das consequências do processo de flexibilização das relações trabalhistas no contexto da globalização, acarretando situações de desumanização, intensificação,

gravidade, generalização e banalização do problema com as relações de trabalho passando a prezar o individualismo e a eficácia na produtividade.

Zimmermann (2002) lista as condutas daqueles que assediam moralmente. São as mais recorrentes: a confusão nas instruções com vistas de confundir o interlocutor, bloquear (sabotar) o andamento do trabalho alheio, atribuir erros inexistentes, ignorar a pessoa e sua presença no ambiente, pedir a execução de trabalhos e tarefas sem necessidade ou mesmo atribuir caráter de urgência sem que haja tal necessidade, criticar publicamente a pessoa, sobrecarregá-la de trabalhos, evitar gestos de gentileza, imposição de horários injustificados, atos caluniosos ou difamatórios sobre a pessoa, insinuar a incapacidade de executar serviços fáceis, transferência de setor de forma injustificada, insinuar insanidade da pessoa, não delegar-lhe tarefas, agressão quando encontra-se a sós com a pessoa, boicotar a pessoa, proibindo colegas de dirigir-lhe a palavra ou mesmo nos horários de convívio comum, como no almoço (ZIMMERMANN, 2002, p. 5).

Por outro lado, confere outras formas de controle e pressão sobre o trabalhador (ZIMMERMANN, 2002, p.5): brincadeiras de mau-gosto; marcação sobre o número de idas ao banheiro; vigilância constante sobre a execução do trabalho; desvalorização da atividade profissional; exigência de desempenho de funções acima do conhecimento do empregado ou abaixo de sua capacidade ou degradantes; indução do trabalhador ao erro; indução da vítima ao descrédito de sua própria capacidade laborativa; recusa a comunicar-se diretamente com a vítima, delegando ordens por meio de terceiros; censura ao trabalhador de forma vaga e imprecisa, abrindo precedentes para interpretações dúbias; exigência de tarefas impossíveis de serem executadas em um tempo demasiado curto; supressão de documentos ou informações importantes; impedimento a treinamentos; marcação de reuniões sem a presença do funcionário e cobrança de sua ausência frente aos demais colegas; ridicularizar o funcionário por meio de sua religiosidade ou mesmo preferências partidárias.

Dentre os grupos, os assediados são, em média, pessoas com um caráter firme, senso de justiça, honestidade, convicções éticas, hábeis e conciliadoras na solução de problemas, não compactuam com o autoritarismo, são mais aptos do que os agressores; não revidam às agressões e os insultos, suportam calados o sofrimento e, são mais dedicados ao trabalho, e compõem-se – em sua maioria – pela incidência maior de mulheres embora tenha um grupo significativo de homens. No caso das mulheres, são

vítimas de assédio as casadas, grávidas ou mães com filhos pequenos (ZIMMERMANN, 2002, p. 8). Em casos mais raros, os ex-presidiários ou pessoas em tratamento médico.

Quanto ao perfil do agressor, em geral, exercem cargos superiores e tem o poder da ameaça sobre seus subordinados. Zimmermann (2002, p. 8), entretanto, expõe:

Quem agride?

- Um superior (chefe) agride um subordinado (é a situação mais frequente);
- Um colega agride outro colega;
- Um superior é agredido por subordinados. É um caso mais difícil de acontecer. A pessoa vem de fora, tem uma maneira de exercer a chefia que o grupo não aceita. Pode ser também um antigo colega que é promovido a chefe sem que o grupo tenha sido consultado.

Em geral, o perfil do agressor é de um ser narcisista e afeito ao sentimento de grandeza e de reconhecimento, são capazes de constranger e se importem pela força e pela natureza de seu posto hierárquico. Casualmente não admite nenhuma censura, não “comete falhas”, seu senso de moralidade é de acordo com sua conveniência, não apresenta empatia com seus subordinados, é invejoso e capaz de fazer de tudo para alcançar seus objetivos mesmo com atos inescrupulosos. Em geral, tem seus subordinados como “escada” para seus propósitos de crescimento dentro da empresa.

Ambientes onde aparecem situações claras de assédio moral tendem a criar um clima de baixa produtividade, de insatisfação, de tensão e de constante policiamento por parte dos trabalhadores. Nos bancos, potencializa a instabilidade entre os bancários além de propiciar afastamentos devido à intensificação, ritmo e degradação do trabalho. A ocorrência de bancários afastados devido ao ritmo exaustivo de toques nos computadores, terminais e vítimas do trabalho exaustivo e intenso cresce.

Ferreira (2008) mostra que o assédio moral torna-se uma forma de violência organizacional, sistemática, passível de usar instrumentos para controle da coletividade em detrimento dos interesses da organização. Entretanto, entende que o assédio moral “não responde aos objetivos de produtividade, mas objetiva excluir e prejudicar grupos e pessoas” (p. 47) embora fira diretamente os direitos do trabalhador, a carta de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Sistematicamente, a própria aplicação do neoliberalismo no Brasil tenta suprimir direitos e conquistas dos trabalhadores, muito embora tenha encontrado resistência por parte das entidades sindicais e de movimentos sociais organizados.

4.3.- Trabalho sobre pressão

Trabalhar sobre pressão tornou-se algo rotineiro dentro das agências e de forma proposital no intuito de se obter produtividade e resultados. Sobre pressão, bancários executavam mecanicamente seu trabalho, privavam-se de suas necessidades básicas e encontravam-se em constante vigilância, mesmo uma vigilância onisciente.

Já abordada em páginas anteriores, a pressão para produzir resultados a fim de cumprir as metas estabelecidas pelos bancos, além do regime de constante desconfiança ao qual são submetidos os bancários, produzem efeitos nefastos à saúde física e mental a curto/médio prazo. Há práticas que envolvem sabotagem no trabalho, contradições nas execuções de comandos nos serviços, assédio moral, exclusão, posturas agressivas como chamar a atenção em voz alta e à frente de todos os demais colegas.

Dejours (1998) desenvolve um longo estudo acerca da saúde dos trabalhadores agora inseridos no cenário do trabalho globalizado, onde as práticas de sabotagem, esgotamento, desmandos, desconexões de comandos e evidente desgaste das relações trabalhistas tornaram-se o lugar comum nessas mesmas relações. Notoriamente, seu campo de estudo – os trabalhadores franceses – contempla relações de verossimilhança com os bancários brasileiros na busca por resultados. Desse modo, a concepção de que o homem é a extensão da máquina se evidencia de imediato.

Mesmo com as propaladas qualidade e excelência nos serviços, há um impasse: estas são cobradas dos empregados, levando-se em conta a extrema condição de exposição e sobrecarga dos trabalhos ou computa-se – nesse bojo – as eventuais falhas decorrentes dos sistemas e incidentes alheios à vontade humana? Nisso, Dejours (1998, p. 31) reflete:

em tais situações, muitas vezes, os trabalhadores não têm como saber se suas falhas se devem à incompetência ou as anomalias do sistema técnico. E essa fonte de perplexidade é também a causa de angústia e de sofrimento, que tomam a forma de medo de ser incompetente, de não estar à altura ou de se mostrar incapaz de enfrentar convenientemente situações incomuns ou incertas, as quais, precisamente, exigem responsabilidade.

Mesmo em situações de plena automação, de integração de dados e sistemas, as falhas, em sua grande parte, são computadas as mãos humanas o que se estende, nesse caso, a funcionários que trabalham no suporte técnico e na própria área de desenvolvimento de sistemas o que também acarreta sobrecarga a estes.

Trabalhar mal, desse modo, em busca de resultados, acabou por ser a ordem do dia, desde que produza os resultados esperados pelas instituições, ainda que isso acabe produzindo mais trabalho extra. A pressão visível – gerências e chefias – e a pressão invisível – sistemas e comandos autônomos dos terminais – ritmam o trabalho chegando a pontos extenuantes. Entretanto, fica evidente que a força do capital que logra maximizar lucros e minimizar perdas não se aplica ao trabalho bancário.

Dentro dessa lógica perversa, tudo adquire a forma de normalidade, rotina cujo resultado é evidentemente o lucro em sua mais selvagem forma – à custa do sofrimento daquele que produz – negando o sofrimento como uma forma de apropriação do trabalho alheio.

É provavelmente pela negação do sofrimento alheio que a identidade do bancário esteja jogada na espiral da incerteza, capaz de tolher-lhe a capacidade de organização e manter-lhe sobre a opressiva força exploratória do capital.

Os bancários se encontravam no mesmo patamar de profissionais cuja exigência, os expõe a situações de risco e pressão como profissionais da Educação, agentes e profissionais da Saúde, agentes de Segurança Pública, controladores de voo e motoristas de coletivos públicos. Guardadas as proporções quanto ao tipo de atendimento - no caso, ao público em geral - os riscos advindo da vigilância dos superiores e à exigência do atendimento rápido e eficaz aos clientes, mascara outros fatores em seu local de trabalho como a insalubridade (consequente deteriorização da qualidade de vida no trabalho) e à insegurança advinda da violência urbana, dos quais, não estão imunes. Mesmo com os recursos de segurança das agências (uso de portas eletrônicas providas de detectores de metal) não são a garantia de segurança em seu ambiente de trabalho ainda que seja um agente externo (a violência urbana) que vai ao encontro de um agente interno (a violência pela pressão da produção e por resultados), situações estão correntes em seu dia a dia. Além disso, a violência decorrente do excesso de trabalho trouxe o afastamento clínico motivado por doenças advindas do excesso de toques ou, exclusivamente, pela postura inadequada no trabalho cotidiano.

Em certa forma, a patologia da normalidade se presentifica nessas contradições da atividade bancária, exposta à cotidiana violência externa – cujo agente garantidor é o Estado – e a violência interna, praticada contra o seu trabalho e contra a sua pessoa. Desse modo, Dejours (1998, p. 32-33) enxerga como sendo o resultado de “mudanças estruturais e o enxugamento dos quadros que deixam todos tão sobrecarregados de trabalho que eles ‘deixam prá lá’”. Absolutamente não se tem força (ou vontade) para mudar a situação.

Por outro lado, o bancário é consciente de que suportar um trabalho extenuante e degradante, expondo-se perigosamente ao risco também afeta a sua vida social. E, em muitos casos, a superexposição é a fonte dos danos em seu trabalho e em sua vida social, uma vez que não consegue desassociar trabalho de sua vida fora do trabalho.

Assim sendo, resta-lhe apresentar e apegar-se à resistência ao trabalho que, embora seja a sua forma de prover-se e conferir-lhe uma identidade, também é a causa de seu sofrimento. Segundo Dejours (1998, p. 47), resistir é a capacidade de “aguentar firme o tempo todo, sem relaxar, sem se importar em machucar as mãos (...), sem se ferir e sem adoecer”. Uma resistência que também pode ser a atitude resoluta de não ceder, muito embora lhe cause um conflito moral entre o fazer e agir do obedecer.

A competição estimulada pelo cumprimento das metas também lhe impôs a condição de pensar em sua sobrevivência, condição de não padecer e estar alheio ao sofrimento que seus pares também suportam. Também isso, acarretará consequências em seu posicionamento e ação contra a pressão exercida para se trabalhar mais e mal.

Como a própria condição de produção sob risco ao qual se submete, o bancário criou uma situação de precarização ocorrida dentro do próprio trabalho. Isso, de outra forma, vem ao encontro do que Dejours (1998) entende diferenciar-se da precariedade do trabalho. Trabalho precário requer condições as quais, indelevelmente, o trabalhador escolhe expor-se ao risco, como, por exemplo, um mineiro ou um mergulhador de plataformas petrolíferas dadas as condições de extremo risco à sua saúde e integridade como tal. Ainda que os riscos se evidenciem e fatores alheios à sua vontade não possam ser evitados (explosões, desmaios involuntários, pressão atmosférica), está por sua conta e risco aceitar tais condições. Assim, pode-se dizer haver precariedade no trabalho.

A *precarização*, por sua vez, atende a elementos diversos ao da precariedade como nos assevera Dejours (1998) ao mostrar quatro consequências que encontram reflexos diretos na atividade dos bancários: a intensificação do trabalho e, por

consequente, o sofrimento subjetivo (I); a neutralização da atividade coletiva, ou seja, a incapacidade de agir corporativamente contra a injustiça no trabalho (II); a estratégia defensiva do silêncio ou a capacidade de “não se manifestar”, fingir-se de “morto” ou mesmo padecer em silêncio, concentrado em não sofrer com o outro (compaixão no trabalho) (III) e, por fim, o individualismo ou fazer o seu trabalho e desempenhá-lo mesmo quando compartilhado em equipe (IV). Em seu escopo, o fim da cooperação no trabalho se anunciou inevitável.

A competitividade propalada pelos bancos e o investimento em formação continuada propícia a criação de sujeitos capazes de assimilar a arte de comercializar, convencimento e, lógico, capazes de trabalhar atendendo aos princípios da instituição, pondo de lado todas as convicções morais que venham a surgir no seu caminho e de seus objetivos.

Há, no que tange a atividade bancária, um regime de servidão voluntária. Tal termo – cunhado no pensamento do filósofo La Boétie (1999) – reza que os homens se submetem às ordens e a um regime servil em troca de condições que permitam-lhe a sobrevivência. Hobbes (1999), filósofo inglês, vai adiante quando reforça que o regime da “guerra de todos contra todos” levaria, conseqüentemente, à aniquilação conjunta de uma comunidade ao passo que permitiria que um sujeito mais forte encontrasse a comunidade enfraquecida e, por conta disso, dominasse-a sem dificuldades.

Em vista disso, confeririam a um soberano a sua liberdade em troca de paz e proteção (segurança). Rousseau, ao seu tempo, aborda, em seu “Contrato social”, a entrega da liberdade dos indivíduos organizados socialmente em troca da propriedade privada mesmo sabendo serem, no conjunto, mais fortes do que efetivamente o detentor da propriedade.

O regime de servidão voluntária pode ser entendido a partir da necessidade do bancário manter o seu emprego – embora seja fonte de sofrimento – e da necessidade de prover o seu sustento e conforto por meio de sua atividade profissional. Assim, sofrer significa render-se incondicional e servilmente à mercê de algo/alguém que o absorve, que o pune e o recrimina, tirando-lhe a identidade. Sofrer subentende-se assumir-se impotente frente ao dominador, à sua força, à sua capacidade de resistir e negar a sua capacidade de superar tal força.

Assim, a servidão voluntária do bancário encontra respaldo na incapacidade de assimilar o sofrimento alheio e buscar forças para superar o sofrimento coletivizado nas

agências e na sua prática laboral. Ainda que a ideologia neoliberal reforce a ideia de indivíduos solitários, agrupados em um objetivo comum – maior produção, intensificação do trabalho, busca de resultados, cumprimento de metas, conquista de mercados, entre outros – percebe-se haver algo que acorde a categoria na luta conjunta e organizada contra o sistema.

Não se ignora, entretanto, que o enxugamento dos bancos e o deslocamento de peças-chave que contestem, briguem, defendam e articulem a categoria (funcionários mais antigos e pouco afeitos à despersonalização constituída) teve o intuito de desestabilizar qualquer centelha de organização e resistência que possa ainda existir. Sem esse agir, a possibilidade de mudança ficará no horizonte utópico de, um dia, haver mais humanização nas relações entre o empregador e os empregados ou, persistir na triste constatação feita por Ferreira (2008, p. 35):

Manifesta-se quando as relações subjetivas com o trabalho se deterioram, o que torna o trabalho sem sentido. As relações de solidariedade se diluem e o sofrimento se faz mais intenso. Ocorre diante de situações de estresse e da insensibilidade ao seu sofrimento e das demais pessoas. Resulta da dominação social no trabalho que pode levar à solidão, abandono e desolação.

Desse modo, nem tudo se resume a situações de espoliação física, uma vez que o aspecto dos valores ético-morais tenha efeito mais devastador no bancário com o risco de ser mais um evento da normalidade patológica.

4.4.- O trabalho sujo em nome da produção

Num jogo em que as regras são determinadas por quem delas se beneficia, aos demais jogadores, não lhes cabe questionar. No jogo do mercado os imperativos são determinados por aqueles que determinam o poder, cabendo às demais personagens jogar por suas próprias sobrevivências. Assemelha-se ao mesmo jogo do circo romano onde o espetáculo da barbárie e daqueles a quem era permitido viver ou morrer cabia ao imperador.

Em tempos atuais, o imperador nada mais é do que uma figura sem rosto, amórfica, onisciente e onipresente e nem tanto onipotente: o mercado. Por ele, submetem-se nações, políticas, economias que se põem num regime de completa subserviência. Esse mesmo ser dita o ritmo das sociedades, povos e do trabalho.

Peremptoriamente, todas as formas das esferas sociais gradativamente se submeteram às suas vontades, muito embora pudesse contestar a sua forma insidiosa de

fazer valer suas prerrogativas. Aos poucos, foram-se impondo os costumes e modos, bem como se acirrando o fosso social entre as classes, sociedades e nações. Cabe o maniqueísmo do mercado que distingue ricos de pobres, desenvolvidos de em desenvolvimento, aptos e inaptos, máquinas de homens.

Mas o que poderia ser mais gritante ao trabalhador tornou-se corriqueiro em muitos ambientes de trabalho: a suspensão de valores ético-morais em nome da sua própria sobrevivência no trabalho ou mercado. Vale frisar que esse mesmo mercado assume várias facetas e, uma delas, assumida pelos bancos, é atuar como “comércio”, atividade esta intensificada a partir dos anos de 1990.

Como o comércio, vive da diversificação de produtos e de uma acirrada competição por preços e produtos na captação de clientes, venda de seus produtos ainda que aproveitando o filão da maledicente venda casada. Nesse contexto, bancários com formação intelectual maior em relação a outros segmentos profissionais têm sido inseridos no rol daqueles que, à guisa de completarem as cotas propostas, passam sobre os seus valores mais caros em busca de emplacar metas, tornando-se agressivos em seus propósitos de cumpri-las, ainda que isso signifique usar de jogo sujo, trapaça ou malandragem, apelando por agirem de forma escusa e antiética mesmo que isso signifique a manutenção de seu posto de trabalho..

Rego (2011) dimensiona a busca dos bancos com uma gestão administrativa que enfatiza o foco nos resultados. É notório que, mesmo após um processo de reestruturação que redimensionou o mercado, propiciou a concentração dos chamados grandes bancos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú-Unibanco, HSBC e Santander), reduziu a participação dos bancos públicos (em sua maioria, foram reduzidos a agentes de fomento e desenvolvimento regional ou absorvidos por bancos privados), reduziu o quadro de seus funcionários ao mesmo tempo em que intensificou o trabalho dos que ainda se encontram em suas fileiras, o foco nos resultados não demorou para aparecer com colossais lucros conferidos a esses bancos e, ainda assim, entenderam haver mais espaço para o crescimento e, conseqüentemente, expandir atividades e lucros.

A pressão sobre as vendas dos produtos se intensifica no cotidiano do bancário, ao passo que entre as equipes o estímulo à competição vai além do cumprimento das metas: torna-se uma forma de submissão voluntária às exigências dos bancos em troca de garantia do emprego, muito embora se dê num clima de instabilidade, pressão e

sobrecarga de trabalho. A constante vigilância sobre o trabalho do bancário, a sabotagem e a competição aberta de seus pares, tornou o ambiente desagradável e opressivo.

A suspensão dos valores se torna evidente quando os próprios empregadores sabotam valores comuns na relação do trabalho. Dejours (1998) enfatiza a mentira como um desses “valores” quando se percebe uma distância entre o discurso teórico (valores de reciprocidade, companheirismo) e o convívio prático. Nisso,

A mentira consiste em descrever a *produção* (fabricação ou serviço) a *partir dos resultados*, e não a partir das atividades das quais eles são decorrentes. Esta é a primeira característica. A segunda consiste em construir uma descrição que só leva em conta os resultados *positivos* e, logo, mente, por omitir tudo que representa falha ou fracasso. A produção de tal discurso não resulta de um erro de avaliação ou de uma ingenuidade, mas de uma duplicidade. (DEJOURS, 1998, p.64).

Ao ser dúbio na avaliação ou omissão de informações, os bancos literalmente estimulam que tal prática se torne corriqueira e atinja uma normalidade entre seus comandados. Essa frequente busca por resultados se vincula à própria negação do sofrimento do bancário quando internaliza como sendo uma “fraqueza” ao passo que a virtude de estar entre os poucos que resistem (quando tantos não conseguiram o mesmo) seria uma “dádiva”. Por conta disso, seu trabalho – aos olhos daqueles que o avaliam – será valorizado e, desse modo, poderá num futuro próximo conquistar mais espaços dentro da instituição.

Por outro lado, o que lhe é cobrado é vender, atingir metas, não se importar em buscar seus objetivos de forma obstinada, depender de si mesmo, maximizar o seu potencial, acreditar em sua capacidade entre tantas outras falácias. Mentir não foi, desse modo, algo que pesou à consciência e lhe trouxe maiores dificuldades e seria até aceitável mentir para se obter algo do que, expondo-se a verdade, que dificilmente lhe seria creditada. Rego (2011) enumera três situações que ilustram bem o que pauta o cotidiano do trabalho bancário e que, aliadas à superexposição, aos assédios e intensificação do trabalho, ao foco nos resultados, entre outros, passam a ser assimiladas no aspecto da competitividade estimulada e aberta: a *meta do autoatendimento*: estimular os clientes a utilizar mais os serviços nos terminais eletrônico, pois, computam-se mais pontos para aquelas agências e equipes em que o uso dos terminais se tornou mais efetivo (I); a *meta do aprendizado virtual*: verificação por meio

eletrônico de acessos dos bancários ao ambiente virtual de treinamento onde terão um acompanhamento das situações do cotidiano, (II); a *meta do voluntariado*: na qual se estimula a participação em ações positivas dos bancos ou empresas coligadas ou de atividades sociais que deem visibilidade à instituição o qual, entendem os bancários, não ser um convite, mas uma “imposição” dos bancos para tal (III).

A tática dos bancos para exigir mais dos bancários – no caso, por meio da competição – leva a situações em que tudo passa a ser permitido: permite-se abrir contas com documentação incompleta, de pessoas que possam estar com nome sujo na praça, vender seguros a familiares, fazer negócios em locais escusos e de atividade comercial suspeita ou ilegal, entre outros. Pautar-se na mentira também se apresenta como um aspecto de defesa do bancário. A defesa contra o medo, contra o ambiente carregado de hostilidades, defesa de não demonstrar fraqueza, dor, adoecer, afastar-se. A defesa contra a ferocidade de um sistema que o entende como a extensão da máquina, que extrai e drena toda a sua energia, que toma seu tempo de convívio social em prol do trabalho, da produção, da venda. A mentira é a outra face de sua personalidade, omitindo o ocaso das situações que agridem o seu ego. Desse modo, Rego (2011, p. 59):

não existe mais a prestação de serviços. Existe o compromisso com a venda e, conseqüentemente, com os lucros do banco. A competitividade é neutralizada e alimentada: “Que vença o melhor!”. (...) Portanto, deve-se intensificar mais o volume e o ritmo de vendas. E, quando dentro da ética não é mais possível, o jogo sujo toma lugar, com o aval da alta cúpula, pois a polícia dentro dos bancos só veem crimes quando não se atende à produtividade. Atendeu? Então está na legalidade. Assistimos, então, a outro tipo de mobilização coletiva: organizações “criminosas” para cumprir metas. Há o pacto de silêncio entre os funcionários destas práticas ilegais, pois sabem que vão colher louros lá na frente quando vier o prêmio.

Quando a prática se torna corriqueira – pois, se dá de cima para baixo – e alguns se beneficiam ou obtêm vantagens de tais, algo de errado é assumido e aceito sem que haja advertências ou punições. Desse modo, jogar o jogo sujo tendo em vista um benefício futuro é legalmente aceito embora não seja moralmente correto.

Sennett (2009), ao abordar as relações resultantes da reestruturação produtiva nas práticas laborais, verifica o choque entre os valores ético-morais próprios da formação dos indivíduos em contraste com o aspecto de competição acirrada que as empresas trazem em sua ânsia por mais espaço no mercado. Diz haver situações em que a ética deve ser posta de lado em busca dos resultados mesmo que seja com promessas absurdas e não materializáveis. Desse modo, o aspecto da descontinuidade do trabalho

nas empresas atende exclusivamente às demandas de momento o que acaba por criar uma situação de embaraço quanto á que decisões tomar em situações inesperadas, uma vez que não possui autonomia para gerir ou administrar uma situação.

O aspecto da descontinuidade gera, além da confusão, um choque para agir objetivamente – atendendo ao que pedem as empresas, não importando os meios para alcançá-la – ou agir moralmente – procurando não causar lesão às partes – o que, de certa forma, o direciona a optar pelo melhor caminho, muito embora não seja o melhor em todos os aspectos. Grosso modo, o bancário deve agir pautado em corresponder às expectativas, esperando colher frutos no futuro, ou agir pautado em não prejudicar a si, seus colegas, clientes e ao banco? Mas corresponder a quem quando algo agrada ou desagrada?

Num jogo em que “tudo pode”, quem responde quando tudo dá errado, as metas não são atingidas, a intensificação não resulta em resultados eficientes e o custo por mudar torna-se um dispêndio não aceitável? Quem se responsabiliza pelo fracasso e a ausência de perspectivas quando o barco perde a direção e as cobranças surgem? Para quem apontar o dedo? São perguntas que pertinazmente os bancários fazem a si mesmos e àqueles que são seus superiores imediatos, mas dificilmente conseguem respostas num grupo que busca objetivos de forma individualizada e a cooperação se resume a ideologia de cumprir o que os bancos determinam. O próprio Sennett (2009, p. 139) adverte para esse jogo quando o trabalho moderno mascara os propósitos de cooperação quando:

O etos do trabalho de equipe, com suas suspensões e ironias internas, leva-nos para muito longe do universo moral do camponês determinado e heroico de Virgílio. E as relações de poder contidas na equipe de trabalho, o poder exercido sem reivindicações de autoridade, está muito distante da ética de responsabilidade própria que caracterizava a velha ética do trabalho, com seu ascetismo leigo, de uma seriedade mortal. A clássica ética do trabalho de adiar a satisfação e provar-se pelo trabalho árduo dificilmente pode exigir nossa afeição. Mas tampouco o pode o trabalho em equipe, com suas ficções e fingimentos de comunidade.

Há, entretanto, instituições bancárias que assediam o bancário usando o fundamentalismo religioso em seu cotidiano. O uso de borderôs, guias e outros documentos do movimento bancário com dizeres religiosos e imperativos, que servem como coação ao bancário, proliferam-se de tal maneira que, por vezes, o bancário crê ser o próprio Deus o dono do banco e motivo pelo qual vê, sabe, conhece e observa

todos os seus passos. Em outros casos, o uso do fundamentalismo religioso tem um claro objetivo: a censura e o doutrinamento.

Bruno (2011) foca o trabalho sujo dentro do cumprimento das metas. É um trabalho extenuante, provoca sofrimento e estresse, pois, há a obrigação de superá-las. Estas, no entanto, quando alcançadas, geram outras com mais necessidades e impossíveis de serem atingidas. Por sua vez, sabe-se que atendem a caprichos do “mercado” quando, na verdade, são artifícios usados pelos bancos para “mensurar” a produtividade de seus bancários.

O foco nos resultados e a pressão para alcançá-los intensificaram a atividade do bancário, ao mesmo tempo em que o expuseram a métodos assemelhados a tortura (DEJOURS, 1998). Buscar de todas as formas cumprirem as metas estabelecidas, a busca constante por qualificação e o medo eminente de falhar e/ou adoecer levou o bancário a se proteger, mascarando a sua fraqueza e debilidade em não aparentar doença (FINAZZI, 2009; REGO, 2010; DEJOURS, 1998).

O trabalho em equipe, a consonância no foco e nas metas, embora o espírito de competitividade seja estimulado como um *plus* a determinação do bancário (REGO, 2010; FERREIRA, 2007), são internalizadas mediante mensagens, “estímulos externos” e pelo próprio sistema automatizado. A capacidade de resistência ao sofrimento causado pelo trabalho e um alto grau de competitividade são determinantes para uma promoção, “ser visto pelas chefias” (REGO, 2010). O bancário torna-se um *workaholic*, viciado em trabalho, obstinado a estar em evidência à instituição ao qual se vincula (DEJOURS, 1998; SENNETT, 1995).

Mas Bruno (2011, p. 25) alerta para os efeitos nocivos de um bancário que busca corresponder às armadilhas dessa situação:

Os bancários relatam que os esforços que fazem para alcançar as metas não são reconhecidos pelas hierarquias imediatas. A pressão para superá-las é diária e constante, mesmo que desvinculadas das necessidades reais do mercado. O cliente não quer comprar, não pode comprar, não precisa comprar o que é oferecido, mas o bancário é obrigado a vender, o que leva a conflitos éticos e morais. (grifos nossos).

O mesmo autor aponta que essa prática é assumida pelos bancários num percentual de 44% enquanto nos cargos de gerência 45% assumem essa prática. O mesmo autor ressalta que “muitos não hesitam em desrespeitar convicções pessoais e se humilhar para atingir os objetivos impostos” (p. 25).

Entretanto, muitos se sentem acuados quando não vendem, pois, significa que seus empregos ficam visados pela falta de “vontade de vender”. Nisso, coloca-se de lado as convicções morais para salvar o emprego.

4.5.- Resistência bancária

A questão do adoecimento advindo da intensidade do trabalho e das mudanças operadas na dinâmica da produção foram algumas das tônicas experimentadas no trabalho bancário durante o decorrer da década de 90. Gradativamente, espaços vitais de interação, organização e a capacidade de mobilização da categoria foram minados ao ponto de os sindicatos passarem por uma “crise” de identidade e ação. O efeito do receituário neoliberal foi eficaz em desestabilizar os movimentos sindicais parcialmente, ao passo que os lançou a uma nova visão do seu agir. Não bastou somente lutar contra o capital, mas saber usar da estratégica e inteligência.

As ações de mobilização da categoria, por sua vez, também sofreram seus reveses com um grande contingente de bancários demitidos ou os que optaram pelos planos de demissão voluntária, preferindo enveredarem-se por outros caminhos ou mesmo serem donos de seus próprios negócios, mantendo distância de um ambiente que lhes propiciara desgastantes jornadas, além da pressão incomum, aliados a falta de perspectivas quanto à sua própria profissão.

Como o trabalho nos bancos onde a rotatividade e a descontinuidade no próprio trabalho passaram a ser mais frequentes, a profissão bancária quase redundou como tantas outras atingidas pelo processo de reestruturação produtiva. Embora fosse considerada uma categoria com números relativamente maiores de qualificação e instrução frente à outras, foi engolida pelo mesmo processo que nivelou às demais profissões, imersa na ideia de pluralidade e de capacidade de manter a empregabilidade num mercado cada vez mais restritivo e seletivo. Ser bancário passou a representar aos mais jovens, um emprego que lhes propicie experiência, possibilidade de galgar outras profissões com o cabedal de conhecimento, mas, sem ter uma expectativa de progressão dentro de um banco. Aqueles que ainda persistem na carreira, se deparam com a expectativa da aposentadoria ou, em alguns casos, a falta de perspectiva propiciada por tantos anos de dedicação e na impossibilidade de recomeçarem em outra profissão; em alguns casos a solução passa pelo suicídio. De um passado de perspectivas ao futuro incerto, sobram-lhe o presente sem um horizonte de mudanças.

Mas como se comportam aqueles que se encontram entre o saudosismo de tempos memoriais e a atualidade individualista e pautada em resultados? Ficam entre o desejo da mudança e o vazio da realidade, impotentes em fazê-lo e angustiados por ansiá-lo; uma sensação de vazio operativo (COGO; SAMPAIO, 1995).

Tal questionamento faz eco nas mentes daqueles que, cientes de seu papel transformador - capacidade essa encontrada no meio sindical - e no uso de estratégias inteligentes capazes de combaterem um ambiente hostil, competitivo e desagregador que se encontrava dentro dos bancos. Garantir um espaço de forças conjuntas contra o próprio dominante – o capital – e sua forma de exploração – a mais valia extraída dos trabalhadores. Esse espaço é o da resistência.

Thoreau (1999) propunha aos cidadãos livres confrontar o governo, a partir da representatividade coletiva de seus indivíduos, nas comunidades, associações e organizações de trabalhadores e não somente através de seus representantes que, em muitos casos, representavam setores interessados em defender seus interesses privados. Notavelmente, conclamava a um ato maior: o da desobediência civil. A sua forma de atração – e de conscientização – baseia-se no papel social e transformador de cada indivíduo que representava o verdadeiro governo. Nisso,

É costume afirmar que os homens em geral são despreparados. Se as melhorias são lentas, é por que a minoria é substancialmente mais sábia ou melhor do que a maioria. Que muitos sejam tão bons quanto você não é tão importante, mas sim que haja em algum lugar alguma porção absoluta de virtude. Em verdade, isso bastará para fermentar toda a massa. (THOREAU, 1999, p. 19)

Inseridos no contexto da reestruturação produtiva, os bancos primaram cada vez mais pela objetividade do produto, pela execução perfeita das rotinas de trabalho, pela mecanização dos funcionários sempre de prontidão ao atendimento das diretrizes dos bancos em contraste às demandas do mercado. Aos poucos, o espaço da vigilância e da insegurança toma corpo e assume toda a rotina do bancário. Machado (2012), ao analisar os efeitos da reestruturação produtiva no Banco do Brasil, demonstrava a falta de perspectiva e a incerteza que pairava sobre seus funcionários em face das mudanças estruturais e flagrantes, casos de abusos e violações de direitos trabalhistas, além de um sem número de trocas, deslocamentos de agências e setores aos quais estavam submetidos.

O que outrora representou a segurança do emprego estável e uma carreira segura nos bancos federais – casos específicos do BB e da CEF -, num curto espaço de tempo

afligira os bancários na espiral da incerteza e da submissão aos *novos tempos* nos bancos. Controles e mais controles sobre o trabalho além de uma leva interminável de demissões e, muitas delas, sem critérios claros.

Rolo (2011) enfatiza a afirmativa de não haver trabalho suportável sem que haja resistência por parte dos trabalhadores: mais a categoria apresenta estratégias de defesa que, em muitos casos, passa pela “omissão” ao sofrimento alheio ou mesmo:

De modo a satisfazer as prescrições e corresponder às expectativas da organização sem adoecerem, os trabalhadores utilizam estratégias de defesa contra o sofrimento, tais como o individualismo, a negação do perigo, ou a hiperatividade. (...) Essas estratégias podem definir-se como mecanismos pelos quais o trabalhador busca modificar, transformar e minimizar a percepção da realidade que o faz sofrer. (ROLO, 2011, p. 97)

Como efeito contrário, as estratégias de defesa podem desencadear outras situações que :

Em contrapartida da salvaguarda do equilíbrio psicológico, encontramos uma alteração significativa da sensibilidade e da consciência moral. Podemos considerar as estratégias de defesa constituem uma mediação indispensável para a preservação da saúde, mas que, ao mesmo tempo, introduzem uma dificuldade axiológica: ao permitirem aos indivíduos suportarem os constrangimentos de sua situação de trabalho, torna-os igualmente insensíveis às questões éticas e morais inseparáveis do conteúdo de sua atividade. Entre sofrimento e ideal de justiça, entre racionalidade prática e racionalidade estratégica, a questão do destino da consciência moral no “trabalho sujo” e, mais especificamente, nos casos de mentira sob prescrição, revela-se de importância crucial. (ROLO, 2011, p. 97)

A preservação de sua sanidade no trabalho pode corromper a sua integridade como pessoa, perder a noção dos valores éticos e morais além de dispersar o seu senso de justiça, fato que se demonstrou pelo fato de “salvar a sua própria pele” no seu trabalho. Da mesma forma, o bancário sentia certo alívio ao perceber não ter sido ele o demitido, muito embora mantivesse o constante estado de vigilância no desempenho de sua atividade alimentada pela incerteza de permanência - ou não – em seu emprego no dia seguinte.

Nessa perspectiva, o trabalho do bancário passou a contar com a incerteza sobre as situações vivenciadas em seu cotidiano dentro da agência, bem como as que demandam sua inserção e ação, como as sociais. As situações de defesa, além de trazerem a distorção de uma realidade vivencial, impõem uma fuga que, em muitos casos, passa pela adição de álcool, drogas e o recurso de sessões de análise de grupo,

psicólogos e profissionais da saúde. Em alguns casos, o suicídio chega como a solução final para muitos dos que sofreram calados a pressão do trabalho.

Com a cisão operada em duas grandes centrais sindicais, com ideologias opostas – a CUT e a Força Sindical -, o impacto da reestruturação produtiva nos setores econômicos, a ofensiva do neoliberalismo, e a incapacidade de reagir incisivamente a estes eventos provocou um impacto nos sindicatos que tardaram a entender a dinâmica do processo, polarizando ações que vão, aos poucos, mostrando-se pouco eficazes em atacar o cerne do problema. A perda sensível de sindicalizados, a baixa filiação e uma mudança no perfil do bancário se fizeram sentir e foram impactantes na década de 1990, principalmente nos anos 1994-1998, período significativo para o momento econômico brasileiro e determinante para os sindicatos bancários em todo o Brasil. Tal fato é atestado por Boito Jr. (1996, p. 90) ao apontar a própria atividade sindical como

o último ponto que caracteriza essa conjuntura desfavorável ao movimento sindical combativo foi a rearticulação e a ofensiva do sindicalismo pelego, corporificada na criação da central Força Sindical, que contou com o apoio político e financeiro do governo Collor e de empresários, e a qual o conjunto da mídia deu um destaque e um apoio inauditos.

Em meio à ofensiva do capitalismo que, transformou as esferas sociais, as relações de trabalho pautaram-se na preservação do trabalho ainda que se revelasse a quantitativa perda da qualidade no trabalho e no poder aquisitivo, impondo condições para a sobrevivência no trabalho, resistir às formas de opressão e a busca constante pela eficiência e qualidade na produção do produto ou serviço. O trabalhador tornou-se descartável quando não atendia às demandas das empresas apesar do intenso processo de qualificação e aprimoramento no trabalho. Valeu o princípio darwiniano de que somente os mais fortes sobrevivem.

Também é salutar a capacidade de resistência do trabalho – e dos trabalhadores – em face da opressão e repressão: notavelmente, quando mais agredida é a categoria, mais a sua capacidade de resistir e (re) organizar se faz latente. Muitas, no entanto, sucumbem por não se organizarem ou, por não conseguirem se articular em face do inimigo ou, no jargão popular, “terem elos fracos”.

Ainda que a mutação no trabalho bancário tenha se apresentado ferozmente, a resistência bancária se mostrou, aos poucos, capaz de reassumir a sua função de reorganização em face ao espaço perdido. Notou-se a notória capacidade de olharem

para dentro de si mesmos, reorganizarem-se, repensarem novas estratégias e serem capazes de resistir contra a ofensiva da reestruturação produtiva. Coube dizer, no jargão popular, “juntar os cacos” e criar novas formas de ação. Para tanto, o SEEB soube articular com a sociedade, abrindo-se à participação popular, criando instrumentos para aglutinar interesses comuns (trabalhadores e sociedade civil), estando atento aos passos da história, souberam calcular e agir no momento certo, cerrando fileiras com a sociedade e ganhando visibilidade em suas ações. Em que se pese o quantitativo, souberam inteligentemente ocupar e usar os espaços destinados à darem voz a sociedade, articularem com a mesma e estarem presentes nos momentos cruciais, tanto na defesa do patrimônio público, contra a desestatização e pela garantia dos direitos civis e dos trabalhadores.

Por esse viés, afirma-se que a identidade bancária manteve-se contra todos os reveses, mais significativamente viva e resistente às transformações que se fizeram no curso da década de 1990. Mesmo em meio ao sofrimento, padeceu por um período de tempo, curou as feridas, projetou o futuro com os pés no presente e, assim, conseguiu aos poucos dar um novo foco e importância às lutas.

Considerações finais

Um número significativo de trabalhadores bancários, em 2012, engrossaram as estatísticas oficiais que assombram - o desemprego, a redução dos postos de trabalho -, em valores absolutos, 9.080 demitidos. Um quantitativo que, visto pela frieza de tantos números pode não significar nada no universo de postos de trabalho gerados, mas, em se tratando do universo humano daqueles que, ao perderem o emprego, veem sua dignidade vilipendiada e que torna a realidade nua, crua e factual.

A categoria possui um histórico rico de lutas, de encabeçamento de movimentos pró-democracia brasileira (como o “Diretas já!” de 1984 e o impeachment de Fernando Collor em 1992), encabeçando as greves, cerrando fileiras contra planos e políticas econômicas que tiravam a autonomia e a determinação do povo brasileiro sofre com a redução quantitativa de seu contingente e, em muitos casos, por “golpes” arquitetados nos círculos do poder tangendo a liderança – dentro dos bancos públicos – de bancários articulados e ativos na luta e defesa dos direitos adquiridos.

Com as transformações históricas e geopolíticas acontecidas no mundo na década de 1990, tivemos o início da chamada *globalização*, do mundo sem fronteiras, e da ideia de uma *aldeia global* onde o capital penetrou nas mais diversas sociedades, transformando o trabalho e operando uma longa desestabilização nas economias, nas culturas e, especificamente, no trabalho. Desse modo, teve-se a aplicação do neoliberalismo promovendo um extenso processo de desmonte dos Estados, privatização das empresas públicas, menor presença do Estado na economia e uma política econômica recessiva. No trabalho, o largo processo de automação, robotização e o uso de sistemas *on line*, produziram o efeito prático do desemprego, mudanças no processo de produção, intensificação das atividades e rotinas, terceirização, implantação das comissões de controle de qualidade esvaziando a atividade sindical e descompatibilizando os trabalhadores e os sindicatos. O capital, por sua vez, promoveu o esvaziamento sindical em todas as áreas do mundo o que, em muitos locais, levou a um processo de reação dos sindicatos pela preservação dos direitos dos trabalhadores.

O caso brasileiro deu-se ainda nos anos 1990 com a ascensão ao poder de Fernando Collor de Mello que, por sua vez, promoveu as diretrizes do chamado Consenso de Washington. Os sindicatos custaram a entender o processo histórico que se

delineava, do mesmo modo que, apanhados pela onda dos acontecimentos, se viram engolidos pela história. E nisso os bancários estão inseridos.

Ao apresentar o longo processo de transformação do trabalho bancário, viu-se que o processo visou desestabilizar a categoria o que, num primeiro momento logrou êxito. Com uma política recessiva, o largo uso dos sistemas de informação e da automação, o trabalho morto cresceu dentro dos bancos à medida que se promovia um extenso processo de demissões e programas que visassem diminuir a presença humana dentro das agências bancárias. Àqueles que permaneceram na profissão experimentaram a intensificação do trabalho, a mudança no layout do espaço do trabalho, foram transformados em trabalhadores polivalentes e capazes de atenderem aos mais diversos setores do banco sem que isso pudesse agregar um valor extra aos seus vencimentos. Fora isso, a acirrada discussão de gênero nos bancos – onde, majoritariamente a presença feminina é maior do que a masculina -, foi como um limitador às atividades da mesma forma que permitiu qualificar postos e espaços femininos de postos e espaços masculinos. O resultado dessa intensificação gerou uma série de patologias na categoria, do mesmo modo que intensificou o número de afastamentos de trabalho derivados do esforço, postura e do assédio. Como resultado, as doenças psicossomáticas e a busca por agentes externos para suportar o sofrimento foram agregados ao trabalho do bancário.

Até o mês de abril/2013 – segundo notícia veiculada no site do Sindicato dos Bancários de Brasília²¹ - 394 bancários sendo que, 100 destes em demissões sem justa causa e os 294 restantes desligaram-se por não concordarem com as condições de trabalho e o assédio moral que sofreram em seu local de trabalho. Entre os bancários estatais, 118 pediram aposentadoria, 73 pediram demissão e 8 foram demitidos sem justa causa (somente no Banco do Brasil); já na Caixa Econômica Federal 31 pediram suas aposentadorias e 22 se desligaram do banco. Em todas as demissões a mesma alegação: assédio moral, pressão por cumprimento de metas e resultados, transferências ilegais, jornada de trabalho estendida e não remunerada que aumentam o número dos afastamentos para tratamentos decorrentes de lesões por esforço, má postura, saúde

²¹ Acesso no endereço

http://www.bancariosdf.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=11343:de-janeiro-a-abril-394-bancarios-se-desligaram-dos-bancos-no-df-revela-levantamento-do-sindicato-&catid=1:timas&Itemid=93. Acesso obtido em 31 de maio de 2013.

psíquica abalada. Isso, sem contar aqueles que, para aguentarem a pressão do trabalho, fazem uso de drogas lícitas e ilícitas, torna-se alcoólatras, desenvolvem patologias psíquicas (as síndromes) e os casos de suicídio. Santos (2009) já trazia em seu trabalho de dissertação a crueza e a dura realidade dos números dos suicídios entre os bancários a etapa final de um sofrimento silencioso e insuportável no ambiente de trabalho que se tornara competitivo e degradante.

Tendo por base causas significantes, o número levaria a intervenções na saúde do trabalhador como política pública, instância essa que se põe nos fóruns de discussão dos sindicatos, mas, encontra resistências em setores da própria sociedade e, do qual, os bancos cerram fileiras.

Ao se analisar a história e o desenvolvimento do neoliberalismo – faceta do capitalismo mutante – e a reestruturação produtiva, a clara percepção das mudanças operadas no universo do trabalho e a profunda transformação que determinou moldar a face do trabalho que hoje encontramos, o amplo e largo uso da automação que traz benefícios ao cotidiano, mas apinha postos de trabalho dia após dia. Exige-se uma qualificação maior do trabalhador para exercer funções que, em sua grande parte, não exigem mais comandos manuais – todos respondem por comandos predeterminados pelos softwares avançados – mas um conhecimento básico de operacionalidade em terminais automatizados. No caso brasileiro, a década de 1990 foi propícia para, no curso de uma década, levar aos fóruns de discussão a drástica transformação do mercado de trabalho brasileiro que, a reboque, diversificara a dinâmica das próprias classes em sobreviver ao novo formato: investimento na qualificação pessoal, ingresso em instâncias superiores de ensino e o aprimoramento constante em conhecimentos da linguagem dos computadores principalmente. Todo esse escopo de qualificações foram potencializadas na atividade bancária sem que resultasse em melhora qualitativa nos salários mesmo com a economia estável pós Real (exceção feita aos anos de 1999-2000). A ordem foi diversificar reinventar o seu próprio fazer no trabalho.

Essa diversificação criou uma armadilha: se antes, cabia ao bancário o poder de decidir uma ou outra operação da sua rotina, agora deve responder aos comandos, tirando-lhe o poder de decisão e de determinação em face à uma situação. Grosso modo, tornou-o um autômato, reproduzidor do que determina “o sistema”.

Capitulamos a questão da mudança de perfil dos próprios bancos que, no Brasil, ganhou uma invejável injeção de recursos nos bancos públicos (PROES) que os tornaria

saneados e prontos para a privatização ao passo que nos bancos privados – com o risco de quebraadeira endêmica -, o governo federal injetou recursos na monta de R\$ 44,23 bilhões no programa que ficou conhecido como PROER, permitindo aos bancos mais fortes adquirirem os bancos em situação financeira agravada. Entre os bancos públicos e a aquisição dos bancos privados, sobressaíram-se no mercado nacional os conglomerados Bradesco, Itaú-Unibanco, Santander e HSBC sendo os dois últimos de bandeiras estrangeiras. Mesmo com a concentração bancária, os bancos exigiam de seus bancários a venda de produtos, a proposição de metas (muitas inalcançáveis como afirma REGO, 2011) e a intensificação do trabalho que, em muitos casos, tinha um aspecto de vigilância controladora de tudo.

A perda da autonomia acarretou a perda da identidade no trabalho. Quando exposto à situações flagrantes de abusos e assédios, não mais havendo a cooperação e solidariedade no ambiente de trabalho mas, o alargado espaço da competitividade, o bancário sentiu-se só na arena. Com a intensificação de sua jornada de trabalho, o desenvolvimento de doenças oriundas dessa, a sua capacidade de organização no ambiente de trabalho ficou minada. A propaganda interna nos bancos versava sobre a condição de um sindicalizado ou mesmo que ingressasse nas fileiras do sindicato dificultaria a sua promoção dentro do banco, portanto, manter-se fora do ambiente sindical era visto com “bons olhos” à carreira. Gradativamente, os bancários perdem a identidade no seu trabalho mesmo sabendo que a sua produção diária é resultante zero (CODD; SAMPAIO, 1995).

O adoecimento dos bancários logo se tornou imediato dada a intensificação das atividades. Como o uso das mãos, a intensidade de toques no teclado e a obediência cega aos comandos instalados nos terminais, a intensificação de afastamentos por lesões por esforço repetitivo aliados à má postura no trabalho chamam a atenção dos gestores públicos e mesmo dos sindicatos para essa incidência. Também se destacam outros vetores propícios ao adoecimento e que, em muitos casos, resultaram em casos de ordem psíquica e, quando não, na dependência química e farmacológica de drogas.

E então se põe a questão a termo: ser ou estar bancário? Levando-se em conta que a condição de ser é uma condição perene, que cria identidade (por isso, ser trabalhador), e o estar uma condição temporária, o bancário ficou no mesmo dilema hamletiano: ser bancário implicando assumir sua identidade no trabalho, lutar pelos direitos e o seu espírito de luta na defesa coletiva dos direitos e a garantia de novos

direitos. Mais do que isso, é resistir à pressão, reativar o espírito de solidariedade e reagir à pressão exercida; é ter o poder de decidir sem que sua voz seja sufocada.

Bancários e sindicatos aprenderam a lição de Thoreau: resistir ainda que provoque a desobediência civil, fato atestado pelas próprias greves, pela defesa incondicional do patrimônio público, pela dignidade do trabalho e do trabalhador. Essa lição viva de cidadania e de resistência dos trabalhadores ainda encontra ecos no cotidiano bancário e sindical da categoria.

Resistir, unir, reorganizar, lutar são palavras que evocam a ação contínua de vigilância, mudança e organização que há no movimento sindical e entre os bancários e, das quais, sempre farão eco nas muitas lutas que se travam e se travarão na atividade profissional bancária.

Referências

- ALVES, G.. *Trabalho e subjetividade*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000)*. In: Revista Sociologia Política, Curitiba, 19, p. 71-94, nov. 2002.
- _____. *Trabalho, corpo e subjetividade: toyotismo e formas de precariedade no capitalismo global*. In: Revista Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v.3, n. 2, p. 409-428, 2005.
- _____. *Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998)*. In: Revista Sociologia e Política, Curitiba, n. 19, p. 71-94, nov. 2002.
- _____. *Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – precarização do trabalho e redundância salarial*. In: Revista Katálysis, Florianópolis, v. 12, n.2, p. 188-197, jul/dez. 2009.
- AMIM, S.. *Os desafios da mundialização*. Aparecida (SP): Editora Ideias & Letras, 2006.
- ANDERSON, P.. O balanço do neoliberalismo. In.: BORÓN, Atilio (org.). *Pós-neoliberalismo*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.
- ANTUNES, R. e SILVA, M. A. M. (orgs.). *O avesso do trabalho*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.
- _____. (org). *Os sentidos do trabalho*. 10ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. (org) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. *Adeus ao trabalho?* . 13ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- _____. *A desertificação neoliberal no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- _____. *Crise e poder*. São Paulo: Cortez Editora, 1985.
- _____. *O caracol e sua concha*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ARAÚJO, J. P. . *A construção do sindicalismo livre no Brasil*. Belo Horizonte: Projeto Coleção Sindicalismo, 1993.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). *Bancos estaduais privatizados*. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/lid/gedes/instituicoesPrivatizadas.pdf>. Acesso em 22/06/2012.

- BANDEIRA, L. A. M.. *As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- BATISTA, P. N.. *O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. Disponível em http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf. Acesso em 12/05/2012.
- BENDASSOLLI, P. F.. *Trabalho e identidade em tempos sombrios*. Aparecida (SP): Editora Ideias & Letras, 2007.
- BIONDI, A.. *O Brasil privatizado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- BLASS, L.. *Estamos em greve*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BOGO, A.. *Identidade e luta de classes*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.
- BOITO JR., A.. *As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil*. Disponível em http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/4940_Cached.pdf. Acesso em 12/04/2011.
- _____. *Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil*. In: Revista Crítica Marxista, Campinas, n. 3, p. 80-105, 1996.
- BRUNO, W. ; LEITE, J. M.. (coord.), SZNELWAR, L. I. (org). *Saúde dos bancários*. São Paulo: Publisher do Brasil/Editora Gráfica Atitude, 2011.
- CARDOSO, A. M.. *A década neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- CASTELLS, M.. *A sociedade em rede*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.
- _____. *O poder da identidade*. _____, 2010.
- _____. *O fim do milênio*. _____, 2012.
- CHESNAIS, F.. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã VM Editora e Gráfica, 1996.
- CODO, W; SAMPAIO, J.J. (Org.). *Sofrimento psíquico nas organizações: saúde mental e trabalho*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BANCÁRIOS (CNB). *Igualdade de oportunidades, para todos*. São Paulo: CNB/CUT, 2001.
- COSTA, F. N.. *Brasil dos bancos*. São Paulo: Edusp, 2012.
- DAL ROSSO, S.. *Mais trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- DEJOURS, C.. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

_____ ; GERNET, I. *Trabalho, subjetividade e confiança*. In: SZNELWAR (org). *Saúde dos bancários*. São Paulo: Publisher do Brasil/Editora Gráfica Atitude, 2011.

DEMO, P.. *Charme da exclusão social*. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Fusões no setor bancário: emprego e concorrência*. In: Nota técnica n. 55 – São Paulo, novembro de 2007.

_____. *Admissões e demissões no setor bancário*. In: Nota técnica, n. 38, São Paulo, outubro de 2006.

_____. *Terceirização e negociação coletiva: velhos e novos desafios para o movimento sindical brasileiro*. In: Nota técnica n. 112, São Paulo, julho de 2012.

_____. *Marcas da reestruturação do setor bancário brasileiro pós-94: concentração, internacionalização, privatização e desemprego*. Disponível em <http://www.dieese.org.br/>. Acesso em 12/05/2011.

DRUCK, G.(org). *Bancário: um emprego de múltiplos riscos*. In: Caderno CRH, Salvador, n. 37, p.217-233, jul./dez. 2002.

_____. *Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?*. In: Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 37-57, 2011.

FERREIRA, Z. O. *O desemprego no setor bancário brasileiro na década de 90*. Texto de discussão no. 15. Disponível em http://www.ufpi.br/subsiteFiles/economia/arquivos/files/texto_15.pdf. Acesso em 21/08/2012.

FERREIRA, J.B... *Trabalho, sofrimento e patologias sociais. Estudo com trabalhadores bancários e anistiados políticos de uma empresa pública*. Dissertação de mestrado. DPST/UnB: Brasília, abril de 2007.

FISCHER, J.. *Por uma nova concepção da sociedade – uma análise política da globalização*. São Paulo: Summus Editorial, 2001.

FORRESTER, V.. *O horror econômico*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

GARCIA. M. F. *Reestruturação Financeira e as Relações de Trabalho*. In: IV Encontro Nacional Economia Política, 1999, Porto Alegre: Sociedade de Economia Política, 1999.

- GORZ, A.. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003.
- _____. *O imaterial*. _____, 2009.
- GUIMARÃES, N. A.. *Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 19ª Ed. São Paulo: Loyola, 2010.
- _____. *O neoliberalismo: história e implicações*. _____, 2008.
- _____. *O novo imperialismo*. _____, 2004.
- _____. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HIRIGOYEN, M.-F.. *Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- HOBBS, T.. *O Leviatã*. São Paulo: Martin Claret, 1998.
- JINKINGS, N.. *O mister de fazer dinheiro*. São Paulo: Boitempo, 1995.
- _____. *Dominação e resistência no trabalho bancário*. In: IV Congresso Latinoamericano de Sociologia del Trabajo “El trabajo in América Latina em los comienzos del siglo XXI. La Habana, setembro de 2003.
- _____. *Os trabalhadores bancários em face da reestruturação capitalista contemporânea*. In: Cadernos de pesquisa, São Luís (MA), n. 28, p. 1-17, agosto de 2001.
- JUNCKES, I. *O sindicalismo novo dos bancários na reestruturação financeira dos anos noventa no Brasil*. Tese de doutorado. Florianópolis: UFSC, 2004.
- _____. *O trabalhador-financista: uma síntese histórica da gestão dos contraditórios da identidade laboral nos fluxos financeiros*. In: Revista de História regional 14(2): 178-205, UEPG, Inverno, 2009. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2357/1851>. Acesso em 12/06/2011.
- JUNIOR, C. S.. *Bancos estaduais: dos problemas crônicos ao PROES*. Brasília (DF): Banco Central do Brasil, 2004.
- LA BOETIE, E.. *A servidão voluntária*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LARANJEIRA, S. M.G. *Reestruturação produtiva no setor bancário: a realidade dos anos 90*. In: Revista Educação e Sociedade, v.18, n.61 Campinas dez./97, p. 110-138.

LOPES, S. *História e transformações do Sindicalismo Brasileiro*. In: Revista Theomai – Estudos sobre Sociedad y Desarrollo, Buenos Aires, n. 19, p. 31-46, setembro/2009.

LOSURDO, D. *Contra-história do liberalismo*. 2ª Ed. Aparecida (SP): Editora Idéias & Letras, 2006.

LUKÁCS, G.. *A consciência de classe*. Porto Alegre: EDPUCS, 1979.

LUZ, I.; GÓIS, S. *Bancos estaduais: agentes financeiros em extinção*. In: Revista Eletrônica *Lato Sensu* – Unicentro. Ed. 6, ano 2008. Disponível em: wbb03.unicentro.br/especialização/Revista_Pos/Paginas/6%20Edicao/Aplicada/PDF/10-ED6_Cs-Banco.pdf. Acesso em 1/05/2012.

_____. *A privatização dos bancos estaduais no Brasil*. Disponível em http://egal2009.easyplanners.info/area01/1078_Luz_Ivoir_da.pdf. Acesso em 23/08/2011.

MACHADO, E. *Reestruturação bancária e precarização do trabalho nos anos 1990*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

MARX, K.; ENGELS, F.. *O Capital*. São Paulo: Martin Claret, 1999.

MATOS, M.B. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

MÉZSÁROS, I. *La crisis estructural del capital*. Disponível em <http://rebeliones.4shared.com>. Acesso em 10/04/2011.

MINELLA, A. *Banqueiros: organização e poder político no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ANPOCS, 1988.

_____. *Maiores bancos privados no Brasil: um perfil econômico e sociopolítico*. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 9, no. 18, jul/dez. 2007. p. 100-125.

MINISTÉRIO DA SAÚDE/DATASUS. Disponível em <http://datasus.gov.br>. Acesso em 01/04/2013.

_____. Sistema de Informações sobre Mortalidades (SIM). Disponível em <http://ms.gov.br/sim>. Acesso em 03/04/2013.

MOLINA, H. *Sindicalismo no Brasil: origens históricas, concepções, estrutura e desafios atuais*. Disponível em http://www.sintufejuf.org.br/molina_sindicalismo.doc. Acesso em 03/05/2012.

MOLINA, W. . *A reestruturação do sistema bancário brasileiro nos anos 90: menos concorrência e mais competitividade?*In: Revista Intellectus, São Paulo, ano 2, v. 3, ago/dez. 2004.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L.. *Estado, classe e movimento social*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

NETO, R. B. G.. *Plano Real, privatização dos bancos estaduais e reeleição*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 26, n. 77, p. 129-149, outubro/2011.

NETTO, J.P.; BRAZ, M.. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

PAPARELLI, R.. Desgaste mental dos bancários no mundo das fusões. In: SZNELWAR, L. I. (org). *Saúde dos bancários*. São Paulo: Publisher do Brasil/Editora Gráfica Atitude, 2011.

POCHMANN, M... *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001.

REGO, V.B. (org.). *Adoecimento psíquico no trabalho bancário: da prestação de serviços à (de) pressão por vendas*. Brasília: Editora Ex Libris, 2011.

REIMANN, M.F. *Simplicidade ou flexibilidade (um contrato simplificado de trabalho)*. In: Textos para discussão, Senado Federal (Brasília), n. 12, agosto de 2004.

ROLLO, D. Novas perspectivas sobre sofrimento ético no trabalho: o caso da mentira como prescrição. In: SZNELWAR, Laerte Idal (org). *Saúde dos bancários*. São Paulo: Publisher do Brasil/Editora Gráfica Atitude, 2011.

SACHS, E. *Marxismo e luta de classes*. Disponível em http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/105_Livro%20Marxismo%20e%20luta%20de%20classe.pdf. Acesso em 13/07/2011.

SCHMITZ, A.; MAHL, A.A. *Reestruturação e automação bancária versus emprego: um balanço ao final dos anos 90*. In: Revista Teoria e Evidência Econômica. Passo Fundo, v. 8, n. 15, p. 67-82, novembro de 2000. Disponível em http://www.upf.br/cepeac/download/rev_n15_2000_art4.pdf. Acesso em 16/04/2012.

SEGNINI, L.R.P. *Reestruturação nos Bancos no Brasil: Desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho*. In: Revista Educação & Sociedade, Campinas, ano XX, no. 67, Agosto/99.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, L.M. *A implantação de uma política sindical organizada pela base, democrática e pluralista*. In: Sindicato dos Bancários de Brasília, 2011 (no prelo).

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE PERNAMBUCO. *Cartilha sobre o assédio moral*. Recife: Gráfica do Sindicato, 2006.

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA (SEEB). *Convenção coletiva de trabalho aditiva 1992/1993 – condições específicas – Brasília*. FENABAN/CNB, Brasília, 1992.

_____. *Convenção coletiva de trabalho aditiva 1993/1994 – condições específicas – Brasília*. FENABAN/CNB, Brasília, 1993.

_____. *Convenção coletiva de trabalho aditiva 1994/1995 – condições específicas – Brasília*. FENABAN/CNB, Brasília, 1994.

_____. *Convenção coletiva de trabalho aditiva 1996/1997 – condições específicas – Brasília*. FENABAN/CNB, Brasília, 1996.

_____. *Convenção coletiva de trabalho aditiva 1997/1998 – condições específicas – Brasília*. FENABAN/CNB-CUT, Brasília, 1997.

_____. *Convenção coletiva de trabalho sobre participação dos empregos nos lucros ou resultados dos bancos em 1997*. FENABAN/CNB-CUT, Brasília, 1997.

_____. *Informativo bancário*. Ano IV, n. 725, Brasília, jul/ago – 1997.

THOREAU, H.D. *A desobediência civil*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

VAKALOULIS, M. *Acumulação flexível e regulação do capitalismo*. Disponível em <http://midia independente.org/media/2003/09/263768.pdf>. Acesso em 16/04/2012.

VENCO, S.; BARRETO, M. *O sentido social do suicídio no trabalho*. In: Revista Espaço Acadêmico, n. 108, Cuiabá, maio de 2010. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/archive>. Acesso em 16/04/2012.

VIANA, N. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida (SP): Editora Idéias & Letras, 2009.

ZIMMERMANN, S.M. *O assédio moral e mundo do trabalho*. Disponível em http://www.prt12.mpt.gov.br/prt/ambiente/arquivos/assedio_moral_texto.pdf. Acesso em 31/07/2012.

ANEXOS

Quadro 6: Conquistas sociais dos bancários - CCT 1994-1999 - Brasil.

Reivindicação	1994-1995	1995-1996	1996-1997	1997-1998	1998-1999
<i>Auxílio alimentação</i>	Tíquetes de R\$ 5,00 por dia trabalhado.	Tíquetes no valor de R\$ 7,00 por dia trabalhado.	Tíquetes no valor de R\$ 7,80 por dia trabalhado.	Tíquetes no valor de R\$ 8,11 por dia trabalhado.	Tíquetes no valor de R\$ 8,11 por dia trabalhado.
<i>Auxílio cesta alimentação</i>	R\$ 80,00 em 4 tíquetes de R\$ 20,00.	R\$ 102,00 pagos em 4 tíquetes de R\$ 25,50.	R\$ 113,00 pagos em 4 tíquetes de R\$ 28,25.	R\$ 118,00 pagos em 4 tíquetes de R\$ 29,50.	R\$ 120,00 pagos em 4 tíquetes de R\$ 30,00.
<i>Auxílio creche-babá</i>	R\$ 60,00/ mês	R\$78,00/mês	R\$ 86,42	R\$ 100,00.	R\$ 100,00
<i>Auxílio educação</i>	Bancos pagam como salário-educação como indenização aos filhos dos bancários em idade escolar entre 7 e 14 anos.	Mantido os mesmos dispositivos da CCT 1994-1995.	Mantido os mesmos dispositivos da CCT 1995-1996.	Mantido os mesmos dispositivos da CCT 1996-1997.	Mantido os mesmos dispositivos da CCT 1997-1998.
<i>Auxílio funeral</i>	Óbito de cônjuge ou filho menor de 18 anos: R\$ 177,60.	Valor de R\$ 230,88 pago ao empregado por óbito de cônjuge/filho menor de 18 anos.	Valor de R\$ 255,82 pago ao empregado por óbito de cônjuge/filho menor de 18 anos.	R\$ 268,00 pago ao empregado por óbito de cônjuge/filho menor de 18 anos.	Idem à CCT 1997-1998.
<i>Seguro de vida em grupo</i>	Pago em caso de não complementação do banco ao complemento do auxílio-doença.	Mantém-se os mesmos dispositivos da CCT 1994-1995.	Mantém-se os mesmos dispositivos da CCT 1995-1996.	Mantém-se os mesmos dispositivos da CCT 1996-1997.	Mantém-se os mesmos dispositivos da CCT 1997-1998.
<i>Indenização por</i>	Indenização de	Indenização	Indenização	Indenização	Indenização

<i>morte ou incapacidade decorrente de assalto</i>	R\$ 26.555,97.	de R\$ 34.522,76.	de R\$ 38.252,00.	de R\$ 40.000,00.	de R\$ 40.000,00.
<i>Política sobre AIDS</i>	Manutenção da comissão de acordo com as CCT 1992-1993 e 1993-1994.	Idem à CCT 1994-1995.	Idem à CCT 1995-1996.	Idem à CCT 1996-1997.	Idem à CCT 1992-1993.
<i>Carta de dispensa</i>	Garante-se a notificação, por escrito, ao empregado.	Mantida a redação da CCT 1994-1995.	Idem à CCT 1995-1996.	Idem à CCT 1996-1997.	Idem à CCT 1997-1998.
<i>Auxílio filhos excepcionais ou deficientes físicos</i>	R\$ 60,00/ mês	R\$ 78,00/mês	R\$ 86,42	R\$ 100,00.	R\$ 100,00.
<i>Complemento do auxílio-doença</i>	Bancos pagam a diferença entre o benefício concedido pelo INSS e o salário do empregado.	Idem à CCT 1994-1995.	Idem à CCT 1995-1996.	Idem à CCT 1996-1997.	Idem à CCT 1997-1998.
<i>Comissões temáticas</i>	Estabelece a Comissão de Segurança Bancária.	Mantém a Comissão de Segurança Bancária.	Manutenção das comissões paritárias de segurança bancária, saúde no trabalho e sobre a terceirização.	Manutenção das comissões paritárias de segurança bancária, saúde no trabalho e sobre a terceirização.	Manutenção da Comissão de Segurança Bancária e criação de comissões paritárias e temáticas sobre o trabalho bancário.
<i>Participação nos lucros e resultados (PLR)</i>	Não acordado.	Não acordado.	Não acordado.	Não acordado.	Não acordado.
<i>Requalificação no trabalho</i>	-----	-----	-----	O empregador arca com as	O empregador arca com as

				despesas de requalificação até o limite de R\$ 400,00.	despesas de requalificação até o limite de R\$ 400,00.
--	--	--	--	--	--

Fonte: Convenções Coletivas de Trabalho de 1994 à 1999.
Elaboração própria do autor.